

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

LUIZ CARLOS RODRIGUES TAVARES

Cinquenta anos da Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”: história e memória

Santos
2021

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

LUIZ CARLOS RODRIGUES TAVARES

Cinquenta anos da Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”: história e memória

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira.

Santos
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Maria Rita de C. Rebello Nastasi - CRB-8/2240

T231c Tavares, Luiz Carlos Rodrigues
Cinquenta anos da Escola Técnica "Aristóteles Ferreira"
/ Luiz Carlos Rodrigues Tavares ; orientador Luiz
Carlos Barreira. -- 2021.
216 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de
Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Educação, 2021.
Inclui bibliografia

1. Centro Paula Souza. 2. Escola Técnica Aristóteles
Ferreira. 3. Educação Profissional. 4. História oral.
I. Barreira, Carlos Luiz. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 37(043.3)

Luiz Carlos Rodrigues Tavares

Cinquenta anos da Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”: história e memória

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira.

Aprovado em: 15/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira – UniSantos

Prof. Dr. Jorge Monteiro Junior – Fatec/SP

Profa. Dra. Maria Aparecida Franco Pereira – UniSantos

Profa. Dra. Thalita Di Bella Costa Monteiro – IFSP

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo cuidado, pela proteção, por me abençoar todos os dias com um novo amanhecer, e pela oportunidade de SER FELIZ!

Agradeço aos colegas discentes do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da UniSantos que, mesmo em aulas totalmente *on-line*, foram muito importantes nesta minha trajetória. Em especial, aos amigos dos grupos LIAME e Formação de Sujeito: História, Cultura, Sociedade.

Agradeço às amigas e incentivadoras Roseli e Giselle, pelo apoio, orientações e compartilhamento de conhecimentos.

Agradeço aos professores da Etec “Aristóteles Ferreira”, que incentivaram muito esta pesquisa e reconheceram a necessidade dos registros de fatos tão importantes para a educação profissional da Baixada Santista, em especial à professora Maristela, que, pacientemente, me ajudou muito no tratamento das imagens utilizadas no trabalho.

Agradeço às professoras: Mestra Fabiana Gols Ribeiro Pereira, diretora da Etec “Aristóteles Ferreira”, pelo incentivo sempre transmitido, e Doutora Mariângela Mendes Lomba Pinho, Pró-Reitora Administrativa da UniSantos que, juntas, foram responsáveis pela efetivação do convênio entre as duas instituições, proporcionando uma significativa bolsa e, conseqüentemente, a possibilidade de cursar uma pós-graduação *stricto sensu* que eu e outros colegas professores tivemos.

Agradeço aos amigos e colaboradores que participaram do projeto em história oral: Almeida, Gilson, Ito e, em especial, Marquinhos, que sempre esteve disposto a colaborar e facilitou meu acesso aos documentos para a pesquisa, e ao professor Jorge Monteiro Junior, pela atenção dispensada na entrevista e no aceite em participar das Bancas de Exame de Qualificação e de Defesa de Mestrado.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da UniSantos, em especial, ao professor Dr. Alexandre Pinto Saul, pelas aulas formadoras e surpreendentes, e às professoras Dra. Maria de Fátima Barbosa Abdalla, pelo exemplo de dedicação à docência, e Dra. Maria Aparecida Franco Pereira, pela integridade, carinho e cortesia sempre a mim dispensados e por me presentear com os aceites para compor as minhas Bancas de Exame de Qualificação e de Defesa de Mestrado.

Por fim, agradeço ao Professor Dr. Luiz Carlos Barreira, meu orientador, pela paciência e maestria com que me conduziu no desenvolvimento deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Aos meus alunos:

Todo meu crescimento pessoal e profissional será sempre pensando em vocês e por vocês!

Aos meus pais:

Minha mãe Natividade (*In memoriam*), que nos deixou em 2018, mas sei que, onde ela estiver, estará orgulhosa.

Meu pai Pedro, que sempre me disse que tudo que me deixaria era a educação que poderia, e realmente pode, me proporcionar.

Às minhas filhas

Luiza e Elizabeth meus maiores orgulhos e à **Eliane**, minha esposa e verdadeira companheira de vida que sempre soube me entender, apoiar e ajudar nesse importante momento de nossas vidas

RESUMO

Este trabalho investiga a história, a relevância e a participação da Escola Técnica Estadual “Aristóteles Ferreira”, atualmente denominada Etec “Aristóteles Ferreira”, na formação de mão de obra qualificada para a Baixada Santista, passando pelos diplomas legais que definiram as denominações e as práticas educacionais. Completado meio século de existência da Instituição no ano de 2019, investigaram-se também as memórias de um ex-diretor e de quatro ex-alunos que se tornaram professores, os quais foram colaboradores do projeto de história oral que subsidiou a pesquisa, baseado nas práticas e procedimentos adotados pelo Professor Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, criador e coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP). A apresentação do resultado da pesquisa está dividida em três partes: a primeira é a análise conceitual entre Educação e Educação Profissional no Brasil, em que são apresentados alguns educadores considerados pioneiros no ensino técnico, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS), desde a criação até o Jubileu de Ouro (1969-2019), finalizando com uma interpretação possível para a Educação Profissional baseada no diálogo com as evidências, fontes bibliográficas e a experiência profissional do pesquisador. Na sequência, é apresentada a localização geográfica da escola e são reconstruídos em uma perspectiva do passado os quatro diferentes momentos da Instituição ao longo de sua existência, além dos diplomas legais que alteraram sua denominação em seus 50 anos. Ao final, apresentam-se as memórias de expressão oral dos colaboradores do projeto em história oral.

Palavras-chave: Centro Paula Souza. Escola Técnica Aristóteles Ferreira. Educação Profissional. Santos. História Oral.

ABSTRACT

This paper investigates the history, relevance and participation of the State Technical School “Aristóteles Ferreira”, currently called Etec “Aristóteles Ferreira”, in the generation of qualified labor for the Baixada Santista, going through legal diplomas that defined denominations and educational practices. Completed half a century of the Institution's existence in 2019, it also investigated memories of a former director and four former students who became professors and were collaborators in the oral history project which subsidized the research, based on practices and procedures adopted by Professor Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, creator and coordinator of the “Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP)”. Research results are presented in three parts: first, the conceptual analysis between Education and Professional Education in Brazil, in which are mentioned some educators considered pioneers in technical education, the “Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETPS)”, from creation to the Golden Jubilee (1969-2019), ending with a possible interpretation for a Professional Education based on evidence, bibliographical sources and researcher's professional experience. Moreover, the geographic location of the school is presented and four different moments of the institution throughout its existence are reconstructed in a perspective of the past, in addition to the legal diplomas that changed its name over its 50 years. Finally, memories of oral expression of the collaborators of the oral history project are presented.

Keywords: Centro Paula Souza. Technical school Aristóteles Ferreira. Professional education. Santos. Oral History.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Busto de Paula Souza na Poli-USP	24
Figura 2 - Parte insular de Santos.....	33
Figura 3 - Bairro da Aparecida, em Santos	34
Figura 4 - "Aristóteles Ferreira" e "Escolástica Rosa" nos dias de hoje	34
Figura 5 - Terreno conforme testamento de João Octávio	35
Figura 6 - João Octávio dos Santos	36
Figura 7 - Formandos da primeira turma do Curso Técnico de Máquinas e Motores.....	38
Figura 8 - Turma do Curso Técnico Industrial do Brasil	39
Figura 9 - Diploma emitido em 1978	43
Figura 10 - Aristóteles Ferreira.....	45
Figura 11 - Histórico escolar da escola entre os anos de 1977 e 1980.....	46
Figura 12 - Foto do movimento grevista no Ginásio do Ibirapuera.....	49
Figura 13 - Formatura com a presença do prefeito de Santos, em 1988	51
Figura 14 - Colaborador Marcos Augusto com a patronesse Sueli Maya, em 1990..	51
Figura 15 - Diretora Maria Helena Sodré Franco e Marcos Augusto.....	52
Figura 16 - Formandos em Eletrônica, em 1972	52
Figura 17 - Foto dos formandos em Eletrônica, em 1988	53
Figura 18 - Professores da área técnica do Aristóteles Ferreira, em 1984	64
Figura 19 - Colaboradores Marcos Augusto e Almeida.....	64
Figura 20 - Turma de Eletrônica de 1973.....	67
Figura 21 - Professor Gilson com alunos do curso técnico em Agenciamento de Viagens	73
Figura 22 - Professor Ito.....	79
Figura 23 - Professores Almeida, Mario Euzébio e Sanches no laboratório de Eletrotécnica.....	88
Figura 24 - Professores na Expotec de 1984	93
Figura 25 - Marcos Augusto, como orador, na formatura do Técnico em Eletrotécnica, em 1990.....	99
Figura 26 - Professor Marcos Augusto com alunos do curso técnico em Eletrônica, em 2013	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diplomas legais e alterações do nome do Instituto	41
Quadro 2 - Alterações nas denominações da Escola “Aristóteles Ferreira”	41
Quadro 3 - Períodos, nomes e mandatos dos diretores	60

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	12
2 PARTE I – CINQUENTA ANOS DA ESCOLA TÉCNICA “ARISTÓTELES FERREIRA”: HISTÓRIA.....	18
2.1 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: PRECISANDO CONCEITOS, APRESENTANDO EXPERIÊNCIAS.....	18
2.2 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PRECISANDO CONCEITOS..	18
2.3 EDUCADORES CONSIDERADOS PIONEIROS DO ENSINO TÉCNICO NO BRASIL.....	20
2.4 UM PROJETO PAULISTA DE FORMAÇÃO TÉCNICA CENTRO PAULA SOUZA: DA CRIAÇÃO AO JUBILEU DE OURO (1969-2019)	23
2.5 A EXPERIÊNCIA DO CENTRO PAULA SOUZA.....	26
2.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL	30
3 O ENSINO TÉCNICO EM SANTOS: A ESCOLA TÉCNICA “ARISTÓTELES FERREIRA”	32
3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	33
3.2 PRIMEIRO MOMENTO: O COMEÇO (1908-1969)	35
3.3 DIPLOMAS LEGAIS: DA INAUGURAÇÃO AO CINQUENTENÁRIO ATRAVÉS DOS DECRETOS DE CRIAÇÕES, ALTERAÇÕES E DENOMINAÇÕES.....	41
3.4 SEGUNDO MOMENTO: UMA ESCOLA PERTENCENTE À REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (1969-1992).....	48
3.5 TERCEIRO MOMENTO: TRANSIÇÃO DE VÍNCULO INSTITUCIONAL (1993)	53
3.6 QUARTO MOMENTO: UMA ESCOLA PERTENCENTE AO CENTRO PAULA SOUZA (1994 AOS DIAS DE HOJE).....	56
4 PARTE II – CINQUENTA ANOS DA ESCOLA TÉCNICA “ARISTÓTELES FERREIRA”: MEMÓRIAS DE EXPRESSÃO ORAL	63
4.1 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM GILSON ROBERTO ROZO GUIMARÃES	65
4.1.1 “Você vivia a escola...” – Gilson Roberto Rozo Guimarães.....	65
4.2 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM CARLOS KENJI ITO	78
4.2.1 “Vocês não têm direito de opinar!” - Carlos Kenji Ito	79
4.3 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM ANTONIO JOAQUIM ALMEIDA FERREIRA.....	85

4.3.1 “Lugar de engenheiro é na indústria, os técnicos é que sabem a parte de mão de obra” – Antonio Joaquim Almeida Ferreira	86
4.5 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM MARCOS AUGUSTO CUNHA COUTO ESTÁCIO	95
4.5.1 “Muitas empresas de São Paulo vinham buscar alunos aqui!” – Marcos Augusto Cunha Couto Estácio.....	96
4.6 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM JORGE MONTEIRO JUNIOR	112
4.6.1 “O ‘Aristóteles Ferreira’ entrou pela porta da frente!” – Jorge Monteiro Junior	112
4.7 AS MULHERES E A ETEC “ARISTÓTELES FERREIRA”	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
5.1 PONTOS PARA REFLEXÃO	125
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICES	130
APÊNDICE A - PROJETO DE HISTÓRIA ORAL	130
APÊNDICE B - TEXTUALIZAÇÕES DAS ENTREVISTAS	139
ANEXOS	212
ANEXO A: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A VIDA ACADÊMICA DOS PROFESSORES CITADOS NAS ENTREVISTAS COMPILADAS PELO COLABORADOR MARCOS AUGUSTO COUTO CUNHA ESTÁCIO	212
ANEXO B - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO COM AUTORIZAÇÃO AO PROFESSOR JOSÉ CID FILHO PARA LECIONAR, EM 1972.....	215
ANEXO C – DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO COM A DESIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DO COLABORADOR JORGE MONTEIRO JUNIOR PARA SERVIÇOS ENTRE AS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EM 1992	216

1 APRESENTAÇÃO

“Um espectro está rodando os muros da academia: o espectro da história oral”.

(PORTELLI, 1994)

A proposta deste trabalho é narrar, destacando as principais contribuições e a importância da história de meio século de existência que a Instituição Técnica Educacional “Aristóteles Ferreira” completou no ano de 2019, juntamente com a história da Educação Profissional no estado de São Paulo, especialmente na Baixada Santista.

A atualmente denominada Etec “Aristóteles Ferreira”, tem história, relevância e participação ativa na formação de mão de obra qualificada para a Baixada Santista, em especial ao Polo Industrial de Cubatão, desde os anos de industrialização daquela cidade até os dias de hoje, fornecendo profissionais para a cidade de São Paulo, a partir dos diversos e abrangentes cursos oferecidos, atendendo, ou tentando atender, a demanda e os anseios da comunidade empresarial regional que participa ativamente da adequação e da atualização dos cursos por intermédio dos Conselhos da Escola.

Desde a criação da unidade escolar e, enquanto foi subordinada à Secretaria da Educação, mantinha-se quase estagnada em relação à oferta de cursos técnicos voltados para formar mão de obra em seus primeiros 25 anos. Ainda era muito ligada, mesmo que não mais de fato, ao destino prático dado pelas elites do meio do século XIX às escolas técnicas, como reforça Cunha (2000, p. 7)

Reforçando a dualidade escolar, a política educacional do Estado Novo erigiu uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, entre o ensino secundário, destinado às “elites condutoras”, e os ramos profissionais do ensino médio, destinados às “classes menos favorecidas” (CUNHA, 2000, p. 7).

A Etec “Aristóteles Ferreira” é uma das unidades do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS) e ambos iniciaram suas atividades em 1969, portanto, durante a ditadura civil-militar, que durou de 1964 a 1985, e apresentava diretrizes específicas para esse tipo de ensino, como aponta Cunha (2000, p. 9)

Os governos militares do período 1964-1985 não desmancharam a estrutura sindical estado-novista. Ao contrário, procuraram reforçá-la, defendendo-se contra outras formas de organização e de representação de interesses. (CUNHA, 2000, p. 9).

Apesar da coincidência dos anos de início das suas atividades, a Escola Técnica “Aristóteles Ferreira” só ingressou como unidade do CEETEPS em 1994. Suas trajetórias, inicialmente paralelas, são apresentadas ao longo deste trabalho.

O Jubileu de Ouro das edificações da atual Etec “Aristóteles Ferreira” é concomitante ao meu vigésimo ano como docente daquela instituição. Estes anos fizeram com que minha carreira profissional tivesse uma inesperada mudança, saindo da carreira estabilizada de analista de sistemas e sócio-diretor de uma empresa de Informática instalada na cidade de Santos, com clientes em toda a Baixada Santista e na capital, para dedicação à carreira de educador, pela qual me apaixonei e a qual, hoje, me dedico exclusivamente como coordenador de curso paralelamente à docência.

Durante a execução do projeto em história oral que subsidiou este trabalho, constataram-se, na prática, os decretos que influenciaram direta ou indiretamente a escola e as práticas divergentes àqueles decretos e leis. Os colaboradores, extraídos da colônia formada pelos alunos, professores e funcionários da Instituição, e a rede, exclusivamente constituída por ex-alunos que se tornaram professores que relataram suas memórias, contribuíram muito para esta pesquisa, principalmente quanto aos diferentes momentos em que a denominação da escola teve alteração, as percepções dos alunos a respeito de cada mudança e as motivações para elas.

Os colaboradores da pesquisa podem ter atribuído à escola diferentes contribuições e podem ter enfatizado diferentes acontecimentos como expressão da importância que dão a ela. Suas memórias de expressão oral apresentam, eventualmente, momentos concomitantes e com diferentes pontos de vista que se complementam, prestando à Escola Técnica “Aristóteles Ferreira” um serviço a favor da escrita dos acontecimentos pelos quais a Instituição passou ao longo dos seus 50 anos e que não foram registrados nos documentos oficiais ou que foram não retratados tais como ocorreram. Neste trabalho, estão registradas estas marcantes e fundamentais passagens.

Esta dissertação foi organizada em três seções, apresentando-se, na primeira, as bases que fundamentaram o trabalho através da apropriação dos conceitos de educação e de educação profissional. São apresentados os

educadores considerados pioneiros do ensino técnico no Brasil com participações decisivas desde os manifestos para a educação. O Centro Paula Souza é o principal foco dessa seção, desde a sua criação, em 1969, até os dias atuais. Essa primeira seção é finalizada com uma interpretação sobre a educação profissional no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, produzida por mim no diálogo que mantive com os textos de alguns estudiosos e especialistas no assunto, ou seja, uma interpretação produzida no confronto com minha própria vivência e experiência nesse campo educacional. Na segunda seção, é apresentada a Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”, inicialmente com a sua localização geográfica e os quatro momentos identificados ao longo da sua história: O começo, entre os anos 1908 e 1969, antes do segundo momento, entre 1969 e 1992, quando a escola era pertencente à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, no qual apresento os diplomas legais que alteraram as denominações da escola. O terceiro momento, em 1993, quando a escola foi preparada para ser aceita pelo Conselho Deliberativo do Centro Paula Souza como a 15.^a escola técnica, e finalizo com o período iniciado em 1994 e que dura até os dias atuais da escola pertencente ao Centro Paula Souza. Na terceira e última seção, são apresentadas as memórias de expressão oral dos cinco colaboradores que participaram do projeto em história oral. Desta forma, os objetivos da pesquisa de reconstruir a história e a memória da escola são alcançados. Antes, porém, apresento, a seguir, algumas notas autobiográficas, cujo principal objetivo é explicitar o meu “lugar de fala”.

1.1 EU CIDADÃO, EU PESQUISADOR, EU NA ETEC

Caçula dos três filhos de pais imigrantes portugueses, 46 anos de idade, casado e pai de duas lindas meninas, concluí a minha primeira graduação no ano de 1996, em Ciência da Computação na Universidade Santa Cecília (UniSanta), na cidade de Santos. No final daquele ano, eu e dois colegas de turma fundamos a Rota Informática, uma empresa que atendia clientes, na região da Baixada Santista e algumas empresas na capital, com desenvolvimento de sistemas de informação, cursos básicos e específicos em computação e venda e manutenção de computadores. A Rota Informática foi a concretização de um sonho pessoal do meu início de graduação, sendo as sílabas “Ro” e “Ta” que deram nome à empresa as

iniciais dos meus sobrenomes: Rodrigues e Tavares. Entre meus dois amigos que foram convidados e me acompanharam em sociedade, está Eliane, atualmente minha esposa, à época, apenas uma colega de turma na faculdade. A sociedade durou pouco mais de cinco anos, até a minha definição exclusiva pela carreira docente, por conta do início das vendas de computadores pelos grandes magazines, o que tornou a concorrência desleal com as pequenas empresas.

No ano de 2000, incentivado pela minha mãe, que faleceu em setembro de 2018, tomei ciência da Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”, uma instituição até então desconhecida para mim, mesmo tendo nascido e sido criado na cidade de Santos. Participei do concurso público para professor de Informática, fui aprovado e logo fui efetivado por prazo indeterminado, sem saber a real importância deste fato naquela época. Assim começou a minha carreira como docente, pela qual me encantei e decidi me aprimorar como professor.

Em 2001, surgiu a oportunidade de cursar o mestrado. Era uma parceria entre a UniSanta e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Cumprí todos os créditos ministrados por professores de Uberlândia nas dependências da universidade em Santos. Foi emitido inicialmente um certificado de pós-graduação *lato sensu*, por conta do elevado número de aulas que eu ministrava. Nesta época, já era professor do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-SP), na Unidade de Ensino Descentralizada de Cubatão, que atualmente é Instituto Federal de São Paulo (IFSP), e, com a distância entre as cidades de Santos e de Cubatão, desisti do Mestrado em Engenharia da Computação. Por incrível que pareça, naquele momento, este certificado era menos importante em relação à minha continuidade como professor do que a licenciatura. Por isso, ainda durante o cumprimento dos créditos do mestrado, iniciei a minha segunda graduação: Licenciatura em Matemática na Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), recém-instalada na cidade do Guarujá.

Em 2006, concluí Pedagogia em um polo da Universidade de Nova Iguaçu, na cidade de Praia Grande e, em 2008, finalmente, o Centro Paula Souza voltou a oferecer o curso de “Esquema”, cursado nas dependências da Escola “Dona Escolástica Rosa”, com diploma de Licenciatura Plena em Informática emitido pela Fatec São Paulo. Há uma certa dúvida em relação à esta licenciatura, uma vez que ela não é dentro das quatro licenciaturas tradicionais, mas é um diploma regulamentado, registrado e, conseqüentemente, válido em todo território nacional.

Iniciei as aulas no “Aristóteles Ferreira”, ministrando a disciplina Informática Básica para os cursos técnicos oferecidos à época: Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações, Mecânica e Turismo. Logo no início, surgiram algumas aulas de Matemática no Ensino Médio. Ofereceram-me e a minha formação em Ciência da Computação era suficiente para esta função. Eu sempre gostei muito da disciplina e assumi aquelas aulas. Em 2004, o grupo dos professores de Informática elaborou um projeto de abertura de um curso técnico em Informática no período vespertino, visando a atender, principalmente, aos nossos alunos do ensino médio que, à época, contavam somente com a oferta do curso no período matutino. À frente da direção da escola estava a professora Ieda Aparecida de Jesus, que apoiou a ideia e, assim, implantamos o curso. Desde a primeira turma, obtive a maior relação candidatos/vaga da escola.

Lembro-me de que, no primeiro ano, fiquei assustado quando chegou o momento de repassar para os coordenadores as menções obtidas pelos alunos. Utilizavam uma tabela feita no MS-Word e, quando a menção era insatisfatória, ela era formatada manualmente, uma a uma, na cor vermelha. Para o segundo processo de que participei, desenvolvi uma planilha eletrônica, que automatizou as menções. Posteriormente, desenvolvi um sistema, ainda baseado em planilhas eletrônicas transmitidas via Internet pelos professores, que reduziu a duração do processo para apenas um dia em vez de uma semana.

Em 2008, assumi a coordenação do curso de Informática. Em 2009, passamos a oferecer o curso técnico em *WebDesign*, atual Informática para Internet, do qual também me tornei o coordenador. Fiquei nestas coordenações até 2012, tempo máximo possível naquela época. Atualmente, esta regra deixou de existir. Em 2014, com a nova lei do Ensino Médio, a escola voltou a oferecer o curso integrado e implantou o Ensino Técnico em Informática Integrado ao Médio (Etim). Tornei-me o coordenador deste curso, do qual sou até hoje, agora com a denominação de Ensino Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Médio.

No ano de 2009, participei do chamado laboratório de currículos do Centro Paula Souza e, junto com um grupo de professores de vários locais do estado de São Paulo, elaborei o curso técnico em Informática para Internet, que existe até hoje e foi implantado em diversas escolas estaduais.

Uma das minhas maiores alegrias e grande satisfação que tive em relação à escola na qual completei 20 anos de docência, em 2019, foi ser o professor

escolhido para fazer o discurso representando os todos os professores na Sessão Solene pelo Cinquentenário da Instituição na Câmara de Vereadores de Santos. Outros momentos alegres foram, no ano de 2016, de maneira anônima até o momento da colação de grau, ter formado minha filha mais velha, Elizabeth, no curso de Agenciamento de Viagens, antigo curso de Técnico em Turismo. Atualmente, ela cursa o quinto ano na faculdade de Farmácia na Universidade Federal de São Paulo. No ano de 2019, minha filha caçula, Luiza, se formou no curso Técnico em Desenho da Construção Civil e hoje cursa o primeiro ano do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Católica de Santos.

2 PARTE I – CINQUENTA ANOS DA ESCOLA TÉCNICA “ARISTÓTELES FERREIRA”: HISTÓRIA

2.1 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: PRECISANDO CONCEITOS, APRESENTANDO EXPERIÊNCIAS

Para apresentar a história da Escola Técnica Estadual “Aristóteles Ferreira”, que completou 50 anos no ano de 2019, inicialmente são apresentadas algumas definições e significados dados por especialistas e pelo dicionário sobre Educação e Educação Profissional. Na sequência, apresentam-se alguns educadores considerados pioneiros do ensino técnico no Brasil que tiveram papéis fundamentais nos manifestos que ajudaram a escrever e que mudaram o ensino público do país.

Apresentam-se, ainda, um projeto paulista de formação técnica: Centro “Paula Souza” - O CEETPS da criação ao Jubileu de ouro (1969-2019) e como, na Educação Profissional, a experiência do Centro Paula Souza se tornou sinônimo de ensino técnico e tecnológico de qualidade.

Finalizo o primeiro capítulo com uma possível definição sobre Educação Profissional, tendo por base o diálogo entre as diversas fontes bibliográficas consultadas e a minha experiência como professor do ensino técnico profissional por mais de duas décadas, exercendo paralelamente, em mais da metade desse tempo, a coordenação de cursos e participando de projetos para remodelação e implantação de novos cursos técnicos.

2.2 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PRECISANDO CONCEITOS

Após a leitura da 49ª reimpressão do livro “O que é educação?” (2007), de Carlos Rodrigues Brandão, que foi editado pela primeira vez em 1981, pela editora Brasiliense, refleti sobre a “Educação” e a “Educação profissional” nas suas definições e transformações ao longo dos últimos anos no país.

No livro, a definição do autor para a palavra educação era “ação e efeito de educar, de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais da criança e, em geral, do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino” a partir do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa de Caldas Aulete (BRANDÃO, 1981, p. 54). Já no Pequeno Dicionário de Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Hollanda, é

Ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social; trabalho sistematizado, seletivo, orientador, pelo qual nos ajustamos à vida, de acordo com as necessidades ideais e propósitos dominantes; ato ou efeito de educar; aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas, polidez, cortesia. (HOLLANDA apud BRANDÃO, 1981, p. 55)

No mesmo livro, há ainda a definição da Enciclopédia Brasileira de Moral e Civismo, lembrando que ele foi lançado durante a ditadura militar. A educação era, assim, definida do latim “*educere*”, que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter (BRANDÃO, 2007, p. 63). Estas definições mudaram radicalmente ou até mesmo deixaram de ser utilizadas, como veremos mais adiante.

Nos dias atuais, “educação” no dicionário Dicio é definida como “ação ou efeito de educar, de aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém”. (DICIO, 2021, *on-line*) Podemos, assim, concluir que a educação, seja ela voltada para a educação básica seja para a profissional, é o processo de aprendizado e aquisição de conhecimentos e habilidades. Geralmente, ocorre sob a orientação de educadores, podendo os alunos também se auto educar, além de a educação poder ocorrer em contextos formais ou informais, em que quaisquer experiências que tenham efeito formativo podem ser consideradas.

Já “Educação profissional” não se encontra nos dicionários, mas podemos concluir que se refere a processos educativos que têm por finalidade desenvolver formação teórica, técnica e operacional que habilitem o indivíduo ao exercício profissional de uma atividade produtiva.

A relação destes trechos extraídos das leituras feitas com o meu trabalho sobre ensino técnico profissionalizante, por intermédio da história da Etec “Aristóteles Ferreira”, em Santos, se dá pela definição de a educação profissional não ter sofrido a radical transformação, inclusive na definição pura e direta de um dicionário, como sofreu a educação. É evidente que a educação profissional sofreu, sofre e continuará a sofrer mudanças constantes para se adequar às necessidades do mercado de trabalho, mas, como constatado nas literaturas, essas mudanças não são necessariamente narradas, interpretadas, simultaneamente.

Além disso, intriga o fato trágico de um dos educadores responsáveis pela implantação da educação profissional no país, Anísio Teixeira, ter falecido em um acidente, até hoje suspeito, no prédio do famoso Aurélio Buarque de Holanda,

quando iriam se encontrar para discutirem o ingresso de Anísio na Academia Brasileira de Letras.

2.3 EDUCADORES CONSIDERADOS PIONEIROS DO ENSINO TÉCNICO NO BRASIL

Paschoal Lemme (Rio de Janeiro, 1904 - 1997), definido por Zaia Brandão como o “último dos pioneiros” entre os “pioneiros da Escola Nova” (BRANDÃO, 2010, p. 42), foi signatário dos manifestos pela educação de 1932 e de 1959, com fundamental papel em ambos. Para Lemme, as reformas de ensino eram necessárias, mas insuficientes do ponto de vista do projeto de uma sociedade verdadeiramente igualitária, sem que houvesse as transformações da própria estrutura social capitalista, responsável pela divisão social do trabalho, separado como manual, de responsabilidade dos pobres, e intelectual, privilégio dos ricos.

É nesta modalidade de ensino que as maiores confusões se verificam, mesmo entre educadores profissionais. De um lado, a impropriedade da designação, pois essa denominação de ensino técnico, profissional ou industrial é usada para esse tipo de ensino somente, em grau elementar ou médio, com a finalidade de formar operários com um mínimo de cultura geral, e destinado, portanto, aos filhos das classes menos favorecidas da fortuna. (LEMME, 2004d, p. 46)

Além de Paschoal Lemme, os pioneiros Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira refletiam sobre as condições de educação da população, as relações entre educação e sociedade e apresentavam convergências e distanciamentos na compreensão destas relações.

Para Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, a escola pública não distinguia os cidadãos que precisavam trabalhar dos que não precisavam, ou seja, era a escola pública comum e continuada a todos os cidadãos. Já Paschoal Lemme defendia a escola pública, mas não acreditava que a democratização de acesso a ela equalizasse as oportunidades sociais.

Lemme teve um papel ligado ao ensino técnico, destacado em todos os cinco volumes de suas “Memórias”. O tema ligado à educação técnica profissional aparece demonstrando suas convicções, estudos para o seu desenvolvimento e aplicações efetivas, tudo isso fruto de seu trabalho como professor e diretor de escola técnica e, posteriormente, como técnico em cargos políticos ligados a este segmento de ensino.

Formado em escola profissional, tornou-se, depois, professor e, por fim, ascendeu à direção de uma das mais importantes unidades do ensino técnico: a Escola de Comércio “Amaro Cavalcanti”, durante a administração Fernando de Azevedo. Tratava-se de preparar as escolas técnico-secundárias para as reformas que se projetavam.

Em 1931, trabalhou no novo Ministério da Educação, onde foi designado para a comissão que deveria apresentar sugestões para a regulamentação e solução dos problemas do ensino técnico-profissional. Tendo em vista suas preocupações com este tema, já que era professor da modalidade no Distrito Federal, sua intenção foi a unificação deste grau de ensino, dando-se o mesmo nível ao chamado Ensino de Letras ao Ensino Técnico-profissional, “[...] transformando as antigas escolas profissionais em escolas técnico-secundárias, com uma organização inspirada nas escolas compreensivas norte-americanas”. (LEMME, 2004b, p. 122)

O quarto volume de suas memórias concentra a maior parte das suas referências quanto ao ensino técnico e demonstra os vários e diferentes momentos da história da educação técnica no Brasil, desde como o ensino técnico-profissional era até seus problemas, em 1945, e como apareceu nos manifestos de 1932 e 1959, além da LDB de 1961, que contava um capítulo inteiro dedicado ao ensino técnico.

Esclarecidas essas questões, verifica-se que a condição do nosso ensino técnico, excluído o de grau médio e o superior, é e será por muito tempo a de um ensino de emergência para uma indústria incipiente e de rumos ainda incertos. Nesse sentido, dois aspectos principais apresentam o problema no momento: O preparo para o trabalho de uma grande massa de menores entre 11 e 14 anos, semianalfabetos porque suas condições econômicas não permitiram uma frequência regular à escola primária na época própria e o aperfeiçoamento dos operários e aprendizes já empregados, de modo a poderem melhor atender às novas condições que vão se criando para o trabalho industrial. (LEMME, 2004d, p. 47)

No “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, a instrução pública não tem sido, entre nós, na justa observação de Alberto Torres, senão um “[...] sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo” (TORRES apud LEMME, 2004d, p. 202). Foi apontado no manifesto o problema educacional das massas rurais e do elemento trabalhador da cidade e dos centros industriais por causa da extensão da escola do trabalho educativo e da escola do trabalho profissional, baseadas no exercício normal do trabalho em cooperação, pela adaptação crescente destas escolas às necessidades regionais e às profissões e indústrias dominantes no meio.

Mas, se, à medida que a riqueza do homem aumenta, o alimento ocupa um lugar cada vez mais fraco, os produtores intelectuais não passam para o primeiro plano senão quando as sociedades se organizam em sólidas bases econômicas. (LEMME, 2004d, p. 202)

No “Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público”, de 1959, o tema “educação para o trabalho e para o desenvolvimento econômico” novamente não foi ignorado. A educação pública tinha de ser, pois, reestruturada para contribuir também, como lhe compete, para o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e para o desenvolvimento econômico. Se neste ou naquele setor, como o ensino de grau médio e, especialmente, o técnico, a precária situação em que ainda se encontra a educação está ligada ao estágio de desenvolvimento econômico e industrial, ou, por outras palavras, se destes dependem os seus progressos, é legítimo indagar em que sentido e medida a educação, em geral, e a preparação científica e técnica, em particular, podem ou devem concorrer para a emancipação econômica do país. Os povos vêm demonstrando que “[...] o seu poder e sua riqueza dependem cada vez mais de sua preparação para alcançá-los”. (LEMME, 2004d, p. 221). A revolução industrial, de base científica e tecnológica, se expande por toda parte, em graus variáveis de intensidade, e traz as reivindicações econômicas ou a ascensão progressiva das massas e a luta para melhorar suas condições de vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Capítulo III, destinado ao ensino técnico, traz, no item “Disposições Gerais e Transitórias”, no artigo 118, a determinação de que, não havendo número suficiente de profissionais formados pelos cursos especiais de educação técnica, poderiam ser aproveitados como professores de disciplinas específicas do ensino médio técnico profissionais liberais de cursos superiores correspondentes ou técnicos diplomados na especialidade.

A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo. (THOMPSON, 2002, p. 13)

Esta prática chamou minha atenção, pois, em minha unidade de ensino técnico, foi adotada e, por isso, ainda temos vários professores que foram

enquadrados nesta situação. Normalmente, tornaram-se professores os melhores alunos de suas turmas e assim permanecem até os dias atuais.

No último livro de suas memórias, Lemme (2004e) confirma seu alinhamento quanto às administrações de Fernando de Azevedo, sucedido, em 1931, por Anísio Teixeira que, em seu discurso de posse, declarou a pretensão de continuar os trabalhos na profunda reforma em todos os níveis de ensino, com ênfase no ensino técnico-profissional, que seu antecessor realizou.

Um dos aspectos mais importantes da administração de Anísio Teixeira foi a ótica nova com que encarou o ensino técnico-profissional, não como ensino de segunda categoria para as classes menos favorecidas, mas “afirmaria em seguida a Constituição de 37 ensino para os filhos dos outros, como foi comentado com ironia certa vez”. (LEMME, 2004e, p. 15).

Enfim, estes três educadores, Anísio e Fernando, com atuações mais relevantes nas reformas que promoveram quando estiveram à frente dos Departamentos de Ensino, atuais Secretarias de Educação, e Paschoal, como assessor, tiveram papéis fundamentais nos manifestos que ajudaram a escrever e que mudaram o ensino público do país.

2.4 UM PROJETO PAULISTA DE FORMAÇÃO TÉCNICA CENTRO PAULA SOUZA: DA CRIAÇÃO AO JUBILEU DE OURO (1969-2019)

O Centro Paula Souza Criado foi criado por força do Decreto-lei de 6 de outubro de 1969, como entidade autárquica, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré, que também finalizou as obras de ampliação do Instituto “Dona Escolástica Rosa”, e resultou na atual Etec “Aristóteles Ferreira”.

Educadores, autoridades e mesmo o público em geral veem na existência de uma rede ampla de escolas profissionais a condição determinante do progresso industrial do País, no conceito simplista de que ensino técnico produz indústria, quando o que se dá é exatamente o contrário: no momento em que se criam condições para a existência da indústria, imediatamente passa a ser solicitada a organização e o aperfeiçoamento do ensino profissional em graus e modalidades convenientes, o que, aliás, é perfeitamente compreensível, pois que ninguém se empenhará em aprender técnicas que não tenham aplicação produtiva. (LEMME, 2004d, p. 46)

Inicialmente denominado “Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo”, teve por finalidade a articulação, a realização e o desenvolvimento da educação tecnológica nos graus de ensino médio e superior, devendo, para isso,

incentivar ou ministrar cursos de especialidades correspondentes às necessidades e às características dos mercados de trabalho nacional e regional, promovendo experiências e novas modalidades educacionais, pedagógica e didáticas, bem como o seu entrosamento com o trabalho. Teve também como finalidade formar pessoal docente destinado ao ensino técnico, em seus vários ramos e graus, em cooperações com as universidades e institutos isolados de ensino superior que mantivessem cursos correspondentes de graduação de professores.

Com o Decreto n.º 1.418, de 10 de abril de 1973, a denominação passou a ser Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em homenagem ao professor Antonio Francisco de Paula Souza (Itú, 1843 - Rio de Janeiro, 1917). Nascido em uma família de estadistas, o engenheiro posicionava-se como um liberal, a favor da República e do fim da escravidão. Estudou Engenharia na Alemanha e na Suíça e fundou a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), onde atuou como professor e diretor, tornando-se patrono dos cursos de Engenharia. Trabalhou diretamente no desenvolvimento da infraestrutura do país, projetando obras e estradas de ferro. Na política, atuou como deputado, presidente da Câmara Estadual e ministro das Relações Exteriores e da Agricultura no mandato do presidente Floriano Peixoto (Maceió, 1839 - Barra Mansa, 1895). A seguir, o monumento em homenagem ao engenheiro, na Fig. 1.

Figura 1 - Busto de Paula Souza na Poli-USP



Fonte: Antonio Francisco
(2021)

De acordo com o colaborador Jorge Monteiro Junior, esta denominação atendeu a vontade do antigo governador do estado, Abreu Sodré, que, por força de lei, não pôde criar originalmente o centro estadual de educação tecnológica com o nome do engenheiro como homenagem a Paula Souza.

Professor Jorge Monteiro Junior foi seu assessor e viu nascer o Centro Paula Souza. Ele considera Abreu Sodré um visionário que pensou em tecnologia. Por ser um homem muito rico, como cafeicultor e advogado, e ter ficado ainda mais rico quando se casou com a filha de um banqueiro, aumentado a fortuna da família, era um indivíduo muito hábil que viajava o mundo. Nestas viagens, se encantou com as escolas da Califórnia e com as escolas francesas de tecnologia, cujo modelo foi utilizado para a criação do Centro Paula Souza. Abreu Sodré achava que o futuro estava neste tipo de escola (cf. Apêndice B, p. 188).

O decreto que alterou o seu nome também criou a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec-SP). Junto com a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, incorporada no ano anterior, elas começaram a operar com três cursos na área de Construção Civil: “Movimento de Terra e Pavimentação”, “Construção de Obras Hidráulicas” e “Construção de Edifícios”; e dois na área de Mecânica: “Desenhista Projetista” e “Oficinas”. Todos eram cursos técnicos de nível superior. Era o início das Faculdades de Tecnologia do estado de São Paulo.

A partir do Decreto n.º 16.309, de 4 de dezembro de 1980, as Escolas Técnicas de Segundo Grau foram institucionalizadas. Elas eram mantidas mediante convênios celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Estado da Educação, prefeituras municipais e entidades civis e educacionais. O prazo de vigência dos convênios expirava em 31 de dezembro daquele ano e, considerando os estudos realizados, houve a manifestação favorável do seu Conselho quanto à integração de escolas técnicas em sua estrutura educacional, que foi ratificada pelo Conselho Universitário e pela Reitoria da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, a qual passou a administrar seus primeiros cinco colégios técnicos industriais, instalados nas cidades de Campinas, Jundiaí, Mococa, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Em processo bem lento, quando comparado aos números deste século, somente em 1986 foram criadas a terceira e quarta Fatec’s: a de Americana e a de Santos, inaugurada como Fatec Baixada Santista, atualmente Fatec “Rubens Lara¹”. Outras sete unidades foram criadas antes da virada do século XXI e, após isso, mais de 60 unidades foram criadas, aumentando significativamente o número de vagas,

¹ Lei N.º 13.236, de 1.º de dezembro de 2008.

totalizando 71 unidades, no ano de 2019, que atendem mais de 85 mil alunos² matriculados em 80 cursos de graduação tecnológica de diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras.

Nas Etecs³, mais de 224 mil estudantes estão matriculados nos ensinos médio, técnico integrado ao médio e no ensino técnico, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, *on-line*, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica. As Etecs oferecem 185 cursos, voltados a todos os setores produtivos, públicos e privados, em 223 unidades espalhadas pelo estado de São Paulo.

2.5 A EXPERIÊNCIA DO CENTRO PAULA SOUZA

A instituição a qual estou atualmente vinculado, o Centro Paula Souza⁴, define o ensino técnico como uma missão para “promover a educação pública profissional e tecnológica dentro de referenciais de excelência, visando ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de São Paulo”. Mas, o decreto⁵ de sua criação assim o definia em seu segundo artigo, parágrafo único:

Entre outras medidas que visem à articulação, à integração e ao desenvolvimento do ensino técnico, o Centro promoverá ou realizará cursos, proporcionará estágios, e executará programas que, nos variados setores das atividades produtivas, possibilitem aos trabalhadores, de qualquer idade ensejo para o seu contínuo aperfeiçoamento profissional e o aprimoramento de sua formação cultural, moral e cívica.

Esta definição é bastante alinhada ao governo do país naquele momento da ditadura civil-militar, de 1964 a 1985, como relatado por Cunha (2002, p. 7) e já mencionado na apresentação deste trabalho. Já o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, define o ensino técnico como uma modalidade educacional cuja finalidade precípua é preparar “para o exercício

² Centro Paula Souza. Perfil e Histórico. São Paulo. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

³Centro Paula Souza. Perfil e Histórico. São Paulo. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

⁴ O Centro Paula Souza (CPS) é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Presente em 322 municípios, a instituição administra 223 Escolas Técnicas (ETEC) e 73 Faculdades de Tecnologia (FATEC) estaduais, com mais de 300 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos.

⁵ Decreto-lei de 6 de outubro de 1969.

de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Cunha, em seu livro “O ensino profissional na irradiação do industrialismo”, cita a tese de doutorado sobre a qualificação profissional no Brasil de Elenice Monteiro, que foi secretária-adjunta da Secretaria Nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor), no período 1995 a 1998. Sob sua coordenação, traçou um ambicioso plano de propiciar, gradativamente, a oferta de educação profissional permanente para qualificar ou requalificar, a cada ano, pelo menos 20% da população economicamente ativa. Isso implicava ofertar algum tipo de educação profissional a quase 15 milhões de pessoas anualmente. A meta geral era a de garantir, entre outras ações do governo, competitividade ao setor produtivo e desenvolvimento com justiça social, mediante:

- a) formação e atualização profissional em contextos de mudança e modernização tecnológica;
- b) aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
- c) aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade; e
- d) elevação da produtividade, da competitividade e da renda. Para tanto, seria necessária a construção e a consolidação de um novo enfoque conceitual e metodológico de educação profissional. (CUNHA, 2000, p. 233)

Em consequência, os objetivos de médio e longo prazo foram elencados assim:

- a) a educação profissional deveria complementar e não ser alternativa nem substitutiva à educação básica (fundamental e média);
- b) a educação profissional deveria estar focalizada na geração de trabalho e renda, sem a ilusão de que qualificação, em si, possa gerar emprego;
- c) a educação profissional deveria estar orientada pela efetiva demanda do setor produtivo (reunindo interesses e necessidades de trabalhadores, empresários, comunidades), e não pela “oferta de cursos disponíveis na praça”;
- d) a educação profissional deveria ser capaz de absorver a diversidade da PEA, levando em conta variáveis como sexo, idade, raça/ cor, escolaridade, deixando de funcionar como reforço da desigualdade;
- e) a educação profissional deveria ser entendida como direito do trabalhador, fundamental para um novo patamar de relações capital-trabalho, fundado na negociação e não em benesses do Estado ou da empresa;
- f) a educação profissional deveria ser instrumento para elevar a produtividade e a qualidade do trabalho, melhorar a empregabilidade do trabalhador, construir a cidadania e melhorar as condições de vida da população. (CUNHA, 2000, p. 234)

Inicialmente, o objetivo era obter a adesão preferencial do Sistema S⁶, especialmente do Senai e do Senac. No entanto, eles recusaram a proposta em razão da definição prévia de suas missões que não priorizavam os mesmos destinatários. Diante disso, a então secretária optou por induzir as secretarias estaduais e municipais de trabalho a organizar planos de qualificação para os quais receberiam recursos. Os projetos resultantes desses planos foram implementados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além dos planos estaduais, foram feitas parcerias com organizações não governamentais, sindicatos de trabalhadores, fundações, universidades e outras entidades, com o mesmo propósito. A Sefor contou com a possibilidade de montar uma rede com cerca de 20 mil entidades que atuam na educação profissional, em todo o país, compreendendo instituições de todos os tipos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define e regulariza os sistemas de educação e ensino brasileiros e tem como base os princípios presentes na Constituição. Citada pela primeira vez na Constituição de 1934, seu primeiro projeto de lei foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, em 1948, e, somente após 13 anos de debates, o texto chegou à sua versão final, sendo publicada em dezembro de 1961, pelo então presidente João Goulart (São Borja, 1919 - Mercedes, 1976). A segunda versão foi publicada em agosto de 1971, em pleno regime militar, quando o presidente era Emilio Médici (Bagé, 1905 - Rio de Janeiro, 1985), que vigorou até a promulgação da vigente, em dezembro de 1996, na presidência de Fernando Henrique Cardoso (Rio de Janeiro, 1931), a qual sofreu várias alterações, sendo a mais radical quanto aos ensinamentos de nível médio e técnico, executadas pela Lei n.º 11.741, de 2008, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nas leis que regem a educação em nosso país, a LDB de 1961 já trazia normas quanto à regulamentação do ensino técnico, mas não o definia, assim como não o fazia com a “Educação”, a qual trazia, em seu Artigo 2.º, que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” e “à família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos”. O artigo seguinte definiu que “o direito à educação é assegurado”. (BRASIL, 1961)

⁶ É chamado de “Sistema S” o conjunto de organizações criadas com o objetivo de promover o desenvolvimento em nível pessoal e profissional dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços, assim como de sua família e da comunidade nos quais eles estão inseridos.

Já a Lei n.º 5.692, de 1971, tinha por finalidade fixar e implantar o ensino de primeiro e segundo graus. A educação profissional foi definida como “formação de técnicos e auxiliares-técnicos destinados ao preenchimento de postos de trabalho na indústria, no comércio, nos serviços e na agricultura” (BRASIL, 1971) e, quanto à Educação, em nenhum de seus 88 artigos é definida.

Só na LDB de 1996, em seu Artigo 1.º, definiu-se assim a educação como a que “[...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e a relacionou diretamente com o ensino profissional no segundo parágrafo. “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social” (BRASIL, 1996).

De volta as reflexões sobre educação apontadas por Brandão (2007), no capítulo: “Pessoas *versus* sociedade: um dilema que oculta outros”, o autor praticamente filosofa:

Quando alguém tenta explicar o que são estes nomes e o que eles misturam: educação, escola, ensino, a fala que explica pode pender para um lado ou para o outro de uma velha discussão. Uma discussão ontem quente, hoje em dia inútil, a não ser quando serve para revelar o que se esconde por detrás de pensar a educação desta maneira ou daquela. (BRANDÃO, 2007, p. 61)

O autor faz uso das definições para educação de vários escritores e pensadores, como Sciacca, para quem “a Educação não é mais do que o desenvolvimento consciente e livre das faculdades inatas do homem” ou que “a Educação é o processo externo de adaptação superior do ser humano, física e mentalmente desenvolvido, livre e consciente, a Deus, tal como se manifesta no meio intelectual, emocional e volitivo do homem”, de Herman Horse, ou, ainda, “o fim da Educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele seja capaz”, de Kant, e “é toda a espécie de formação que surge da influência espiritual”, de Krieck. (BRANDÃO, 2007)

O autor prossegue citando Kerschensteiner, que diz que a “educação é um sentido de valorização individual organizado, variável em extensão e profundidade para cada indivíduo e processado pelas riquezas culturais” de e que “é a influência deliberada e consciente exercida sobre o ser maleável e inculto, com o propósito de formá-lo”, de Cohn, e conclui com William James, dizendo que “a educação é a

organização dos recursos biológicos individuais, e das capacidades de comportamento que tornam o indivíduo adaptável ao seu meio físico ou social” (BRANDÃO, 2007, p. 61-5).

Brandão (2007) finaliza com Durkheim, que define a educação

[...] como a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social e tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (BRANDÃO, 2007, p. 71)

Para Brandão,

Entre muitas outras, esta é uma maneira sociológica de compreender a educação. Depois de Durkheim (que, por sua vez, aprendeu isso com outros cientistas anteriores e, quem sabe?, com alguns índios) inúmeros sociólogos, antropólogos, filósofos e educadores começaram a formular pontos de vista semelhantes. Não é que eles tivessem a proposta de uma "nova educação", menos abstrata e desancorada do que a "Educação Humanista" que criticavam. O que eles buscaram fazer foi esclarecer mais e mais como a sociedade e a cultura são e funcionam, na realidade. Como, portanto, a educação existe dentro delas e funciona sob a determinação de exigências, princípios e controles sociais. (BRANDÃO, 2007, p. 72)

2.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL

Após estas reflexões, acredito que Educação é o ato de educar, de instruir, passar conhecimentos em um sentido mais amplo. Significa o meio pelo qual os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos não necessariamente de uma geração anterior para uma posterior, pois vivemos dias em que o professor aprende com seus alunos ao ensinar e a educação vai se formando por meio de situações presenciadas e experiências vividas pelos indivíduos ao longo de suas vidas. É um pensamento muito parecido, porém mais aberto que o do filósofo e teórico da área da pedagogia René Hubert:

A educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade. (PENSADOR, 2020, *on-line*)

Neste sentido técnico, a educação, do meu ponto de vista, seria definida como o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de que ele se integre à sociedade e possa assumir um

papel mais amplo na sua construção como cidadão, que seja mais consciente, sem preconceitos, responsável e com sabedoria, e que ainda seja capaz de transmitir conhecimentos para a construção de uma sociedade melhor.

Ensinar não pode se restringir às paredes das escolas, porém não pode excluir a importância da transmissão do conhecimento científico e sistematicamente oferecido, com as regras de civilidade que permitem, ao menos, a manutenção de uma ordem a ser seguida e padronizada pelas instituições de ensino. Atualmente, o ensino técnico integrado ao ensino médio passa por mais uma mudança em nosso país, o que faz com que os profissionais deste setor da educação fiquem bastante apreensivos com novas propostas sem que alterações anteriormente feitas fossem concretizadas, testadas e pesquisadas para que resultados fossem apresentados e orientassem as novas mudanças. Educadores e profissionais destes cursos poderiam ser ouvidos e, conseqüentemente, colaborariam com ajustes que são necessários e bem-vindos e não mudanças radicais, como as que ora unificam, ora separaram os ensinos médio e técnico.

Quanto à educação profissional ou à educação técnica profissional, tendo por base o diálogo com as fontes bibliográficas consultadas e a minha própria experiência, assim definiria que a educação profissional tem como finalidade preparar o futuro profissional para uma atividade industrial, comercial ou tecnológica por meio de uma formação teórico-prática operacional, de forma a contribuir para a formação de cidadãos com competências e habilidades capazes de os incluir no mundo do mercado de trabalho e na sociedade.

3 O ENSINO TÉCNICO EM SANTOS: A ESCOLA TÉCNICA “ARISTÓTELES FERREIRA”

Neste capítulo, é apresentada a localização geográfica da Etec “Aristóteles Ferreira, situada no bairro da Aparecida, na cidade de Santos, estado de São Paulo, para uma melhor visão ao leitor que não conhece a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Na sequência, são apresentados os quatro momentos pelos quais a estrutura física da instituição de ensino passou ao longo dos 50 anos de existência e que foram identificados na pesquisa. A princípio, as edificações foram idealizadas como ampliações nas instalações do Instituto “Dona Escolástica Rosa” já sob a administração do governo do estado de São Paulo.

Os momentos são: antes da inauguração, revelando-se o início (1908-1969), quando é feita uma breve apresentação do idealizador e patrocinador do Instituto “Dona Escolástica Rosa” e primeiro patronímico da Etec “Aristóteles Ferreira”, João Octávio dos Santos. A seguir, há uma breve bibliografia do vereador Aristóteles Ferreira, atual homenageado como patronímico da Escola Técnica. Na sequência, os diplomas legislativos são apresentados com os rumos legais da Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”, da inauguração ao cinquentenário, os decretos de sua criação, alterações e denominações. Depois, uma escola pertencente à rede estadual de ensino do estado de São Paulo (1969-1992) apresenta a escola subordinada à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que ofereceu cursos técnicos integrados ao ensino médio em Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica. A transição para a mudança de vínculo institucional, em 1993, ano em que a escola, ainda subordinada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, foi preparada para ser admitida pelo Conselho Deliberativo do Centro “Paula Souza” como a 15.^a escola técnica do estado de São Paulo, fato que aconteceu na prática, mas os documentos legais não deixam evidente, uma vez que esta transferência aconteceu junto com outras 89 escolas técnicas. O “Aristóteles Ferreira” foi a única a ser remodelada antes da transferência, como está nos relatos do colaborador Jorge Monteiro Junior, diretor do “Aristóteles Ferreira” e responsável pelo processo de adequação.

Foi um ano de profundas transformações, desde a estrutura física quanto a laboratórios e equipamentos e até o corpo docente quase totalmente renovado, uma

vez que todos os funcionários do Centro Paula Souza eram contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conhecidos como celetistas, diferentemente dos ligados à Secretaria da Educação, os denominados estatutários. Por fim, o quarto momento: uma escola pertencente ao Centro Paula Souza (1994 até hoje) apresenta a escola subordinada ao Centro Paula Souza, quando os cursos foram oferecidos de maneira separadas e independentes, os técnicos e atual ensino médio, com processo seletivo para ingresso, inicialmente feito pela própria escola e, atualmente, padronizado e simultâneo no estado inteiro para 139 escolas técnicas. Os momentos retratados são anos de abertura de diversos novos cursos técnicos e de retomada do ensino integrado entre médio e técnico nas diferentes modalidades que atendem as novas legislações.

3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

As imagens apresentadas a seguir foram elaboradas por meio da ferramenta computacional Google *Earth*⁷ e apresentam a parte insular da cidade de Santos, localizada na Ilha de São Vicente, litoral do estado de São Paulo, na Fig. 2.

Figura 2 - Parte insular de Santos

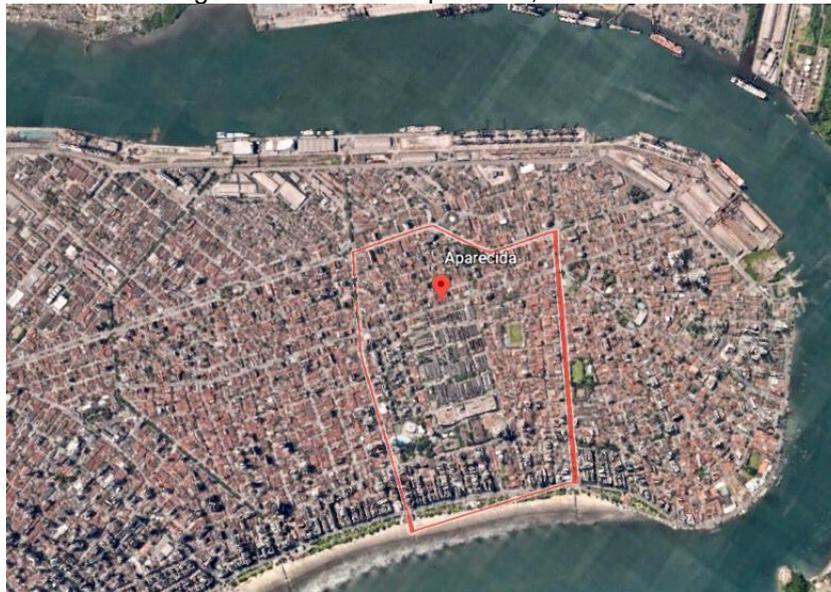


Fonte: Google *Earth* (2021).

⁷ Programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa estadunidense do Google cuja função é apresentar modelos tridimensionais do globo terrestre. Disponível em: https://earth.google.com/web/search/Santos,/@23.95757105,46.32509949,5.59818954a,22601.26406156d,35y,0h,0t,0r/data=CnUaSxJFCiUweDk0Y2UwM2I5N2NjNzg1NmY6MHgzZmYzZTUwN2IwNGJiYzQ2GZ9a2C7I9zfAlaD9SBEZKkfAKgpTYW50b3MslFNQGAIgASImCiQJl-3_mBfjNsARxxbJni9vOMAZBGjHxxBxRsAhaD-lVB1FSMA. Acesso em: 16 jun. 2021.

O Bairro da Aparecida, com a indicação em linhas vermelhas de sua área na cidade de Santos, na Fig. 3, abrange o terreno que, de acordo com o testamento de João Octávio dos Santos, é o atualmente utilizado pelas Escolas Técnicas Estaduais “Aristóteles Ferreira”, estudada pela presente pesquisa, e a “Dona Escolástica Rosa”.

Figura 3 - Bairro da Aparecida, em Santos



Fonte: Google Earth (2021).

Na Fig. 4, é possível visualizar que escola “Aristóteles Ferreira” ocupa os fundos do terreno com indicação do piso sem edificações na cor azul e está em frente à Avenida Epitácio Pessoa e o Escolástica Rosa, de frente ao mar.

Figura 4 - "Aristóteles Ferreira" e "Escolástica Rosa" nos dias de hoje



Fonte: Google Earth (2021).

Já a Fig. 5 ilustra o que seria o terreno originalmente destinado ao Instituto Escolástica Rosa, de acordo com o testamento de João Octávio.

Figura 5 - Terreno conforme testamento de João Octávio

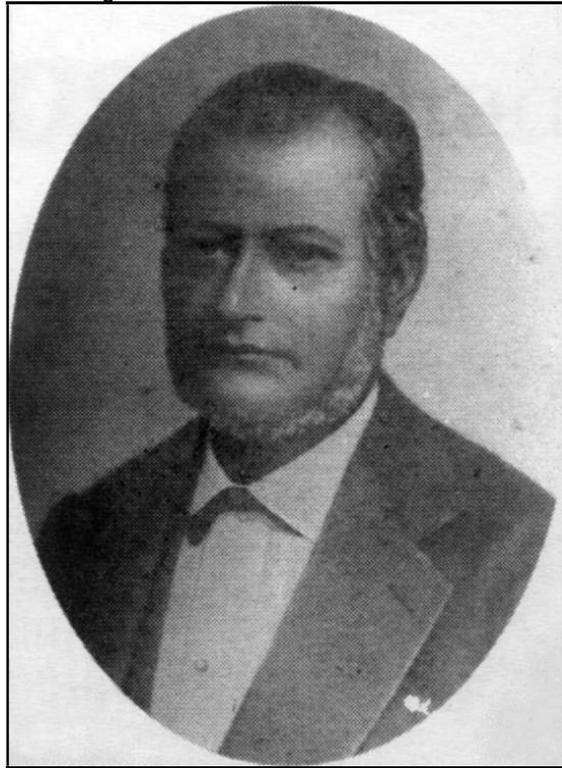


Fonte: Google Earth (2021).

3.2 PRIMEIRO MOMENTO: O COMEÇO (1908-1969)

A história da Escola Técnica “Aristóteles Ferreira” se confunde com a do Instituto Dona Escolástica Rosa – e poderia nem existir, na prática, como unidade autônoma de educação –, uma vez que sua origem se deu a partir da ampliação do Instituto Dona Escolástica Rosa, no mesmo terreno onde foi concebido, fruto da vontade e da ideia de João Octávio dos Santos (Santos, 1830-1900), na Fig. 6, filho bastardo da ex-escrava Escolástica Rosa com o Conselheiro João Octávio Nébias, que o batizou e o apoiou nas primeiras letras e nos negócios, fazendo do jovem e inteligente mulato um comerciante que acumulou uma grande fortuna de \$1.625.919.686 (CONCEIÇÃO, 1908, p 8), moeda da época, cerca de milhões hoje, até o fim de sua vida, em 1900.

Figura 6 - João Octávio dos Santos



Fonte: Conceição (1908, n. p.).

Solteiro e sem herdeiros diretos, dividiu os seus bens entre beneficiados, a Santa Casa de Misericórdia de Santos e o Instituto “Dona Escolástica Rosa”, que ainda seria construído em homenagem à sua mãe, de acordo com os seus desejos deixados em testamento. (CONCEIÇÃO, 1908, p. 8)

Os anos 20 e toda a década de 1930 assistiram a uma importante mudança nos destinatários do ensino profissional. No tempo da Colônia e do Império era nítido a quem se dirigia o ensino artesanal e manufatureiro: aos miseráveis, aos órfãos, aos abandonados, aos delinquentes, enfim, a quem não podia opor resistência a um ensino que preparava para o exercício de ocupações socialmente definidas como próprias de escravos. (CUNHA, 2000 p. 6).

Em 1908, o Instituto “Escolástica Rosa”, primeira escola profissionalizante da cidade de Santos, foi inaugurado após oito anos da morte de seu idealizador, que indicou seu amigo, Júlio Conceição (Piracicaba, 1864 - Santos, 1938), para a administração da construção do espaço destinado à educação intelectual e profissional de meninos pobres, o qual contratou o escritório de Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Campinas, 1851 - Guarujá, 1928), famoso arquiteto também responsável pelo projeto da Pinacoteca de São Paulo, entre outros grandes projetos pelo país.

Uma das características mais importantes da política educacional do Estado Novo, no que diz respeito, especificamente, ao ensino profissional, foi o forte protagonismo estatal. Primeira República assentou a marca sinalizadora para as décadas seguintes: a criação de escolas profissionais pelo Governo Federal – a começar com a importante rede de escolas de aprendizes artífices, criada em 1909 – e pelo Governo Estadual Paulista. (CUNHA, 2000, p. 7).

O Instituto manteve, por 25 anos, sua finalidade quanto à instrução exclusiva de meninos no regime de internato, ou seja, até fins de 1933, conforme a vontade deixada em testamento, sob a direção da Santa Casa de Misericórdia de Santos, da qual João Octávio havia sido provedor por entre 1875 e 1878 e, posteriormente, entre 1883 e 1896. (CONCEIÇÃO, 1908, p. 7)

Isso que se apresenta chocante para muita gente, quando posto nesses termos claros é, entretanto, perfeitamente demonstrado pela própria evolução do nosso chamado ensino profissional. Enquanto nosso trabalho industrial não passava de formas elementares, o que ainda acontece em alta percentagem, nosso ensino técnico não foi além de uma formação rudimentar para um verdadeiro artesanato, e nossas escolas profissionais não passaram de meros asilos para crianças desamparadas, sendo essa a origem de quase todas elas. (LEMME, 2004d, p. 47)

Mesmo com a quantia em dinheiro necessária para a construção, e com um total de 74 imóveis deixados em testamento para a manutenção do Instituto por meio dos recebíveis em aluguéis, a Santa Casa, sob a alegação de que não estava mais conseguindo mantê-lo, firmou um convênio por um período de 50 anos com o governo do estado, por meio Decreto Estadual n.º 6.222, de 18 de dezembro de 1933, o qual passou a ser responsável pelo ensino da recém-instalada Escola Profissional Secundária Mista Instituto “D. Escolástica Rosa”. A crise financeira da Santa Casa provavelmente foi agravada pela crise de 1930, pois a Irmandade já vivia momentos difíceis que afetaram suas finanças a partir da perda da subvenção especial que advinha do imposto alfandegário e que o governo cortara por medida de economia. O convênio mantinha, de acordo com o Artigo 3.º, os cursos e os professores e funcionários vigentes da época e, ainda, pelo Artigo. 5.º, determinava que cursos poderiam ser criados na Escola, na medida do seu desenvolvimento, de acordo com as necessidades locais. No Artigo 6.º, foi criada junto à escola uma Colônia de Férias para os alunos de outros estabelecimentos profissionais do estado motivada pela sua localização privilegiada em frente ao mar.

Durante o governo estadual de Geraldo Alckmin (Pindamonhangaba, 1952), com o Decreto n.º 48.456, de 20 de janeiro de 2004, a Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”, então denominada Escola Estadual “Escolástica Rosa”, subordinada à

Secretaria da Educação, foi transferida para o CEETEPS e passou a ser Escola Técnica Estadual “Escolástica Rosa”, alterado para Escola Técnica Estadual “Dona Escolástica Rosa” a partir do Decreto n.º 48.992, de 28 de setembro de 2004, após solicitação da comunidade escolar, conforme relatos do colaborador Gilson Roberto Rozo Guimarães.

Na Fig. 7, nota-se a importância dada à época para os formados em cursos técnicos, representada na elegância dos alunos da primeira turma do curso técnico de Máquinas e Motores do Instituto “Dona Escolástica Rosa”, entre eles o professor Cid Filho, muitas vezes citado nas memórias dos colaboradores. Na foto, há predominância de alunos do sexo masculino, que vem reduzindo ao longo dos anos.

Figura 7 - Formandos da primeira turma do Curso Técnico de Máquinas e Motores



Legenda: Professor Cid, sentado à esquerda no plano mais alto.
Fonte: Arquivo pessoal de Cid Filho (2021).

A atual Etec “Dona Escolástica Rosa”, neste momento, não ocupa mais o seu terreno original e provisoriamente está localizada no bairro da Vila Mathias, na cidade de Santos, até que as reformas necessárias sejam feitas e o prédio centenário possa voltar à sua destinação original.

As instalações, em enorme terreno, e a organização do Instituto eram modulares. Pena que, passando para a coordenação da Secretaria da Educação do Estado (dezembro de 1933), em crise financeira da Santa Casa, apesar de todos os esforços, essa obra maravilhosa em favor do menino pobre ficou muito aquém da ambição do seu idealizador. (PEREIRA, 1996, p. 92)

Impossível não concordar com o pensamento da professora Maria Aparecida Franco Pereira, feito ainda em tempos que, apesar do desvio das funções

idealizadas por João Octávio dos Santos, o Instituto era utilizado como instituição de ensino. Situação ainda mais decepcionante é a atual. Em decorrência da falta de conservação, o prédio se encontra interditado e sem previsão para retorno das atividades.

A partir de 1934, já sob a responsabilidade do governo do estado de São Paulo, a instituição sofreu mudanças, tanto físicas como estruturais. A sua meta era formar o trabalhador para atender as demandas sociais, ou seja, preparar e treinar o operário nos princípios “tayloristas” da produção. A cidade de Santos continuava, certamente, pulsando em torno do Porto, mas também empresas, órgãos de classe e instituições surgiam em decorrência das atividades portuárias. A clientela do Instituto foi ampliada: além dos internos, foram admitidos alunos externos de toda a região.

Na Fig. 8, está a primeira turma do Curso Técnico Industrial do Brasil, formada pelo Instituto “Dona Escolástica Rosa”, em foto tradicional, no pátio interno em frente à estátua do idealizador e responsável pela instituição de ensino, João Octávio dos Santos, com um menino representando um órfão. Entre os alunos, uma única mulher, sem a confirmação se era uma professora ou aluna. Entre os formandos, novamente o professor Cid que, após o término deste curso, foi convidado pelo diretor para se tornar professor.

Figura 8 - Turma do Curso Técnico Industrial do Brasil



Legenda: Professor Cid, o primeiro a esquerda, em pé na fileira do meio, em mais uma turma de curso técnico.

Fonte: Arquivo pessoal de Cid Filho (2021).

Frederick Winslow Taylor (Filadélfia, 1856 - 1915), nascido nos Estados Unidos, revolucionou o mundo da Administração com seus estudos e experimentos. Sua preocupação era solucionar os problemas de produção e atender tanto às expectativas dos empregadores, com baixo custo de produção, quanto às dos empregados, com altos salários. “O objetivo da Administração é pagar salários melhores e reduzir custos unitários de produção” (CHIAVENATO, 2003, p. 55). De acordo com o autor, Taylor estudou a Administração como ciência, afirmando que era possível aplicar o conhecimento ao trabalho e chegar à máxima eficiência através da otimização da produção, que era sua principal fonte de inspiração. É considerado “fundador da Administração Científica” (CHIAVENATO, 2003, p. 55) , por propor a utilização de métodos científicos cartesianos na administração de empresas. Seu foco era a eficiência e a eficácia operacional na administração industrial e comercial.

O panorama do início do século XX tinha todas as características e elementos para inspirar uma Ciência da Administração: uma imensa variedade de empresas, com tamanhos diferenciados, insatisfação generalizada entre os operários, intensa concorrência, alto volume de perdas por decisões mal formuladas. (CHIAVENATO, 2003, p. 49)

Com a conclusão da Pista Sul da Via Anchieta (SP-150), em 1953, seis anos após a inauguração da Pista Norte, em 1947, e a consequente melhora na comunicação das cidades da Baixada Santista com a capital, a implantação do Polo Petroquímico e do Parque Siderúrgico em Cubatão se tornaram viáveis financeiramente e a região passou por grandes transformações econômicas, demandando outros tipos de formação profissional específica.

Ao mesmo tempo em que se dava essa mudança ideológica, as exigências acarretadas pelo próprio processo produtivo, tanto na indústria quanto nos transportes ferroviários, passaram a exigir trabalhadores dotados de qualidades que não poderiam resultar de processos aleatórios. Eles deveriam atender aos requisitos do taylorismo, para o que se impunha sua seleção mediante exames psicotécnicos. A aptidão e a escolha dos melhores foram dois critérios inseridos na prática e no discurso do ensino profissional, sem precedentes no país. (CUNHA, 2000, p. 6).

A mudança ideológica apresentada por Cunha visava a conscientizar os pais para que desejassem aos próprios filhos uma qualificação profissional como algo que os dignificasse em um futuro trabalhador e não como o ocorrido com eles mesmos. “Para tanto, o ensino profissional teria de deixar de ser destinado aos miseráveis, órfãos, abandonados e delinquentes”. (CUNHA, 2000, p. 6)

Começou, assim, a história da atual Etec “Aristóteles Ferreira”, com as obras de ampliação do antigo Instituto no terreno em frente ao mar, que tem cerca de 24 mil metros quadrados ao todo, e a construção de aproximados 7 mil metros quadrados de sua área na parte do terreno que fica de frente à atual Avenida Epitácio Pessoa. Iniciada durante o governo de Carvalho Pinto (São Paulo, 1910 - 1987), entre 1959 e 1963, ficou paralisada por cinco anos, sendo retomada em 1967, na administração de Abreu Sodré (São Paulo, 1917 - 1999), que foi governador entre 1967 e 1971. Com a conclusão e inauguração, em 1969, ainda como era considerada expansão da Escola Estadual Profissional Secundaria Mista Instituto “D. Escolástica Rosa”.

O Quadro 1 contém as leis e decretos que alteraram de alguma forma esta unidade de ensino ao longo dos atuais 111 anos de existência.

Quadro 1 - Diplomas legais e alterações do nome do Instituto

Data	Lei/Decreto	Resumo
1908	-	Início das atividades como Instituto Escolástica Rosa
18/12/1933	6.222	Criação da Escola Estadual Profissional Secundária Mista Instituto “D. Escolástica Rosa” junto ao Instituto “D. Escolástica Rosa”
19/09/1945	15.040	Altera o nome de Instituto “D. Escolástica Rosa” para Escola Industrial “Escolástica Rosa”
16/12/1952	1.973	A Escola Industrial “Escolástica Rosa” é transformada em Escola Técnica “Escolástica Rosa”
20/01/2004	48.456	Transferência para o CEETEPS denominada como Escola Técnica Estadual “Escolástica Rosa”
28/09/2004	48.992	Alterado para Escola Técnica Estadual “ Dona Escolástica Rosa”

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

3.3 DIPLOMAS LEGAIS: DA INAUGURAÇÃO AO CINQUENTENÁRIO ATRAVÉS DOS DECRETOS DE CRIAÇÕES, ALTERAÇÕES E DENOMINAÇÕES

O Quadro 2, a seguir, serve para facilitar o entendimento do leitor quanto às leis e aos decretos que definiram direta ou indiretamente nos patronímicos e nas denominações da atual Etec “Aristóteles Ferreira”.

Quadro 2 - Alterações nas denominações da Escola “Aristóteles Ferreira”

Data	Lei/Decreto	Resumo
28/11/1969	-	Inauguração do prédio como expansão da Escola Estadual Profissional Secundaria Mista Instituto “D. Escolástica Rosa”
23/07/1970	52.499	Criação do Colégio Técnico Industrial de Santos

(continuação)

Data	Lei/Decreto	Resumo
09/05/1975	633	Alteração do nome Colégio Técnico Industrial de Santos para Escola Estadual de 2.º Grau “João Octávio dos Santos”
31/03/1977	9.632(*)	Altera o nome da Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Rádio Clube para Escola Estadual de 1.º Grau “João Octávio dos Santos”. Com isso, o espaço oficialmente fica sem denominação e, na prática, volta ser integrado à Escola Estadual “Escolástica Rosa”
16/02/1978	11.181	Criação da Escola Estadual de Segundo Grau do “Bairro Aparecida”
22/01/1980	14.683	Alteração do nome Escola Estadual de Segundo Grau do “Bairro Aparecida” para Escola Estadual de Segundo Grau “Aristóteles Ferreira”
22/10/1991	34.032	Transferência da Secretaria da Educação para da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
27/10/1993	37.735	Transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o CEETPS
31/05/1994	38.703	Altera a denominação de Escola Estadual de Segundo Grau “Aristóteles Ferreira” para Escola Técnica Estadual “Aristóteles Ferreira”
(*) Importante momento quando, por força da lei, se “perdeu” a denominação “João Octávio dos Santos” para a primeira escola criada após a reunificação das duas escolas, para insatisfação da comunidade escolar, que não pôde voltar a homenageá-lo.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com o início da utilização do espaço, em 28 de novembro de 1969, ainda ligado à Escola Profissional Secundária Mista Instituto “D. Escolástica Rosa”, no ano seguinte, se tornou uma unidade educacional autônoma: Colégio Técnico Industrial de Santos, por força do Decreto n.º 52.499, de 23 de julho de 1970, o qual considerava o substancial aumento de matrículas nas escolas de grau médio de primeiro ciclo, ocorrido nos anos anteriores, acarretando aumento da demanda de vagas nos colégios de segundo ciclo, considerando conveniente que o estado propiciasse aos concluintes do ginásio possibilidades de prosseguimento dos estudos e de engajamento na força de trabalho. Dentro da conjuntura do ensino, à época, era prioritário o atendimento da demanda de vagas do segundo ciclo por intermédio dos colégios técnicos, visando a um desejável equilíbrio entre o número de técnicos de grau superior e de grau médio. A rede de colégios técnicos industriais existentes era insuficiente para o atendimento daquela demanda necessária ao desenvolvimento socioeconômico do estado, levando a criar 14 colégios para funcionar, a partir do ano seguinte, o Colégio Técnico Industrial de Santos. Por força

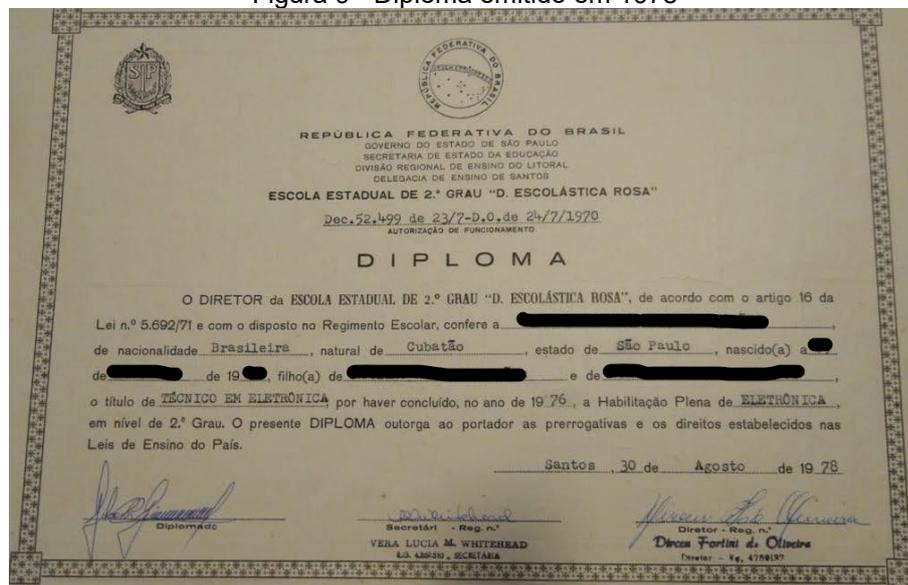
do mesmo decreto, foi anexado o curso de ensino médio de primeiro ciclo, pluricurricular e de aprendizagem profissional, articulados entre si ou isolados.

Os anos 70 foram da aventura profissionalizante. A política governamental tentou inverter a valorização do ensino profissional, de modo a transformar sua destinação aos miseráveis, aos órfãos e aos desvalidos para um tipo de ensino almejado por todos. Na segurança que o autoritarismo propicia àqueles que usufruem do poder, chegou-se a dizer: “acabou o tempo dos doutores, agora é a vez dos técnicos” (CUNHA, 2000, p. 13-4).

De acordo com Cunha (2000), o governo, já quase no meio da segunda metade do Século XX, passou a olhar para as camadas menos favorecidas da sociedade como passível de transformação através do ensino profissional, demonstrando, como João Octávio dos Santos esteve bem à frente quanto à visão deste tipo de ensino para transformar uma sociedade.

Apesar de as novas instalações oficialmente serem atribuídas a uma nova escola independente, na prática, conforme todos os relatos dos colaboradores que vivenciaram esta época, tratava-se como uma única escola desde a inauguração das instalações de ampliação, como aparece na Fig. 9.

Figura 9 - Diploma emitido em 1978



Fonte: Arquivo pessoal de Guimarães (2021).

De acordo com o diploma, cedido por um dos colaboradores que participou do projeto em história oral que, junto aos documentos oficiais, subsidiou esta pesquisa, é possível entender a aparente confusão de toda a comunidade em relação às denominações, nesse caso, das duas escolas que funcionavam naquele local. O diploma, datado em 30 de agosto de 1978, de um aluno que havia concluído seus

estudos em 1976 – vale lembrar que, naquela época, o diploma só era emitido após o término do estágio obrigatório –, foi emitido com timbre oficial da Escola Estadual de 2.º Grau “D. Escolástica Rosa”, porém, utilizando o Decreto n.º 52.499, de 24 de julho de 1970, de criação do Colégio Técnico Industrial de Santos, a denominação já era Escola Estadual de 2.º Grau “João Octávio dos Santos”. Embora tenha concluído curso superior posteriormente, o titular deste diploma informou que ele foi responsável pela criação e manutenção digna de sua família, inclusive pela possibilidade de ministrar aulas na própria instituição, de acordo com as leis educacionais da época. Confidenciou-me, ainda, que, logo após receber o diploma, teve receio de ele não ser aceito por conta dessas contradições de informações. Contudo, nunca teve problemas.

Por força da Lei n.º 633, de 9 de maio de 1975, a denominação do estabelecimento de ensino foi alterada de Colégio Técnico Industrial de Santos para Escola Estadual de Segundo Grau “João Octávio dos Santos” como homenagem ao patronímico idealizador do Instituto “Dona Escolástica Rosa”.

Em 1976, com o Projeto de Redistribuição da Rede Física, incorporou-se à Escola Estadual de Segundo Grau “Dona Escolástica Rosa”, formando uma única unidade. Seu patronímico, pela lei estadual específica para patronímicos, preconiza a atribuição do nome do homenageado à primeira escola criada após o remanejamento. De acordo com o Decreto n.º 9.632, de 31 de março de 1977, deu-se a denominação a estabelecimentos de ensino, alterou-se o nome da Escola Estadual de Primeiro Grau do Jardim Rádio Clube para Escola Estadual de Primeiro Grau “João Octavio dos Santos”, localizada no Morro do São Bento, também na cidade de Santos, e em funcionamento até hoje.

O Decreto n.º 11.181, de 16 de fevereiro de 1978, desmembrou a Escola Estadual de Segundo Grau “Dona Escolástica Rosa”, passando a funcionar novamente como unidade autônoma a Escola Estadual de Segundo Grau do Bairro Aparecida. Novamente, a separação era só oficial e não na prática, como também não era o desejo da comunidade escolar da época. O primeiro ano da nova escola foi marcado por diversas tentativas de separação física por intermédio da instalação de um muro, muitas vezes derrubado logo após sua construção. No retorno das férias de verão, entre os anos de 1978 e 1979, foi, enfim, efetivada a separação física com o término da construção do chamado “muro da vergonha” e as escolas foram separadas em definitivo, mesmo contrariando e gerando polêmica em torno da

mobilidade até do planejamento, fazendo com que o curso de Metalurgia, criado na parte em que, atualmente, funciona o “Aristóteles Ferreira” fosse transferido para o “Escolástica Rosa”, pois os laboratórios e oficinas utilizados nas aulas práticas ficaram, na divisão, no terreno destinado ao Escolástica Rosa.

Dois anos depois, com o Decreto n.º 14.683, de 22 de janeiro de 1980, que dispôs sobre a denominação do estabelecimento de ensino, passou a ser chamada Escola Estadual de Segundo Grau (EESG) “Aristóteles Ferreira”, em homenagem ao ex-vereador e presidente da Câmara Municipal de Santos que, curiosamente, foi o vereador que teve o mais curto mandato como presidente da Câmara de Vereadores.

Foi eleito no dia 15 de julho de 1970, quando o presidente Emílio Garrastazu Médici reabriu o Legislativo Santista, e deixou o cargo em 1.º de fevereiro de 1971. Alguns políticos dizem que a saída ocorreu dentro do espírito da lei e outros falaram em livre e espontânea vontade. Mas houve quem afirmasse que Aristóteles Ferreira foi pressionado pelos próprios companheiros da então Arena, hoje extinta. (SANTOS, 2004)⁸.

Aristóteles Ferreira (Ilhabela, 1907 - Santos, 1978), na Fig. 10, dá nome ao Salão dos Vereadores no Paço Municipal de Santos, onde foi vereador por cinco mandatos consecutivos entre os anos de 1952 e 1973, quando presidiu o Legislativo nos anos de 1956 e 1970 por curtos períodos.

Figura 10 - Aristóteles Ferreira



Fonte: Santos (2004).

Também foi presidente de duas importantes entidades na cidade: a Congregação Mariana da Anunciação, na qual teve papel destacado durante a

⁸ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Notícias. Aristóteles Ferreira. 10 nov. 2004. Disponível em: <https://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=286>. Acesso em 17 julho 2020.

campanha para aquisição da sede própria, e o Santos *Football Club*, entre 1942 e 1944, sendo considerado o herói anônimo das grandes conquistas da entidade em sua fase áurea. Apesar de suas atividades filantrópicas e dos cargos que ocupou, foi obrigado a trabalhar, mesmo com idade avançada, para sobreviver. Morreu na pobreza em 16 de maio de 1978.

A troca de nomes da escola poderia até constranger, de maneira equivocada, uma pessoa desavisada que as desconhecesse, ao analisar o histórico escolar deste aluno, que estudou entre os anos de 1977 e 1980, como relatou um dos colaboradores que participou do projeto em história oral e o forneceu, na Fig. 11.

Figura 11 - Histórico escolar da escola entre os anos de 1977 e 1980

NO 2.º GRAU				
SÉRIE	ANO	ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO	ESTADO
1.ª	1977	EESG. D. Escolástica Rosa	Santos	SP.
2.ª	1978	EESG. do Bairro Aparecida	Santos	SP.
3.ª	1979	EESG. do Bairro Aparecida	Santos	SP.
4.ª	1980	EESG. Aristóteles Ferreira	Santos	SP.

Fonte: Arquivo pessoal de Ferreira (2021).

Com o Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993, houve a autorização da transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o CEETPS com outras 90 escolas (51 ETESG e 39 ETAESG), a partir de 1.º de janeiro de 1994, retirando a coordenação das unidades escolares da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e passando para o CEETPS, autarquia atualmente ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico a qual está vinculada até os dias atuais.

Neste curto intervalo, as memórias dos colaboradores que estiveram em cargos diferentes nesse período convergem e demonstram a transformação na administração da escola, com posturas mais rígidas quanto ao ensino e a disciplina. O colaborador Marcos Augusto Couto Cunha Estácio relatou que, neste período, ministrou aulas para uma turma exclusivamente composta de alunos reprovados, fato inédito, de acordo com ele.

As melhores práticas de pesquisa com a memória contemplam o “fazer com” que qualifica o conceito de “colaboração”. [...] O esforço planejado de investigação sobre o passado ou recriado na memória e as facilidades permitidas pela tecnologia possibilitam o que se conhece por “moderna história oral”. Como dimensão de alternativas dispostas à maioria das pessoas, e com o alcance do direito de se contar e de se explicar, sempre garantidos pelas conquistas de posicionamentos pessoais, a compreensão dos fatos e das interpretações do pretérito não são mais exclusividades dos recursos referenciados por documentos consagrados, cartoriais, raros, alheios. E nem dependem do protagonismo dos explicadores de ofício que, aliás sempre falam “dos” e “sobre” os “outros”, inclusive quando remetem a

si mesmos. Em paralelo às importantes manifestações possibilitadas pela disciplina História e demais irmãs nas humanidades, as alternativas de expressão da memória individual ou coletiva se elevam como ponto valioso para considerações sensíveis, colhidas no presente e com propensão pública. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p.15)

As informações se completam nas memórias de outros que vivenciaram concomitantemente o momento da instituição, mesmo estando em cargos diferentes, como destaca o colaborador Jorge Monteiro Junior. Foi neste período que ele foi o primeiro e único diretor da escola e que sua gestão serviu para que a unidade fosse adequada ao padrão do Centro Paula Souza para que, assim, fosse admitida a sua integração pelo Conselho Deliberativo da Instituição. Várias exigências foram feitas e atendidas até a aprovação pelo Conselho, o que honrou a equipe diretiva e docente, à época, diferentemente das demais 89 escolas, que foram admitidas por força e pressão política dos parlamentares daquela legislatura.

Por fim, com o Decreto n.º 38.703, de 31 de maio de 1994, que alterou a denominação de unidades escolares, em seu parágrafo LXXXIV do artigo 1.º, diz que “[...] altera de Escola Estadual de Segundo Grau “Aristóteles Ferreira” para Escola Técnica Estadual “Aristóteles Ferreira”, atualmente definida apenas como Etec ‘Aristóteles Ferreira’” (SÃO PAULO, 1994).

No ano de 2019, a Etec “Aristóteles Ferreira” contava com mais de 1.800 alunos e ofereceu cursos técnicos modulares de Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações, Mecânica, Agenciamento de Viagem, Desenvolvimento de Sistemas, Informática para Internet, Programação de Jogos Digitais, Desenho de Construção Civil, Eventos e Metalurgia, além do Ensino Médio, reconhecido na região como um dos melhores na esfera pública, segundo os últimos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio, além das turmas dos Ensino Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Médio (ETIMs), antigo curso com a última turma de Informática formada em 2020 e, ainda, na mesma modalidade, os cursos de Eletrônica e Eletrotécnica. Ofereceu o curso Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Programação de Jogos Digitais, este já na nova modalidade de ensino técnico integrado ao médio baseado na última alteração da modalidade de ensino, em 2018, denominada Médio-Técnico (M-Tec).

Ao final de 2019, a Etec “Aristóteles Ferreira” formou 70 alunos exclusivamente no ensino médio que, atualmente, conta com turma única com grande potencial de exclusão dos quadros oferecidos pela unidade de ensino: 481

técnicos nos seus 11 cursos e ainda 89 técnicos com ensino médio integrado, totalizando 640 formados (MAIA, 2019). Estes números corroboram a importância desta unidade de ensino para a região da Baixada Santista.

3.4 SEGUNDO MOMENTO: UMA ESCOLA PERTENCENTE À REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (1969-1992)

Com a implantação da ditadura civil-militar em nosso país, em 1964, a perspectiva dual foi fortalecida gradativamente, tendo seu coroamento com a Lei n.º 5.692/1971, que estabelecia, no espaço da formalidade, a profissionalização compulsória do então chamado segundo grau, atual ensino médio. De todo modo, por força da pressão das camadas médias, em seus anseios de alcançar o ensino superior (e, também, pelo fracasso, em termos dos objetivos pretendidos pelo governo ditatorial), esta profissionalização compulsória foi revogada pela Lei n.º 7.044/1982, sem, contudo, superar o caráter dualista já institucionalizado na legislação, só alterado a partir do Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, e anteriormente apresentado junto às informações sobre o período em que a instituição já era vinculada ao CEETPS.

Este período entre o início das atividades nas novas edificações e a efetivação como “Aristóteles Ferreira” demonstrou ser instável aos alunos. Nas entrevistas para o projeto em história oral, os colaboradores, que foram alunos naqueles anos, relataram insatisfação geral quanto à separação em duas unidades de ensino por um “muro” que foi construído, derrubado e reconstruído diversas vezes.

Em alguns campos, a história oral pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas áreas importantes de investigação. Os historiadores do movimento operário, por exemplo, estão pela primeira vez capacitados a empreender estudos convincentes sobre a maioria não-sindicalizada dos operários, e sobre a experiência normal de trabalho e seu impacto sobre as famílias e a comunidade. Já não estão mais confinados às categorias sindicalizadas, ou àquelas que, em sua época, mereceram publicidade e investigação devido às greves que fizeram ou à extrema pobreza em que viviam. (THOMPSON, 1998, p. 27)

Ao logo dos 24 anos iniciais de sua história, o “Aristóteles Ferreira” iniciou suas atividades com aulas para alunos de ensino de segundo grau, antigo colegial e atual ensino médio, com cursos técnicos integrados. As matrículas eram por demanda e procura, de acordo com o colaborador Marcos Augusto Couto Cunha

Estácio, em 1985, ano que ingressou na então Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”. Iniciaram 14 turmas de primeiro ano do segundo grau, porém com um alto nível de reprovação, o que resultou na redução intensa do número de alunos, pela grande dificuldade discente apresentada nas disciplinas de Matemática e de Física, fundamentais para todos os cursos técnicos oferecidos naquele momento: de Eletrotécnica, depois Edificações e Mecânica e, por fim, Eletrônica, permanecendo assim até a transferência para a Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Houve anos marcados por diversas greves por questões de melhorias nas estruturas física das escolas e em equipamentos para enriquecimento das aulas, que, como relatado pelos colaboradores, corresponderam ao período de subordinação à Secretaria da Educação, quando as escolas não recebiam investimentos tanto em infraestrutura do governo estadual como por motivos salariais. Na Fig. 12, está o colaborador Professor Almeida no auditório do Ibirapuera, em maio de 1984, durante uma greve organizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp).

Figura 12 - Foto do movimento grevista no Ginásio do Ibirapuera



Fonte: Editada pelo autor (2021) a partir de arquivo pessoal de Ferreira (2021).

Na visão do colaborador Marcos Augusto Couto Cunha Estácio, o período que antecedeu a transferência à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, ou seja, com a escola ainda subordinada à Secretaria da Educação, foi

marcado por administrações de vice-diretores e de grande rotatividade dos diretores, que ficavam pouco tempo no cargo.

O colaborador Gilson Roberto Rozo Guimarães iniciou seus estudos de ensino técnico em Eletrônica integrado ao nível médio no então Colégio Técnico Industrial de Santos, em 1973, se formou na ETSG “João Octávio dos Santos”, em 1976. Somente quase dois anos após a conclusão do curso, ele conseguiu receber seu diploma de nível técnico emitido pela EESG “Dona Escolástica Rosa”, o que gerou, à época, certo desconforto quanto ao reconhecimento daquele documento perante as empresas e órgãos regulatórios da profissão.

O segundo colaborador, Antonio Joaquim Almeida Ferreira, iniciou seus quatro anos de estudos em 1977, na então EESG “D. Escolástica Rosa”, passou pelos dois anos na EESG do Bairro Aparecida e se formou em 1980 já na EESG “Aristóteles Ferreira”, já demonstrado na Fig. 11. Ainda que com três diferentes nomes em seu histórico, fisicamente sempre estudou no mesmo espaço físico, até na mesma sala de aula. Não teve problemas quanto ao seu diploma “único”, diferentemente de Guimarães, pois foi emitido logo após cumprir o estágio obrigatório que, na época, pela legislação, poderia ser substituído pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Nestes anos, a escola tinha o reconhecimento da sociedade santista pela formação da mão de obra que ajudava o país em momento de crescimento econômico e industrial. A Fig. 13 mostra a solenidade de formatura do ano de 1988, quando, além da presença dos professores colaboradores desta pesquisa, Almeida e Ito, que representavam as coordenações dos cursos de Mecânica e Eletrônica, e cuja solenidade era pela formatura do colaborador Marcos Augusto no curso de Eletrônica, encontra-se à mesa, como patrono dos formandos, Oswaldo Justo⁹ (Santos, 1926 - 2003), então prefeito da cidade de Santos.

⁹ Filiado ao PMDB, Oswaldo Justo exerceu o cargo de prefeito de Santos de 9 de julho de 1984 a 31 de dezembro de 1988. Após o fim de seu mandato municipal, foi eleito deputado estadual por duas legislaturas consecutivas.

Figura 13 - Formatura com a presença do prefeito de Santos, em 1988



Legenda: Professor Almeida, primeiro, à esquerda; Professor Ito, segundo, à esquerda, e Oswaldo Justo, prefeito de Santos, ao centro.
Fonte: Arquivo pessoal Ferreira (2021).

Na Fig. 13, aparece ainda o professor José Cid Filho (terceiro da esquerda para a direita), lembrado por todos os colaboradores como professor dedicado, fundamental em suas formações e referência por suas posturas docentes. Aparece, também, a professora Conceição¹⁰, única professora do Núcleo Comum que permaneceu no “Aristóteles Ferreira” após a transferência da Secretaria da Educação para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, lembrada pelos colaboradores Marcos Augusto e Jorge Monteiro.

Já a Fig. 14, referente à cerimônia de formatura do curso de Eletrotécnica, em 1990, a patronesse da turma foi a então secretária de Educação de Santos, Professora Suely Maia¹¹.

Figura 14 - Colaborador Marcos Augusto com a patronesse Sueli Maya, em 1990



Fonte: Arquivo pessoal de Estácio (2021).

¹⁰ Maria da Conceição R. T. Pinto.

¹¹ Eleita vereadora pela primeira vez para a legislatura iniciada em 1989, não assumiu, pois foi nomeada secretária de Educação. Em segundo mandato, entre os anos de 1993 e 1996, foi vereadora. (SANTOS, 2021). Disponível em: <https://www.camarasantos.sp.gov.br/24-legislatura>. Acesso em: 30 out. 2021.

Na Fig. 15, aparece a então diretora Maria Helena Sodré Franco com o formando Marcos Augusto e outros colegas. Foi ela que, no ano seguinte, fez o convite ao colaborador para que ele ingressasse na carreira docente.

Figura 15 - Diretora Maria Helena Sodré Franco e Marcos Augusto



Fonte: Arquivo pessoal de Estácio (2021).

Os anos em que a educação profissionalizante era voltada para a formação da mão de obra, em especial ao Polo Industrial de Cubatão, região que ajudava o país em momento de crescimento econômico e industrial, ainda retratavam a predominância masculina. A Fig. 16 traz os formandos em Eletrônica, de 1972, e, entre eles, além do colaborador Gilson, havia apenas quatro formandas.

Figura 16 - Formandos em Eletrônica, em 1972



Legenda: Gilson em destaque (2) - Também professor Sandall (1) e Frias (3).

Fonte: Editada pelo autor (2021) a partir de arquivo pessoal de Guimarães (2021).

Na Fig. 16, ainda aparecem o professor Sandall no alto, à esquerda, de óculos, e o então aluno Frias¹², à esquerda, na parte inferior, que também foi professor do “Aristóteles Ferreira”. Ambos foram, assim como o professor Cid, citados diversas vezes pelos colaboradores como professores exemplares.

A predominância entre alunos em relação às alunas ainda se mantinha nos anos finais do período em que a escola era subordinada à Secretaria da Educação. Entre os formandos em Eletrônica de 1988, turma na qual se formou o colaborador Marcos Augusto, houve quatro formandas, conforme Fig. 17, e, em seu segundo curso, Eletrotécnica, teve apenas duas formandas na turma de 1990.

Figura 17 - Foto dos formandos em Eletrônica, em 1988



Legenda: Colaborador Marcos Augusto em destaque.

Fonte: Editada pelo autor (2021) a partir de arquivo pessoal de Estácio (2021).

3.5 TERCEIRO MOMENTO: TRANSIÇÃO DE VÍNCULO INSTITUCIONAL (1993)

A transferência da subordinação da escola da Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais da Secretaria da Educação para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico ocorreu por força do Decreto n.º 34.032, de 22 de outubro de 1991, quando os cursos técnicos passam a ser modulares e oferecidos de modo independente e separado do ensino médio, com apenas três turmas e processo de admissão por intermédio de prova classificatória e entrevistas. Posteriormente, com Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993,

¹² José Pedro Frias foi aluno e professor da escola até seu falecimento, em 2015. Mais informações no Anexo A.

houve a autorização da transferência da escola para o CEETPS. Estas práticas foram mantidas e deu-se início ao oferecimento de novos cursos de acordo com o resultado de pesquisas para atender as necessidades das cidades da Baixada Santista. O primeiro curso, de 1998, foi Técnico em Turismo e o segundo, de 2004, Técnico em Informática.

No ano de 1993, a Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”, subordinada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, mas ainda fora do CEETPS, formava apenas alunos do técnico integrado ao nível médio em cursos cuja duração era de quatro anos em período único. Porém, os cursos eram diferentes para cada um dos anos que o aluno estava cursando e apenas quatro cursos eram oferecidos.

Esta curta passagem de apenas um ano, marcado por grandes e positivas mudanças, tinha o objetivo de adequar a escola aos padrões de excelência do Centro Paula Souza. Os relatos do colaborador Jorge Monteiro Junior, o primeiro e único diretor do “Aristóteles Ferreira”, quando ainda era ligado diretamente à Secretaria da Ciência e Tecnologia, foram reforçados pelos colaboradores Carlos Kenji Ito, Marcos Augusto Couto Cunha Estácio e Antonio Joaquim Almeida Ferreira, cada um com visões distintas que se complementaram.

Durante o governo do Luiz Antônio Fleury Filho que, na visão do professor Jorge, teve importância crucial para a educação de São Paulo, e que lamentavelmente só é lembrado pelos episódios do Carandiru¹³ ou da quebra do Banespa¹⁴, foi um governador que fez muito pela educação e tinha uma visão clara a respeito dos assuntos ligados a ela.

A Secretaria da Ciência e Tecnologia criou uma estrutura na Avenida Paulista e centralizou a administração destas escolas que vieram da Secretaria da Educação. O secretário da Ciência e Tecnologia, à época, era Luiz Carlos Delben Leite e foi ele quem recebeu as escolas da Secretaria da Educação e as entregou para o Centro Paula Souza. Delegou a tarefa ao seu então assessor e colaborador Monteiro Junior, essencial para os relatos desta pesquisa, de assumir a direção de uma destas escolas, no caso o “Aristóteles Ferreira”, para fazer como padrão, arrumar, deixar em ordem e adequada ao padrão do Centro Paula Souza.

¹³ A Casa de Detenção de São Paulo foi uma penitenciária que se localizava na Zona Norte de São Paulo, popularmente conhecida como “Carandiru” por se localizar no bairro homônimo da cidade.

¹⁴ Banco do Estado de São Paulo.

Os professores deixaram de ser efetivos no “Aristóteles Ferreira” e se mantiveram na Secretaria da Educação em outras escolas, exceto a professora de Geografia, Conceição, que foi a única que ficou e escolheu a Escola dos “Andradas” para fixar sua sede, mas resolveu ficar afastada e sem nenhum direito, como todos que estavam na Secretaria da Ciência e Tecnologia. Neste período, não havia nenhum professor efetivo do núcleo comum na escola, ficando somente os professores da área técnica, todos em igual nível.

Com a escola preparada, o trabalho foi enviado para avaliação do Conselho do Centro Paula Souza. Na época, o professor Elias Orani era o superintendente do Centro Paula Souza e conhecia bem a cidade. O “Aristóteles Ferreira” teve grande notabilidade naquela época e foi feita a reforma na oficina, arrumou-se tudo na escola, que ficou bonita e com tudo funcionando bem para ela fosse acolhida pelo Centro Paula Souza.

A disciplina passou a ser rígida, algo que os alunos não estavam acostumados, sendo a primeira coisa diferente que eles sentiram. O professor Marcos Augusto recorda que, naquele ano, ministrou aulas para uma turma de terceiro ano exclusiva para alunos repetentes. Já o professor Almeida lembra que aquele ano foi o que teve a melhor turma de alunos de Eletrônica ao longo dos quase 40 anos em que esteve na escola. Já para o professor Ito, foi a fase de mudanças em que a escola parecia ser “cobaia” para testes de cursos a serem implantados pelo Centro Paula Souza. Visões distintas e pontos de vista diferentes do mesmo momento, que demonstram a grande transformação pela qual a escola estava passando.

O “tempo” ou simultaneidade das experiências compartilhadas, contudo, dependem de circunstâncias inerentes aos motivos que agregam colaboradores, pois existem casos em que o traço união ocorre ao mesmo tempo – na simultaneidade dos eventos marcantes, tais como um terremoto que pode motivar mudanças drásticas no curso de uma experiência comunitária dos afetados. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 95)

Todos os alunos foram admitidos por processo seletivo e entrevistas, e a disciplina se manteve rígida, tendo que se adaptar a ela os alunos que continuaram na escola nesta transição. O professor Jorge se recordou de, várias vezes, falar no auditório da escola que não estava “convencido de que em ambiente de balbúrdia se podia aprender alguma coisa ou chegar algum resultado razoável” (Cf. Apêndice B, p. 194). Para ele, a disciplina deveria ser bastante rígida e era uma das metas para

deixar a escola em ordem, sem problemas e em condições para que ela realmente pudesse ingressar no Centro Paula Souza.

Houve reunião do conselho deliberativo e a Escola Técnica Aristóteles Ferreira foi acolhida para ingressar ao Centro Paula Souza e, por isso, hoje podemos dizer orgulhosamente: o “Aristóteles Ferreira” entrou pela porta da frente. Todas as outras escolas entraram pela “porta dos fundos”, pois foi a única avaliada após o trabalho feito durante a gestão do diretor Jorge Monteiro Junior, todos aprovados pelo Conselho Deliberativo. O que até hoje lhe dá muito orgulho, conforme relatos do próprio colaborador.

Ainda de acordo com o colaborador, quando o “Aristóteles Ferreira” iria passar para o Centro Paula Souza, houve uma intervenção política irresistível para que todas passassem de uma vez só. E, assim, passaram todas de uma vez.

3.6 QUARTO MOMENTO: UMA ESCOLA PERTENCENTE AO CENTRO PAULA SOUZA (1994 AOS DIAS DE HOJE)

No governo de Luiz Antonio Fleury Filho (São José do Rio Preto, 1949), que, de acordo com o colaborador Jorge Monteiro Junior, teve fundamental importância para o início do crescimento do Centro Paula Souza até se tornar a instituição admirada que é atualmente quanto a unidades de ensino e número de alunos, a partir do Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993, houve a autorização da transferência de 91 Escolas Técnicas Estaduais para o CEETPS, o qual considerava a emergência de novas categorias profissionais em virtude de uma crescente sofisticação tecnológica da época, que impunha a necessidade de formação de mão de obra capaz não simplesmente de aplicar, mas, sobretudo, de compreender, questionar e decidir sobre a realidade tecnológica nacional. A importância do ensino técnico, enquanto nível de ensino cujo papel preponderante deve ser a transmissão de meios para atuar em um segmento vital para a autonomia nacional, como é o caso da tecnologia, é que não deve se restringir a mero reprodutor de um saber destinado a administrar pacotes tecnológicos. Deve considerar, ainda, a necessidade de articulação do ensino médio com o superior, visto que a este cabe a tarefa de habilitar para a proficiência técnica nos diversos campos de especialização, de forma a acompanhar a demanda de uma sociedade, onde se observam contínuas evoluções tecnológicas, e a importância de reunir em

rede única as escolas técnicas estaduais para fins de fixação de uma política de atuação com relação a este ensino. Conforme preceito constitucional, a Escola Técnica “Aristóteles Ferreira” passou a oferecer diversos novos cursos, aumentando significativamente a formação de alunos, como segue: a Lei n.º 5.692, de 1971, adotou a nomenclatura “primeiro grau, segundo grau e ensino superior”. A organização do MEC, todavia, se dividia em Departamento de Ensino Fundamental, Departamento de Ensino Médio e Departamento de Assuntos Universitários. A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 restabeleceram a correspondência dos dois primeiros níveis com base na nomenclatura do ministério.

A separação entre ensino médio e ensino técnico, uma volta atrás no processo de unificação dos ramos gerais e profissionais, que se desenvolvia desde os anos 50, após o ensaio de Anísio Teixeira no Distrito Federal, no início dos anos 30. (CUNHA, 2000, p. 1)

Os cursos técnicos modulares que foram oferecidos de maneira sequencial ou concomitante, separados e independentes do ensino médio, foram vistos como modernos pela comunidade escolar da época. Os professores que ministravam aulas no “Aristóteles Ferreira” não foram efetivados automaticamente pelo Centro Paula Souza. Aliás, pequena parcela dos professores daquela época conseguiu ser aprovada no primeiro concurso público para contratação de professores pelo Centro Paula Souza, chamado de “provão” pelos colaboradores do projeto em história oral. O fato de poucos serem aprovados neste primeiro momento, de acordo com o colaborador Marcos Augusto Couto Cunha Estácio, foi devido ao baixo número de aulas ofertadas naquele concurso. Algumas áreas da escola resolveram fazer atribuição de poucas aulas para cada professor, o que gerou número maior de convocados, como ocorreu na sua área de atuação, a Eletrônica, mas que não foi seguida por todas as áreas na escola, uma vez que os primeiros colocados em cada uma delas possuíam a prerrogativa de assumir quantas aulas estivessem à disposição.

A separação do ensino médio e ensino técnico é considerada novamente um retrocesso por especialistas em educação, corrigido parcialmente com a última reforma pela Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que definiu o currículo do ensino médio composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que devem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos

curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, entre eles a formação técnica e profissional.

A reforma do ensino médio como uma manifestação concreta da flexibilização da educação brasileira, foi iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, com o Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, que, em seu artigo primeiro, trazia os objetivos da educação profissional. No artigo 2.º, definia que a educação profissional deveria ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplassem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. O artigo 3.º, definiu, em seu segundo item, que a educação profissional de técnico seria destinada a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando o então ministro da educação era Fernando Haddad, alguns aspectos foram ajustados pelo Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, o qual definiu, em seu artigo 4.º, sobre a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dando-se de forma integrada ou concomitante.

No “Aristóteles Ferreira”, assim como no CEETPS, o ensino integral voltou a ser oferecido somente em 2014. O primeiro deles foi o Ensino Técnico em Informática Integrado ao Médio (Etim) e Ensino Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Médio, cujo coordenador sou eu desde a instalação. Um fato muito grave que ocorre em nossa instituição é a evasão escolar e, especificamente, este curso vem conseguindo êxito na relação de concluintes, que é acima da média na unidade de ensino, fato que reflete os altos números na demanda por esta formação, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Número de inscritos e demanda no ensino médio integrado ao técnico (Etim)

Ano	Inscritos	Vagas	Demanda	Cursos oferecidos
2014	534	35	15,25	Etim em Informática
2015	368	35	10,51	Etim em Informática
2016	447	35	12,77	Etim em Informática
2017	461	35	13,17	Etim em Informática
	252	36	7	Etim em Informática
2018	157	36	4,36	Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Programação de Jogos Digitais - Mtec
	258	36	7,16	Etim em Desenvolvimento de Sistemas
2019	195	36	5,41	Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Programação de Jogos Digitais – M-tec

Fonte: Elaborada pelo autor (2021) a partir de dados do Banco de Dados Cetec. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/bdcetec/index.php>. Acesso em: 4 ago. 2021.

Nos anos de 2018 e 2019, a escola começou a oferecer, dentro da mesma área, o curso de Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Programação de Jogos Digitais, denominado pela instituição como M-Tec, que já atende as novas diretrizes estabelecidas pelo MEC para a educação de nível médio, o que fez com que a demanda fosse dividida entre os dois cursos.

Até 2019, ano que este levantamento se encerra, este curso formou técnicos com ensino médio integrado com aprovação de 72,22%, 82,86%, 85,71% e 88,57% dos alunos matriculados entre os anos de 2016 e 2019, respectivamente. Números crescentes que demonstram a média superior à da unidade que, a título de exemplificação, em 2019, foi de 63,69%, ou seja, o curso tem aprovação 39,06% maior que a média geral da escola no quesito alunos formados.

O período em que a escola passou a ser administrada pelo CEETPS foi marcado pela democracia em relação ao cargo de diretor da escola. A primeira diretora, professora Nazareth, segundo o colaborador Marcos Augusto Couto Cunha Estácio, participou de um curso de qualificação e foi designada para substituir o professor e colaborador desta pesquisa, Jorge Monteiro Junior. A partir da segunda diretora, professor Thaís Helena Abdala, os diretores foram eleitos pela comunidade

escolar, quando alunos, funcionários e professores participaram do pleito. A princípio, o mandato era de dois anos, como era na época da Secretária da Educação, e, depois, de quatro anos, com possibilidade de uma reeleição, assim como acontece nos cargos executivos do país.

Como demonstrado no Quadro 3, com exceção da primeira diretora, o período foi marcado por poucos diretores eleitos pela comunidade escolar por intermédio de lista tríplice enviada ao diretor superintendente do Centro Paula Souza, que respeitava vontade dos eleitores, nomeando para o cargo o mais votado pela comunidade escolar.

Quadro 3 - Períodos, nomes e mandatos dos diretores

Anos	Diretor(a)	Tipo de mandato
1994-1995	Nazareth Lemos Maldonado Peres	Designada por 2 anos
1996-1997	Thaís Helena dos Santos Abdala	Eleita para 2 anos
1998-1999(*)	Thaís Helena dos Santos Abdala	Reeleita para 2 anos
2000 -2004 (**)	Clodoaldo Mendes Filho	Eleito para 4 anos
2002-2003	Ieda Aparecida de Jesus	Conclui o mandato do diretor anterior
2004-2007	Ieda Aparecida de Jesus	Eleita para 4 anos
2008-2011	Ieda Aparecida de Jesus	Reeleita para 4 anos
2012-2014(*)	Marcelo Luiz da Conceição	Eleito para 4 anos
2015-2016	Fabiana Golz Ribeiro Pereira	Assumiu como interventora
2016-2019	Fabiana Golz Ribeiro Pereira	Eleita para 4 anos
2020-atual	Fabiana Golz Ribeiro Pereira	Reeleita para 4 anos

Legenda: (*) Mandato interrompido - (**) Solicitou exoneração do cargo

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com a transferência da escola para o Centro “Paula Souza” e a diversificação da oferta de cursos, os números de alunas vem aumentando gradativamente, seja pela abertura de cursos com perfis de público feminino, como os técnicos em Turismo, atualmente denominado Agenciamento de Viagens, e o curso técnico em Eventos, e até mesmo pelo aumento, ainda que pequeno, da presença feminina no corpo discente dos cursos tradicionais oferecidos desde a época da vinculação à Secretária da Educação.

De acordo com dados extraídos do Sistema da Diretoria Acadêmica da escola, os cursos de Eletrônica formaram quatro alunas e o de Eletrotécnica, cinco entre 65, em 2019. Já o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, em sua primeira turma, iniciada em 2014, formou oito alunas. Três anos depois, este número diminuiu, formando apenas duas alunas, em 2019. No ano de 2021, a

turma conta com 12 alunas contra 24 do total de matriculados, atingindo a maior proporção desde a implantação do curso. No ano de 2021, a proporção de alunas entre todos os cursos ofertados pela escola é de 27,35% e 72,65% de alunos, mantendo a tendência crescente ao equilíbrio entre os gêneros do público discente na Etec “Aristóteles Ferreira”.

A predominância masculina na relação entre alunos não se reflete nos cargos diretivos da escola ao longo dos anos. Desde que a escola está vinculada ao Centro Paula Souza, foram apenas dois diretores e quatro diretoras e, se analisarmos o tempo de direção em anos, a proporção feminina é ainda maior, sendo mais de 16 para elas contra menos de seis para eles.

O comando feminino aparece também no mais alto cargo dentro do Centro “Paula Souza”, exercido, desde 2004, pela professora Laura Margarida Josefina Laganá, conhecida como Laura Laganá, que está à frente das 139 Escolas Técnicas e 71 Faculdades de Tecnologia. Em 2021, as Etecs contam com aproximadamente 208 mil estudantes matriculados nos ensinos médio, técnico integrado ao médio e ensino técnico para os setores Industrial, Agropecuário e de Serviços, e mais de 83 mil alunos nos cursos de graduação tecnológica nas Fatecs (CENTRO PAULA SOUZA, 2021).

Laura Laganá construiu uma história consistente e um forte vínculo com o Centro Paula Souza. Na instituição desde 1982, antes de assumir a superintendência, atuou como professora de Matemática, coordenadora de Ciências e Matemática, diretora de unidade, coordenadora de Ensino Técnico e chefe de gabinete da Superintendência. Participa ou já participou dos Conselhos: Estadual de Educação de São Paulo (CEE/SP); Estadual de Ciência e Tecnologia (Concite); de Curadores da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp); da Imprensa Oficial (Imesp); Conselho Consultivo da Bett Educar; e Superior de Estudos Avançados (Consea) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Em síntese, a Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”, com sua trajetória essencialmente voltada para o setor industrial, tem seu corpo docente extremamente técnico, ou seja, mais voltado para questões de imediatas resoluções, não se preocupando em preservar sua história. Registros históricos foram perdidos ao longo dos anos pelas mudanças administrativas sofridas e toda sua memória apresenta-se de forma fragmentada.

Escola oriunda do Instituto “Escolástica Rosa”, que iniciou suas atividades educacionais em 1908, foi a primeira escola profissionalizante da cidade de Santos, inaugurada após oito anos da morte de seu idealizador João Octávio dos Santos, que, por apenas dois anos, foi patronímico da atual escola “Aristóteles Ferreira”. Filho bastardo da ex-escrava Escolástica Rosa, que deu nome à escola onde tudo começou, com o Conselheiro João Octávio Nébias que, coincidentemente, hoje dá nome à maior avenida da cidade de Santos, a única que liga o Porto à Orla e onde se localiza a Universidade Católica de Santos (UniSantos).

Localizada no Bairro da Aparecida, na parte insular da cidade de Santos, desde sua inauguração, em 1969, foi, em alguns momentos, unidade autônoma e, em outros, fez parte da Instituição “Dona Escolástica Rosa”, fato decisivo para as várias e diferentes denominações que passou ao longo dos 50 anos de existência.

Seus anos iniciais vinculados à Secretaria da Educação tiveram limitado número de cursos oferecidos e sempre integrados ao colegial, atual ensino médio. Passou, em 1993, por uma grande transformação, quando foi preparada para receber formalmente o aceite do Conselho Deliberativo do CEETPS e ser a sua décima quinta Escola Técnica. Finalmente, em 1994, foi transferida e sua oferta de cursos técnicos aumentou significativamente, passando a ser, inicialmente, separado do ensino médio que, por sua vez, foi ofertado de maneira exclusiva e, posteriormente, para adequar à legislação, voltaram a ser integrados ensino técnico e médio.

4 PARTE II – CINQUENTA ANOS DA ESCOLA TÉCNICA “ARISTÓTELES FERREIRA” : MEMÓRIAS DE EXPRESSÃO ORAL

Nesta seção, são apresentadas as memórias de expressão oral de cinco colaboradores que fizeram com que esta pesquisa apresentasse fatos não registrados pelos anais da Instituição, mas que foram de suma importância para que a escola técnica “Aristóteles Ferreira” se tornasse a referência em educação pública de qualidade da Baixada Santista. A definição de história oral, apresentada por Meihy e Seawright (2020) ajuda a compreender as etapas seguidas para se chegar às entrevistas apresentadas na sequência:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê planejamento das gravações, com indicação de locais, tempo de duração e demais fatores contextuais, bem como o tratamento a ser dado: estabelecimento de textos; conferência de produto escrito; autorização para uso. O projeto estabelece parâmetros para eventuais análises das histórias ou disponibilização de entrevistas inteiras; arquivamento ou criação de bancos de histórias e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, ser devolvidos ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 27)

A história oral é uma prática contemporânea dos pesquisadores, que teve origem fora do país e atualmente é utilizada em Angola, México, Estados Unidos, entre outros (MEIHY; HOLANDA, 2019, p. 168). Em nosso país, foi inicialmente utilizada, em 1975, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), o Programa de História Oral da Fundação Getúlio Vargas (PHO) da Fundação Getúlio Vargas, durante o período em que os militares estavam no poder. Seus fins e objetos eram totalmente diferentes dos traçados pelo projeto em história oral que deram origem às entrevistas que se seguem. Como define Alberti (2019), no “Manual de História Oral” daquele grupo

No Cpdoc, o objetivo inicial de estudar a trajetória e o desempenho das elites brasileiras fez com que o acervo constituído até o início dos anos 1990 fosse composto predominantemente de entrevistas de pessoas que desempenharam funções relevantes em acontecimentos e conjunturas históricas desde a década de 1920. (ALBERTI, 2019, p. 43)

Por isso, baseei meus estudos nas práticas adotadas pelo Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP), cujo processo de tratamento das entrevistas passa pelas etapas de transcrição, textualização, definição do tom vital e, finalmente, transcrição, que são apresentadas por meio

dos registros das memórias em expressão oral dos ex-alunos que se tornaram professores da Etec “Aristóteles Ferreira”, conhecidos pela comunidade escolar como professores: Marquinhos, Almeida, Ito e Gilson, os quais são formalmente apresentados a seguir. Na Fig. 18, está uma parte do corpo docente da então Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”, onde a maioria dos presentes é citada nas memórias dos colaboradores, entre eles, os professores Carlos Kenji Ito e Antonio Joaquim Almeida Ferreira.

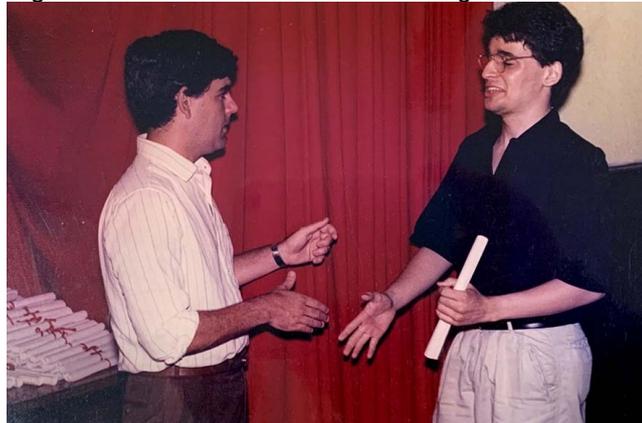
Figura 18 - Professores da área técnica do Aristóteles Ferreira, em 1984



Legenda: Em pé, da esquerda para a direita: Lindolfo, Djair, Gerson, Almeida, Alcenor, Edmilson e Sandall. Agachados, da esquerda para a direita: Ito, Cid, Oswaldo Pinto e Ângelo Barreira.
Fonte: Arquivo pessoal de Cid Filho (2021).

Na Fig. 19, está o colaborador Marcos Augusto na cerimônia de sua primeira formatura, em 1988, quando recebia o diploma das mãos do professor Almeida, então paraninfo da turma.

Figura 19 - Colaboradores Marcos Augusto e Almeida



Fonte: Arquivo pessoal de Estácio (2021).

Finalizo com as memórias do professor Jorge Monteiro Junior, diretor responsável pela preparação da escola para ingresso ao Centro Paula Souza, ano determinante e definitivo que marcou a história da escola.

4.1 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM GILSON ROBERTO ROZO GUIMARÃES

A entrevista com o professor Gilson Rozo foi a primeira a ser realizada, cercada de muita emoção e saudosismo. O colaborador, hoje aposentado, informalmente já havia auxiliado em diversos pontos na pesquisa. Nitidamente, ele se preparou para a conversa virtual, fez anotações e separou diversos documentos para organizar suas memórias.

Inicialmente muito nervoso, assim como eu, e, após alguns longos minutos já mais descontraído, Professor Gilson conseguiu relatar diversas passagens como aluno e como professor. Aprovou a divulgação na íntegra de suas memórias após alguns pequenos acertos quanto a datas dos acontecimentos relatados, equívocos evidentes gerados pela emoção em recordar diversos momentos que, segundo o próprio colaborador, formaram-no cidadão e possibilitaram sustentar a sua família.

Entre os colaboradores, é o que conviveu mais tempo na instituição, antes mesmo de sua inauguração, à época no Instituto “Dona Escolástica Rosa”, onde cursou o antigo ginásio técnico e, posteriormente, já nas dependências da Etec “Aristóteles Ferreira”, o ensino técnico e médio.

4.1.1 “Você vivia a escola...” – Gilson Roberto Rozo Guimarães

Eu entrei no “Escolástica Rosa”, em 1968, para fazer o chamado “curso de admissão”. Naquela época, o “Escolástica Rosa” utilizava todo o terreno que hoje o abrange, além do “Aristóteles Ferreira” e da Fatec “Rubens Lara”, doado pelo João Octávio dos Santos, que escolheu para a escola o nome da mãe dele, com a intenção de que ela fosse destinada à educação de meninos pobres e órfãos. Tinha uma parte das vagas destinada a quem não era órfão, independentemente da classe social, meu caso, que ainda tinha pai e mãe vivos e boa situação financeira. Não éramos ricos, mas logo eu precisaria trabalhar. Para estes alunos, tinha uma avaliação para ingresso, um tipo de vestibulinho para o ginásio técnico, hoje o Ensino Fundamental II. O exame de admissão era aplicado no próprio “Escolástica

Rosa”. Antes, o aluno fazia o curso de admissão em uma área reservada dentro do próprio “Escolástica Rosa”, que era perto da quadra e da carpintaria. Fazíamos o curso obrigatório para prestar o exame de admissão, o “Vestibulinho” da época.

Passando na prova, o aluno começava a fazer os quatro anos. E, como nós precisávamos trabalhar, o Brasil precisava de técnicos. Naquela época, era o Brasil desenvolvendo, criando indústrias e não havia profissionais. O “Escolástica Rosa”, na área em que hoje está fisicamente, preparava seus alunos para este Brasil, porque tinha cursos de marceneiro, carpinteiro, mecânico ajustador torneiro, tipógrafo, tipógrafo e linotipista, eletricitista, fundição e elétrica. O aluno fazia as disciplinas do primeiro grau normal de manhã e, à tarde, tinha que escolher uma profissão. Fiz três cursos neste período: tipógrafo e linotipista, mecânico ajustador torneiro e eletricitista. Isso foi até 1972, quando eu fui fazer o curso técnico de segundo grau, neste caso, onde hoje é o “Aristóteles Ferreira”. Nesta época, a escola chamava Escola de Segundo Grau “Dona Escolástica Rosa”.

Era muito boa a vida na escola, era muito participativa e nós vivíamos lá dentro, até aos sábados e domingos estávamos na escola, usufruindo da quadra ao anfiteatro. Usávamos muito a escola. Com isso, você acabava passando mais tempo dentro da escola do que com a própria família. Nós ficávamos de segunda a sexta até as 18h, quando acabava a semana das aulas, sábado de manhã até tarde, quando praticávamos vários esportes na quadra, e domingo de manhã íamos à praia. À tarde, voltávamos para a quadra. Vivia-se a escola. Isso aconteceu após a criação da extensão do “Escolástica Rosa”, o chamado de Colégio Técnico Industrial “Dona Escolástica Rosa”. A parte de frente para a praia era escola de primeiro grau “Dona Escolástica Rosa” e depois veio a Escola Estadual de Segundo Grau “Dona Escolástica Rosa”.

Figura 20 - Turma de Eletrônica de 1973



Fonte: Editada pelo autor (2021) a partir de arquivo pessoal de Guimarães (2021).

Em 1973, iniciei o segundo grau, onde hoje é o atual “Aristóteles Ferreira”. Para ingressar, os alunos prestavam o Vestibulinho e todos faziam o primeiro ano comum. Depois, no segundo ano, o aluno fazia uma lista em ordem de preferência com três cursos e escolhia a sua área. Minha primeira opção era Eletrônica, mas acabei iniciando em Eletrotécnica, a minha segunda opção. Porém, tive sorte. Um aluno abandonou o curso e eu consegui a transferência para Eletrônica. A vida na escola era aulas das disciplinas do núcleo comum de manhã, ou seja, do ensino médio, e as aulas técnicas junto com a prática eram à tarde. Era prática real, os alunos cuidavam da escola, trabalhavam na oficina, limpavam os equipamentos etc.

A escola estava com um nome tão bem-visto pelas empresas do polo de Cubatão e na Baixada Santista, no geral, que os alunos dos dois primeiros cursos que tivemos, Mecânica e Edificações, eram contratados pelas empresas, começavam a receber salário como estagiário, mas continuavam só estudando. Eram alunos humildes, de famílias de operários, trabalhadores que viam os seus filhos crescendo, profissional e financeiramente, sendo contratados pela Petrobras, Cosipa e Ultrafértil. Isso fortaleceu muito a escola e a comunidade a abraçou ainda mais. A escola era nossa e nós zelávamos por ela. Lembro que, no pátio, naquele corredor que vai até a porta de entrada, lá na Avenida Epitácio Pessoa, havia quatro caixas de som e, na hora do intervalo, os professores saíam o mais rápido possível, fechavam a porta de madeira que divide o pátio do prédio administrativo e o intervalo

era dos alunos. Tocávamos *Pink Floyd*, *Deep Purple* e Novos Baianos. A nossa vida na escola era muito boa e, como a maior parte dos professores abraçou aquela ideia, nos faziam trabalhar bastante durante as aulas.

Os professores eram bastante exigentes. Não entendeu? Iria reprovar, reprovar e reprovar quantas vezes fossem necessárias até aprender. Falavam até que os alunos que só quisessem o diploma, sem aprender, deveriam ir para uma escola particular, pois ali só seriam aprovados os alunos que aprenderam da maneira como deveria ser. Tinha um professor, prefiro não falar o seu nome, que até brincava, dizendo aos alunos que, se eles só pensavam em passar de ano, eles deveriam ir para o Afonso Pena¹⁵. Sempre me recordo com felicidade quando lembro disso. No “Aristóteles”, era complicado. Os professores repetiam muito essas frases que eu muito agradeço: “aqui não passa, se não entendeu, não será aprovado, estamos formando profissionais!”. Mesmo com toda essa exigência, os alunos tinham uma relação excelente com a escola, o pátio era nosso e isso fazia com que tivéssemos responsabilidade com a confiança que nos era depositada. Tinha também o Centro Técnico “Albert Einstein”, que possuía vários equipamentos de ponta, daquela época, claro, e era tudo comprado indiretamente pelos alunos. Pagávamos a APM e o Centro Técnico. Lembro que tínhamos até uma carteirinha.

Os alunos faziam manutenção na parte elétrica e na eletrônica. A gente usava muito a escola e a escola usava os alunos, o que eu acho que não tinha problema nenhum, mesmo sendo os alunos menores de idade. Afinal, estavam aprendendo a profissão.

Em 1975, quando eu me formei, já estavam começando as transformações de separar as escolas, que eu, pessoalmente, não gostei. Ao viver a escola como eu e meus amigos vivíamos, aprendemos a amá-la. Hoje, para mim, é muito difícil falar assim “Aristóteles”. Aristóteles ou Escolástica? Para mim, ainda é tudo “Escolástica Rosa”. Vivi de 1968 a 1976 dentro desta escola, era o momento em que eu estava me conhecendo como gente, a fase de minha vida em que estava me conhecendo como pessoa, ser humano, homem cheio de projetos.

A escola era muito interessante nestes pontos, e os nossos professores eram excelentes, diferenciados mesmo. Nos três primeiros anos, pouquíssimos eram da Baixada Santista. Eu tinha uma professora que vinha da USP, outra da Faculdade

¹⁵ Colégio particular da cidade de Santos que oferecia cursos técnicos.

de Engenharia de Mauá e tinha um outro da Mackenzie. O nome da escola passou a atrair vários professores. Com esta boa mão de obra, a média administração das empresas da Baixada Santista passou ser feita por profissionais do “Escolástica Rosa”. Como não tínhamos muitos administradores formados naquela época para assumir esta parte da administração – o nosso primeiro administrador, se não me engano, foi formado em 1964 – os técnicos assumiram estes cargos e os engenheiros, cargos superiores. Éramos formados para a liderança e para manutenção, lembro que a minha parte teórica não foi tão forte, mas a parte prática foi muito boa.

Aí, entra uma parte política. Logo após a minha formação, os técnicos começaram a dominar muitos postos de trabalho importantes e o Conselho Regional não gostou disso. Começou a criar dificuldades aos técnicos e tirar alguns poderes. O CREA¹⁶ atualmente não reconhece os técnicos, mas a indústria reconhece. Foi criado o CRT¹⁷ e os técnicos passaram a ter o direito, só adquirido após processo judicial, de assinar uma planta ou um projeto. Afinal, somos formados, ganhamos este direito. Com isso, engenheiros assinam um certo tamanho de obra e os técnicos, as obras menores.

O curso começou a perder um pouco interesse. A parte mais importante em fazer um curso técnico era ter a garantia do estágio, porque as empresas eram obrigadas a ter estagiários e, no caso do “Escolástica Rosa” e do “João Octávio”, as empresas chamavam os alunos para fazer estágio. A empresa via as notas do aluno, a ficha individual de avaliação feita pelos professores, e alguns professores até indicavam diretamente. Lembro que tínhamos na escola um setor só para cuidar de estágio, e o melhor: nosso estágio já era remunerado. As empresas eram obrigadas a ter estágio remunerado e era uma remuneração muito boa. Lembro que o meu pai ficou abismado quando viu o meu primeiro salário de estagiário. Sempre fico muito feliz em recordar dele falando: “Viu, como foi bom estudar?”.

Em 1972, alguns alunos e os professores do Centro Técnico começaram a pensar nos Jogos Colegiais da Baixada Santista, organizados só por alunos, de tanto que a gente vivia a escola e, no ano seguinte, a escola passou a fazer mais parte da comunidade: vinham alunos de todas as escolas ver o que acontecia ali. Então, em 1973, aconteceu o primeiro “Jacobas”, que são os Jogos Colegiais da

¹⁶ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

¹⁷ Entidade que representa os técnicos industriais.

Baixada Santista. Para ter uma dimensão do que era este evento, reunimos quase 2 mil alunos logo na primeira edição e chegamos a quase 5 mil pessoas dentro do Rebouças¹⁸ nas outras. Eram jovens de 16 a 19 anos.

Para dar uma ideia da grandiosidade com que os alunos da escola construíram os jogos, foi criada a Lei Municipal n.º 3.979, de 17 de setembro de 1975, que determinava ao secretário de Esportes entrar em contato com a comissão do “Escolástica Rosa” para organizar os jogos, assim: “ficam oficializados os Jogos Colegiais da Baixada Santista - Jacobas, realizados anualmente no município de Santos, nos meses de agosto e setembro. A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes entrará em contato com a comissão organizadora dos jogos para elaboração do cronograma anual a ser desenvolvido...”. Com isso, podemos perceber o poder que a escola tinha. Eu entrei em 1973 e não pude participar dos jogos porque era calouro e, pelas regras, calouro não podia participar. Já em 1974, pude jogar. Em 1975, a ditadura militar proibiu os jogos porque reunia muitos jovens, e isso era um perigo, poderia virar manifestação. Não estávamos nem um pouco preocupados com isso, estávamos querendo jogar, aproveitar, mas proibiram naquele ano, depois liberaram novamente, em 1976. Mesmo depois que eu me formei, eu estava dentro da escola, porque eu fazia parte da comissão do Jacobas e organizava os jogos, mas já sentia que a comunidade começava a se afastar da escola.

Na minha visão como professor, o nosso aluno passava muito rápido pela escola, eles faziam um curso de um ano e meio de duração e, nesse pouco tempo, não conseguem criar laços. Alguns casos até criam boas amizades, mas não um laço com a escola. Eram outros tempos a minha época de aluno no “Escolástica Rosa” e no “Aristóteles Ferreira”. Nos cursos técnicos do primeiro e segundo graus, o aluno não podia chegar atrasado. Entrava-se às 7h30 e saía às 18h, com apenas uma hora para almoçar. A maior parte dos alunos levava marmita, mas eu, como sempre morei ao lado da escola, conseguia almoçar em casa. Vivíamos na escola oito horas ou mais. As disciplinas se misturavam em alguns momentos, alternavam as partes teóricas e práticas, sendo a parte prática mais concentrada à tarde.

Gostaria de fazer um agradecimento profundo ao professor Luciano, que faleceu esses dias. Até me emociono quando lembro dele. Foi meu professor no

¹⁸ Centro Esportivo e Recreativo, onde hoje fica o prédio administrativo da Secretaria Municipal de Esportes de Santos.

técnico e na faculdade e, depois, seguimos com amizade. Isso foi em 1972, e até outro dia tomamos um café ali perto da escola. Ele que me fez gostar de Física e de Matemática. Foi um grande físico e pensador, organizou a Escola “Universitas”. Então, gostaria de fazer essa homenagem e exemplificar, com isso, a dimensão que tem esta escola em minha vida e em minhas amizades. Hoje, eu acho que falta aprofundar esses laços. Falta aos nossos alunos participar da escola.

O que acontecia que não acontece mais hoje? O pessoal de Edificações é que cuidava do prédio, o pessoal da Elétrica era responsável por mexer em toda a parte elétrica, a Eletrônica preparava os equipamentos de som, luz, o anfiteatro estava sempre com tudo funcionando, toda a iluminação perfeita, as pessoas usavam o anfiteatro, tinham campeonatos de teatro, tinha até um piano e todos cuidavam dele. Tinham vários conjuntos e bandas musicais de alunos, tinha até um festival de *rock*. Nestes eventos, o pessoal da Eletrônica cuidava do som e de toda a aparelhagem e, com isso, aprendiam a regular o som, o espaço, dimensionar tudo. Então, se vivia a escola. Pessoalmente, sinto falta disso. Como professor, acho que seria um grande incentivo para todos retomar essas atividades e práticas.

Eu me formei em 1975 e só fui pegar meu diploma um ano depois porque tinha que cumprir 900 horas de estágio obrigatório. A relação dos alunos com os professores continuava muito boa, nos abraçavam e tínhamos liberdade de continuar a viver a escola. Depois, graças a isso, sustentei minha família com meu diploma de técnico. Sou formado em Eletrônica e Instrumentação e, depois de muito trabalho, me formei Bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em Análise de Sistemas. Isto tudo eu devo à escola. Sustentei minha família sempre com meu diploma do técnico da Escola Técnica Industrial de Santos “Dona Escolástica Rosa” que, depois, mudou de nome. Na época da mudança, a comunidade não aceitou muito bem. Tentaram colocar um muro dividindo as escolas, muro que as pessoas derrubaram várias vezes. Colocavam o muro de dia e, à noite, ele era derrubado. Acredito que, como o concreto não tinha secado, era fácil. Eles queriam separar fisicamente o “Escolástica Rosa” e o “Aristóteles Ferreira”, que já era “João Octávio”. Depois passou para “Bairro Aparecida”. Nessa época, começou a se descaracterizar a escola do projeto que eu acho que havia. Eram os novos tempos, a visão do técnico que hoje é preciso é de uma outra forma, diferente, não é da forma que eu fiz.

Sinto isso na indústria também. A indústria em pleno momento de desenvolvimento, a Cosipa¹⁹ tinha mais de 150 mil funcionários só nas empreiteiras, não dá para ter noção do que é isso, precisavam dos técnicos para a média administração, para administrar esses trabalhadores todos. Nós que fizemos isso. Eu entrei na Cosipa em 1977 como estagiário e, em 1978, após um ano de estágio, fui aprovado, a Cosipa me contratou e passei a ser funcionário. Eu e o Carvalhinho. Na época, fomos os dois últimos técnicos a serem registrados na Cosipa, porque, depois, os técnicos passaram a ser contratados como assistente técnico. Só se houvesse uma vaga, ou alguém se aposentasse ou morresse é que se promovia um técnico. Não estava mais contratando técnicos. Para ser contratado, o técnico tinha que ter mais de cinco anos de experiência, ou seja, não poderia mais ser recém-formado. Nós tínhamos feito estágio, o Carvalhinho vinha do “Piratininga”, uma escola técnica que tinha no final da Ana Costa, e eu, do “Escolástica Rosa”.

Em 1982, eu ainda era funcionário da Cosipa, o grande professor Jonh Paull Sandall Júnior fez o convite para eu ser professor e, pela primeira vez, iniciei a minha carreira docente no “Aristóteles Ferreira”, que era, então, subordinado à Secretaria da Educação. Eu havia sido aluno dele, aliás acho que todos os professores da Eletrônica que estão na escola hoje foram alunos dele. Fiquei até 1984, cumpri o período de dois anos que era obrigatório ficarmos fora da escola e voltei novamente, até que, em 2000, prestei o concurso. Aí, foi um concurso público, que antes eram chamados de processos seletivos, que passei e fiquei até me aposentar por invalidez, em 2016. Nesse período inicial das aulas no “Aristóteles”, ajudei uns amigos²⁰ da Cosipa, o Carvalhinho, o Cajá e o Walter a montar a “Fortec²¹” de São Vicente. Trabalhávamos juntos no laboratório de Eletrônica, o Cajá e o Walter foram também meus professores do Senac²². Foi um período bastante corrido, ficava na Cosipa durante o dia, saía e chegava em São Vicente às 18h, tinha até às 18h30 para montar tudo para, às 19h, começar as aulas. Quando a escola engrenou e já andava por conta própria, pude parar de ministrar as aulas. Estava cansado e fiquei só com as aulas do “Aristóteles Ferreira”.

¹⁹ A Companhia Siderúrgica Paulista, também conhecida como Usina José Bonifácio de Andrade e Silva, localiza-se no município paulista de Cubatão

²⁰ Informações sobre os amigos Carvalhinho, Cajá e Walter não foram localizadas.

²¹ Escola em São Vicente, São Paulo

²² O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é uma instituição brasileira de educação profissional aberta a toda a sociedade

Figura 21 - Professor Gilson com alunos do curso técnico em Agenciamento de Viagens



Fonte: Arquivo pessoal Guimarães (2021).

Ainda não era Centro Paula Souza quando iniciei como professor técnico porque a LDB permitia, acho que ainda permite, é uma questão de interpretação, a experiência como profissional fazer um bacharel, perante a lei, para que ele possa ministrar aulas. Então, eu voltei como técnico, ministrando aulas de eletricidade na Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica. Isso foi de 1982 a 1984. Até que o professor Clodoaldo²³, um grande conhecedor da LDB, nos deu uma orientação quando começamos a ter muitos problemas. O Centro Paula Souza criou o Esquema 2 que, uma vez completado, o técnico que o cursava estava habilitado como docente e poderia ministrar aulas como um graduado. Na minha época, era um ano e meio de curso, depois foram reduzindo e hoje acho que é feito em quatro meses.

Depois fiz o Esquema 1, voltado aos graduados que poderiam ministrar aulas na área técnica, mas não tínhamos a parte pedagógica e precisavam fazer o Esquema 1. Eu fiz em quatro meses na Praia Grande com o Professor Clodoaldo coordenando e ministrando aulas. Com este curso, os graduados recebiam o diploma de licenciatura. No meu caso, é Licenciatura em Contabilidade, que habilitava para aulas em Gestão de Qualidade, Ética e Cidadania, Economia e Contabilidade Geral.

²³ Clodoaldo Mendes Filho foi diretor da Etec “Aristóteles Ferreira” entre os anos 2000 e 2002.

Por conta de uma greve de 12 dias no início de dezembro de 1987, junto com alguns “ativistas” escolhidos após uma “cuidadosa” seleção, fui afastado da Cosipa para abertura de inquérito administrativo e, em plena véspera de Natal, fui demitido por telegrama. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, fui anistiado através de um processo na Justiça do Trabalho e fui readmitido, em 1989. Por conta deste episódio, em 2002, através de novo processo, o Ministério da Justiça reconheceu que fomos perseguidos pelo governo federal quando este nos proibiu de exercer qualquer atividade registrada em carteira de trabalho e ganhei a condição de anistiado político. Voltei a ministrar aulas no “Aristóteles”, em 1990. Neste período, entre a saída temporária da Cosipa e a volta ao “Aristóteles”, novamente, por convite do Professor Sandall, comecei a assessorar tecnicamente algumas empresas e condomínios na região. Saí em definitivo da Cosipa em 1995. Desta vez pedi demissão, mesmo renunciando à minha estabilidade obtida por conta de exercer o cargo de diretor no Sindicato dos Metalúrgicos em Santos. A Cosipa iniciava o processo de privatização e isso estava muito desgastante. Fiquei na escola e abri uma empreiteira de mão de obra.

A escola tem que abrir, os alunos precisam começar a viver a escola, ir aos sábados e domingos, aproveitar os momentos em que fica ociosa. Portão trancado não pode mais. A escola precisa ser para a comunidade e para os possíveis futuros alunos para mostrar a eles o que é cada uma das áreas que a ela tem a oferecer. No meu caso específico, passei meu ginásio fazendo vários cursos. Foi assim que me identifiquei com a Elétrica e resolvi fazer o curso técnico. A escola tem que fazer o acompanhamento prévio e posterior ao período que os alunos estão nela para, assim, o técnico voltar a ser valorizado como média administração. Eu acho que tem que voltar a ser como era no meu tempo: na parte da manhã, teoria com as aulas do núcleo comum e algumas aulas técnicas teóricas, mas, à tarde, só aulas práticas e fazer o aluno viver a escola. É o que eu acho de melhor para hoje, ainda mais quando a parte de tecnologia, no geral, avançou tão rápido que a escola não estava preparada e, no momento de a escola agregar, ela isolou um pouco as pessoas.

Não que isso seja ruim, é que a mudança foi muito rápida. Um bom exemplo foi quando eu saí da escola. Havia uma professora chamada Marta²⁴, ela era doutora em válvulas. Acho muito engraçado isso, parece até piada. Lembro de

²⁴ Não foram localizadas informações sobre a professora.

chegar na Cosipa, um colega perguntar se eu conhecia um amplificador operacional, era uma peça de um tamanho minúsculo, parecido com um *chip* e eu falei que, na escola, ainda estávamos na era da válvula. Isso porque nossa escola era bem avançada, mas a tecnologia avança tão rápido que não conseguiu acompanhar por mais que as pessoas quisessem. A escola não consegue acompanhar o ritmo, não tem recursos, sem falar que muitos gestores públicos que vivem dizendo que a educação dá prejuízo.

O investimento em educação não é a intenção de fazer o dinheiro render. A educação é um meio para fazer o cidadão chegar a fim melhor. Ela não é o fim. Os professores têm que ter a consciência de que a escola é um processo contínuo, que devem preparar os alunos para o mercado de trabalho, mas também prepará-los para a vida. Acredito que o estágio é importante porque o aluno termina um curso técnico e vivencia o que aprendeu com a prática e, por vezes, acaba efetivado. Um bom exemplo disso é o Abelino, meu filho mais velho, que hoje é mestre. Ele fez o curso Técnico em Eletrotécnica. Depois de formado, fez estágio obrigatório e foi trabalhar com a Eletrotécnica. Não gostou e foi cursar faculdade de Economia, mas o curso técnico serviu para sustentá-lo até que ele concluísse a faculdade. Sinto muito a falta de a escola abrir as portas e pegar os alunos que acabaram de se formar e tentar colocá-los no mercado. Nossa escola poderia fazer muitas coisas, muitos eventos poderiam acontecer dentro da escola, muitos cursos dados pelos nossos próprios alunos.

Quando a escola abraça a comunidade, protegendo todo aquele patrimônio que é público, os próprios alunos e as famílias irão cuidar e não destruir. Fazer com que o anfiteatro viva novamente, trazer o festival de *rock*, o festival de cenas, afinal sabemos que o Professor Daniel Maia²⁵ foi quem começou o “Festival de Cenas em Santos”. Praticamente, foi quem incentivou o início do teatro regional na cidade. Ele começou dentro da escola, com os alunos indo aos sábados e domingos. Também começou na escola o “Festival de Cinema” em que passam os curtas. A maior parte disso não tem registro, a escola não tem praticamente nada disso registrado. Do Jacobas eu tenho registro porque são meus, juntei tudo e tenho guardado até hoje. Já professor, lembro de irmos com alguns alunos para a Secretaria de Educação de Santos pedir para deixarem que os jogos fossem realizados novamente. Lembro que

²⁵ Não foram localizadas informações sobre o professor.

só pedimos o cumprimento da lei. Informei que já havia até patrocinadores: a Coca-Cola patrocinaria todos os gastos e, em troca, colocaria uma placa em frente ao Rebouças. Nos jogos anteriores, a Ultragaz chegou a construir uma pira de quase três metros de altura na frente do Rebouças. No total, foram oito edições. Chegou a ter os jogos na época do “Aristóteles Ferreira”, mas mantivemos o símbolo da águia²⁶. O diretor da escola não aprovava isso, mas utilizávamos a águia estampada até em nossos uniformes.

Algo bastante interessante em relação à parte em que cuidávamos da escola é que nós fazíamos todas as impressões dos documentos da escola. O meu diploma fui eu que imprimi, não a parte com as minhas informações, mas os impressos, pois eram feitos na Tipografia do “Escolástica Rosa”. Todos os tipos de impressos eram feitos lá, como papel timbrado, envelopes, convites etc. Fazíamos para outras escolas e até alguns serviços para Santa Casa. Com isso, levantávamos dinheiro para a escola, entrava como doação para a Associação de Pais e Mestres do “Escolástica Rosa”. Todos esses impressos que eu tenho hoje daquela época, como meu histórico escolar e o diploma, foram todos feitos no próprio “Escolástica Rosa”.

Em 1973, começaram as tentativas de separar as escolas fisicamente. Por diversas vezes derrubamos aquele muro que hoje divide as escolas. Os alunos, naquele tempo, eram um pouco irresponsáveis. A separação física das escolas e as trocas de nomes do atual “Aristóteles” foram as mudanças que não foram bem-feitas ou como foi que elas aconteceram realmente, para ser sincero, nunca me preocupei. Naquele momento, para nós que vivíamos ali, sempre foi e será “Escolástica Rosa”. No coração da comunidade, dos alunos da época, nunca houve essa divisão, foi sempre “Escolástica Rosa”. Virou Escola do “Bairro Aparecida”, depois de ser “João Octávio dos Santos” e só depois virou “Aristóteles Ferreira”. Nessa época, eu ainda nem era professor, não nos envolvíamos com política. Mas, após tudo isso, para ser justo, eu acho que teria que voltar a ser “João Octávio dos Santos”, que é quem deu origem a tudo que tem lá hoje, doou o terreno, que era muito maior que o terreno atual das escolas, mas esse assunto não temos mais como resolver. Mudou o nome, mudou novamente e não estava nem um pouco preocupado com isso, tanto que soube há pouco tempo que o eu tenho dois diplomas, um do “João Octávio dos

²⁶ Desenho estilizado de uma águia, utilizado posteriormente pelos alunos para estampar seus uniformes escolares.

Santos” e outro do “Escolástica Rosa”. Eu nem tinha percebido isso, pois pegávamos o nosso diploma e continuávamos a trabalhar.

Acho que é muito interessante esse resgate. Acredito que a comunidade tenha até esquecido isso, mas, por conta dele, tem um mundo de profissionais que essa escola formou estando ligada ao setor produtivo. Sei que muitas pessoas não conheciam a escola. Lembro de alguns casos que as pessoas passavam em frente e questionavam para que aquele prédio servia, se era um museu. Isso porque a escola era toda aberta, não tinha grade, o muro era baixinho, tinha um portão que dava acesso à entrada lateral na Avenida Epiácio Pessoa para a quadra, que ficava aberto. As pessoas cruzavam a escola pela lateral e saiam na praia, iam por dentro do terreno.

Acredito que, neste momento, voltarmos a chamar nossa escola de “João Octávio dos Santos” seria muito interessante. Acho até que mereceria uma festa formal reconhecendo que o “Escolástica Rosa”, nome da mãe de João Octávio, está de frente para a praia e seu filho, aos fundos e de frente para a Avenida Epiácio Pessoa, está como um *campus* de educação. Afinal, atualmente elas são do Centro Paula Souza. Se dependesse de mim, derrubaria até aquele muro que tem nos fundos das escolas e uniria tudo novamente. Inclusive, sabe que naquele terreno para uma rua, aliás era chamada até de avenida, era Avenida São Paulo? Também já vi que até nos aplicativos de localização aparece como Rua Luiz Bom, mas, na minha época de aluno, lembro da placa identificando-a como Avenida São Paulo. Não passavam carros, mas as pessoas, mesmo não pertencendo à escola, utilizam como passagem da Avenida Epiácio Pessoa para a praia. Inclusive, há muito tempo, saiam barcos dali. Como ela era bem larga, confeccionavam barcos naquele corredor e os puxavam até a praia.

Enfartei em 2004. Estava no “Escolástica Rosa” que, naquele ano, havia passado para o Centro Paula Souza. Fui receber o “Escolástica Rosa” da Secretaria da Educação como representante do Centro Paula Souza e me tornei coordenador de implantação, quando ainda era uma Escola Descentralizada²⁷, até mandarem uma professora²⁸ para ser a diretora e eu me tornar coordenador de cursos. Na

²⁷ São uma expansão das atividades do Centro Paula Souza em parceria com os municípios, consistindo na instalação de cursos profissionalizantes que atendam à demanda do mercado de trabalho local, sob a gestão de uma Etec próxima ao município, ampliando o acesso à educação pública de qualidade.

²⁸ Não foram localizados o nome e mais informações sobre a professora.

época, tínhamos três cursos: Administração, Nutrição e Metalurgia. Fiquei ministrando aulas no “Escolástica Rosa” e no “Aristóteles Ferreira” até me aposentar por invalidez em 2016. Minha situação de saúde complicou e meu médico me orientou a parar.

Nesta mesma linha das trocas dos nomes, com a transferência para o Centro Paula Souza, queriam que ficasse só como “Escolástica Rosa”. Brigamos para voltar ao nome original da escola, que era Escola Técnica “Dona Escolástica Rosa”, como era na época da Secretaria da Educação. Depois de um período em que abreviavam oficialmente o Dona com apenas um “D”, no meu diploma tem até o carimbo com essa alteração do nome. No final, recebemos a escola como Etec “D. Escolástica Rosa”.

Pensando pelo lado da política, a questão é a visão que é dada à educação pelos políticos no Brasil. Quando escuto alguns usando a expressão “investimento em educação”, ou ainda, “investir em educação”, não me conformo com isso. Na educação deveria se inserir muito dinheiro para que tivéssemos o que Brasil carece, que são profissionais. Tem muitas empresas ministrando os cursos para formar o profissional de que ela precisa. O Centro Paula Souza parece que não vai ao mercado perguntar o perfil do profissional de que estão precisando. Na última avaliação econômica que o Centro fez a que tive acesso, exigia-se mais retorno nos rendimentos que o Antônio Ermírio de Moraes exige. Não se pode administrar uma escola como se fosse uma indústria que precisa dar lucros. Acredito que não falte política, falta mesmo é cultura de acreditar que a educação se faz necessária, é fundamental, é uma questão cultural dos políticos.

4.2 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM CARLOS KENJI ITO

Professor Ito, que foi meu coordenador à época em que eu ministrava aulas de Informática Básica no curso técnico em Mecânica, é atualmente o professor da Etec “Aristóteles Ferreira” há mais tempo em exercício da docência. Demonstrou bastante satisfação e felicidade em participar deste estudo que, para ele, é de suma importância.

Rememorou temas importantes, não apontados por outros colaboradores, que precederam os anos ao meu ingresso na Instituição e que colaboraram com a pesquisa.

O professor defende a volta do nome “João Octávio dos Santos” para a escola, pois acredita que a mudança foi totalmente política por ter acontecido durante a ditadura militar, não adiantando a demonstração, tímida e interna, de insatisfação da comunidade escolar.

Figura 22 - Professor Ito



Fonte: Etec Aristóteles Ferreira (2015).
Disponível em: www.etecaf.com.br.
Acesso em: 26 set. 2021.

Iniciou expressando seu interesse pelos registros da história que eu estava realizando sobre o “Aristóteles Ferreira”, considerando muito importante para a história da Instituição e, quem sabe, a do “João Octávio dos Santos”, pois acredita que a maioria o desconhece, até mesmo os que estudam ou trabalham na escola.

Gostou e me parabenizou pelo uso do termo “antigo” ao qual eu me referi a ele, pois deixou claro que não é o mais velho da casa, e sim o professor mais antigo atuando na escola.

4.2.1 “Vocês não têm direito de opinar!” - Carlos Kenji Ito

Estudei entre os anos de 1976 e 1979. Na época, o primeiro ano era comum no prédio do “Escolástica Rosa” e, no segundo, fiz a parte específica da Mecânica onde atualmente é o “Aristóteles Ferreira”. No início, não havia aquele muro da divisão. Era tudo “Escolástica Rosa” e os professores transitavam do “Escolástica” para o “Aristóteles” e do “Aristóteles” para o “Escolástica” diuturnamente. Eu entrei no “Escolástica Rosa” como quem cai de paraquedas na escola. Saí de uma escola

pequeninha, porque eu fui transferido de São Paulo, para essa escolinha aqui em Santos, que ninguém queria ir, só queriam ir para o “Canadá”. O Colégio “Canadá” era considerado o melhor da época. A escolinha do fundamental chamava-se “Terceiro Ginásio Estadual de Santos”, pois havia o primeiro, o segundo e esse era o terceiro. Mas, teve o lado bom: todos os alunos de lá diziam que pretendiam continuar os estudos no “Escolástica”, pois era uma bela escola e tinha cursos técnicos. Não sabia do que se tratava, mas fui também!

Fiz a inscrição, aliás, fizeram a inscrição para mim e escolheram a Mecânica. Podiam ter colocado Edificações. Enfim, era para ser Mecânica. Fiz a prova, fui aprovado e cortaram o meu cabelo. Fiquei todo careca. Não era obrigado, mas os alunos mais velhos pegavam todos os ingressantes e era melhor participar. Quem conseguia fugir nos primeiros dias ficava careca também e parecia até pior, os mais antigos judiavam mesmo.

Formei-me em 1979. Meu diploma foi emitido pela “Escola do Bairro Aparecida”, um certificado só, com mais de 5 mil horas. Naquela época, só existiam cursos integrados. Os modulares só foram implantados pelo Centro Paula Souza. Fui aluno na transição do curso integrado para um outro curso também integrado, só que com duração de quatro anos. Como foi que aconteceu esta transição? Hoje, se o aluno quiser iniciar um determinado curso, ele continua até acabar ou, claro, desistir, mas, antigamente, não era assim. Mudaram a regra e o aluno que estava com o curso em andamento durante a mudança de regra era obrigado a mudar também. Assim, eu, que deveria me formar em 1978, atrasei um ano. Isso aconteceu também com os professores Jorge Vieira e Mogica. Muitos tiveram grandes prejuízos financeiros, menos eu, diretamente, pois ainda não estava no ramo. Eu ainda estava querendo ingressar no mercado de trabalho. Com meus 18 anos, dos alunos da área de Mecânica fui o único de Santos, daquela época, que trabalhou na Volkswagen do Brasil. Por uma simples situação: eu morava oficialmente, não na prática, em São Bernardo. Eu não morava em São Bernardo, já morava em Santos, mas a minha identidade e a minha residência específica na inscrição da Volkswagen eram de São Bernardo, de onde eu vim e onde ainda tenho família até hoje. Do pessoal que foi de Santos para o processo de seleção – éramos 14 rapazes –, só eu fui efetivado na Volkswagen. Eu subia e descia a Serra do Mar todos os dias.

Nessa época, eu e um colega, que já estava trabalhando na assearia da Cosipa, lembramos que, no “Aristóteles”, havia uma bancada de hidráulica e na qual ninguém mexia. Não sabemos se por desconhecimento ou porque não tiveram curso, não sei, mas ninguém queria mexer naquilo lá. Nós dois já víamos aquelas bancadas do tempo de aluno – e ninguém nunca nos levou para trabalhar com elas. Enfim, eu fiz um curso lá na FEI de Hidráulica Pneumática, em 1978, e esse colega também já tinha conhecimento, mas ele aprendeu na indústria – e ele falou assim – eles me chamavam de Carlos e não Ito, como você me conhece:

— Carlos, vamos lá! Vamos lá na escola que tem a bancada de hidráulica para ver se a diretora nos autoriza a entrar na escola e montar a bancada?

Esta bancada estava onde hoje é a Coordenação Pedagógica. Era uma sala que não havia serventia, só estava lá, talvez para mostrar que tinham, mas estava lá sem uso. A diretora, na época, nos autorizou a mexer. Eu e esse colega íamos duas vezes por semana à escola, graciosamente, para manter a bancada pronta para que algum professor, quando quisesse, pudesse utilizar. Nós deixamos tudo pronto, com o circuito feito e o professor só acionava o equipamento, para ir e voltar, ir e voltar, coisa simples, mas era o que se tinha naquela época.

Faltavam muitos professores, principalmente do pessoal técnico, porque os antigos vieram do curso chamado “Mestria”, lá da década de 1960, sem a obrigatoriedade de serem técnicos e de terem cursado alguma universidade. Sem ter nada oficialmente, só com conhecimento e experiência, já era suficiente para ser professor e ensinar ao aluno que ia ser técnico. A legislação era outra, completamente diferente da atual. Os professores foram se aposentando, sobraram apenas três ou quatro da minha época e os outros professores eram recrutados entre os alunos de Engenharia da Universidade “Santa Cecília”.

Com isso, a situação do curso de Mecânica começou a ficar delicada. Alunos de Engenharia não sabem nada do ramo, não são da área, raro era ter algum aluno que fosse da área de Mecânica. A maioria era os chamados “filhos de papai”, que tinham condições de cursar Engenharia na “Santa Cecília”. Naquela época, já estava na iminência de entrar na universidade, tanto é que eu saí da Volkswagen justamente para cursar, na Fatec São Paulo, um curso superior na área de Mecânica. Eu não queria ser técnico para o resto da vida, eu era um homem que almejava sempre mais, queria ser engenheiro ou tecnólogo, e tive que sair da Volkswagen, pois ou trabalhava ou estudava. A distância entre a Volkswagen do

Brasil, em São Bernardo, e a Fatec São Paulo, na Avenida Tiradentes, tornou incompatível trabalhar e estudar. Falei com meu pai que não daria para trabalhar e que iria me desligar de uma bela empresa e que iria cuidar da minha vida.

Muito bem! Passaram uns três ou quatro meses, já era 1980, continuamos a fazer atividades na escola e fomos convidados pela diretora, Dona Orlênia Rodrigues Alves Barbera, eu e esse colega, inicialmente, por conta da falta de professores e porque ela falava que os engenheiros daquela época, que ainda eram estagiários, não supriam o que os alunos estavam querendo e precisando aprender. Ela viu o nosso bom trabalho de fazer funcionar os equipamentos, gostou muito da gente. Aí, nos convidou, só que ele disse que não tinha interesse na carreira da docência, principalmente porque estava bem na Cosipa. Mas, para mim, naquele momento estava só na universidade, eu receberia um salário e os horários eram compatíveis. E eu parti para docência em 1980, com quatro horas aulas na semana.

Em meados da década de 1990, o Centro Paula Souza já gerenciava algumas escolas. Eram chamadas de “cinco estrelas”: Americana, Campinas, Jundiaí, Mococa, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo (Mooca e Ipiranga), Santo André, Mogi das Cruzes e Sorocaba. Inclusive, a nossa escola poderia ter participado desta transferência, pois teve uma votação entre os professores, mas a maioria era do chamado núcleo comum da Secretaria de Educação e eles tiveram medo da transformação. A nossa escola está muito mais bem localizada do que qualquer outra e a maioria teve medo. Quando a votação foi realizada, a escola não aceitou.

Lembro que, por cinco anos, fiquei sem contato. Mas, por exemplo, vimos que a escola “Lauro Gomes”, em São Bernardo, melhorou a qualidade em todos os sentidos. Um dos motivos é que ela era mantida também pela Volkswagen e outras indústrias, tipo a Bosch, enquanto nós éramos “dinossauros” aqui em Santos.

Finalmente, em 1994, fomos transferidos para o Centro Paula Souza. Nós fizemos uma prova, uma espécie de vestibular, que reuniu todos do estado inteiro para fazê-la na sede da “Paula Souza”. Um mega vestibular para ingressar como professores do ensino técnico. Nós, do “Aristóteles Ferreira”, na área de Mecânica, fomos em 12 professores daqui de Santos. Destes, só dois passaram: eu e o professor Antônio José, que hoje está no Rio de Janeiro. O restante ficou na

lembrança, trabalharam com a gente até de outras maneiras, mas alguns nunca conseguiram a indeterminação²⁹.

Nesta época, nosso diretor era o professor Jorge Monteiro, que atualmente é diretor da Fatec. Ele é muito político, bastante envolvido com o PSDB³⁰ e a esposa dele, a Dona Eni, era, é ainda, uma das proprietárias do Colégio Notredame³¹, em São Vicente. Ele trouxe todo o seu *staff*, em 1993, para o “Aristóteles Ferreira”, fez uma boa gestão, mas não foi efetivado no cargo.

Até esta época, todos os cursos da escola eram integrados ao Ensino Médio. A Secretaria da Educação sempre trabalhou com integrado, nunca trabalhou com modular. Modular é uma coisa moderna do Centro Paula Souza e foi implantado a partir de 1994. Nossa escola sempre serviu como uma escola teste, mas tem uma palavra mais chula para essa situação: sempre foi cobaia da Secretaria de Educação e do Centro Paula Souza. Tudo o que se fez em relação a modalidades de ensino modular foi antes testado no “Aristóteles Ferreira”. Tudo saiu do “Aristóteles”: módulo de quatro semestres, módulo de três, módulo de todas as maneiras eram testados antes dentro do “Aristóteles” e, dando certo, eram, então, passados para o estado inteiro. Eu sempre fui contra isso. Depois pararam de fazer essas experiências aqui em Santos.

Para falar das mudanças de todas as alterações do nome da escola, vamos partir do zero. Primeiro, a comunidade de Santos não conhece a escola técnica, não é como no interior do estado. Vá em Sorocaba para ver, onde tem a Etec, todos a conhecem. Entre aqui em Santos, pergunte no bairro da Aparecida se alguém conhece a escola técnica. Muitos, acredito até que a maioria, não conhece. E o pior da história: passaram-se mais de 50 anos e continua do mesmo jeito. Agora, esta linha de cronologia vai ser longa e vai se perder um pouco no tempo. Quando eu entrei lá, existia um internato. Todas as vezes que eu olho para a parte detrás, onde hoje pertence à Santa Casa, lembro do internato e da professora que dava alimento para eles, a Dona Orneide. Eu a conheço bem. Seu filho é meu amigo particular. Ela que alimentava os internos, era professora do “Escolástica Rosa” e tomava conta do internato, onde estava a antiga Fatec.

²⁹ Termo utilizado para diferenciar o professor concursado e, conseqüentemente, contratado por prazo indeterminado, dos contratados com contrato de tempo determinado, normalmente por até dois anos.

³⁰ Partido da Social-Democracia Brasileira.

³¹ “NotreDame” é uma escola particular na cidade de São Vicente.

Nessa época, ainda era tudo “Escolástica Rosa”, não havia muro. A mudança do nome para “Escola do Bairro Aparecida” foi no meu último ano, em 1979. O “Escolástica Rosa” fechou o muro, que eu chamo de “muro da vergonha”.

Estas trocas foram motivações políticas da Prefeitura de Santos e dos governantes. Pura política. A comunidade não foi consultada e não podia reclamar. Foi assim mesmo. Amanhã, o nome da escola passará a ser “Aristóteles Ferreira” e acabou. Engolimos sem ter direito de voto e nem tivemos o direito de opinar. Talvez por causa da circunstância política da época que era meio complicada. Santos viveu muito tempo sob intervenção federal. A população sabia que os interventores federais moravam no Rio de Janeiro e comandavam a cidade de longe. Era muito difícil a situação nesta época.

Eu, sinceridade, sou do “arco da velha”. Eu vou ser mais sincero ainda. Não adianta só mudar de nome. Tem que valorizar e divulgar esta mudança, por questões de identidade da escola. Uma questão histórica da escola: onde a escola está hoje deveria se chamar “João Octávio dos Santos”, por conta do patrimônio do “Escolástica Rosa” deixado por ele.

Um fato interessante foi que, em 1983, nós perdemos o curso de Metalurgia para o “Escolástica Rosa” e, em 2019, ele voltou para a casa de onde ele era: o “Aristóteles Ferreira”. Isso é um fator importante para a própria escola, porque foi um curso que nasceu no “Aristóteles” e foi para o “Escolástica” pelo simples fato de que os alunos faziam a parte teórica nas dependências do “Aristóteles Ferreira” e a prática ficava do outro lado do muro, que era onde havia o forno da parte de fundição e as demais instalações da Metalurgia. Por conta disso, o governo do Estado transferiu o curso para o “Escolástica Rosa”, pois era um absurdo fazer a teoria no “Aristóteles” e, depois, fazer prática no “Escolástica”. Hoje, a Metalurgia mudou muito. Não precisa mais de forno, até porque o forno gerava uma poluição muito grande.

Eu fiquei no estado até me aposentar. Eu era efetivo no estado pelo “Escolástica Rosa”, mas um efetivo com estabilidade, vou te falar, mentirosa, porque eu me aposentei pelo estado e ganho pelo número de aulas que eles me deram e não com pela quantidade de 44 horas semanais que eu poderia ministrar, como o estado faz com os outros professores. Aposentei-me com dez horas aulas. Agora, você imagina professor do estado ganhando dez horas aulas por semana e aposentado...

Nós éramos todos os professores temporários e, enquanto existisse o curso, nós estaríamos estáveis. A Constituição de 1988 nos deu a estabilidade e, por conta disso, permaneci com a carga horária mínima. Eu tive a opção de levar o tempo de trabalho no estado para o Centro Paula Souza. Elevaria o ganho, porém, no meu caso, eu pensei na minha família. Porque, bem ou mal, seriam duas aposentadorias e, se eu morresse, graças a Deus não morri, minha esposa e a família estariam amparadas por duas fontes de renda.

Pensei em lembranças de até mais ou menos essa época, praticamente finalizei no século passado, pois a história depois de 2000 não deve interessar porque você já participou de tudo, de todas as mudanças depois de 2000, como a implantação do Técnico em Informática na nossa escola. Sei que você fez parte dessa história, entre 1975 e 2000. O que aconteceu de relevante foram esses fatos. Depois disso, acho que vale registrar a implantação da Fatec, com a construção de um prédio onde era a nossa quadra. Eu acho que hoje se tornou um bom negócio, mas, na época, foi um mau negócio, porque se fez um prédio, perdemos a quadra e o controle de quadra. Perdeu-se quase tudo ali e demos de mão beijada para a Fatec se instalar. Com a Graça de Deus, a Fatec foi mandada embora, não é? E sobrou o prédio. Você acredita numa maldição do João Octávio dos Santos? Uma delas é esta. Construíram o prédio lá, o lugar era uma quadra que era da escola, até levaram a quadra lá para cima, mas e o acesso? Qualquer um tem? Eu nunca fui lá, olha, minto, fui uma vez! O elevador nunca funcionou, agora parece que está funcionando, me disse o Mogica³².

4.3 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM ANTONIO JOAQUIM ALMEIDA FERREIRA

Professor Almeida, como é conhecido o colaborador, sempre esteve disposto a contribuir com a pesquisa sobre a escola que o formou e que, inesperadamente, o tornou professor. Além da docência, atuou como coordenador dos cursos de Eletrônica e de Eletrotécnica e foi responsável pela implantação da Etec “Alberto Santos Dumont”, na cidade do Guarujá, tornando-se o primeiro diretor.

Foram dois encontros virtuais formais para registrar seus 40 anos de história na escola e diversas conversas informais sobre o andamento das pesquisas documentais antes da realização das entrevistas. Autorizadas as publicações na

³² João Carlos Mogica, engenheiro mecânico e professor no curso técnico em Mecânica.

íntegra, Professor Almeida ficou visivelmente satisfeito em participar e colaborar com os registros de suas memórias sobre a Etec “Aristóteles Ferreira”.

4.3.1 “Lugar de engenheiro é na indústria, os técnicos é que sabem a parte de mão de obra” – Antonio Joaquim Almeida Ferreira

Comecei minha vida escolar em 1977, após ser aprovado no “vestibulinho” para ingressar na Escola Técnica “Dona Escolástica Rosa”. Na época, a atual Escola Técnica “Aristóteles Ferreira” era assim denominada. “Aristóteles” e “Escolástica Rosa” pareciam ser uma única escola. O curso do primeiro ano era básico para todo os alunos. Fui da turma do primeiro “G”. Na época, todos os primeiros anos eram no período da tarde e o aluno não escolhia qual curso técnico desejava frequentar. Comecei a fazer o curso técnico em Eletrônica integrado ao colegial, atual ensino médio, em 1978, quando estava no segundo ano, momento em que os alunos escolhiam a habilitação. Neste ano, a escola mudou de nome pela primeira vez, quando surgiu a brincadeira em relação ao muro que dividia as duas escolas. Era abre o muro, fecha o muro... Na época que eu entrei, não havia o muro, mas, em 1978, quando chegamos para as aulas, o muro estava lá, separando as duas escolas em definitivo, passando a chamar Escola Técnica “Bairro Aparecida”. Durou somente nos anos de 1978 e 1979, quando eu cursei o segundo e terceiro anos e, em 1980, virou Escola Técnica de Segundo Grau “Aristóteles Ferreira”. Com isso, alguém que analisasse o meu histórico do ensino médio poderia deduzir que eu não parei em escola nenhuma. Fiz o primeiro ano no “Escolástica”, o segundo e terceiro, no “Bairro Aparecida” e o quarto no “Aristóteles Ferreira”, uma situação um tanto quanto inusitada.

Os alunos, à época, não faziam ideia dos motivos destas trocas, afinal continuava tudo igual, não saímos daquele lugar, nada de novo e nem divulgação em jornais. Sempre estudei no local onde é o “Aristóteles Ferreira” hoje. No prédio do “Escolástica Rosa”, a minha turma só foi uma vez para uma aula de inglês no segundo ano. Havia um sistema de gravador onde colocávamos um fone, mas nada funcionou e logo voltamos. Foi a única vez que fui ao prédio do “Escolástica Rosa” nos quatro anos em que fui aluno.

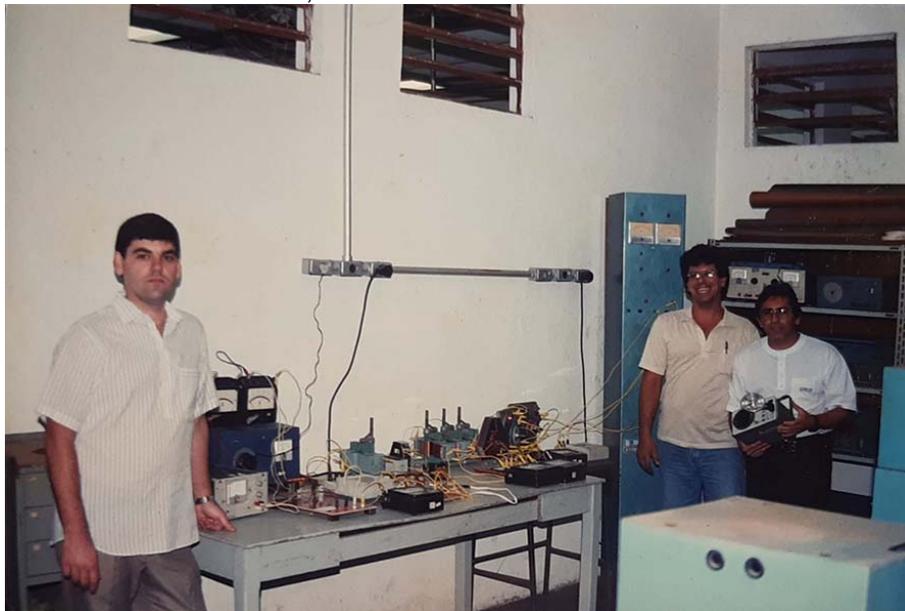
Cursei os três primeiros anos à tarde. No quarto ano, fui para o período da manhã. Havia apenas duas turmas bem cheias: a A1, a minha, e a A2. Cursava Português e Matemática, que eram obrigatórias, e as matérias técnicas, o que fez com que minha relação direta com a escola aumentasse muito. Foi a partir do segundo semestre do quarto ano que eu, Ângelo e Amauri, os alunos escudeiros da turma, conversamos com os professores Cid e Sandall e propusemos passar a ajudar a escola. Normalmente, ficávamos direto na escola. De manhã, tínhamos aula e, à tarde, ficávamos nos laboratórios arrumando equipamentos, preparando a aula para os professores, como se fôssemos estagiários ou monitores de laboratório. Foi uma época muito boa de aprendizados na prática. Lembro que, no palco do auditório, havia um painel e o reformamos inteiro, ficou como novo. Com essa e várias outras atividades desenvolvidas, criamos uma boa relação com os professores e com a direção da escola. Em alguns dias, saímos de lá 3h da manhã.

Em março de 1982, por conta do relatório de estágio que era obrigatório para a finalização do curso, estivemos na escola. Acredito que foi nessa época, do meu ponto de vista, que a escola teve a melhor diretora até hoje, a professora Orlênia Alves Barberato. Nunca esqueci o nome dela. Foi a única diretora efetiva que nós tivemos. Havíamos visto umas notícias no jornal informando que o então governador Paulo Maluf havia criado cargos para monitores de laboratórios das escolas técnicas e nós fomos à escola conversar com ela. Nunca me esqueci da conversa que nós tivemos. Ela não simpatizava muito com os engenheiros e nunca esqueci as palavras dela, afirmando que local de engenheiro era na indústria e quem deveria ministrar aulas eram os técnicos. Eles é que sabiam a parte de mão de obra. Ela informou que não sabia de nada sobre os cargos de monitores, mas havia algumas aulas para serem ministradas e perguntou se estávamos interessados. Não fomos com a intenção de ser professor, jamais havia pensado nessa profissão. Com a indagação dela, ficamos mudos, olhando um para o outro, e ela nos mandou falar com a Dona Darci, que era a secretária da escola. Quando chegamos até onde estava a Dona Darci, informamos que havíamos sido encaminhados pela Dona Orlênia. Ela disse que já sabia do que se tratava, nos deu documentos com pedidos para fazer laudo médico, nos orientou a fazê-los no Centro de Saúde da Rua Luiza Macuco e retornar para a escola.

Retornando à escola, fui comunicado de que assumiria as aulas de Eletricidade para o segundo ano de Mecânica. Questionava-me, abismado, como

seria aquilo. Lembro que foi uma situação muito engraçada. Pedi orientações ao professor Cid, que me tranquilizou e disse que eu iria gostar de ser professor. Então, comecei naquele ano com duas aulas: 2D1 de Mecânica, nunca esqueci. Estas aulas foram na sala 3 do prédio da Rua Júlio Conceição, andar térreo. Era uma segunda-feira, uma e meia da tarde, eu estava muito nervoso e tremia bastante. Neste ano, finalizei com 44 aulas, que era o máximo permitido naquela época. Confirmei que o Magistério é como a cachaça que você toma um pouquinho, só mais um pouquinho, e depois não quer largar, como dizia o saudoso e querido professor Cid. No dia 26 de março de 2021, completei 40 anos de magistério.

Figura 23 - Professores Almeida, Mario Euzébio e Sanches no laboratório de Eletrotécnica



Fonte: Arquivo pessoal de Ferreira (2021).

Tantas práticas peculiares marcaram a história do “Aristóteles Ferreira”. A admissão dos alunos, por exemplo, era uma delas. Lembro-me muito bem de que o critério de ingresso era o mérito, e não uma demanda fixada *a priori* por terceiros. Tínhamos autonomia, por exemplo, para definirmos as regras do processo seletivo discente. Todos ajudavam na aplicação das provas e, assim que os alunos terminavam o exame, cada um se dirigia à sua sala com o gabarito para fazer as correções, sem custo para escola. Eram todos chamados de amigos da escola. Só quando passamos a ser subordinados ao Centro Paula Souza o processo foi terceirizado e feito simultaneamente para todas as escolas do estado.

Quando saiu da subordinação da Secretaria de Educação, o “Aristóteles Ferreira” passou para o Centro Paula Souza, em 1994. Eu e mais alguns

professores da área técnica já éramos estáveis. Com a Constituição de 1988, ficamos sabendo que os deputados sempre faziam alguma nova lei para agradar os funcionários públicos e foi decidido que todos os funcionários que estavam há mais de cinco anos trabalhando ininterruptamente passariam a ser estáveis. No meu caso, por conta da minha estabilidade, pedi transferência para a Escola Técnica “Dona Escolástica Rosa”, que ainda era subordinada à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e que, apesar de ter os cursos técnicos em Metalurgia, Desenho Mecânico e outros, não tinha aula de Eletrônica e de Eletrotécnica. Com isso, eu e outros professores que estavam na mesma situação ficamos alocados sem aulas no “Escolástica Rosa”. Não era um adido, como muitos chamavam de forma equivocada, mas nós tínhamos dez aulas e cumpríamos na Secretaria de Educação ou, como no meu caso, fazendo manutenção da iluminação ou corrigindo algum problema que surgisse na parte técnica etc. Foi por isso que vários professores ficaram nas duas escolas após a transferência do “Aristóteles Ferreira” para o Centro Paula Souza. Alguns, como eu, logo levaram os benefícios e tempo de atuação na Secretaria da Educação e outros ficaram até a aposentadoria, caso, por exemplo, do professor Carlos Kenji Ito, da Mecânica.

A escola foi inicialmente subordinada à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo até que, em 1994, por força de um decreto do governador Luiz Antônio Fleury Filho, foi transferida junto com outras 89 escolas técnicas e rurais do estado inteiro, e está até hoje, ao Centro Paula Souza, uma autarquia subordinada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Na prática, ficamos até 1992 na Secretaria de Educação e tivemos um hiato, quando passamos à subordinação da então recém-criada Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais (Disaete), ligada diretamente à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo. Possuo ainda os holerites, não vinha nenhuma secretaria discriminada. Ficamos durante o ano de 1993 subordinados à Disaete e, nesta época, nosso diretor foi o professor Jorge Monteiro Junior. Foi um ano de grandes e positivas transformações estruturais, administrativas e até de disciplina mais rígida por parte dos professores com os alunos. Não posso esquecer que, naquele período, foi admitida a melhor turma de Eletrônica até hoje. Todos os alunos já possuíam segundo grau completo, atual ensino médio, e já eram atuantes na área. Nesta ocasião, além da aplicação de prova para o ingresso de alunos, fizemos entrevistas.

Não me esqueço do professor Jorge Monteiro. Ele foi um tipo de interventor que tivemos que preparou a escola para a futura transferência da Disaete para o Centro Paula Souza. Lembro quando ele foi fazer a avaliação para o “Vestibulinho”. Marcou tanto que eu nunca esqueci: ele pegou o vestibular da Unicamp. Na época, era tudo por nossa conta, aplicar e corrigir. Em Matemática, de zero a dez, a maior nota foi meio. Como faríamos para fazer a classificação desse pessoal? Então, fizemos através de entrevista. Assim, chamamos os alunos, por exemplo, para Eletrotécnica, os técnicos que já trabalhavam na *Light* e, para Eletrônica, os que já eram eletricitas e que trabalhavam na Embratel, Telesp e Philips. Já os alunos que cursariam Edificações foram selecionados os trabalhadores das empresas em construção civil. Eram praticamente só profissionais. Foram as melhores turmas que nós tivemos, só que depois não vingou, não sei por que, mas não vingou.

Deixamos de ser umas das hoje chamadas “irmãs ricas” do Centro Paula Souza porque, em 1982, houve uma proposta para que o “Aristóteles Ferreira” fosse transferido para o Centro Paula Souza. Porém, isso implicaria sair da Secretaria da Educação e, conseqüentemente, perder benefícios adquiridos pelos professores, uma vez que, desde a sua criação, todos os professores e funcionários, no CEETPS, têm vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Nessa época, a maioria dos professores era efetivo do núcleo comum. Os técnicos e engenheiros não eram em número tão grande quanto eles. No Centro Paula Souza, desde a sua criação, todos os professores tinham vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Então, aqueles que eram estatutários teriam que renunciar à estabilidade para passar ao Centro Paula Souza, ou teriam que solicitar transferência para outra escola, pois possuíam seus cargos em escola estadual. Infelizmente, perdemos a votação. Foi uma margem bem pequena, mas perdemos e continuamos na Secretaria da Educação. Deixamos de ser umas das hoje chamadas “irmãs ricas” do Centro Paula Souza. Isso foi uma pena mesmo. Podíamos ter mudado, ter sido uma “Lauro Gomes” ou uma “Jorge Street”, as maiores e bem equipadas escolas técnicas do estado até hoje. As indústrias investiam muito nessas escolas, o país prosperava e necessitava da mão de obra dos técnicos, motivo pelo qual elas eram assim conhecidas.

Tudo mudou muito na escola entre a minha época de aluno e a atual. Posso dizer que o ensino era muito falho. Digo isso porque eu só fui ter aulas em laboratório de Eletrônica no final do terceiro ano. Nunca me esqueço do professor

Arlindo, que levou minha turma para fazer uma experiência com transistores em um laboratório. Aprendi muito mais com os cursos de rádio e televisão que já havia feito fora da escola, o que influenciou positivamente o meu gosto pela Eletrônica. Na época que fui diretor, mais especificamente entre os anos 2006 e 2012, acredito que foi a melhor época para as escolas técnicas. Eu só não consegui mais materiais para a escola porque não havia espaço no local onde a escola estava alocada. Era muito fácil e tudo estava à disposição. Precisava de computadores? Era só ligar e logo estavam lá os computadores. Se o curso estava precisando de quaisquer equipamentos, era só pedir que o Centro Paula Souza enviava. Várias escolas não aproveitaram, caso do “Aristóteles Ferreira”. Esta situação atualmente voltou a ser mais difícil. Precisa justificar a necessidade do equipamento e esperar muito para as solicitações serem atendidas.

Outro dado a ser considerado neste momento de rememoração da história da escola diz respeito aos diferentes nomes pelos quais ela foi designada. Como já mencionei anteriormente, quando ingressei seu nome não era “Aristóteles Ferreira”, mas “Dona Escolástica Rosa”. Mas, este não foi o primeiro nome que ela teve. Chamou-se corretamente no início “João Octávio dos Santos”. Conheço bem a história dele e sei que muita gente confunde. Na frente, o “Escolástica Rosa” tem uma estátua. Escutei e até li muitas vezes no jornal “A Tribuna” como sendo a representação de um professor com o aluno. Não é nada disso. É o João Octávio com um órfão, para quem, na ideia dele, deveria fazer a construção da escola. Para mim, seria 100% trazer de volta para o “Aristóteles” o nome do “João Octávio”, até porque Aristóteles Ferreira foi vereador e presidente do Santos Futebol Clube, mas, em relação à educação ou à escola, nunca achei nada que tivesse alguma relação. Atualmente, o João Octávio é homenageado em uma escola no Morro do São Bento, aqui em Santos. Seria uma boa troca entre os homenageados. Quando eu entrei na escola, na frente, à direita, tinha escrito “CTI”. Acho que era a época do Gilson, um dos alunos que conheço daquela época. Era o Colégio Técnico Industrial, mas, por mim, reforçando, seria muito justo com o idealizador de tudo isso voltar a ter o nome dele. Traria o filho para trás do terreno e a mãe continuaria na frente. Se precisar assinar algum documento para ajudar nessa troca, assino já!

Cheguei a ler partes do testamento do João Octávio dos Santos. Acredito que exista uma cópia no prédio temporário do “Escolástica”. Nele estava a sua vontade sobre o Instituto “Dona Escolástica Rosa”, conduzido e escrito pelo Júlio Conceição.

Era uma obra de benemerência muito grande. Em uma das partes do testamento, está informando que ele deixou, entre outros imóveis, o terreno de mar a mar entre a Rua Alexandre Martins e o Canal 6, na cidade de Santos. Se levarmos em consideração esta informação “de mar a mar”, significa que tudo ao redor da escola, incluindo o BNH e tudo aquilo atrás da nossa escola em direção ao Porto, foi para a Santa Casa e caiu em domínio público. Acredito que a Santa Casa não recebeu nenhuma quantia por aquilo tudo. Fora os outros imóveis pela cidade que a Santa Casa ainda possui do espólio do João Octávio. Acho que ele foi esquecido pela cidade e merecia ser mais valorizado. Afinal, também foi um vereador, assim como o Aristóteles Ferreira. Lembro que, na época, falavam que ele era dono de mais da metade da cidade. Tudo isso com a venda de tabaco e outros negócios, mas o país não tem memória, o pessoal esquece muito rápido das coisas e, principalmente, das pessoas.

Uma das situações mais decepcionantes na história do “Aristóteles Ferreira” ocorreu ainda na época em que a escola estava subordinada à Secretaria da Educação. Tivemos uma reforma na escola, um projeto do MEC-Bird, em 1986, que era um investimento do Banco Intercontinental de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), do governo federal e do governo estadual. Na época, era tudo em dólar e o seu valor oscilava muito diariamente. As cotações para a obra foram feitas e divididas entre os três. Lembro que eu estava em uma reunião na Secretaria da Educação com o Paulo de Tarso, que era o secretário, e ele definiu que a obra seria iniciada com a verba do Bird que já estava liberada e era em dólar. Depois usaríamos a verba federal. Ambas foram utilizadas na parte de obras e, com a verba estadual, seriam adquiridos os equipamentos.

Voltamos desta reunião muito contentes e logo começou a obra. Cada área fazia o levantamento dos equipamentos de que precisava e, com tudo em dólar, todas as semanas precisava atualizar os valores e enviar para São Paulo. Eu fiquei responsável por essa parte na Eletrônica e não havia computador para ajudar. Era tudo na máquina de escrever e calcular. A obra acabou e nada de os equipamentos chegarem para Eletrônica. Até hoje tem um monte de armários vazios. Nunca me esqueço de o professor Sandall, que se tornou informalmente o coordenador depois que o projeto acabou, ir várias vezes a São Paulo para cobrar a verba que faltava para finalizar o projeto.

Figura 24 - Professores na Expotec de 1984



Legenda: Almeida, à esquerda, com os professores Lindolfo, Edmilson, Sandall e Cid.

Fonte: Arquivo pessoal de Cid Filho (2021).

O governador Montoro, em seu último decreto, assinou uma liberação, acho que em dinheiro de hoje, de uns R\$ 4 milhões para término das obras no “Aristóteles Ferreira”. Entrou o Quércia – eles assumiam o cargo em março e não em janeiro como hoje – passou abril, maio, junho, julho e nada de a verba aparecer. Pela última vez, o professor Sandall foi a São Paulo, nunca me esqueço, de ele falando da Conesp, que era uma empresa ou um órgão da Secretaria da Educação, que cuidava de obras. Ele falou que o mandaram para uma salinha, depois foi para outra salinha, falou com um, depois com outro. Enfim, ficou quase quatro horas andando de um lado para o outro. Deixaram-no tonto! Até que o levaram para uma sala, mostraram uma nota fiscal, na época de uns R\$ 800 mil, de uma de empresa desconhecida e falaram que a verba já havia sido gasta, empenhada e não havia mais nada. Ele até tentou alegar que não havíamos recebido nada, mas simplesmente mandaram ele “passar bem”.

Certo dia, chegou à escola uma senhora que se apresentou como supervisora do MEC e disse que estava ali para ver os equipamentos comprados pelo MEC-Bird. Levei-a até a Eletrônica e comecei a abrir os armários, um por um, até que ela questionou o motivo de estarem todos vazios e eu lhe informei que nada foi comprado. Ela ficou muito espantada e disse que essa situação não ficaria assim. Chegou a me apresentar uma relação dos equipamentos que foram comprados para

a nossa escola, enviada pela Secretaria da Educação ao MEC. Lembro-me dela indo embora, garantindo-me que aquilo não ficaria assim. Fiquei até contente, mas nunca mais ouvi falar desse assunto. Não apareceu mais ninguém na escola e nós ficamos daquele jeito. Foram coisas como essa que passamos e não gostaria que tivessem acontecido.

Aconteceu outra situação parecida há pouco tempo. Fizemos também uma reforma com Engetal, já na época do Centro Paula Souza. A obra estava orçada em torno de um milhão de reais, mas eles ganharam a licitação por R\$ 400 mil. Quando a reforma começou, criaram problemas, questionaram e informaram que certos procedimentos não eram contemplados na obra e iniciaram os aditamentos. Sei que, no final, esta reforma saiu por quase R\$ 2 milhões e foi tudo malfeito e não aconteceu nada com aquela empresa. Depois disso, ficamos sabendo de umas coisas, não compete falar aqui, mas, infelizmente, nossa história é essa. Estou de volta ao Aristóteles depois que fiquei 13 anos afastado para assumir a direção da Etec “Alberto Santos Dumont”, no Guarujá. Voltei em 2019 e estou muito feliz de voltar.

Outra mudança que precisaria ser considerada na história do “Aristóteles Ferreira” diz respeito à habilitação dos seus professores, quando a escola passou a integrar o Centro Paula Souza. Para que pudéssemos continuar a ministrar aulas na escola, a partir de então, tivemos que fazer um curso equivalente a uma licenciatura chamada de “Esquema”: eram dois cursos diferentes, um para técnicos e outro para graduados. Sua história é um pouco mais antiga, do início dos anos 1980, e teve como grandes responsáveis os professores John Paul Sandall Junior e José Cid Filho, que andaram atrás disso durante muito tempo até que conseguiram junto ao Centro Paula Souza que a Fatec ficasse responsável pelo curso e pela emissão dos certificados do chamado “Esquema 2”, equivalente à licenciatura plena. Ou seja, ensino superior para os formados nos cursos técnicos. Tínhamos, na época, várias disciplinas, como Cálculo, Didática e todas da parte pedagógica e, com a conclusão desse curso, nos tornamos licenciados. No meu nosso caso, em Eletrotécnica. Para ingressarmos nesse curso, tivemos que prestar vestibular, pois, como era um curso público de nível superior, foi oferecido para todos que tivessem interesse. Com duração de dois anos e meio, iniciamos em 1982 na ETE “Lauro Gomes”, em São Bernardo. Depois, em 1983 e uma parte de 1984, foi ministrado na Fatec São Paulo. Era aos sábados e todos os dias da semana durante as nossas férias de julho e

janeiro. Foi um curso muito bom, de grande importância na minha formação como professor e me tornou um profissional da Educação mais completo.

Antes de concluirmos o “Esquema 2”, éramos denominados como técnicos admitidos em caráter excepcional. Tinha, na época, o professor 1, professor 2 e professor 3. Os técnicos eram professores 2. Professores 3 eram só os com licenciatura plena ou graduação. Então, a partir do momento que concluímos o esquema, passamos para professor 3. Financeiramente, melhorou bastante, mas ainda admitidos em caráter excepcional. Posteriormente, tivemos a denominação alterada para ACT. Naquela época, os professores da Secretaria da Educação das disciplinas básicas como Português, Matemática, História e Geografia poderiam ser efetivos e esta condição era alcançada somente por intermédio de concurso público, o que nunca houve para a parte profissionalizante. Havia os professores técnicos mais antigos, ainda da época de Mestria, que era comprovação de conhecimento profundo em uma determinada disciplina ou técnica que já permitia ser professor, de acordo com as leis vigentes. Cheguei a conhecer alguns: os professores Lindolfo e Davinil, que eram da Mecânica, e o professor Osvaldo Pinto, da Eletrotécnica, eles vinham ministrando aulas desde a década de 1960.

4.5 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM MARCOS AUGUSTO CUNHA COUTO ESTÁCIO

A última das entrevistas concedidas, postergada diversas vezes por imprevistos profissionais, ocorreu em dois momentos separados por um intervalo no qual as memórias do colaborador afloraram, o que fez com que reiniciássemos a gravação da entrevista para os devidos registros.

Nesta oportunidade, professor Marquinhos relatou o período mais próximo ao atual da Etec “Aristóteles Ferreira”. Dono de uma memória extraordinária, é o atual diretor de Serviços e foi aluno do curso Técnico em Eletrônica Integrado ao Médio. Na sequência, cumpriu apenas as disciplinas técnicas de Eletrotécnica, possuindo, assim, o segundo diploma de técnico. Ele é um dos poucos professores concursados da Etec que está desde o início da subordinação da escola ao Centro Paula Souza, tendo participado também da transição da Secretaria da Educação para a de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, cujo nome foi alterado para Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado de São Paulo.

Sua contribuição foi além das memórias relatadas, pois ajudou nas pesquisas com informações sobre a vida profissional dos diversos professores e funcionários citados pelos outros colaboradores, fornecendo cópia de documentos e publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o que colaborou com a pesquisa documental.

Suas indicações a respeito de outros colaboradores para mais entrevistas que, inicialmente, foram feitas de maneira informal, levaram-me a convidá-lo como colaborador oficial, embora ele tenha apresentado um pouco de resistência. A participação do Professor Marquinhos mostrou-se fundamental para a ligação entre os diversos e diferentes momentos da escola.

4.5.1 “Muitas empresas de São Paulo vinham buscar alunos aqui!” – Marcos Augusto Cunha Couto Estácio

Comecei a estudar no Aristóteles Ferreira em 1985. Foi só escolher entre as poucas escolas que ainda ofereciam curso técnico e fazer a matrícula, pois, naquela época, não havia processo seletivo. Existiam outras escolas da rede estadual que ofereciam cursos técnicos, como o Colégio “dos Andradas” e a Escola Estadual “Afonso Schmidt”, de Cubatão, minha cidade natal e onde eu cursei o primeiro grau. Lembro que, quando eu estudava, havia algumas instalações, oficinas e laboratórios, mas já desativados, após a LDB tornar o ensino médio obrigatoriamente técnico, assim como a maioria das escolas da rede estadual.

O “Aristóteles” era, com toda a certeza, o que havia de melhor, como acredito ser até hoje. Naquela época, já oferecia os cursos de Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica. Interessei-me desde o início pelo curso de Eletrônica que, às vezes, tinha uma demanda maior e precisava fazer escolha e, às vezes, até gerava uma fila de espera, mas abriam muitas turmas. No ano em que eu ingressei, foram 14 turmas de primeiro ano, curiosamente, todos no período da tarde, diferentemente da forma como a escola oferece atualmente, em que aluno se matricula em determinado período e fica nele até se formar ou solicitar, por algum motivo, a transferência de período. Na minha época, o aluno alternava entre os períodos. Havia uma lógica interessante: entravam, no primeiro ano, todos em turmas mistas, independentemente do curso que pretendiam fazer, quando todos

cursavam apenas as matérias do segundo grau, como era a denominação na época, hoje o Ensino Médio. No segundo ano, o aluno fazia a opção técnica e já entravam as matérias técnicas. Eram duas ou três disciplinas, dependendo do curso. No terceiro ano, aumentavam e passavam a ser a grande maioria das matérias do núcleo, ficavam apenas português, matemática e OSPB³³. O quarto ano era puramente técnico. Só havia disciplinas técnicas e as turmas eram transferidas para o período da noite.

Por conta da baixa demanda para o curso técnico em Eletrotécnica, foi feita uma mudança em que os segundos anos de Eletrônica e de Eletrotécnica eram juntos. Basicamente, eram as mesmas disciplinas e não fazia sentido serem cursos separados. Eles eram muito parecidos e o aluno só optava por Eletrônica ou Eletrotécnica no terceiro ano.

Os alunos, então, cursavam o primeiro ano obrigatoriamente no período vespertino. No segundo ano, podiam optar entre matutino ou noturno. Havia poucas turmas de segundo e terceiro anos à noite e, no quarto ano, todos cursavam no período noturno. Nesta época, havia muita demanda para Eletrônica. Era o curso da moda em 1985 e foi assim até o final da década de 1980. A Informática ainda estava engatinhando. Geralmente, quem gostava muito da parte de Eletrônica migrava para a Informática. Muitos colegas da minha turma foram trabalhar com Informática. A demanda era tão grande que muitas empresas de São Paulo vinham buscar alunos aqui no “Aristóteles Ferreira”.

Então, cursávamos o primeiro ano comum. Na época, os alunos brincavam, dizendo que o “Vestibulinho” eram os professores de Matemática Kalil e Potiguar, pois eles eram muito exigentes. No primeiro e segundo bimestres, eram muitas notas abaixo da média e, por consequência, muita desistência. As turmas iniciavam com 40 alunos e terminavam, em média, com 20. Era praticamente um “Vestibulinho”. Os alunos que resistissem aos dois primeiros bimestres com aqueles professores cursavam mais tranquilos os terceiro e quarto bimestres. Havia uma perda muito grande, mas, na época, não existia preocupação que há hoje com a

³³Organização Social e Política Brasileira era a disciplina que, de acordo com o Decreto Lei n.º 869/68, tornou-se obrigatória no currículo escolar brasileiro a partir de 1969, juntamente com a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC). Ambas foram adotadas em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia e ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações factuais em detrimento da reflexão e da análise. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/ospb-organizacao-social-e-politica-brasileira/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

evasão. Lembro que davam foco nisso porque os cursos eram todos na área de Exatas. Demonstrar facilidade nessa parte de Matemática e Física filtrava os alunos que não se adequavam ou gostavam e eles, naturalmente, já saíam da escola para fazer o segundo grau regular em outro lugar.

Como eu não tinha necessidade de trabalhar naquela época, fiz o primeiro ano à tarde, o segundo e terceiro, de manhã, e, no quarto, quando o estágio era obrigatório, fui para a noite. Esta migração para o período noturno facilitava na procura de uma vaga de estágio porque o aluno era responsável por consegui-la. Tive grande dificuldade, à época, pois ainda não tinha sido dispensado do serviço militar e a maioria das empresas contratava com intuito de admitir como funcionário posteriormente. Os alunos entravam pelos programas de estágio, normalmente com duração de seis meses ou um ano e, ao término, eram efetivados. Muitos colegas tiveram dificuldade para conseguir uma vaga de estágio. Consegui a dispensa do serviço militar em agosto de 1988, pela Marinha. Antes disso, tive que fazer estágio de graça na Sabesp, onde só pagavam os auxílios condução e alimentação, e estagiei em uma empresa de telefonia ganhando um salário-mínimo. Após a liberação do serviço militar, consegui meu primeiro emprego e pude até escolher. Optei por uma empresa na cidade de São Paulo e lembro que fiquei os quatro últimos meses daquele ano subindo e descendo a Serra do Mar todos os dias. Dava para ir voltar tranquilamente. Na época, era menos trânsito e o deslocamento, tranquilo. O que ajudou também é que não eram 200 dias letivos, eram 180. Geralmente, no final de novembro, quem estava fechado em notas, o meu caso, já era liberado das aulas. Eu tinha muitos colegas em São Paulo. Na minha turma, que era uma classe de uns 30 alunos, mais ou menos, uns dez trabalhavam em São Paulo.

Terminando o curso de Eletrônica, eu não tinha condições de concretizar meu sonho de cursar faculdade de Engenharia. Surgiu a oportunidade de fazer o curso de Eletrotécnica e, por não ter processo seletivo, foi só efetuar a matrícula. Como já havia concluído o segundo grau e os segundos anos dos cursos eram iguais, fui matriculado diretamente no terceiro ano. Consegui mais algumas dispensas de disciplinas que eram comuns ao curso de Eletrônica e só cursei as aulas que eram da parte de Eletrotécnica. Entrei em 1985 como aluno e me formei no ano de 1988, em Eletrônica. Em 1989, comecei o curso de Eletrotécnica no terceiro ano, à noite. Nessa época, já trabalhava e, em 1990, me formei no segundo curso técnico.

Figura 25 - Marcos Augusto, como orador, na formatura do Técnico em Eletrotécnica, em 1990



Fonte: Arquivo pessoal de Estácio (2021).

Um detalhe interessante que ocorreu em 1990: eu estava terminando o curso de Eletrotécnica quando veio uma ordem da Secretaria da Educação determinando como obrigatórias as disciplinas de Português e Matemática no quarto ano. Houve uma discussão muito grade. Eu já tinha o ensino médio. Por que haveria de cursar aquelas disciplinas? Afinal, o diploma referente ao ensino médio já era emitido após o aluno concluir o terceiro ano. Muitos alunos só faziam até o terceiro ano, não tiravam o diploma de técnico, apenas de auxiliar técnico com o diploma do ensino médio. Lembro que esta discussão e obrigatoriedade acabaram vigorando um ou dois anos. Como eu já tinha diploma de ensino médio, acabei dispensado das disciplinas de Português e Matemática, sem problemas.

Tivemos uma troca de direção quando eu estava finalizando o segundo curso. Veio uma nova diretora, a senhora Maria Helena Sodré Franco. É interessante ver que tivemos muitos diretores substitutos. O diretor titular nunca estava na escola e o diretor substituto ou vice-diretor era quem assumia. Geralmente, havia um servidor designado como vice-diretor. Não sei o porquê esta prática dos diretores. Não sei

se, por ser uma escola técnica, tinham professores com perfis diferentes e eles preferiam não ficar. Como é uma escola bem localizada, tínhamos diretores em final de carreira e com pontuação boa que assumiam o cargo e tiravam licença prêmio, por exemplo. Na minha época, a diretora era Milagros, que hoje trabalha no “Escolástica Rosa”. Ela também não era titular. Depois, entrou outra diretora que também não era titular, era vice-diretora, que eu não recordo o nome. Ela ficou a maior parte do meu tempo de aluno. Até que liberou a vaga de diretor e a Maria Helena veio do interior, de Jaguariúna. O início do mandato dela foi concomitante com o final do meu segundo curso.

Até a Constituição de 1988, os professores da parte técnica não eram concursados, pois não existia concurso para esses professores, só havia concursos para as disciplinas do núcleo comum. Os professores da parte técnica eram admitidos em caráter temporário (ACT). Havia professor com 15, 20 anos de docência na escola que não tinha cargo efetivo. Com a nova Constituição, eles foram efetivados por tempo de serviço. Quem tivesse mais de cinco anos de serviço público ganhava estabilidade.

A Maria Helena assumiu a direção do “Aristóteles Ferreira”, em 1990. Havia um problema muito sério de reclamação dos alunos referente a alguns professores e, no final de ano letivo, ela fez uma avaliação geral e os professores que tivessem uma pontuação abaixo de um determinado patamar escolhiam aula na Delegacia de Ensino. O diretor possuía esta prerrogativa. Assim, muitos professores da parte técnica foram dispensados e na Delegacia de Ensino não havia aula disponível. Neste momento e, por consequência desta postura da direção, surgiram vagas nas áreas de Eletrônica, Elétrica e Mecânica e fui convidado para assumir estas aulas, assim como outras pessoas que estavam se formando e mais algumas outras pessoas que vieram de fora. Nos inscrevemos no processo seletivo, fui aprovado e eu iniciei como professor em 1991 com a escola vinculada à Secretaria da Educação. A professora Maria Helena ficou mais dois anos na direção.

Figura 26 - Professor Marcos Augusto com alunos do curso técnico em Eletrônica, em 2013



Legenda: Ao lado de Marcos Augusto, está o aluno Daniel Corrêa Sampaio dos Santos que, posteriormente se tornou professor na Etec “Aristóteles Ferreira”.

Fonte: Arquivo pessoal de Estácio (2021).

Era final de 1992 quando todas as escolas técnicas vinculadas à Secretaria da Educação foram transferidas para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, vinculadas ao “Disaete”, um departamento da Secretaria responsável por escolas técnicas. Com a transferência da escola, os professores do núcleo comum e os servidores foram transferidos e até o prédio deixou de pertencer à Secretaria da Educação e foi para a Ciência e Tecnologia. Os professores, funcionários administrativos e o pessoal de limpeza, que tinham o cargo efetivo no “Aristóteles”, transferiram a sede para outra escola estadual da Secretaria da Educação. Ficaram alguns servidores emprestados, até os professores, como o meu caso que não tinha feito concurso, era temporário, chamado de ACT, o que hoje chamam de OFA, que é aquele professor que não eventual, é um professor que não tem um cargo, só aulas em substituição.

Eu permaneci como professor, mas continuei a receber pela Secretaria da Educação, prestando serviços para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Alguns funcionários administrativos permaneceram nesta situação, uns dois ou três, e os professores do núcleo comum foram embora, só ficou uma professora de Geografia. Inclusive, ela foi minha professora. A Conceição preferiu ficar, estava perto de se aposentar. Eu não sei como é que ficou a situação funcional dela. E os novos professores vieram, também pela Secretaria da Educação, mas todos OFAs, aliás,

todos ACTs, era essa a designação, ou seja, todos os professores sem cargo efetivo no estado. Sobre o pessoal administrativo, recebemos alguns contratados pelo Baneser. Para trabalhar na secretaria, a Mara, por exemplo, que hoje trabalha na Etec “Ruth Cardoso”, foi contratada pelo Baneser. Depois ela fez o concurso e entrou pelo Centro Paula Souza.

Nessa transição, veio o professor Jorge³⁴ e assumiu a direção da escola. Ficamos nesta situação: a escola vinculada à Ciência e Tecnologia, os professores e funcionários, na sua grande maioria, à Educação ou ao Baneser, até o final de 1993, quando foi feita a transferência das Etecs, Agrícolas e Industriais para o Centro Paula Souza. Em 1994, quando iniciamos como Centro Paula Souza, tivemos mais uma grande saída de professores. Alguns foram aproveitados, contratados como temporários, não foi feito nem o processo seletivo como se faz hoje. Em meados de 1994, foi aberto concurso público, do qual participaram praticamente todos os professores que ministravam aulas. Havia poucas aulas, apenas três ou quatro vagas para cada habilitação e para as matérias do núcleo comum também, uma ou duas vagas. Os professores de Edificações que entraram para ministrar aulas eram todos novos. Foram contratados para as aulas das disciplinas autorizadas pelo concurso.

Foi a partir deste concurso, em 1995, que eu iniciei como professor efetivo. Fui classificado em primeiro lugar na disciplina de Eletricidade. Dei sorte, pois era matéria em que eu ministrava aulas naquele ano. Depois, com a entrega de títulos, eu fiquei em terceiro, pois tinha menos tempo de docência. Todos os professores que foram aprovados acabaram contratados. Eles foram respeitosos com o espaço dos colegas, afinal, o primeiro poderia assumir todas as aulas, eram só dez. Se ele pegasse as dez, só ele entraria. Cada um pegou duas. Depois, ampliou porque sabíamos que teriam mais aulas para assumir. Alguns colegas não passaram no concurso. Foram contratados por dois anos e tiveram que sair.

Assim começou esta jornada, a partir de 1994, dentro do Centro Paula Souza. Na época da Educação, havia pouquíssimo investimento e os equipamentos eram bem defasados. Logo que eu ingressei como aluno, em 1985, tivemos uma reforma na escola pelo projeto do MEC-Bird e praticamente não recebemos nada de equipamentos. O investimento era muito limitado. Até recursos para a compra de

³⁴ Jorge Monteiro Junior foi o primeiro e único diretor na era da subordinação direta do “Aristóteles Ferreira” à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

material de consumo e para as aulas práticas eram escassos. Com a entrada do Centro Paula Souza, tivemos um período de grande investimento, abertura de cursos e chegada de equipamentos.

Sáimos dos quatro cursos tradicionais que a escola sempre teve: Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica e começamos a abrir os cursos novos. Primeiramente, Turismo, que hoje virou “Agenciamento de Viagens”. Na primeira turma de Turismo, só havia professores do núcleo comum da própria escola. Depois, foram contratados os professores da área de Turismo e Hospitalidade. Alguns anos depois, sob a direção da professora Ieda³⁵, abrimos Informática e a demanda pelo curso era excelente, ligado ao de Eletrônica. Inclusive, a minha turma, os formados em 1988, foi a primeira que teve aulas de Informática como disciplina do último ano. Maurício Neves Asenjo³⁶, que atualmente é professor do IFSP e da UniSanta, ministrava essa aula. No início, não tínhamos nem computador na escola. No final daquele ano, recebemos dois TK 4000. Eles não tinham *drive*, os programas nem eram armazenados. Ligávamos, fazíamos a programação e testávamos. Lembro que ele ensinava a programação na lousa.

Foram entrando novos cursos e as disciplinas de Informática foram inseridas em todos eles. Na sequência, foram abertos os cursos de Telecomunicações, que logo fechou, Desenho de Construção Civil e outros. A escola foi evoluindo. O Centro Paula Souza investiu muitos recursos na escola e possibilitou essa evolução. A entrada do professor Jorge resolveu um problema muito sério da época da Educação quanto à disciplina e comprometimento por parte dos alunos. Ele entrou no final de 1992 para 1993 e fez uma revolução dentro da escola, facilitada pelo fato de ele ter criado o grupo de professores. Todos que estavam ministrando aula, em sua maioria professores do núcleo comum, ele contratou pessoalmente pela Educação.

Um reflexo desse período foi que, em 1994, eu ministrava aulas para uma turma só de alunos retidos. Era um terceiro ano de Eletrônica, à noite. Trinta alunos, todos repetentes. Ficou retida uma sala inteira. Não existia esta cobrança que temos hoje de retenção de aluno e evasão escolar. A melhora foi aparente. Encontrava com ex-alunos e escutava frases do tipo “a escola melhorou ou está bem melhor

³⁵ Ieda Aparecida de Jesus Couto Estácio atuou como professora de Biologia, coordenadora do ensino médio e diretora do “Aristóteles Ferreira”, entre os anos de 2002 e 2011.

³⁶ Aluno no curso de Eletrônica, no “Aristóteles Ferreira”, durante os anos 1985 e 1988, e professor entre os anos 1999 e 1991.

agora!”. Mas, estava do mesmo jeito, equipamentos do mesmo jeito, só estava bem mais rigoroso o controle que tinham implantado o professor Jorge e a sua equipe. A professora Ieda, minha esposa, foi diretora do “Aristóteles” muitos anos, depois diretora do “Escolástica Rosa” e hoje é coordenadora pedagógica no “Escolástica”. Ela ingressou na escola naquele período, contratada por ele. Ela tinha um cargo na Educação, veio como professora de Biologia e começou a coordenar o ensino médio. Ele colocou uma coordenadora em cada período.

Assim, a escola deu uma boa levantada e, após a entrada para o Centro Paula Souza, passamos a receber muitos investimentos, o que era bem difícil na época da Educação. Até material para aulas práticas, que hoje temos disponibilidade para comprar pela verba mensal de adiantamento, era muito difícil.

Antes da integração ao Centro Paula Souza, todos os cursos eram integrados, mas ainda não se usava essa denominação e eram em período único. O aluno não estudava de manhã e à tarde, como os atuais integrados. Quando o professor Jorge assumiu a direção, iniciou a implantação de duas modalidades novas de curso que chamamos hoje de técnico modular. Na época, chamava-se Curso de Qualificação Profissional, o QP4, todos no período noturno. Todos os cursos eram de quatro semestres. Inclusive, a escola foi piloto nesse tipo de curso dentro da Ciência e Tecnologia e, depois, no Centro Paula Souza.

Naquela época, a escola passou a fazer o processo seletivo para ingresso nos cursos. Os candidatos se inscreviam e a seleção era feita por prova e entrevista. Eram os professores que elaboravam e aplicavam as provas e faziam as entrevistas. O processo seletivo era voltado para alunos que já tivessem concluído o Ensino Médio, diferentemente de hoje, que o aluno pode entrar no curso técnico estando matriculado no segundo ano do ensino médio. Tivemos muita demanda dos empregados da indústria. Uma turma de Eletrônica, por exemplo, tinha 80% dos alunos que eram funcionários da Telesp. Eles não tinham a formação técnica e viram a oportunidade. Nos anos seguintes, tivemos muita demanda de funcionários da Telesp. O Crea³⁷ fez uma auditoria na Telesp e constatou que havia muito funcionário com cargo de técnico sem a qualificação necessária. Eles deram um prazo para a regularização desta situação e foi justamente essa mudança na escola que possibilitou e facilitou a adequação deles.

³⁷ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Também naquele período foi aberta a primeira turma de Ensino Técnico Integrado ao Médio em período integral diurno. Inclusive, quando foi feito o concurso, em 1994, era para aulas nestes cursos. Eu não ministrava aulas durante o dia, só no período noturno. Tinha outros compromissos profissionais. Com a implantação desses cursos, eu tive que ministrar aulas durante o dia. Lembro que atribuí seis aulas e vinha um dia da semana pela manhã para a escola, mas a maioria das minhas aulas continuou no período da noite.

Após um tempo e diversas mudanças, a escola permaneceu somente com os cursos técnicos modulares noturnos e o Ensino Médio Integrado diurno durante muito tempo. O Centro Paula Souza, seguindo as alterações definidas pela LDB, extinguiu os cursos técnicos integrados ao ensino médio, abriu cursos técnicos modulares de manhã e à tarde, e passou a oferecer o ensino médio regular matutino, ficando muitos anos com essa característica. No começo foram três, depois quatro turmas de ensino médio e os técnicos, inicialmente de Eletrônica e Eletrotécnica, de manhã, e Mecânica e Edificações, à tarde. A Informática e o Agenciamento de Viagem começaram a ser oferecidos no período vespertino. O Centro Paula Souza, novamente se adequando à LDB, voltou a oferecer turmas de ensino técnico integrado ao ensino médio, em 2014. A primeira turma foi de Informática, depois, em 2015, Eventos e Eletrônica, e, nos anos seguintes, trocou o de Eventos, que só tivemos uma turma, por Eletrotécnica, alterados para M-Tecs, a nova modalidade dos cursos integrados em período único, com 30 aulas semanais, permanecendo apenas o integrado tradicional de dois períodos com 40 aulas semanais em Desenvolvimento de Sistemas, o antigo curso de Informática.

Ficamos com o “QP” durante muitos anos após a migração para o Centro Paula Souza, instituição que regulamentou os cursos técnicos no estado de São Paulo. No início, com duração de dois anos, eram exatamente esses cursos técnicos do “QP” que, depois, foram sendo convertidos para cursos com um ano e meio de duração. Alguns cursos, como o de Mecânica, mantiveram-se com dois anos ou voltaram a ser oferecidos assim. Atualmente, oferecemos estas modalidades de cursos dentro da escola: integrado, M-Tec de seis horas por dia em período único e, ainda, técnicos nos períodos: poucas turmas no período vespertino e matutino, e os técnicos, à noite, que são o nosso padrão, com muitos cursos.

O Baneser era da época do governador Fleury. Havia o Banespa, Banco do Estado de São Paulo, e o Baneser, Banespa Serviços, uma empreiteira de mão de

obra que fornecia funcionários para vários órgãos públicos do estado. Assim, como atualmente o estado segurava os concursos públicos, muitos órgãos públicos tinham déficit de funcionários. Então, quando houve a migração da Secretaria da Educação para a de Ciência e Tecnologia, e conseqüentemente, a migração dos funcionários, que já eram poucos, à época, a maioria preferiu não ficar emprestado. Quando puderam escolher uma sede perto de casa, ou uma escola mais fácil ou, ainda, uma escola que fosse mais tranquila para trabalhar, pediram a transferência e não ficaram emprestado ao “Aristóteles”.

A tendência geral foi essa. Ninguém sabia o que iria ocorrer, possivelmente até uma transferência compulsória para um lugar desconhecido ou distante das suas residências. Alguns funcionários estatutários foram transferidos para a Ciência e Tecnologia. No interior do Estado ainda tem escolas com esses funcionários. No “Aristóteles Ferreira”, não. Atualmente, eles são vinculados à Ciência e Tecnologia, mas prestam serviço para o Centro Paula Souza. Uma loucura! Mas, a maioria já está aposentando. Existia a possibilidade para o funcionário administrativo ser transferido da Educação para Ciência e Tecnologia. Qual era o risco? A Ciência e Tecnologia passa a escola, como passou, para o Centro Paula Souza, e a pessoa não poder ficar, tem que ir para uma outra autarquia ou outro órgão dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Ocorreram alguns casos fora daqui da Baixada Santista: o funcionário ficou na escola transferida da Educação para a Ciência e Tecnologia, a escola foi transferida da Ciência e Tecnologia para o Centro Paula Souza, e esse funcionário não quis ficar emprestado para o Centro Paula Souza e preferiu ficar em outro órgão dentro da Ciência.

O pessoal do Banaser não era funcionário público. Era uma empreiteira onde as pessoas eram contratadas por prazo determinado. É como atualmente a Mazzini, uma empreiteira atual no mercado. Todos os funcionários eram solicitados pelas unidades e o Banaser contratava e alocava esta mão de obra. Inclusive, dava muita confusão, porque o valor do vale refeição e o salário do Banaser eram maiores. Lembro que, na época, criou-se um grande desconforto na escola.

Financeiramente, o salário da Educação sempre foi menor do que o Centro Paula Souza. No início, o “Paula Souza” era mais restrito, tinham poucas escolas e a diferença era bem grande mesmo. Não lembro o quanto, o pessoal falava que era quatro, cinco vezes, tem gente que falava que era dez vezes, mas o salário da Educação era bem menor. Quando foi feita a transição, os professores continuaram

recebendo pela Educação. Só quando mudou para o Centro Paula Souza que realmente houve um ganho, eu não lembro em termos de valores, mas foi uma grande melhoria. Já o pessoal do Baneser era composto por quatro funcionários administrativos e o pessoal de limpeza. Havia a comparação com os salários do pessoal da Educação. O salário e o *ticket* alimentação eram maiores e isso criou um pouco de celeuma.

O melhor da transferência ao Centro Paula Souza para os professores da área técnica foi a segurança de ter uma carreira que, até então, não existia. Por exemplo: os falecidos Edmilson, Frias e Sandall estavam na mesma referência desde que entraram na escola. O único benefício que ganhavam era o adicional por tempo de serviço (ATS). Inclusive, aqueles professores eram os mais antigos e, como tinham a estabilidade da Constituição de 1988, eles ficaram, durante o ano de 1993, emprestados da Educação para a Ciência e Tecnologia. Em 1994, quando foi feita a transição para o Centro Paula Souza, eles tiveram que escolher uma sede e foram transferidos para outras escolas estaduais. Só que, como não havia aulas para eles, não tinha nenhuma disciplina na parte técnica, eles ficavam à disposição da direção. Teve professor com mais disponibilidade em fazer serviços de elétrica. Teve um professor que, um dia, chegou na escola e o diretor descobriu que ele tinha diploma de Educação Física. Então, o colocou nas aulas de Educação Física. Mas, a grande maioria ficou à disposição, recebendo dez aulas semanais na Secretaria da Educação.

No Baneser, teve um escândalo. Foi descoberto um setor de cabide de emprego ou favorecimento. Por exemplo, precisava de um assessor e a pessoa era indicada, contratada como assessor pelo Baneser com um grande salário e não ia trabalhar. Chegamos a ter cinco funcionárias cedidas pelo Baneser e elas trabalhavam direitinho. Quando passou para o Centro Paula Souza, elas foram contratadas como temporárias. Algumas delas, como no caso da Mara³⁸, foi como temporário administrativo porque, na época, o Centro Paula Souza tinha este tipo de

³⁸Mara Lucia Prata de Andrade foi contratada pelo Baneser, entre os anos de 1992 e 1993, pelo Centro Paula Souza, por contrato determinado, entre os anos de 1994 e 1995, pela APM (Associação de Pais e Mestres), entre os anos 1996 e 1998 e, finalmente, em setembro de 1998, após ser aprovada em concurso público, pelo Centro Paula Souza, quando assumiu o cargo de diretora acadêmica da escola. Foi transferida para a Etec “Escolástica Rosa” e, depois, para a Etec “Dr. Ruth Cardoso”, em São Vicente.

contratação. A Margareth³⁹ entrou na situação temporária, assim como o Adalberto⁴⁰, que entrou como oficial de manutenção temporário. Depois, foram feitos os concursos públicos para os cargos efetivos do Centro Paula Souza. A Mara efetivou como agente técnico administrativo, Adalberto, como vigia, e por aí foi.

O QP4 foi criado para as quatro habilitações, que eram os cursos oferecidos como integrados com duração de quatro anos. Eles entraram em processo de extinção. Inclusive, o professor Jorge usava um termo engraçado para denominar essas turmas: eram as “turmas do Ibama”, pois estavam sendo extintas. Durante o dia, havia os cursos em período integral e, à noite, o “QP” tinha o QPA4, que era de Eletrônica; QPB4, de Eletrotécnica; o QPC4, de Edificações; e o QPD4, de Mecânica. Eram só esses quatro cursos, todos com duração de dois anos e eram cursos de qualificação profissional. Depois, davam o diploma de técnico ao aluno que já possuía o ensino médio completo. Havia uma regra – essa parte de legislação de diploma eu não entendo muito bem –, mas o aluno saía com diploma de técnico separado do diploma do ensino médio.

Até hoje, aparecem estes casos na escola. Outro dia, a Orita⁴¹ me solicitou para analisar o caso de um aluno que levou a equivalência para comprovar o estágio, que era obrigatório, na época, para esses cursos. Ele finalizou o curso, foi trabalhar na área e nunca precisou de diploma. Acontecia muito isso e agora o aluno precisou, por algum motivo. Ele foi à escola e tivemos que resgatar todo o histórico e a história do curso de qualificação profissional. Já os cursos novos de Agenciamento de Viagens, de Informática e de Telecomunicações, desde que foram implementados, foram no formato de cursos técnicos modulares, como são até hoje.

Foi o professor Jorge que conseguiu o pessoal do Baneser. Ficamos sem funcionários. Todos os administrativos de secretaria foram para outra sede, assim como os professores, porque existia o temor de, depois, não conseguir se realocar em outro local satisfatório. Quando abriu a disponibilidade para eles irem para outra escola, por exemplo, o “Andradas”, “Olga”, “Ablas” ou até o “Luiza Macuco”, o medo

³⁹ Margareth Rocha Peres, auxiliar de apoio, admitida em 7 de novembro de 1996, está em atividade na Etec “Aristóteles Ferreira”.

⁴⁰ Adalberto Franco, auxiliar de apoio, admitido em 2 de janeiro de 1997, está em atividade na Etec “Aristóteles Ferreira”.

⁴¹ Orita Prata Real, agente técnico e administrativo. Foi admitida em 28 de maio de 1997, transferida, em 1998, para a Etec “Adolpho Berezin”, em Mongaguá, e, depois, para a Fatec “Rubens Lara”, em Santos. Voltou para a Etec “Aristóteles Ferreira”, em 2012, onde está em atividade.

deles de não aproveitar a oportunidade de transferência e, quando fossem pedir, não terem opções e terem que ir para Bertioga, Zona Noroeste ou morro e, conseqüentemente, longe de onde estavam trabalhando.

Não lembro se alguém foi para o “Escolástica Rosa”. Na época, havia o técnico em Nutrição, Metalurgia e Administração. Havia professores muito antigos. Os professores do “Aristóteles” não tinham pontuação para conseguir ir para lá. Sei que muitos foram para o “Andradas” e para o “Ablas”, que eram perto do “Aristóteles”, mas o pessoal se espalhou pelas escolas. Lembro de um professor que já estava para se aposentar, solicitou licença prêmio e, em seguida, se aposentou, mas os professores do técnico não tinham opção, não tinham para onde ir. Todos ficaram.

Com o concurso de 1994, a grande maioria dos professores da Eletrônica permaneceu, assim como na Eletrotécnica e Mecânica, mas, dentro da área de Edificações, deu uma renovada geral. Lembro que, da minha época de aluno, não ficou ninguém e não tem ninguém atualmente. Mesmo no início do Centro Paula Souza, não ficou ninguém do curso de Edificações. Todos os novos professores entraram pelo concurso público.

Havia cursos para os professores da área técnica se tornarem habilitados para ministrar aulas, os chamados “Esquema”. Na Fatec São Paulo, tinha o Esquema regular, chamado de “Esquema 1”, apenas para os graduados. Estes cursos, inicialmente, eram oferecidos pelo Centro Paula Souza com aulas de segunda a sexta, durante um ano. Eram bem rigorosos e o pessoal tinha muita dificuldade para cursar e, conseqüentemente, concluir. Depois, devido ao acréscimo das Etecs, começaram a oferecer esses cursos na modalidade que hoje a gente chamaria de híbrida: uma vez por semana presencial com atividades a distância para complementar a carga horária. Foi nesta modalidade que a maioria dos professores do “Aristóteles Ferreira” conseguiu cursar, inclusive de maneira centralizada. Hoje, este curso é oferecido na modalidade EaD e o alunos apenas fazem as avaliações presenciais. Na minha turma, foram oferecidas 40 vagas. Foi feito o vestibular, mas só havia 35 inscritos. O curso era tão restrito que só teve essa turma. O diploma foi emitido e registrado pela Unesp, a qual a Fatec era vinculada.

Eu tive muita sorte. Esta oportunidade surgiu logo ao iniciar como professor, em 1991. Imediatamente, a Secretaria de Educação fez um convênio com o Centro Paula Souza e ofereceu o curso de Licenciatura para os técnicos em Eletrônica.

Antes desta, houve turmas para Eletrotécnica e Mecânica, onde o Ito e alguns outros professores que não estão mais na escola cursaram. Nesta turma de Eletrotécnica, eles aceitaram também professores de Eletrônica. Então, Sandall, Almeida e Frias fizeram. Inclusive, a Licenciatura deles do primeiro Esquema é para Esquema 2 de Eletrotécnica, mesmo eles tendo formação de Eletrônica. Isso motivou a diretora, professora Maria Helena, que entrou em 1990, a forçá-los a ministrar aulas na Eletrotécnica. No final do ano, ela falou que, como eles não tinham formação para dar aulas na Eletrônica, teriam que ir ministrar aulas na Eletrotécnica. Foi assim que o Sandall, Almeida e o Frias foram para a Eletrotécnica. Antes disso, eles só davam aula na Eletrônica. Tendo que ir obrigados para a Eletrotécnica, eles ficaram bastante chateados em ver, dando aula no lugar deles, eu e mais uns outros ex-alunos que estávamos iniciando como professor. Depois, a gente conseguiu se restabelecer. Perceberam que não foi culpa nossa e, sim, uma regra da legislação. Eu não lembro exatamente qual foi o argumento, porque eu era aluno, na época.

Quando eu entrei, em 1991, já tinha sido feita a transferência compulsória deles para a Eletrotécnica. Acho que o argumento da Maria Helena foi o de não termos professores de Eletrotécnica. Mas, tinha professores licenciados na unidade em Eletrotécnica, então, eles iam ter que dar aulas lá. Além deles, tinha a Alzira, que é engenheira, e podia dar aula lá em Eletrônica, Marina, Cléber e mais alguns professores que já eram de Eletrônica e que podiam dar aula na Eletrotécnica. Desta época da Educação, os únicos que permaneceram foram o Cid e o Meirelles, além do Edmilson, mas eles já eram da Eletrotécnica e só ministravam aulas. Na verdade, eu não sei o argumento que ela usou, só sei que ela conseguiu e eles foram na marra para a Eletrotécnica.

Sinceramente, eu não entendo qual foi o real motivo. Acredito que não tinha professor de Eletrotécnica e não tinha a oferta de curso de Engenharia que tem hoje, era muito restrito. Lembro a quantidade de ônibus que vinha de São Paulo e do ABC para o pessoal cursar Engenharia aqui em Santos, na Universidade Santa Cecília, naquela época. Então, havia muita dificuldade de conseguir professor, tanto é que havia, na LDB, uma deliberação que autorizava professores sem licenciatura. Hoje, é uma dificuldade contratar professor. Não pode fazer processo seletivo para professor que só tem técnico, eles não podem participar.

Com a abertura dessa turma, em 1991, eu e os professores Carlos Barreira, Marcelo Luiz, o irmão do professor Carlos Barreira, professor Ângelo, e os três,

Sandall, Almeida e Frias, nos matriculamos e concluímos juntos. Os três dispensaram as matérias pedagógicas no Esquema 2. Tinha a parte pedagógica, com Metodologia do Ensino, Psicologia, Metodologia de Trabalho Científico, nem lembro mais o nome das matérias. Faz tanto tempo! E eles só cursaram as disciplinas da complementação específica da área. O curso era diferente do Esquema 1, que era para quem tinha graduação. No Esquema 2, tinham disciplinas de Engenharia voltadas para áreas específicas. Eram quatro matérias em que os alunos estudavam assuntos complementares à sua formação de técnico. É essa a diferença do Esquema 1 para o Esquema 2.

Os professores que faziam o Esquema 2 de Eletrotécnica possuíam formação pedagógica e a formação complementar da parte técnica da sua formação específica, no caso da área de Elétrica. A mesma coisa em Mecânica, curso que também foi híbrido. Esse “Esquema” era bem estranho. Tínhamos aulas durante o sábado inteiro, eram os três períodos de aulas em São Paulo. Além disso, tivemos aulas nas férias de janeiro e julho, de segunda a sexta, também na Fatec São Paulo, e ainda tinham as atividades complementares que fazíamos para completar a carga horária. Era um curso híbrido. Não chamavam assim na época, mas era híbrido. Este curso durou dois anos e meio, bem diferente do Esquema 1, que era de apenas um ano com aulas de segunda a sexta.

Como este curso começou em fevereiro ou março de 1991, logo que comecei como professor, foi uma grande sorte quando abriu concurso. Tinham professores que estavam há dez anos em sala de aula, caso do Barreira, que estava há muito tempo esperando este curso. Enfim, terminamos em meados de 1993 e, quando abriu o concurso para o Centro Paula Souza, em 1994, eu estava com diploma e consegui participar. Eu continuo a ministrar aulas porque eu fiz a licenciatura. Se não tivesse feito, não poderia mais.

Tem alguns professores que fizeram o técnico na escola e cursaram o Esquema 1, caso do Gilson. Ele não tinha aulas na parte técnica porque ele não tinha a licenciatura, mas ele entrava algumas vezes em aulas na parte técnica. Já na época do Centro Paula Souza, só entrava se estivesse em substituição. Quando era Educação, ele tinha aulas. Era igual ao meu caso: técnico e tinha a autorização para ser professor. Ele deu aula muitos anos na parte técnica. Quando virou Centro Paula Souza, ele praticamente só tinha aulas da área do curso de Ciências Contábeis.

4.6 CONTEXTO DA ENTREVISTA COM JORGE MONTEIRO JUNIOR

O colaborador Jorge Monteiro Junior, que é professor e atual diretor da Fatec de Santos, denominada “Rubens Lara”, desempenhou papel fundamental na história do “Aristóteles Ferreira”. Seu comprometimento com a pesquisa foi de suma importância, levando-o a elaborar um roteiro cronologicamente estabelecido, com nomes, dados e datas que foram essenciais para este estudo, em especial para o período em que esteve no cargo de diretor da então Escola Técnica Estadual “Aristóteles Ferreira”, já subordinada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, quando a preparou para ser aceita pelo Conselho Deliberativo como a 15.^a escola técnica do Centro Paula Souza.

Com excelente memória e com as recordações claras decorrentes de sua vivência no setor público, o Professor Jorge demonstrou conhecimento das diversas fases pelas quais o ensino profissionalizante passou no estado de São Paulo, em especial no “Escolástica Rosa” e “Aristóteles Ferreira”.

Seus relatos foram ao encontro das memórias dos colaboradores anteriores, com o adendo de ter um panorama de quem estava em uma posição diretiva com outros objetivos e atribuições.

4.6.1 “O ‘Aristóteles Ferreira’ entrou pela porta da frente!” – Jorge Monteiro Junior

A história do “Escolástica Rosa” e do “Aristóteles Ferreira” interligados é algo que precisava ser estudado, pois há muita incorreção a respeito. Vou começar comentando algumas incorreções mais comuns. A primeira: o “Aristóteles” não foi direto da Secretaria da Educação para o Centro Paula Souza. Ele foi para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e foi lá que eu apareci como personagem. A segunda: aquele inicialmente denominado “Colégio Técnico Industrial de Santos” se chamou “Escolástica Rosa” em vários momentos.

As Coordenadorias de Ensino do estado de São Paulo estavam separadas. Havia, na educação básica, as Delegacias de Ensino Básico, a do Ensino Secundário Normal, onde havia o ginásio e o colegial comum, e havia os cursos profissionalizantes em outro departamento com 17 escolas, entre elas, o

“Escolástica Rosa”, bastante antiga, e as grandes escolas centenárias da capital. Eram 17 escolas em todo o estado.

Este número é importante para o Departamento do Ensino Técnico. Olhe só que motivo prosaico: o Departamento do Ensino Técnico tinha 17 escolas e precisava ter 33. Para ter aquela mesma estrutura do ensino secundário normal, o então secretário da Educação resolveu de uma maneira muito simples: em vez de implantar novas escolas, que seria caro e iria demorar muito tempo, dividiram as escolas em duas. Todas as escolas do departamento foram divididas em duas. Em Santos, já havia o “Colégio Técnico Industrial de Santos”, originário do “Escolástica Rosa”. Ficou até fácil.

Pois bem, dividiram todas as escolas em duas. Dezessete vezes dois, 34. Superava 33 e a coordenadoria do Departamento do Ensino Técnico e, conseqüentemente, das escolas técnicas, passou a ter a estrutura que desejava. O que não contavam é que viesse a Lei n.º 5.692, a qual determinava todo o segundo grau como técnico e, portanto, tudo isso foi absorvido pelo ensino secundário normal e o Departamento de Ensino Técnico desapareceu. Esta divisão das escolas e a supressão do departamento do ensino técnico tiveram grandes protestos etc. Os profissionais acabaram sendo absorvidos, evidentemente. Trabalhei com vários deles e devo confessar que aprendi muito com eles. Havia um pessoal com uma experiência extraordinária. Eu tive bastante sorte no serviço público, tive muita gente boa, aprendi muita coisa. E, depois, quando assumi a Coordenadoria de Ensino do Técnico do estado de São Paulo, acabei levando esse pessoal comigo, era gente da melhor qualidade. Mas, houve lá uma esperteza de alguém para tratar, passar de 17 para 34. Depois, logo veio o despenhadeiro e desapareceu o Departamento do Ensino Técnico.

Ainda na Secretária da Educação, chegou uma hora que cancelaram essas divisões e voltou tudo a ser a mesma coisa, uma única escola. Depois, as Coordenadorias de Ensino do estado de São Paulo⁴² constataram que várias escolas podiam mesmo ser separadas, como no caso de Santos, que foi denominada como “Colégio Técnico Industrial de Santos”. Ao “Colégio Técnico Industrial de Santos” depois deram o nome de “João Octávio”, muito justamente. Eu

⁴² A Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI) e a Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo (Cogesp) eram as duas coordenadorias responsáveis pela gestão das escolas públicas estaduais de São Paulo. Hoje, a estrutura da SEE é outra.

sempre dizia que ali havia “Escolástica Rosa”, a Fatec “Rubens Lara” e o “Aristóteles Ferreira”. E, no *campus* educacional formado pela vontade e doação do João Octávio, ele não estava sendo homenageado em lugar nenhum.

Muito acertadamente, colocaram o nome de João Octávio. Desafortunadamente, seu nome foi colocado naquele interregno, quando cancelaram a divisão das escolas. Quando cancelaram, tudo passou a se chamar “Escolástica Rosa”. Havia uma lei no estado de São Paulo que determinava que, quando uma escola fosse extinta ou fosse agregada a outra, os patronímicos seriam guardados e, à medida que fossem criando escolas, estes patronímicos deveriam ser utilizados para que não desaparecessem as homenagens que, historicamente, fossem prestadas.

O “Escolástica Rosa” ficou nessa condição com o “João Octávio”, na parte de trás do mesmo terreno. “João Octávio” foi para o limbo, como se dizia. Ficou à disposição até que a primeira escola fosse construída, aberta ou inaugurada, e seu nome fosse para ela. A primeira escola inaugurada foi no Morro do São Bento e eles tinham pessoas que queriam homenagear, mas não puderam porque havia o “João Octávio”. E lá foi o “João Octávio” para o Morro do São Bento e está lá até hoje. Posteriormente, se viu que aquele “Colégio Técnico Industrial”, que agora chamava “Escolástica Rosa”, e que já havia sido “João Octávio”, realmente se justificava ter uma unidade ali. Seria mais eficiente. Todos deram parecer favorável na Delegacia de Ensino de Santos. Então, criou-se novamente a escola, simplesmente “Bairro Aparecida”, conforme manda a lei. Se passarmos pelos decretos, perderemos as resoluções do secretário que fizeram todas essas alterações e ficamos com uma visão interrompida do processo.

Neste momento, não foi mais possível colocar o nome de “João Octávio”, como toda a comunidade queria, pois já estava em outra escola no Morro do São Bento. Nisso, morre o vereador na cidade de Santos “Aristóteles Ferreira”, que era uma figura muito interessante, sergipano de Lagarto⁴³. Se hoje alguém for na Zona Noroeste, em Santos, vai ver que o pai e o avô daquela população toda vieram de Lagarto. Ele, assim, ele tinha os votos daquele pessoal e sempre se elegeu com os votos da Zona Noroeste. Com sua morte, quem se beneficiou foi o Rossi, que sempre o acompanhava e foi o caudatário de seus votos. Para agradar e conseguir

⁴³ Pelos dados arquivados na Câmara Municipal de Santos, ele teria nascido em Ilhabela (SP).

mantê-los, fez um movimento para prestar uma homenagem a Aristóteles Ferreira e a escola que estava disponível era a então “Bairro Aparecida”. Chamou realmente “Bairro Aparecida”, porque tinha que dar alguma denominação provisória e o costume era chamar pelo bairro em que estava instalada e não podia dar nenhuma denominação até que o governador, por decreto, a estabelecesse. Foi assim que se perdeu o nome “João Octávio dos Santos” e porque não teve mais como recuperá-lo para seu local originário. O mais justo é que “Aristóteles Ferreira” também estaria muito bem homenageado em um outro lugar da cidade, sem precisar ser onde está.

É possível fazer essa troca. É só revogar essa lei e o governador entender que deve fazer isso. Mexer com o nome de escola é algo bastante complicado, mas é possível, sim, vou dar até um exemplo. Há uma escola na Praia Grande que fica lá em Cidade Ocian, a Escola “Jardim Bopeva”. Numa época de comemorações da Semana da Aeronáutica, deu-se o nome de “Gago Coutinho” para a escola que não tinha um nome, só o nome do bairro. Assim como “Aristóteles Ferreira” foi a escola do “Bairro Aparecida”, lá estava o Jardim Bopeva e naquela escola se homenageou “Gago Coutinho”. Pois a população ficou incomodada com o nome de “Gago Coutinho” e quis de volta o “Jardim Bopeva” e conseguiu.

Então, é possível! É questão de se pegar aí um deputado, algum deputado de Santos, explicar bem para ele, deixá-lo se comprometer com a comunidade da escola e fazer essa troca que, com certeza, seria uma troca justa. Aristóteles Ferreira, com certeza, deve ser homenageado, fez um trabalho notável de assistência para o pessoal que ele trouxe lá de Sergipe, era bastante operante, não era à toa que ele tinha votação. Ele trouxe muitas conquistas para a Zona Noroeste. Eu acho que seria correto homenageá-lo em outra escola e o João Octávio dos Santos aqui, imagina, mais do que justo, ele doou tudo aquilo, toda essa história aí que nós conhecemos. Acho que esse seria um movimento justo, questão de pegar um deputado, que converse com o governador, apresente um projeto de lei e, fazendo uma história disso, teoricamente, ninguém seria prejudicado, é um acerto de nomes.

Sobre a gênese da ideia de passagem do “Aristóteles Ferreira” para o Centro Paula Souza, é preciso primeiro perceber que houve um momento para que o Centro Paula Souza passasse a receber o segundo grau, uma vez que começou só com ensino superior. Houve uma reação muito forte, desnecessariamente forte, quando chegou o ensino de segundo grau porque não conheciam as ideais de seu

criador, aquele que imaginou todo o Centro. Foi uma figura veneranda o nosso governador de 1967 a 1971 que criou o Centro Paula Souza. Abreu se tornou governador escolhido pela Assembleia Legislativa, sem que esqueçamos que estávamos no período autoritário. Ele foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Abreu Sodré era um visionário. Ele sempre pensou na tecnologia. Era um homem muito rico. Cafeicultor e advogado, ficou mais rico quando se casou com a Maria do Carmo, cujo pai era banqueiro. Por conta dele, é bom que se diga, fui assessor dele e vi nascer o Centro Paula Souza. Pouca gente poderia fazer a afirmação de que o Abreu Sodré se encantava com as escolas francesas de tecnologia e nós seguimos um modelo francês quando foi criado o Centro Paula Souza. Ele também se encantava com as escolas da Califórnia, ele achava que o futuro estava nesses tipos de escolas.

Naquela época, eu me recordo, em um período curto, criaram 400 faculdades no estado de São Paulo e não havia a exclusividade como hoje, em que tudo o que significa gasto tem que ser proposto pelo poder executivo, os outros poderes só podem fazer algumas recomendações. Quando pediam a criação destas faculdades, o Sodré sempre votava contrariamente, e lembrava:

— Nós precisamos é de cursos de tecnologia. O estado de São Paulo precisa se preparar para o futuro.

Ele se manteve nesta posição. De uma inteireza muito grande, queria criar os cursos de tecnologia. Interessante dizer que o Abreu Sodré não tinha nenhum conhecimento sobre educação, a não ser de um homem culto de leituras etc. Criou o Centro Paula Souza, que não pôde se chamar “Paula Souza”, como ele desejava. O Ministério Público achou que não poderia, do “zero”, colocar uma instituição com nome. Chamou-se “Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo”. Quando veio o governador seguinte, Laudo Natel, colocou nome de “Paula Souza”. Fiquei boquiaberto com a estrutura mantida pelo Conselho Estadual de Educação. Não tiraram uma vírgula do que dizia Abreu Sodré. Olha a visão que este homem tinha! Então, o Centro Paula Souza foi criado para que tivesse curso de ensino superior e técnico também. Inicialmente, só as faculdades de tecnologia foram incorporadas ao Centro Paula Souza: as de Sorocaba e São Paulo. Depois foram criando mais faculdades, quase que simultaneamente, as de Santos e de Americana.

O ensino técnico estava sendo deixado de lado até que surgiu uma situação também anômala. Eu reitero o meu ponto de vista: na história da educação de São Paulo, não há uma continuidade “como consequência disso, vem isso, depois isso”. As primeiras escolas que foram para o Centro Paula Souza eram escolas já existentes. Eram o “Conselheiro Antônio Prado” (Coticapi), em Campinas, o Colégio Técnico Industrial, de Jundiaí; o “Batista Figueiredo”, de Mococa; a “Lauro Gomes”, aqui de São Bernardo; a “Jorge Street”, de São Caetano, e o Colégio “Polivalente”, de Americana. Eram escolas extremamente problemáticas, mas de excelente nível. Não podiam ser escolas comuns da rede pública. Os professores não eram servidores como eram nas outras escolas. Eram celetistas desde o início. Então, ela já era uma anomalia aquela época.

As prefeituras deram os terrenos magníficos. É só olhar o terreno da “Jorge Street” e da “Lauro Gomes” aqui próximas a nós para ver a generosidade das prefeituras. O governo federal fez um belíssimo prédio, muitos deles com verba do governo alemão. O governo alemão foi muito importante na criação das nossas escolas de elite, como a gente dizia na época. Hoje, o sentido da palavra elite está alterado. Elite ficou uma coisa odiosa, como nunca foi. Não conhecemos a norma culta da nossa língua e, hoje, quando você fala, tem que explicar, como todo mundo deveria entender que elite não significa o que pessoas falam. Elite é o melhor, não é o mais rico, não é o prepotente, não é nada disso.

Então, foram criadas estas escolas. E como é que elas seriam administradas? Dificílimo. O terreno foi doado pela prefeitura, a construção, governo federal, e o governo do estado é que iria manter as escolas e pagar os professores, os especialistas etc. Tivemos um trabalho muito grande em selecionar os diretores para estas escolas. Depois, não havia dinheiro para pagar isso. Havia um Conselho Técnico Administrativo e era eu que, por muitos anos, administrava estas escolas, que nomeava as pessoas do conselho. Eram três pessoas que iriam dirigir a escola na parte financeira.

Mas, neste Conselho Técnico Administrativo não havia dinheiro nenhum. Eu que ia todo mês pedir ao governador. Todo mês, me sentava lá na porta do gabinete e – é bom que se diga: todos eles têm um mau humor incrível quando você vai pedir dinheiro – levava a folha de pagamento e as solicitações de manutenção e o governador perguntava tudo. Estava, ali, vivendo da mendicância mesmo, até que,

mal-humorado, autorizava ou pedia para que voltasse dali a três dias. Era um sofrimento.

Todos os meses, o mês ia acabando, meu Deus! Eu vou ter que, de novo, pegar essas coisas das escolas e levar ao governador. Até que um governador resolveu que nós não podíamos mais fazer isso. Este governador sabia, era conhecedor, aliás, conhecia muito a Administração Pública, e disse:

— Olha, eu vou colocar estas escolas no Centro Paula Souza. Está previsto e elas irão.

Houve muito protesto por isso. Fiquei marcado naquela época porque eu era o coordenador de Ensino do Interior do Estado de São Paulo e levei estas escolas para o Centro Paula Souza. Mas, foi o governador que quis assim. Estas escolas foram em 4 de dezembro de 1980, por um decreto do governador Paulo Maluf – foi ele que parou esse sofrimento – e, a partir do ano de 1981, elas estavam no Centro Paula Souza, que tinha o dinheiro para pagar o segundo grau.

Há uma questão importante aí. Já ouvi várias vezes, na apuração desses escândalos, autoridades dizendo para seguir o dinheiro. Na história da educação de São Paulo, que nunca teve dinheiro para o segundo grau, vale a mesma frase: siga o dinheiro. O salário educação que existia antes do Fundeb, estou falando de coisas antigas, hoje o Fundeb pode ser usado, mas, naquela época, não, era 2,5% das folhas de pagamento, de todas as folhas de pagamento. Era muito dinheiro. Eu, por 12 anos, administrei este dinheiro. E, portanto, é falsa essa história de dizer que nunca houve dinheiro para educação, totalmente falsa. Havia muito.

O Centro Paula Souza tinha o dinheiro, porque os dinheiros na educação são carimbados. O dinheiro que é carimbado para tal fim não pode ser usado para outro. O dinheiro que a gente queria que o governo desse, em 40 anos, eu não vi aparecer, era o chamado Tesouro do Estado. O Tesouro do Estado poderia pagar o segundo grau, mas nós só tínhamos o salário educação. Já o Centro Paula Souza trabalhava com o Tesouro do Estado, sempre trabalhou, desde o nascimento. Então, se tornou o escoadouro natural dessas escolas de segundo grau.

O Centro Paula Souza deu a sua feição, fez uma avaliação e as escolas nos dão orgulho em números e em excelência de ensino. Quem teve grande destaque neste trabalho, também nos ajudou muito, foi o secretário da Educação daquela época, Luís Ferreira Martins. Ele foi o primeiro reitor da Unesp, falecido recentemente por conta da Covid-19. O Luís Ferreira Martins precisa ser justamente

homenageado, e estas coisas vão acontecendo pelas pessoas mesmo, pelo entusiasmo das pessoas, e não em decorrência de alguma política pública. Isso pode acontecer muito tempo mais tarde.

Acho importante, na sequência, falar da passagem para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Foi uma passagem de um ano, muita gente pula, como se não fosse importante a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Eu fui diretor do “Aristóteles”, primeiro e único dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia, em uma outra fase e muitos que me conheciam estranharam. Eu era coordenador de Ensino do Interior, que era um órgão da Secretaria de Educação do estado de São Paulo e cuidava de 523 municípios. Como é que volta a ser diretor? Fui diretor em Santos do “Andradas”, “Canadá”, do “Ginásio da Vila Mathias”, que funcionava no prédio do “Cesário Bastos”. Fui fazendo uma carreira e, em São Paulo, trabalhei na alta administração. Fui assessor de gabinete, secretário nas faltas e impedimentos. Fui tudo isso e depois virei diretor. Todos estranharam.

O que aconteceu? Simples, sem paixão, sem partido político, sem nada disso, sem nenhuma outra intenção que não seja a verdade, porque tudo isso que eu falo é rigorosamente passível de verificação. É só consultar os diários oficiais da época e ver exatamente o que eu estou dizendo. Estávamos naquela época sob o governo do Luiz Antônio Fleury Filho, logo depois do Quéricia, que também teve uma importância crucial para a educação de São Paulo. Lamentavelmente, quando alguém fala do Luiz Antônio Fleury Filho, só lembra do Carandiru ou da quebra do Banespa, mas foi um governador que fez muita coisa, tinha uma visão muito clara a respeito dos assuntos. Ele também tinha uma visão sobre estas escolas de segundo grau. Seu pensamento era o seguinte: as escolas chamadas “de convênio”, esse era esse o rótulo, aquelas que eu nomeiei daquele convênio tripartite – governo federal construindo, governo municipal doando o terreno e governo estadual bancando o funcionamento da escola – já estavam no Centro Paula Souza. Ele, então, resolveu tirar as escolas de segundo grau, porque havia uma reclamação muito grande do pessoal do antigo ensino técnico que sempre votava em cada governador para recriar o ensino técnico, que havia desaparecido com a Lei n.º 5.692. Ele, então, resolveu passar estas escolas para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia criou uma estrutura na Avenida Paulista, centralizou ali a administração daquelas escolas que vinham da Secretaria de Educação e o “Aristóteles Ferreira” veio nesta leva. Eu tinha proximidade com

Quércia e, da proximidade com Quércia, conheci o Fleury e fui conhecer uma figura notável, que foi o Secretário da Ciência e Tecnologia, que ainda é vivo, Luiz Carlos Delben Leite, que recebeu todas aquelas escolas da Secretaria de Educação e as entregou para o Centro Paula Souza. Esta história precisa ser bem contada: o Delben era presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), era economista, um homem com grande conhecimento da indústria e do ensino, um intelectual, com três patentes importantíssimas de equipamento na indústria brasileira. Foi presidente do SindMac, que era o Sindicato Patronal das Indústrias de Máquinas, desenvolveu muito a parte gráfica, foi presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas Gráficas (Abimg). Então, ele tinha uma vivência muito grande do mundo do trabalho, conversamos e ele falou:

— Olha, eu quero que você pegue uma escola para fazer como padrão. Vamos arrumar essa escola, deixar em ordem, para que elas que possam ir para o Centro Paula Souza.

E, assim, lá fui eu para o “Aristóteles”. O início não foi fácil. Primeiro, quando a escola passou da Secretaria da Educação e para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, todos aqueles professores efetivos ali deixaram de ser efetivos. A Secretaria da Educação deu um cargo para eles em algum lugar, portanto, se espalharam. Nenhum professor quis ficar, exceto uma professora de Geografia, foi a única que ficou. Quem ficasse não seria efetivo. Na escola, não havia nenhum efetivo. Todos em igual nível e ela resolveu, aí, topar essa história. Os outros todos foram embora, queriam ter as vantagens como efetivo, escolher o seu horário primeiro e ter os outros benefícios que seguiam uma escala. Havia uma hierarquia na Secretaria da Educação, muito justa por sinal.

Então, começamos preparando a escola e sempre dizemos o seguinte: nós fizemos um trabalho e enviamos para avaliação do Conselho do Centro Paula Souza. Estivemos com o professor Elias Orani. Foi uma figura fundamental, era o superintendente do Centro Paula Souza nesta época e conhecia bem Santos. Ele era físico, meu amigo, professor na Universidade “Santa Cecília”. Ele também gostava do vereador Aristóteles Ferreira. A escola “Aristóteles” deu apoio à USP, que estava em Cubatão. O “Aristóteles Ferreira” teve grande notabilidade naquela época, fizemos uma reforma na oficina como nunca houve, até o piso, que ninguém sabia qual era a cor, foi pintado de azul. Demos uma arrumada em tudo na escola,

ficou muito bonita, tudo ficou funcionando muito bem para que ela fosse acolhida pelo Centro Paula Souza.

Os alunos continuaram, nós implantamos uma disciplina muito rígida. Os alunos não estavam acostumados. Foi a primeira coisa que eles sentiram. Todos que continuaram e os que entraram vieram pelo vestibular, e eles tiveram que se adaptar à disciplina rígida. Eu me lembro de, várias vezes naquele auditório, falar:

— Olha, até hoje ninguém me convenceu de que em ambiente de balbúrdia se pode aprender alguma coisa ou chegar a algum resultado razoável.

Então, a disciplina era bastante rígida mesmo para deixar a escola em ordem, em condições, sem problemas para que ela realmente pudesse ser integrada como uma unidade no Centro Paula Souza. Houve reunião do Conselho Deliberativo e foi acolhida. No momento em que o “Aristóteles Ferreira” iria passar para o Centro Paula Souza, houve uma pressão política irresistível para que todas passassem de uma vez só, não iria nenhuma na frente. E, assim que passaram todas de uma vez, fui para o Centro Paula Souza ajudar a receber estas escolas. Fiquei na parte de planejamento com a professora Maria Aparecida Damásio Garcia, a Marinha, e fizemos uma avaliação das escolas.

E, por isso, hoje nós dizemos orgulhosamente que o “Aristóteles Ferreira” entrou pela porta da frente! Todas as outras escolas dessa leva entraram pela porta dos fundos. E isso é bem verdade. Nós fomos pela porta da frente, fomos avaliados após o trabalho que se fez, todos aprovados pelo Conselho Deliberativo. Temos esta aprovação que deve estar nos anais da escola, nos dá muito orgulho. O “Aristóteles Ferreira” foi para o Centro Paula Souza e, aí, eu já não fiquei mais. Fui trabalhar no Centro Paula Souza, fiquei quatro anos ajudando a receber e adequar essas escolas. Inclusive, o Centro Paula Souza fazia 25 anos e colaborei com a publicação notável que fizemos em comemoração, hoje uma referência para todos os estudos sobre a realidade do ensino técnico e tecnológico no estado de São Paulo nos meados da última década do século passado.

4.7 AS MULHERES E A ETEC “ARISTÓTELES FERREIRA”

A predominância masculina entre os alunos e, conseqüentemente, entre os professores inevitavelmente se refletiu nos colaboradores, todos homens. Já no final do processo de pesquisa desta dissertação, encontrei a professora da Etec

“Aristóteles Ferreira”, Renata Salgado⁴⁴, que estudou na então ETESG “Aristóteles Ferreira”, entre os anos de 1988 e 1991. O curso escolhido por ela foi o de Edificações que, na época, os alunos cursavam o primeiro ano comum a todos os cursos no período da tarde. O curso técnico em si tinha três anos e começava no segundo ano. Existiam dois turnos de aulas possíveis para sua escolha: manhã e noite. Ela estudou no turno da manhã e, embora o curso de edificações concentrasse o maior número de alunas mulheres, a maioria ainda era de rapazes. Após a formatura, em 1991, Renata trabalhou na área da Construção Civil por um tempo, mas sentia falta de estudar. Então, em 1994, iniciou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na UniSantos, formando-se em 1999. Em seus breves relatos, frisou que nunca reprovou e considerou a ótima base dada pelo curso do “Aristóteles Ferreira” como responsável. Em 2008, sentindo falta novamente de estudar, ingressou no curso de Licenciatura em Artes Visuais. Em setembro de 2013, foi aprovada em concurso público no “Aristóteles Ferreira” e iniciou como professora, onde atua até hoje.

Vale reforçar que a professora e ex-aluna Renata Salgado não se enquadrava aos critérios definidos no projeto de história oral para a rede de colaboradores, uma vez que, para ser um, deveria, além de ter sido aluno, ter-se tornado professor no “Aristóteles Ferreira” antes da transferência da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

O processo de formação de bons alunos que se tornam professores continuou. Entre os colaboradores, o professor Almeida foi professor do aluno Marcos Augusto, que, por sua vez, foi professor do aluno Daniel Corrêa Sampaio dos Santos, que já foi professor na escola e atualmente é professor do Senai, em São Paulo.

Junte-se ao Daniel a também ex-aluna e atual professora Juliana Linhares da Silva Beda⁴⁵, que ingressou na Etec “Aristóteles Ferreira”, em 2006, para cursar o Ensino Médio, pois não existia o técnico integrado ao ensino médio ou M-TEC. No entanto, no segundo, o caminho natural dos alunos era fazer algum curso técnico, e ela escolheu o Técnico em Informática. Sua turma era formada predominantemente por alunos do ensino médio, sendo a maioria do gênero masculino, eram apenas cinco meninas em uma turma de 36 alunos. Concluiu o técnico em 2008, ingressando diretamente após a conclusão do ensino médio no curso de Tecnologia

⁴⁴ Informações fornecidas por ela diretamente ao pesquisador.

⁴⁵ Informações fornecidas por ela diretamente ao pesquisador.

em Análise e Desenvolvimento de Sistema na Fatec “Rubens Lara”. Em 2009, foi iniciada sua trajetória como docente, se tornando colega de trabalho dos seus professores do ensino médio e técnico. Foi contratada de forma temporária, ficando até 2011, quando foi trabalhar como desenvolvedora de sistemas em São Paulo. Retornou para docência em 2015, novamente como professora temporária da Etec “Aristóteles Ferreira”, ficando até o final de 2016. Em 2017, decidiu que se tornaria professora concursada da Etec. Então, começou a fazer concursos em diversas escolas pelo estado de São Paulo até ser aprovada e contratada na Etec “Jorge Street”, em São Caetano do Sul. No ano seguinte, solicitou transferência para a Etec “Dona Escolástica Rosa”, em Santos, e ampliação de aulas para a Etec “Aristóteles Ferreira”. Ela brinca dizendo que gostou “tanto de ser aluna de lá que não quis sair mais! Descartando as interrupções, já são mais de 6 anos como professora na Etec “Aristóteles Ferreira” e 16 anos de convivência pelos seus corredores”. Atualmente, também é docente da Universidade São Judas – *Campus* Unimonte e, após assumir definitivamente a carreira docente, buscou mais estudos. Cursou Licenciatura em Informática oferecida pelo Centro Paula Souza, se tornou especialista em Gestão de Banco de Dados pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e em Tecnologias e Sistema de Informação pela Universidade Federal do ABC (UFABC), onde está cursando mestrado em Ciência da Computação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias dos colaboradores que participaram do projeto em história oral, nas quais esta pesquisa também está baseada, trouxeram pontos de vista que ajudaram na compreensão das diversas fases pelas quais a instituição estudada passou e de variados pontos para reflexão que foram gerados a partir dos relatos. A escola se tornou uma unidade autônoma somente após quase uma década, mesmo depois de sua criação, e foi fisicamente separada. Para a comunidade discente, à época, era uma única unidade e, para todos, seu nome era Escola Técnica “Dona Escolástica Rosa”. O nome que esta edificação recebeu oficialmente surgiu após a redistribuição física das escolas estaduais. De acordo com o colaborador Jorge Monteiro Junior que, à época, exercia cargo ligado ao ensino técnico na Secretaria da Educação, perceberam que, naquele espaço, era coerente a divisão em duas unidades independentes, após uma análise mais criteriosa.

No momento da união por uma escola única, por força de lei estadual⁴⁶ que tornava obrigatório o aproveitamento de patronímicos suprimidos na outorga de denominação a estabelecimentos de ensino, João Octávio dos Santos teve seu nome dado à primeira escola criada na cidade de Santos, localizada no Morro do São Bento. Quando, novamente criou-se a unidade autônoma, denominada “Bairro Aparecida”, também por força da lei, que impedia homenagear quaisquer pessoas desde a implantação, o nome de João Octávio dos Santos, para frustração da comunidade escolar, já estava em outra unidade e o grande responsável pela existência da Instituição não teve a merecida homenagem na hoje Escola Técnica “Aristóteles Ferreira”. Essa lei, entretanto, já foi revogada.

O mesmo colaborador que, assim como os demais, acredita ser justa a homenagem a João Octávio dos Santos, relatou que é totalmente passível de acerto para a história da escola a troca dos patronímicos, principalmente porque a homenagem ao vereador Aristóteles Ferreira permaneceria onde atualmente está a Escola “João Octávio dos Santos”, coincidindo o local de sua instalação com o bairro onde o vereador viveu por muitos anos. Pela unanimidade dos colaboradores, seria uma justa e merecida justiça ao idealizador e patrocinador de tudo que existe atualmente.

⁴⁶ Lei n.º 1.739, de 17 de julho de 1978, revogada pela Lei n.º 12.683, de 26 de julho de 2007.

A Etec “Aristóteles Ferreira”, integrada ao CEETPS, em 1994, passa a oferecer diversos cursos técnicos modulares, tentando atender, pelo menos, à demanda da sociedade industrial e comercial da Baixada Santista e o ensino médio passou a ser regular, tornando-se referência em escola pública na região, comprovadamente pelo desempenho dos alunos nas últimas edições do Enem. Em 2014, rapidamente se adequou ao novo ensino médio, com a implantação de novos cursos integrados à Base Nacional Comum Curricular.

Os pioneiros da Educação Nova e educadores que exerceram influência sobre o ensino técnico do Brasil, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, tiveram origens mais abastadas e educação jesuítica e divergiam de Paschoal Lemme, que teve formação em escolas públicas e acreditava que, com a mudança da sociedade, a educação seria transformada, o que justificava seu interesse pelo ensino técnico profissional, gerando um processo de formação do ser social daquele pesquisador em uma questão de identidade de classe, diferentemente de seus dois amigos, que acreditavam em uma escola transformadora da sociedade e se restringiam à defesa do ensino público primário para todos e cujo acesso ao ensino secundário e superior dependeria das capacidades demonstradas pelos alunos por intermédio da chamada meritocracia.

A pandemia causada pela Covid-19 tornou as pesquisas *in loco* mais difíceis e até mesmo impossibilitou que as entrevistas fossem feitas pessoalmente. Os recursos computacionais foram fundamentais para que elas ocorressem juntamente com a escolha dos colaboradores, definidos pelo círculo de amigos do pesquisador e por serem ex-alunos que estudaram na Escola Técnica Estadual “Aristóteles Ferreira” durante o período que ela era subordinada à Secretaria da Educação, e que se tornaram professores dentro do primeiro período, participando do processo de transferência para o CEETPS.

5.1 PONTOS PARA REFLEXÃO

As memórias dos colaboradores contribuíram e enriqueceram esta pesquisa, trazendo fatos e informações que os documentos legais não foram capazes de registrar em sua totalidade. Consequentemente, diversas lembranças deveriam ou mereceriam estudos mais aprofundados, que ficam para novas investigações e pesquisas.

O Jacobas, lembrado pelo colaborador Gilson, é um deles. Reunião centenas de alunos para jogos colegiais que, apesar de não ter nada aparentemente de ineditismo, demonstrou relevância quando a Câmara Municipal de Santos atestou, através de lei específica, a sua realização anual com coordenação e análise dos alunos da então Escola Técnica “Dona Escolástica Rosa”, espaço físico destinado ao ensino de segundo grau, atual “Aristóteles Ferreira”.

A separação da Escola “Dona Escolástica Rosa” em duas unidades de ensino, aparentemente sem planejamento, fazendo inicialmente com que cursos tivessem seus ambientes divididos entre as duas novas unidades, também merece estudos, assim como a separação física entre elas, totalmente sem análises arquitetônicas, como facilmente demonstrado por quaisquer cidadãos sem conhecimentos técnicos, e que foram reforçadas nas colaborações dos professores Almeida, Marcos Augusto e Ito.

Lembrada pelo colaborador Jorge Monteiro Junior, outra possibilidade de investigação é a fase em que o “Aristóteles” serviu como unidade de apoio para as aulas práticas dos alunos da então unidade da USP, na cidade Cubatão, no final da década de 1990. Ou a lembrança dele de como colaborou em uma esfera ainda maior que as limitadas aos muros do “Aristóteles” e do “Escolástica Rosa”, quando demonstrou como possibilitou, através de administração carente de recursos públicos, a manutenção do ensino médio no estado de São Paulo que, naquela época, não possuía verba específica destinada à sua manutenção, recomendando que “siga o dinheiro” da educação no estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

ANTONIO FRANCISCO DE PAULA SOUSA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Francisco_de_Paula_Sousa. Acesso em: 26 set. 2020.

ARISTÓTELES Ferreira foi o vereador que teve o mais curto mandato presidencial **Câmara Municipal de Santos**. Disponível em: <https://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=286>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRANDÃO, Zaia. **Paschoal Lemme**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**: seção 1: 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: em 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**: seção 1, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**: seção 1, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial [da] União**: seção 1, 17 jul. 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-publicacaooriginal-101089-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: em 26 set. 2020.

CENTRO PAULA SOUZA. **Perfil e Histórico**. São Paulo. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

CENTRO PAULA SOUZA. **Missão, visão, valores, objetivos e diretrizes.** Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/missao-visao-objetivos-e-diretrizes>. Acesso em: 26 set. 2020.

CENTRO PAULA SOUZA. **Sobre o Centro Paula Souza.** Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

CHIAVANETO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CONCEIÇÃO, Júlio. **Instituto D. Escholática Rosa:** Santos: Monographia, 1908.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

DICIO. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/educacao/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

FIOCRUZ. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/group-chat-software>. Acesso em: 21 jun. 2021.

HISTÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUAS NO BRASIL. Disponível em: http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32:ldb-de-%201961&catid=1035:1961. Acesso em: 24 set. 2020.

LEMME, Paschoal. **Memórias de um Educador.** 2. ed. Brasília: INEP, 2004b. 2 v.

LEMME, Paschoal. **Memórias de um Educador.** 2. ed. Brasília: INEP, 2004d. 4 v.

LEMME, Paschoal. **Memórias de um Educador.** 2. ed. Brasília: INEP, 2004e. 5 v.

MAIA, Luís Carlos Zanirato. **Mapeamento das escolas técnicas.** Dados Gerais – 2.º Semestre de 2019. Disponível em http://www.memorias.cpscetec.com.br/bdcetec/mapeamento/documentos/Unidades2019_2Sem.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas: história oral aplicada.** São Paulo: Editora Contexto, 2020.

PENSADOR. 2020. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjY1MzgwMg/>. Acesso em 27 set. 2020

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Santos nos caminhos da educação popular: 1870-1920.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente? **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SANTOS. Aristóteles Ferreira. Câmara Municipal de Santos. 10 nov. 2004. Disponível em: https://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=349&cod_menu=349. Acesso em: 17 jul. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Despacho Regional do Ensino Profissional. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, 1972.

SÃO PAULO (Estado). Decreto de 12 de maio de 1992. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, v. 102, n. 89, São Paulo, 13 maio 1992.

SIGNIFICADOS. 2020. Educação. Disponível em: <https://www.significados.com.br/educacao/>. Acesso em: 26 set. 2020.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WIKIPÉDIA. 2020. **Antônio Francisco de Paula Souza**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Francisco_de_Paula_Souza. Acesso em 18 jul. 2020.

WIKIPEDIA. 2020. **Educação**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 26 ago. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PROJETO DE HISTÓRIA ORAL

Institucionalizado sob o nome Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO – sediado no Departamento de História da Universidade de São Paulo, a experiência reorientada no presente volume atesta investidas que têm sido bem aceitas. Não apenas no Brasil, mas também em países como Angola, Colômbia, México, Estados Unidos, entre outros, a prática do NEHO se coloca como alternativa significativa. Pelo volume de trabalhos publicados pelo grupo, não resta dúvida da eficácia dessa experiência. Mas como se atesta que história oral é sinônimo de democracia, as eventuais contestações mostram-se bem-vindas. (MEIHY; HOLANDA, 2019, p.168)

Justificativa

Oralidade e história oral

A seguir, algumas citações diretas dos autores pelos quais este projeto em história oral baseia seus processos, estruturas e definições:

Não se deve perder de vista que a história oral pretendida tem inerências com reflexões sobre a memória, e não com produções encerradas de uma disciplina que afinal, quase sempre, se fazem superiores às experiências contadas, filtradas pela chamada da memória. Memórias e narrativas. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 45)

Transposto para a forma escrita, o oral ganha materialidade documental, condição que legitima a mudança de uma situação abstrata, solta, para outra, material. História oral é, pois, o movimento de transformação da circunstância natural a sua desnaturalização: da fluidez verbal para a formatação escrita, tudo graças à transferência do oral para outro suporte, material. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 31)

Tradição oral

A busca do interdito, do que não é expresso de forma oficial, de investigações ilógicas ou subjetivas, é o fundamental das tradições orais. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020 p. 81)

História oral como processo

O acesso à memória individual e coletiva é realizado a partir de uma ordem de relações previstas. Longe de ser apenas o ato das gravações, deve-se considerar a validade de uma sequência de procedimentos que a organiza a prática dos projetos. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 93)

Introdução

As referências para o presente projeto em história oral seguiram as definições, práticas e procedimentos adotados por José Carlos Sebe Bom Meihy, criador e coordenador por vários anos do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP).

A história oral é um processo derivado de entrevistas planejadas decorrentes da armação de um projeto específico, que, por sua vez, responde a determinados impulsos de registro além de objetivos, disponibilizações e análises. Distingue-se assim da simples utilização de fontes orais e manifestações sonoras diversas. Não há espontaneidade em história oral, pois tudo é planejado, medido e orientado por indicações de passos ordenados e que se comunicam. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 33)

A escolha do tipo de história oral desejada implica procedimentos específicos que se distinguem uns dos outros. As escolhas referidas precisam ser explicadas e justificadas no projeto de pesquisa. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 59)

O presente projeto definiu-se pela história oral de vida e testemunhal, pois, de acordo com Meihy e Holanda (2019), a história oral de vida é caracterizada por uma recepção mais aberta, quando, na maioria das vezes, apenas uma entrevista é o suficiente para o projeto, e a testemunhal, que é caracterizada por narrativas inscritas nas vivências dos narradores, os teores dramáticos e de consequências graves fazem da história oral testemunhal um gênero narrativo menos contemplativo e mais atuante. Meihy e Seawright (2020) corroboram esta interpretação nas passagens, como seguem:

Além da variada agenda temática com inerência à empiria, o NEHO-USP se propôs com frequência a fundamentação teórica, desenvolvendo pressupostos que dialogam com o fazer da memória enquanto expressão nutridora da história oral. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 16)

Maleável, espiralada, nem sempre diretiva, repleta de vaivéns, a memória de expressão oral escapa das noções convencionais porque é fator constante na transformação do organismo social. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 23)

Não há história oral sem projeto, pois entrevistas soltas ou feitas para outros fins não se constituem resultados de história oral. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 43)

A soma do resumo da história pessoal, de vida, com a participação de pessoas e segmentos em situação de opressão ou de não reconhecimento de seu papel histórico combina-se entre abordagens de aspecto específico com o impacto social. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 75)

Tema

As contribuições da Etec “Aristóteles Ferreira” para o ensino profissional na Baixada Santista e no estado de São Paulo, na ótica de alguns de seus ex-alunos que passaram a atuar como professor nesta instituição de ensino.

Comunidade destino

“A comunidade destino é caracterizada pela força do vínculo subjetivo existente entre pessoas afinadas em torno das motivações comuns, dramas e sofrimentos”. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 95)

A colônia definida é formada por ex-alunos, funcionários ou professores que estudaram ou trabalharam em qualquer período ao longo dos 50 anos da instituição, nos diferentes momentos na escola, principalmente nas fases de redefinição de seu nome, desde o Colégio Técnico Industrial de Santos, passando pela Escola João Octávio dos Santos, retornando ao Escolástica Rosa, quando passou a ser chamada de Escola do Bairro da Aparecida e, finalmente, na Escola Técnica Aristóteles Ferreira. Assim como, possivelmente, ex-alunos, funcionários ou professores da Escola “Dona Escolástica Rosa”, escola a partir da qual o “Aristóteles Ferreira” foi criado, inicialmente planejado como ampliação do espaço físico, mas inaugurado como escola independente, mesmo permanecendo como escola única até o ano de 1978, conforme relatado anteriormente.

Colônia

Os professores e alunos que estiveram, de alguma forma, ligados à Etec “Aristóteles Ferreira” nas fases em que a escola foi subordinada às Secretarias da Educação e de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento e ao CEETPS. Na sequência, Meihy e Seawright (2020) corroboram no entendimento da definição para a Colônia:

Se a comunidade de destino é um todo, a colônia é sua primeira divisão, ainda que composta de um bloco grande de agentes que procuram explicá-la. Por isso, deve-se estabelecer um critério explícito para proceder a divisão operacional da comunidade, o que justifica a existência da colônia. A escolha da colônia facilita o entendimento do coletivo que, de outra forma, se perderia na abrangência da comunidade de destino ou inviabilizaria a pesquisa. Neste sentido, a colônia objetiva determinada comunidade de destino de maneira a torná-la viável em procedimentos em história oral. [...] Menor que a comunidade de destino, a colônia é parte ou fragmento substantivo, fração representativa ainda que numericamente menor da comunidade destino. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 100)

Baseado nesta definição para o projeto, a colônia foi composta por ex-alunos que se tornaram professores na Etec “Aristóteles Ferreira”. Sabendo que os caminhos da memória são distintos dos desvios da história, embora alguns historiadores amiúde lancem mão da história oral como metodologia de pesquisa,

acredito que apenas as entrevistas não atenderiam as expectativas para a real documentação deste projeto.

Para fazer entrevista de memória de expressão oral, sugeriu-se o seguinte roteiro, de acordo com Meihy e Seawright (2020, p. 121), que foi adotado na íntegra:

1. Elaboração de uma pergunta de corte comum ao conjunto dos colaboradores.
2. Decisão sobre a realização de outras perguntas ou a utilização de estímulos à narrativa dos colaboradores.
3. Uso de estratégias específicas para além das entrevistas convencionais, com abordagens concebidas caso a caso ou, por exemplo, com objetos biográficos.

A pergunta corte funciona como um marcador da narrativa. Derivada da proposta do projeto, relaciona-se com os motivos, os contextos, as razões e as circunstâncias que denotam a comunidade de destino. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 47)

Para isso, foram formuladas quatro perguntas, em que a primeira posiciona o colaborador dentro da Rede ou Colônia, a segunda e terceira são questões importantes para o desenvolvimento do projeto de pesquisa de dissertação de mestrado e a quarta é apenas um agradecimento pela participação e uma pergunta aberta, para que o colaborador possa trazer para a narrativa fatos que julgue importantes ou relevantes relativos as suas memórias:

1. Sabendo que sua escolha para participar desta pesquisa foi evidentemente por conta da sua trajetória iniciada como aluno da instituição, que ainda não levava o nome de “Aristóteles Ferreira”, durante a subordinação à Secretaria da Educação e o final do período militar até a passagem à Secretaria de Desenvolvimento, antiga Secretaria da Ciência e Tecnologia, e posteriormente ao Centro Paula Souza, até se tornar professor, conte-me, preferencialmente seguindo uma cronologia, como foram esses seus anos dentro da instituição, como foram as transformações quanto à subordinação das secretarias e os nomes pelo quais passou e, principalmente, como a comunidade encarou as mudanças e alterações.
2. Como professor e ex-aluno, como percebe as alterações nas formas de oferecimento subordinados às alterações na legislação dos cursos técnicos ao longo da história e, em especial no “Aristóteles Ferreira”, e o que

realmente acredita ser melhor para o aprendizado: o ensino técnico integrado a base nacional comum, como era no seu tempo de aluno e voltou a princípio de forma facultativa e agora de maneira obrigatória ou modulares e separados com possibilidades de ser sequencial ou concomitante ao ensino médio?

3. Sabendo e conhecendo todas as trocas de nomes pelos quais o “Aristóteles Ferreira” sofreu e, pelo que já apuramos, por problemas de autonomia quanto ao oferecimento de cursos técnicos pela então escola recém-criada como o nome em homenagem a João Octávio, o que fez com que, para “corrigir” esse equívoco, fosse dado o seu nome a então escola Jardim Rádio Clube, a qual ele não teve nenhum vínculo. Acredita que faríamos justiça, corrigindo essa troca nos nomes das escolas, trazendo novamente o nome do patronímico para o “Aristóteles Ferreira” e levando o do “Aristóteles Ferreira” para a atual escola “João Octávio dos Santos”? Como acredita que a comunidade receberia essa alteração?
4. Para finalizar e desde já agradecer imensamente a contribuição com a pesquisa em história da educação em especial a minha sobre esta instituição que tanto honramos, algo a mais que gostaria de contribuir, que achou importante nessa trajetória e que não foi levantado até aqui nesta entrevista?

Antes das entrevistas, foi oferecido aos colaboradores a antecipação das perguntas que foram feitas, caso eles desejassem recebê-las antecipadamente, seguiram com o seguinte texto: “Olá, farei novamente as perguntas durante a entrevista que gravarei para a transcrição e que deverá posteriormente ser lida e avaliada por você para uso de maneira oficial ou anônima. Para isso, depois formalizarei a autorização de uso. Acredito que precisarei de uma nova sessão e desde já agradeço o tempo dispensado. A ideia das perguntas a seguir é apenas definir um rumo para a nossa conversa, mas você poderá falar sobre tudo que desejar e vier das suas memórias.”

Antes do início das entrevistas as informações foram reforçadas e o texto anterior foi lido novamente ou para os que não optaram pela antecipação das questões, lido inicialmente, para definir como seria a entrevista, ou seja, de acordo com os princípios da história oral, livre para que o colaborador siga a ordem de memórias conforme julgar mais coerentes e com o mínimo de interferência do

pesquisador. Antes do início efetivo das entrevistas, foi o momento de iniciar a gravação, programando-se uma conversa informal sobre a situação pandêmica atual que vivemos por conta da Covid-19, as aulas em teletrabalho pela qual passamos atualmente na Etec “Aristóteles Ferreira” e uma pequena introdução de como estava o andamento do projeto de pesquisa, a fim de deixar o colaborador o mais relaxado possível para o início efetivo da entrevista.

Rede

As redes são derivações da colônia que se referem a menores parcelas da comunidade destino. No interior da colônia, é possível identificar segmentos ainda mais restritos que possuem feições singulares, as quais obedecem sempre às lógicas da colônia e da comunidade de destino. As redes devem ser sempre plurais porque nas diferenças internas aos diversos grupos residem as disputas ou as marcas alternativas que justificam o comportamento no interior de um mesmo plano organizativo. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 101)

São ex-alunos técnicos formados pela instituição e que se tornaram professores antes da transferência da escola para o Centro Paula Souza e, conseqüentemente, vivenciaram as diferentes modalidades de ensino oferecidas, ou seja, ensino técnico integrado ao ensino médio e curso técnico modular, concomitante ou posterior ao ensino médio, a fim de conseguirem traçar paralelos entre os tipos diferentes de ensinios oferecidos, aceitação da comunidade discente e a qualidade dos alunos formados. “Em vez de considerar o entrevistado, ou interlocutor, como “depoente”, “ator social” ou “informante”, “objeto de pesquisa”, a noção de “colaboração” deve estar presente desde a escrita do projeto”. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 20).

Inicialmente, foram definidos dois colaboradores que aceitaram participar deste projeto: Antonio Joaquim Almeida Ferreira e Gilson Roberto Rozo Guimarães. Este número aumentaria, de acordo com as entrevistas e sugestões por parte dos colaboradores.

Corpus Documental

Esclarece-se que quaisquer documentos, com diferentes codificações e apresentações, podem ser analisados em conjunto com as entrevistas – cartas, atas, fotografias, escrituras, inquéritos policiais, entre outros. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 45)

As entrevistas foram efetivadas com a utilização do ambiente virtual *Teams* da Microsoft. Por conta da atual pandemia da Covid-19 pela qual passamos, as entrevistas presenciais se tornaram impossíveis e esta ferramenta que foi utilizada em nossa instituição, facilitando o processo.

A valorização do contraditório é essencial para análise das entrevistas. É o contraditório que permite superar a constatação de fatos, e, principalmente no caso de a história oral híbrida mostrar posições e argumentos analisáveis decorrentes do comportamento dos colaboradores que podem ser colocados em perspectiva de diálogo à historiografia. [...] Trabalhos que escolhem procedimentos que valorizam sobre maneiras as entrevistas gravadas ou filmadas – remetem, com frequência à aplicação da história oral como metodologia, pois os encaminhamentos visam dar realce às ações no campo da memória de expressão oral, ainda que fortemente relacionadas às disciplinas eleitas como propulsoras de soluções. O que mais interessa é a constituição de um discurso que carregue o debate em manifestações percebidas pelos colaboradores. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 50)

Passagem do oral para o escrito e guarda de documentos

Definir os passos da história oral implica estabelecer os cinco momentos principais de sua realização: Elaboração do projeto, gravação, estabelecimento do documento escrito e sua serialização, sua eventual análise, arquivamento e devolução social. (MEIHY; HOLANDA, 2019, p. 30)

O processamento das entrevistas, realizadas em plataforma de educação a distância Microsoft *Teams*, comum aos colaboradores, uma vez que, por conta da pandemia causada pela Covid-19, as aulas das escolas do Centro Paula Souza acontecem virtualmente nesse ambiente, contou com a geração automática das falas dos participantes das entrevistas por meio das legendas simultâneas para facilitar no primeiro processo de história oral, definido com transcrição absoluta.

A passagem do código oral para o escrito: todo o processo é feito com critérios a serem apresentados. A recomendação passa por quatro fases distintas, que são: transcrição, textualização, escolha do tom vital e transcrição. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 129)

Transcrição

Na transcrição, prima-se pela correspondência entre os sons emitidos pelos narradores e gravados por meio de artefatos tecnológicos. [...] Dizendo de outra forma, transcrever é o exercício de correspondência da estrutura dos enunciados verbais transpostos para a solução escrita em equivalência imediata e imitativa. [...] Transcrever é o esforço de reprodução literal de um áudio. Como texto materializado, a transcrição inclui todos os sinais emitidos e ruídos presentes na gravação. A transcrição tem por referência a forma de expressão usada no plano coloquial e, assim, acata variações da fala, repetições e equívocos que na norma culta não tem cabimento. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 131-2)

Textualização

Textualizar é dar padrão textual a transcrição do produto gravado. Tornar o texto compreensível para os leitores interessados é um exercício mediador em que se pretende transitar nas paisagens distintas da pesquisa. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p.136)

Tom vital

Para Meihy e Seawright (2020) e Meihy e Holanda (2019), tom vital é guia. Em termos práticos, durante a textualização é que se define a indicação do tom vital de cada entrevista e como o nome indica, é centro ou síntese da visão do narrador e, por isso, tem que ser distinguido como recurso capaz de orientar as operações da textualização. Eles se tornam títulos, definidos a partir das textualizações, a cada uma das entrevistas.

Entende-se o tom vital como eixo narrativo, sintetizado em uma frase que serve para a entrevista como uma coluna vertebral. É o tom vital que serve de guia para transcrição textual. Para as entrevistas o tom vital equivale ao título do projeto. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p.136-7)

Transcrição

O conceito de transcrição é uma mutação, “ação transformador, ação recriada” de uma coisa em outra, de algo que, sendo de um estado da natureza, se torna outro. A beleza da palavra composta por “trans” e “criação” sugere uma sabedoria que ativa o sentido íntimo do ato de transcriar. Fala-se de geração, mas não de cópia ou reprodução. Nem de paródia ou imitação. O senso estético encontra aí colo que abriga aproximações sempre evocadas entre literatura e história oral. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 130)

Ato contínuo ao processo da produção de um texto final derivado de entrevistas, segundo os procedimentos adotados pelo Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO- USP), o resultado material da transcrição é o documento a ser referendado pelo colaborador. [...] Teatralizando o que foi dito, recriado a atmosfera da entrevista, almeja-se transmitir ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 139)

Finalizadas as textualizações, antes de iniciar o processo de transcrição foi enviado a cada um dos colaboradores, por meio de mensagens eletrônicas, o documento gerado para verificação e autorização de uso total ou parcial e de forma anônima ou identificada. Conforme modelo a seguir de Meihy e Seawright (2020, p. 175).

Modelo do documento a ser referendado pelo colaborador

Local e data

Ao pesquisar Luiz Carlos Rodrigues Tavares

Eu, (nome do colaborador, estado civil, documentos de identificação), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de exposição de minha entrevista, gravada no dia (data) para o pesquisador Luiz Carlos Rodrigues Tavares, usá-la integralmente (ou em parte), sem restrições de prazo e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e/ou assisti-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao próprio pesquisador e/ou a UniSantos – Universidade Católica de Santos que tem a guarda dela.

Abdicando direitos e de e meus descendentes subscrevo a presente, que terá dispensada o reconhecimento de firma reconhecida em cartório.

Assinatura dispensada pela resposta em *e-mail* do próprio colaborador.

APÊNDICE B - TEXTUALIZAÇÕES DAS ENTREVISTAS

Primeira entrevista com Antonio Joaquim Almeida Ferreira

Considerações iniciais: o colaborador e o contexto da entrevista

Antonio Joaquim Almeida Ferreira, 59 anos, bacharel em Administração, com pós-graduação em Metodologia e Didática do Ensino Superior, possui, ainda, Licenciaturas em Administração, em Eletrônica e em Eletrotécnica, professor, empresário e primeiro diretor da Etec “Alberto Santos Dumont”, na cidade do Guarujá. Foi aluno da Instituição pesquisada, entre os anos 1977 e 1980, e se tornou professor logo que se formou técnico em Eletrônica. Na época, o curso era concomitante ao colegial, atual Ensino Médio. Por conta disso, o colaborador atendeu plenamente a colônia⁴⁷ e a rede⁴⁸, estabelecidas no projeto de História Oral desenvolvido para a pesquisa que estuda os 50 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”.

Em novembro de 2005, Prof. Antonio recebeu o convite para coordenar a implantação da classe descentralizada⁴⁹, na cidade de Guarujá. No ano seguinte, tornou-se diretor, ficando até 2019. Entre seus maiores desafios esteve a inauguração do curso Técnico em Manutenção Aeronáutica, uma habilitação inédita no Centro Paula Souza, conseguindo sua regulamentação junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC). Ficou muito orgulhoso com a formatura da primeira turma, quando 15 dos 17 alunos foram contratados por empresas de aviação.

O colaborador já havia contribuído informalmente com várias informações para o desenvolvimento do meu projeto de pesquisa, antes mesmo de ser decidido pela História Oral e, conseqüentemente, e de as entrevistas serem definidas e executadas. Quando, juntamente com meu orientador, definimos como colônia a comunidade escolar da Etec “Aristóteles Ferreira”, Prof. Antonio, conhecido na escola como Almeida, foi um dos primeiros nomes a ser lembrado.

⁴⁷ “Em História Oral, é a definição para a identificação dos padrões gerais das parcelas de pessoas em uma mesma comunidade destino”. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 100)

⁴⁸ “São as derivações da colônia e se referem às menores parcelas das comunidades destino”. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 101)

⁴⁹ Termo utilizado para designar escolas em localidades diferentes da sede da Etec que ofereçam cursos gratuitos, realizados em parceria com prefeituras ou empresas, cuja supervisão seja da Etec mais próxima.

O convite foi feito em meio às aulas em ambiente virtual por conta da pandemia de Covid-19⁵⁰. Evidentemente, por esse motivo, nossos contatos reduziram consideravelmente. Aceitando prontamente, Almeida ficou à disposição para que, assim que fosse possível para ambos, o encontro fosse agendado para acontecer na própria plataforma que atualmente utilizamos para ministrar nossas aulas na Etec, o ambiente virtual *Teams*⁵¹.

Em 20 de maio de 2021, trocamos mensagens nas quais questionei o colaborador se havia preferência pelo envio prévio das perguntas da entrevista. Almeida considerou que isso poderia facilitar. Então, enviei o arquivo com quatro perguntas definidas no projeto de História Oral feito anteriormente às entrevistas.

Nosso encontro foi agendado para o meio-dia do sábado, dia 29 de maio de 2021. Era um sábado ensolarado e, pontualmente, iniciamos nossa conversa que, com a autorização do entrevistado, foi gravada em multimídia, para posterior transcrição⁵², textualização⁵³, definição do tom vital⁵⁴, e transcrição⁵⁵, seguindo os procedimentos adotados pelo Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP) (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020).

Antonio Joaquim Almeida Ferreira: “Lugar de engenheiro é na indústria, os técnicos é que sabem a parte de mão de obra”

Comecei minha vida na escola em 1977, prestando o vestibulinho⁵⁶ para ingresso na ainda [escola] chamada “Escolástica Rosa”. Parecia uma única escola. Fui da turma do primeiro “G” e, na época, todos os primeiros anos eram na parte da tarde e não se escolhia qual era o curso que queria no vestibulinho. O curso do

⁵⁰ Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br>. Acesso em: 22 mar. 2021

⁵¹ Plataforma Microsoft para a educação, com aulas, reuniões, tarefas, arquivos e colaboração. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br>. Acesso em: 22 mar. 2021.

⁵² De forma objetiva, equivale à passagem dos enunciados orais para o código escrito o mais próximo possível de como foram emitidos. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 131)

⁵³ “Em termos práticos, pode-se dizer que a textualização olha para dentro da narrativa oral e a transpõe na ordem do dito”. (MEIHY; SEAWRIGHT; 2020, p. 133)

⁵⁴ “É o eixo narrativo sintetizado em uma frase que serve para a entrevista como uma coluna vertebral e como guia para a transcrição”. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 137)

⁵⁵ “Ato contínuo ao processo da produção de um texto final derivado de entrevistas”. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 139)

⁵⁶ Termo utilizado para designar o processo classificatório que seleciona candidatos para ingresso nas Escolas Técnicas Estaduais (Etecs).

primeiro ano era básico para todo os alunos e, a partir do segundo, é que se escolhia qual a habilitação desejada. Eu, no caso, queria a de Eletrônica e consegui, pois dependia do desempenho, caso tivessem mais candidatos do que vagas, o que sempre ocorria com Eletrônica. Comecei a cursar o técnico em 1978 concomitante ao colegial, atual ensino médio, quando a escola mudou de nome pela primeira vez. Tinha até uma brincadeira do pessoal em relação ao muro que dividia as duas escolas: era abre o muro, fecha o muro, esse muro é onde hoje está a Metalurgia. Na época que eu entrei, não tinha o muro, mas, em 1978, quando chegamos para as aulas, o muro está lá, separando as duas escolas em definitivo e nós passamos a chamar Escola “Bairro Aparecida”. Isso durou somente nos anos de 1978 e 1979, quando eu cursei o segundo e terceiro anos e, em 1980, virou “Aristóteles Ferreira”. Quem analisasse o meu histórico, o do segundo grau, falaria:

— Esse aluno não parou em escola nenhuma, fez o primeiro ano no “Escolástica”, segundo e terceiro no “Bairro Aparecida” e o quarto no “Aristóteles Ferreira”.

E não foi! Foi muito engraçado isso, mas tudo bem.

O meu primeiro, segundo e terceiro anos foram à tarde. Já o quarto ano foi de manhã e havia duas turmas: a A1 e a A2. Eu era da A1. Eram duas turmas bem cheias, nós só tínhamos as matérias técnicas, além de português e matemática, que eram obrigatórios. O que me atraiu mais na escola é que, a partir do segundo semestre do quarto ano, eu, o Ângelo⁵⁷ e o Amauri⁵⁸, éramos os três alunos escudeiros da turma. Conversando com os professores Cid⁵⁹ e Sandall⁶⁰, propusemos passar a ajudar a escola. Então, nós íamos de manhã, eu morava relativamente perto, o Amauri também, só o Ângelo que não, mas não morava muito longe. Normalmente, ficávamos direto na escola. Todos os dias de manhã, tínhamos aula e, à tarde, ficávamos no laboratório, arrumando equipamentos, preparando aula para professor, como se fôssemos estagiários ou monitores de laboratório. Foi uma época muito legal. Lembro que, no auditório que tem lá na escola, no palco, tem um painel e nós o colocamos no chão, o reformamos todo, colocamos até luzes estroboscópicas. Lembro que ficou um negócio de outro mundo! Com isso e várias

⁵⁷ Não foram localizadas informações sobre o professor.

⁵⁸ Não foram localizadas informações sobre o professor.

⁵⁹ Mais informações no Anexo A.

⁶⁰ Mais informações no Anexo A.

outras atividades desenvolvidas, nessa época, criamos uma certa e muito boa afinidade com a escola. Teve dia que saímos de lá 2h, 3h da manhã.

Chegou o final do ano e fui fazer estágio na Philips do Brasil. Fiquei lá de dezembro a março. Foram quatro meses. O Ângelo também fez estágio na Philips e o Amauri fez estágio em outra empresa. Estive sempre em contato com a escola por conta de relatórios e finalização do curso. Foi nessa época que, do meu ponto de vista, a escola teve a melhor diretora até hoje, a professora Dona Orlênia⁶¹. Orlênia Alves Barberato, nunca esqueci o nome dela. Foi a única diretora efetiva que nós tivemos. Ela era diretora de escola mesmo! Vimos umas notícias, na época, acho que era Paulo Maluf⁶² o governador, informando que seriam criados cargos de monitores para laboratórios das escolas técnicas, e nós fomos lá conversar com ela. Nunca me esqueci da conversa que nós tivemos na sala dela. Ela não simpatizava muito com os engenheiros e falou o que eu nunca esqueci:

— Engenheiro era para ficar na indústria e quem tem que estar aqui, ministrando aulas, são os técnicos. Os técnicos é que sabem a parte de mão de obra! Olha, não tem nada disso aqui [cargos de monitores], mas tem umas aulas, vocês não querem pegar?

Não tínhamos nenhuma intenção em pegar aulas. Nunca pensei na minha vida em ministrar aulas. Ela perguntou:

— Tudo bem?

Ficamos mudos, um olhando para o outro, e ela nos mandou falar com a Dona Darci⁶³, que era a secretária da escola. Quando chegamos na Dona Darci, falamos:

— A Dona Orlênia mandou falar com a senhora.

— Já sei do que se trata! – disse Dona Darci.

Nos deu três papéis: eram pedidos para fazer laudo médico, eu nem sabia o que que era laudo médico... Dona Darci nos orientou:

— Vocês vão lá no Centro de Saúde da rua Luiza Macuco fazer o exame e voltem aqui.

⁶¹ Orlênia Alves Barberato.

⁶² Paulo Salim Maluf (São Paulo - 1931) foi governador do estado de São Paulo entre 1979 e 1982.

⁶³ Informações adicionais não disponíveis.

Eu, particularmente, nem sabia o que estava fazendo, mas, fomos lá, fizemos os exames, voltamos para a escola e ela disse que eu ministraria aulas de Eletricidade para o segundo ano de Mecânica.

Perguntei-me, então, como seria ser professor e ensinar os outros. Foi muito engraçado. Fui falar com o professor Cid. Ele disse:

— Você vai gostar de ser professor e ministrar aulas!

Então, comecei naquele ano com duas aulas: era o 2D1 de Mecânica. Nunca esqueci. Sala 3 do prédio, andar de baixo, em uma segunda-feira, uma e meia da tarde. Eu tremia mais do que não sei o quê. Neste mesmo ano, acabei [ficando] com 44 aulas. Naquela época, podia dar até 44 aulas, e, daí para a frente, como falava o nosso querido Cid, “magistério é uma cachaça que você toma um pouquinho, só mais um pouquinho, e depois não quer largar mais”. Este ano, eu fiz 40 anos de magistério no dia 26 de março. Completei 40 anos nesta labuta. Basicamente, essa é a minha história em relação à parte inicial, mas tem 40 anos aí pela frente...

Quanto às trocas da Secretaria de Educação para a de Ciência e Tecnologia e, depois que virou Centro Paula Souza, não foi bem assim. Nós ficamos até 1993 na Secretaria de Educação. Aí, o que aconteceu? Teve um hiato e foi criada a Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais (Disaete), que não era de secretaria nenhuma, era ligada diretamente, se eu não me engano, à Secretaria de Governo. Possuo até hoje os holerites, não vinha nada de secretaria discriminado. Ficamos um ano na Disaete, que era um lugar onde ficamos indefinidos, não éramos mais da educação, até vir o decreto⁶⁴, passando quase todas as escolas em que havia o técnico no Estado para o Centro Paula Souza. Ainda no início dos anos 1980, se não me engano, em 1982, quando foram criadas as 14 ETEs⁶⁵ pelo Centro Paula Souza, nós éramos para ser a 13.^a, e, eu nunca me esqueci, houve uma votação na escola para saber se passávamos para o Centro ou queríamos permanecer na educação. Eles falaram, na época: houve uma votação na escola para que definíssemos se continuaríamos vinculados à Secretaria da Educação ou se seríamos transferidos para o Centro Paula Souza. Se tivéssemos optado pelo Centro, então, seríamos regidos pela Consolidação das Leis do

⁶⁴ Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993.

⁶⁵ Artigo 2.º do Decreto n.º 18.421, de 5 de fevereiro de 1982, alterou as denominações e integrou as unidades escolares no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Trabalho⁶⁶ (CLT) desde aquele momento. Desde aquela época já era assim. Tínhamos os estatutários e os efetivos, e os efetivos, como eram em maior número, votaram para permanecermos na educação. Podíamos ter mudado, nós podíamos ter sido uma “Lauro Gomes⁶⁷” ou uma “Jorge Street⁶⁸”, as maiores e mais bem equipadas escolas até hoje. Se eu não me engano, em 1982, quando foi feita essa votação, depois do curto período na Disaete, é que a escola foi transferida para o Centro Paula Souza e estamos lá até hoje. Essa troca foi em 1994.

No que diz respeito ao aprendizado, se o ensino técnico integrado à base nacional comum, como era no meu tempo de aluno e voltou, a princípio, de forma facultativa e, agora, de maneira obrigatória, ou os modulares separados com possibilidades de ser sequencial ou concomitante ao ensino médio, eu, particularmente, até por ter acompanhado todas essas trocas nas últimas quatro décadas, definiria que o melhor técnico que nós tivemos foi em 1993, quando foi criado o que chamávamos de QP4, que era qualificação profissional em quatro semestres. Foi só uma turma que nós tivemos, mas foi a melhor turma que tivemos até hoje, todos os alunos com o ensino médio concluído. Não me esqueço: foi o professor Jorge⁶⁹, que hoje é o diretor da Fatec “Rubens Lara”, que foi um tipo de interventor que tivemos e fez a ligação entre o Disaete e o Centro Paula Souza. Lembro quando ele foi fazer a prova para o vestibulinho, nunca me esqueci, ele utilizou o vestibular da Unicamp. Na época, tudo era por nossa conta, aplicar e corrigir. Lembro que em Matemática, de zero a dez, a nota maior foi meio. Como faríamos para fazer a classificação desse pessoal? Então, fizemos através de entrevista. Assim, chamamos os alunos, por exemplo, para Eletrotécnica, os técnicos que já trabalhavam na *Light*; os que já eram eletricitas e que trabalhavam na Embratel, Telesp e Philips, para Eletrônica; e, para Edificações, os que já trabalhavam em empresa da construção civil. Eram só profissionais. Foram as melhores turmas que nós tivemos. Só que depois não vingou. Não sei por que, mas não vingou.

Particularmente, explicando antecipadamente o motivo da minha escolha, hoje eu tenho a minha empresa, mas, quando ainda não havia, pelo que eu vejo nos alunos de hoje em dia, e que não acontecia antes, por exemplo, quando eu comecei,

⁶⁶ Artigo 3.º do Decreto n.º 16.309, de 4 de dezembro de 1980.

⁶⁷ Etec “Lauro Gomes”, na cidade de São Bernardo do Campo.

⁶⁸ Etec “Jorge Street”, na cidade de São Caetano do Sul.

⁶⁹ Professor Jorge Monteiro Junior, diretor da Etec “Aristóteles Ferreira”, em 1993.

às vezes, havia alguns serviços e, de olhos fechados, perguntava a determinados alunos se eles queriam me ajudar. Nunca tive problemas. Hoje, é difícil isso acontecer. Se for com alunos do Ensino Médio, então, pode esquecer. Porque o pessoal não sabe o que é Eletrônica, o pessoal não sabe o que é Eletrotécnica. Há muito tempo eu faço um questionário, normalmente no início das aulas, e uma das perguntas tem por objetivo saber a razão pela qual os alunos ingressantes optaram pela Eletrônica. Este ano, por exemplo, em aula para o pessoal do Etim⁷⁰ em Eletrônica, perguntei para os alunos e eles respondiam que o pai ou a mãe que mandou fazer ou, ainda, que o tio havia dito que era bom... Desisti dessa turma e deixei cinco aulas. Já na Eletrotécnica é diferente. Ministro aulas para turma de Eletrotécnica de manhã. São muito interessados. Então, particularmente, do meu ponto de vista, a melhor modalidade de ensino seria o pós-médio: ensino médio regular e o pós-médio para o técnico. Assim, esperamos que o aluno saiba o que quer. Se tiver um conhecimento prévio ou alguma vivência, melhor ainda.

Fui diretor durante 13 anos de Etec no Guarujá. Lá, praticamente, não acompanhei essa modalidade do ensino integrado. Só no último ano entrou uma turma de Eventos. Lembro de questionar um aluno sobre o que ele estava fazendo e aprendendo na escola e ele me respondeu que faziam umas festinhas. Eu ainda insistia, questionando o que que era o curso de Eventos. Não soube responder. O menino já estava indo para o segundo ano. Deveria saber. Sempre me questionava se no Centro Paula Souza havia alguma estatística, porque já tivemos várias turmas formadas em outras escolas. Será que o aluno, depois de formado, seguiu a carreira do curso que ele fez? Acredito que, se fizesse alguma coisa parecida, iriam se decepcionar. Acho que eles não fazem justamente por isso. Eu acredito que, como eles fazem propaganda da Fatec, a cada dez, 11 alunos formados, já estão empregados. Acredito que é “bater em ferro frio”. O Centro leva muito em conta números. Ingressaram 40 alunos, tem que formar 40 alunos, mas, se os 40 aproveitaram, vão continuar nas respectivas áreas. É uma coisa bem diferente.

Inclusive, nós participamos uma vez de um simpósio com o pessoal da Alemanha. Aliás, como eu queria que o Brasil fosse igual a Alemanha: lá o aluno faz o técnico, ele poderá até morrer como técnico, ele não vai fazer Engenharia, ou, pelo menos, não precisa. Lembro que o professor que foi dar a palestra disse que o aluno

⁷⁰ Ensino técnico integrado ao médio.

faz a parte da manhã na escola e a parte da tarde na indústria. E vice-versa, está de manhã na indústria à tarde está na escola. Agora, aqui, a maioria, talvez, dos egressos ingressa no mercado de trabalho, realizando outras atividades. Eu tenho aluno que é banqueiro, dono de banca de jornal. Outro que foi fazer Farmácia. Até encontramos em uma farmácia, certo dia, uma ex-aluna do Ensino Médio que dizia odiar Matemática. [Estávamos] eu e a Denise, minha esposa, que leciona Matemática na escola. Ela perguntou a ex-aluna:

— Mas, você não gostava de Matemática?

Então, a menina respondeu que realmente odiava Matemática e que havia procurado alguma coisa que não tivesse a ver com Matemática, mas confessou:

— Professora, tem que fazer cálculo de fórmulas, cálculo disso, cálculo daquilo, só tem Matemática...

Por tudo isso, [demonstra-se] que o modular, para mim, seria a melhor forma de oferecermos os cursos técnicos. Mas, um modular pós-médio, que eu acredito que seria até, entre aspas, “um investimento muito maior com o nosso alunado”.

Em relação à comunidade discente, na época, não tínhamos ideia dos motivos dessas trocas. Não sabíamos de muita coisa. Para os alunos, continuava tudo igual, não saímos do mesmo lugar, não havia nada de novo, nem divulgação disso em jornais. Sempre estudei no local onde é o “Aristóteles” hoje. Para ter uma ideia, no “Escolástica” mesmo, minha turma só foi uma vez para ter uma aula de inglês. Acho que foi no segundo ano. Havia um sistema de gravador onde colocávamos um fone, mas não funcionou nada e logo voltamos. Inclusive, foi a única vez que fui ao prédio do “Escolástica Rosa” nos quatro anos em que eu estive lá. Foram todos eles dentro do, hoje, “Aristóteles Ferreira”.

Algo que considero importante para a escrita da história da instituição escolar em que trabalhamos diz respeito à substituição do seu nome para “João Octávio dos Santos”. Conheço bem a história dele, tanto que muita gente confunde. Na frente, o “Escolástica” tem uma estátua e escutei e até li muitas vezes, no jornal “A Tribuna”, [que se trata de] “O professor e o aluno”. Não é nada disso. É o João Octávio com um órfão, que era a ideia dele para a construção do “Escolástica Rosa”. Para mim, seria 100% trazer de volta para o “Aristóteles” o nome do João Octávio até porque o Aristóteles Ferreira foi vereador, presidente do Santos Futebol Clube, alguma coisa do tipo, mas em relação à educação ou à escola, nunca achei nada dele que tivesse alguma relação ou, ainda, se foi parente do Primo Ferreira. Se eu não me engano,

João Octávio está no morro. [Esta] seria uma boa troca, sim. Quando eu entrei na escola, em frente, à direita, havia escrito “CTI”, acho que era a época do Gilson⁷¹, um dos que ainda sobram daquela época. Era o Colégio Técnico Industrial, mas, por mim, reforçando, seria muito justo com o idealizador de tudo isso. Traria o filho para atrás do terreno e a mãe continuaria na frente... Mas, por mim, se precisar assinar alguma coisa para ajudar nessa troca, assino já!

Outra coisa que eu não sei se ainda existe é a “Cajos”, Clube Amigos do João Octávio dos Santos. Quem era o presidente do “Cajos”, não sei se já é falecido, é o Odil Porto. Tem o Odil Porto filho, que é o dono da Sitel, uma empresa de material elétrico que fica na rua Carvalho de Mendonça. Lembro que o “Cajos” tinha um banco lá no “Escolástica”, daqueles de patrocínio. Eles se reuniam mensalmente. Todas as vezes que aparecia qualquer tipo de problema no “Escolástica”, eles agiam. Eu não ouvi falar mais deles.

Cheguei a ler o testamento do João Octávio. Deve estar no prédio temporário do “Escolástica”. Nele, estava a sua vontade sobre o “Escolástica Rosa”, conduzido e escrito pelo Júlio Conceição. Foi uma coisa muito grande. Em uma das partes do testamento, está informando assim: “deixo entre outros imóveis, o terreno de mar a mar, entre a rua Alexandre Martins e o Canal 6”. Sabe o que é “de mar a mar”? Tudo ali onde é o BNH e tudo aquilo para atrás da nossa escola foi para a Santa Casa e caiu em domínio público. A Santa Casa não viu um tostão daquilo, fora os imóveis que a Santa Casa ainda tem de monte por aí, que eram dele... Acho que ele foi esquecido para a cidade. A cidade havia que dar mais valor para ele, que também foi vereador. Pelo que falavam, na época, ele era dono de mais da metade da cidade. E tudo isso com a venda de tabaco e outros negócios, mas o país não tem memória, o pessoal esquece muito rápido das coisas e principalmente das pessoas...

Não sei se você chegou a convidar o Ito⁷², [ele] até é [de] antes de mim, e tem o professor Gerson⁷³ também, que está lá no Guarujá. Eu tenho contato com ele, e, se eu não me engano, ele chegou a ministrar aulas no “Aristóteles”. Só que ele foi para a Escola Municipal “Primeiro de Maio”, de Guarujá. Tenho contato com ele, é gente finíssima, e é da mesma época do Ito. Eu te passo o contato, você conversa

⁷¹ Colaborador Gilson Roberto Roza Guimarães. Mais informações no Anexo A.

⁷² Colaborador Carlos Kenji Ito. Mais informações no Anexo A.

⁷³ Não foram localizadas informações sobre o professor.

com ele, também pode ajudar em alguma coisa da Mecânica, que é um dos primeiros cursos, junto com a Elétrica.

Ainda falo para os meus alunos. A época que eu estudei, e posso falar isso de 1977 para cá, foi a pior época que a escola teve. Digo isso porque eu só vim saber que existia um laboratório de Eletrônica no final do terceiro ano. No primeiro ano, tudo bem, era comum. Segundo ano, só teoria. No terceiro, já no final, chegou professor Arlindo⁷⁴, nunca me esqueço, e disse:

— Queridos alunos, vamos ao laboratório fazer uma experiência com transistores!

Falo bastante que aprendi muito mais com os cursos de rádio e televisão que já havia feito na época, e não na escola. Acho que ajudou o fato de eu ter mesmo o gosto pela Eletrônica.

Já na época que eu estava na direção, de 2006 até 2012, acredito que foi a melhor época para nós lá. Digo isso porque eu estava na direção, e eu só não conseguia mais coisas materiais para a escola porque não havia espaço no local que eu estava, naquela época. Era assim: precisava de computadores, era só ligar e em dois meses, estavam lá os computadores! O curso estava precisando de quaisquer equipamentos, era só pedir. Várias escolas não aproveitaram, até mesmo o “Aristóteles”. Lembro que cheguei até a conversar com a diretora na época e falei:

— Por que não pede para trocar o mobiliário e colocar ar condicionado no auditório?

Era só pedir. Eu tinha uma, não influência, mas eu conhecia muita gente lá em cima e acompanhava no Diário Oficial toda a parte do setor de compras do Centro Paula Souza. Se tivesse, por exemplo, ar condicionado, ou seja, foi feita uma licitação para a compra de ar condicionado, e não importa... Enquanto a ata estivesse aberta, podia colocar tantos quantos quisesse. Aí, eu ligava:

— Olha, eu estou precisando de ar condicionado. Está aberta a ata? Preciso de três para instalar no meu auditório?

Eles diziam:

— Está bom, professor, eu vou colocar aqui o seu pedido.

⁷⁴ Não foram localizadas informações sobre o professor.

E rapidamente chegava! Dava dois meses e chegavam os aparelhos de ar-condicionado. Lembro que instalei mais um laboratório de Informática, liguei lá e falei:

— Preciso de 20 computadores. Tem ata aberta?

Logo, eles chegavam. Foi a melhor época que tivemos. A época da Secretaria da Educação, esqueça. Tivemos uma reforma uma vez na escola, um projeto MEC Bird, entre 1984 e 1985. Era um investimento do Banco Intercontinental de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), do governo federal e do governo estadual. Na época, era tudo em dólar e dobrava de valor de um dia para o outro. Então, fizemos todas as cotações e eles dividiram as verbas entre os três. Nunca me esqueço. Estava na Secretaria da Educação o Paulo de Tarso⁷⁵. Nunca me esqueci do nome dele. Ele informou que as obras iniciariam com a verba do Bird, que já estava disponível, e era em dólar. Depois, entraria a verba federal, e as duas foram realmente utilizadas na parte de obras. Com a verba estadual, seriam comprados os equipamentos.

Voltamos e logo começou a obra. Cada área fez o levantamento dos equipamentos de que precisava, e tudo em dólar. Toda semana, era eu que estava como um “coordenador do projeto”. Tinha que acertar o valor do dólar e mandar para São Paulo e não havia computador, não havia nada naquela época. Era tudo na máquina de escrever e calcular. Resumindo tudo: a obra acabou e nada dos equipamentos. Podemos ver que a [área de] Eletrônica, até hoje, tem um monte de armários vazios. Nunca me esqueço. O professor Sandall⁷⁶, na época, passou a ser informalmente o coordenador depois que acabou o projeto. Ele foi a São Paulo porque faltava uma parte para finalizar. Lembro que o governador Montoro, em seu último decreto, assinou uma liberação, acho que em dinheiro de hoje, uns R\$ 4 milhões para término das obras do “Aristóteles”. Aí, entrou o Quércia. Eles entravam em março, não era em janeiro, como hoje. Passou março, abril, maio, junho, julho e nada de a verba aparecer. Foi depois disso que o Sandall foi a São Paulo. Nunca me esqueço de ele falando da Conesp, que era uma empresa ou um órgão da Secretaria da Educação que cuidava de obras. Ele falou que o mandaram para uma salinha, depois ele foi para outra salinha, aí falou com um, depois, com outro e, enfim, ficou quase quatro horas lá dentro, andando de um lado para o outro.

⁷⁵ Secretário da Educação do Estado de São Paulo entre 1983 e 1985.

⁷⁶ Jonh Pau Sandall Junior. Mais informações no Anexo A.

Deixaram-no tonto! Até que o levaram para uma salinha, mostraram uma nota fiscal, na época, de uns R\$800 mil, de uma de empresa desconhecida e falaram:

— Sua verba já foi gasta, empenhada e não tem mais nada.

E ele disse:

— Mas eles não fizeram nada na escola!

E simplesmente falaram:

— É, professor, passar bem!

Um dia, chega na escola, não me lembro o nome daquela senhora, uma supervisora do MEC, dizendo que veio ver os equipamentos comprados pelo MEC Bird. Fui com ela na Eletrônica e comecei a abrir os armários. Então, abri todos os armários, até que fui questionado o motivo de estarem todos vazios e informei que nada havia sido comprado. Ela se espantou com a situação e me apresentou uma relação, enviada pela Secretaria de Educação ao MEC, dos equipamentos que foram comprados para a escola. Achei dessa vez que tudo seria esclarecido e que não ficaria daquela maneira. Nunca mais ouvimos falar sobre essa visita. Não apareceu mais ninguém na escola e nós ficamos daquele jeito. Foram coisas como essa que passamos e que não gostaria que tivessem acontecido.

Aconteceu há pouco tempo, quando fizemos uma reforma, já na época do Centro Paula Souza, pela Engetal. A obra estava orçada em algo em torno de um milhão de reais, mas eles ganharam por R\$ 400 mil. Quando começou a reforma, eles começaram: isso aqui não estava na obra, aquilo ali também não e começaram os aditamentos... Eu sei que, no final, essa reforma saiu por quase R\$ 2 milhões e ficou uma lástima. Tudo malfeito e não aconteceu nada com essa empresa. Depois disso, ficamos sabendo de umas coisas que não compete falar, mas, infelizmente, nossa história é essa. Estou de volta ao “Aristóteles Ferreira”, depois que fiquei 13 anos afastado da escola para assumir a direção da Etec “Alberto Santos Dumont”, no Guarujá. Voltei em 2019 e estou muito feliz de voltar.

Considerações finais: balanço do primeiro contato

Iniciada com a autorização da gravação, o que facilitou a transcrição da entrevista, lembrei que as perguntas enviadas previamente serviriam apenas para nortear nossa conversa e que o colaborador poderia falar o quanto quisesse sobre

cada um dos temas propostos e outros que julgasse importante e que marcaram sua trajetória na Etec “Aristóteles Ferreira” como aluno e professor.

Com duração de aproximadamente 37 minutos, a entrevista com o colaborador foi satisfatória, rica em detalhes e bastante esclarecedora. O colaborador demonstrou total segurança em todas as passagens relatadas, sendo minucioso e com grande vontade em ajudar na minha pesquisa. Sugeriu alguns nomes para possíveis entrevistas e que foram, juntamente ao orientador do projeto, estudadas para as devidas inserções e convites.

Após o momento que entendemos que havia finalizado a conversa e eu, evidentemente, interromper a gravação, continuamos conversando mais alguns minutos e acredito que, por conta da descontração, surgiram outros assuntos e memórias que ficaram para a entrevista seguinte que, desde então, ficamos de agendar.

Segunda entrevista com Antonio Joaquim Almeida Ferreira

Considerações iniciais: o colaborador e o contexto da entrevista

Antonio Joaquim Almeida Ferreira, 59 anos, ex-aluno do “Aristóteles Ferreira”, professor e empresário, anteriormente apresentado e que atende plenamente à ideia de rede e de colônia estabelecida no projeto de História Oral desenvolvido para a pesquisa que estuda os 50 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”.

Novo encontro foi combinado ao final do primeiro, sendo agendado de acordo com a disponibilidade do colaborador, a fim de esclarecer mais alguns pontos, como a autorização dada a técnicos para ministrarem aulas, o Disaete, departamento que assumiu as escolas técnicas do Estado de São Paulo no período que antecedeu a incorporação delas ao Centro Paula Souza, o Jacobas e o vestibulinho que foram mencionados e não ficaram claros na entrevista anterior ou que foram citados em *off*.

Nosso encontro ficou combinado para o final de semana seguinte ao da primeira entrevista. Agendamos por escolha do colaborador para as 11h do dia 6 de junho. Mas, por conta de uma chamada de emergência feita por um dos seus clientes, precisou ser adiada e iniciou por depois das 13h de um domingo bastante ensolarado e de muito calor.

Antonio Joaquim Almeida Ferreira: “Deixamos de ser umas das escolas chamadas de ‘irmãs ricas’ do Centro Paula Souza!”

Para se tornar aluno, o ingresso sempre foi através de vestibulinho. Só que, antigamente, era a escola que montava tudo. Não havia custo para os alunos. A gente aplicava as provas e, assim que acabavam, cada professor ia para sua sala. Levávamos o gabarito e fazíamos a correção, sem custo para escola. Eram todos professores amigos da escola, mas sempre foi através de vestibulinho. Mais recentemente, já como Centro Paula Souza, esse processo passou a ser terceirizado e as provas, aplicadas simultaneamente para todas as escolas do Estado.

Já para um técnico se habilitar a ministrar aulas, tinha que fazer o chamado, na época, Esquema⁷⁷. A história dele é um pouco mais antiga. No início dos anos 1980, tiveram como grandes responsáveis os professores Sandall e Cid, [que] andaram atrás disso durante muito tempo até que conseguiram junto ao Centro Paula Souza, ao qual nós ainda não éramos subordinados, que a Fatec ficasse responsável pelo curso e pela emissão dos certificados do chamado “Esquema 2”, um curso equivalente ao ensino superior para os formados nos cursos técnicos. Tínhamos várias disciplinas, como Cálculo, Didática e todas da parte pedagógica. Com esse curso, nos tornamos licenciados, no meu caso, em Eletrotécnica. Para ingressarmos neste curso, tivemos que fazer vestibular, pois, como era um curso de nível superior, era obrigatório aparecer o vestibular no certificado. Fizemos durante dois anos e meio. Iniciamos em 1982, na ETE “Lauro Gomes”, em São Bernardo, depois, em 1983, e uma parte de 1984, foi na Fatec São Paulo. Era aos sábados e todos os dias durante as nossas férias de meio, final e começo de ano. Foi um curso muito bom.

Antes disso, nós éramos técnicos admitidos em caráter excepcional, havia na época o professor “um”, professor “dois” e professor “três”. Nós, como técnicos, éramos professores “dois”. Professor “três” eram só os professores com licenciatura ou graduação. Então, a partir do momento que concluímos o Esquema, passamos para professor “três”, mas ainda admitidos em caráter excepcional, que depois mudou para admitido em caráter temporário (ACT). Naquela época, os professores da Secretaria de Educação eram estatutários e, para nos tornarmos efetivos, só com

⁷⁷ Curso de formação pedagógica para técnicos e graduados.

concurso. Nunca teve concurso para os da parte profissionalizante. Havia os professores mais antigos, que eram da parte da Mestria. Cheguei a conhecer alguns, os professores Lindolfo⁷⁸ e Davinil⁷⁹, que eram da Mecânica, e o professor Osvaldo Pinto⁸⁰ da Eletrotécnica. Eles vinham desde a época de 1960.

Tivemos o Disaete, que aconteceu com o decreto⁸¹, em 1992. Foi quando nós saímos da Secretaria de Educação e passamos para esse órgão, criado sem vínculo a nenhuma secretaria. Era um órgão ligado direto ao gabinete do governador ou da Casa Civil, ou alguma coisa do tipo, até o decreto⁸² que transferiu mais de 90 escolas no Estado inteiro para o Centro Paula Souza. Antes disso, tivemos uma votação, isso foi em 1982. Veio uma proposta, na época já era “Aristóteles Ferreira”, de passarmos para o Centro Paula Souza. Só que, como tinham muitos efetivos do chamado núcleo comum, além dos técnicos e engenheiros que não eram em número tão grande, os efetivos do núcleo comum eram estatutários e, desde aquela época, o Centro Paula Souza já era celetista. Então, aqueles que eram estatutários teriam que renunciar à estabilidade para passar ao Centro Paula Souza ou teriam que arrumar lugar em outra escola, pois possuíam seus cargos em escola estadual. Infelizmente, perdemos, foi uma margem bem pequena, mas perdemos e continuamos na educação e deixamos de ser umas das Escolas chamadas “irmãs ricas” do Centro Paula Souza. Isso foi uma pena mesmo.

Quando nós saímos da Secretaria da Educação, o “Aristóteles Ferreira” passou para o Centro Paula Souza, em 1994. Eu e mais alguns professores da área técnica já éramos estáveis. Com a Constituição de 1988, ficamos sabendo que os deputados sempre faziam alguma nova lei para agradar os funcionários públicos e foi incluído que todos os funcionários que estavam há mais de cinco anos trabalhando continuamente passariam a ser estáveis. No meu caso, por conta da minha estabilidade, fui para o “Escolástica Rosa”, que ainda era subordinado à Secretaria de Educação e que, apesar de ter os cursos técnicos em Metalurgia, Desenho Mecânico e outros, não havia aula de Elétrica e Eletrônica para mim. Com isso, eu e outros professores que estavam na mesma situação ficamos no “Escolástica”. Não era um adido. Muitos chamavam de forma equivocada de “adido”,

⁷⁸ Não foram localizadas informações sobre o professor.

⁷⁹ Não foram localizadas informações sobre o professor.

⁸⁰ Não foram localizadas informações sobre o professor.

⁸¹ Decreto n.º 34.032, de 22 de outubro de 1991.

⁸² Decreto n.º 37.735, de 27 de outubro de 1993.

mas nós tínhamos dez aulas e cumpríamos, por exemplo, na Secretaria, fazendo manutenção da iluminação, corrigindo algum problema que ocorria na parte técnica etc. Eu fazia essa parte de manutenção elétrica nas dez horas que eu tinha por semana. Foi por isso que ficamos concomitante nas duas escolas após nossa transferência do “Aristóteles Ferreira” para o Centro Paula Souza. Alguns logo trouxeram seus benefícios e ficaram exclusivos no Centro e outros ficaram até a aposentadoria, caso do Ito.

Nos Jogos Colegiais da Baixada Santista (Jacobas), entrei em 1977, acho que foi o último ano. Não recorro muito do período em que já era aluno no “Aristóteles”. Cheguei a participar, na verdade, a assistir, quando eu estava em outra escola, no “São Leopoldo”, tinha um time muito bom de futebol de salão, eles sempre eram campeões. Lembro, aliás, que foi criado no “Escolástica Rosa”, havia até a águia do Jacobas. Essa águia, inclusive, era uma cópia que arrumaram no interior de São Paulo. O professor Frias⁸³ contava muito essas histórias. Ele foi um dos idealizadores, junto com o professor Gilson, quando ainda eram alunos. Era algo muito importante, eu achava que era bastante importante, porque era a única vez que juntavam todos os tipos de escolas, particulares e estaduais. Era muito interessante. Tinha, não lembro, acho que não era Centro Cívico, se não me engano, chamavam de Grêmio... Enfim, esqueci como é que eles chamavam o “Albert Einstein”. Também não era o clube “Albert Einstein” ... Lembro só que foi lá, ainda como “Escolástica Rosa”, que o Jacobas foi criado.

Considerações finais: balanço do segundo contato com Antonio Joaquim Almeida Ferreira

Na segunda conversa, mais rápida que a primeira entrevista, durando pouco mais de 12 minutos, o colaborador foi, mais uma vez, objetivo e esclarecedor em suas lembranças.

Finalizamos as seções de entrevista neste segundo encontro, mas deixamos a possibilidade de outro agendamento para possíveis esclarecimentos e para entrega da cópia documentos pessoais do colaborador que contribuíram com a pesquisa sobre os 50 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”.

⁸³ José Pedro Frias. Mais informações no Anexo A.

Primeira entrevista com Gilson Roberto Rozo Guimarães

Considerações iniciais: o colaborador e o contexto da entrevista

Gilson Roberto Rozo Guimarães, 65 anos, bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em Análise de Sistemas, técnico em Instrumentação Industrial pelo Senai⁸⁴, técnico em Eletrônica, metalúrgico e professor aposentado, foi aluno, entre os anos 1972 e 1975, da Instituição estudada. Antes disso, estudou na Escola Industrial de Santos de primeiro grau “D. Escolástica Rosa”, da qual o “Aristóteles,” inicialmente, seria uma ampliação para formação de segundo grau. Entre os anos de 1968 e 1971, professor Gilson se formou técnico em Eletrônica, que era concomitante ao atual Ensino Médio.

O convite foi feito inicialmente por meio de contato telefônico e, posteriormente, troca de mensagens eletrônicas pelo WhatsApp. Com o auxílio de seu filho Abelino, diretor de Serviços na Fatec “Rubens Lara”, também na cidade de Santos, combinamos de utilizar o ambiente virtual *Teams*, comum a nós dois, uma vez que Etecs e Fatecs utilizam a mesma plataforma educacional nas aulas virtuais, inclusive cedendo o seu usuário para a entrevista, o que certamente facilitou para realizá-la.

Começamos a trocar mensagens no dia 20 de maio de 2021, quando questionei o colaborador se preferia o envio prévio das perguntas que serviriam para organizar a entrevista. Ele achou uma boa ideia para facilitar e antecipar as lembranças. Assim, enviei um arquivo com as quatro perguntas definidas no projeto de História Oral elaborado anteriormente às entrevistas. Tivemos alguns desencontros na disponibilidade, principalmente por parte do Abelino, até que, finalmente, agendamos para as 20h da sexta-feira, dia 28 daquele mês. Nesse mesmo dia, por volta das 15h, recebi uma ligação do colaborador solicitando a antecipação da entrevista para as 18h e, novamente, agendamos.

Nosso encontro foi, então, às 18h da sexta-feira, dia 28 de maio de 2021. Era um final de tarde agradável e, no horário marcado, iniciamos nossa conversa que, com a autorização do entrevistado, foi gravada em multimídia, para posterior tratamento e utilização no projeto de pesquisa.

⁸⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é uma instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos.

Gilson Roberto Rozo Guimarães: “Você vivia a escola!”

Entrei no “Escolástica Rosa” em 1968, fazendo o curso de admissão. A princípio, a escola foi construída e utilizava todo o terreno que hoje abrange o “Escolástica Rosa”, o “Aristóteles Ferreira” e o espaço que era da Fatec. Tudo era uma escola só o “Escolástica Rosa”. Doado pelo João Octávio dos Santos, que escolheu o nome da mãe para a escola, com a intenção de que ela fosse destinada à educação de meninos pobres e órfãos. Havia uma parte das vagas destinadas a quem não era órfão, independentemente da classe social. No meu caso, eu tinha pai e mãe, e até um bom estado financeiro. Não éramos ricos, mas precisaria logo trabalhar. Para esses alunos, tinha que passar no vestibulinho. Assim que saíamos do atual Ensino Fundamental 1, entrávamos no Ginásio, hoje o Ensino Fundamental 2, e, para isso, tinha que fazer um exame de admissão no próprio “Escolástica Rosa”. O aluno fazia o curso de admissão. Era em uma área reservada dentro do próprio Escolástica Rosa, perto da quadra e carpintaria. Fazíamos esse curso para prestar o concurso de admissão, o vestibulinho da época.

Passando no vestibulinho, você começava a fazer os quatro anos. O Brasil precisava de técnicos, naquela época, porque estava se desenvolvendo, criando indústrias e não tinha profissionais e nós precisávamos trabalhar. O “Escolástica Rosa”, na área que hoje é o “Escolástica Rosa” fisicamente, preparava seus alunos para esse Brasil. Havia cursos de marceneiro, carpinteiro, mecânico ajustador torneiro, tipógrafo, tipógrafo e linotipista, eletricitista, fundição e elétrica. O aluno fazia as disciplinas do primeiro grau normal, de manhã, e, à tarde, tinha que escolher uma profissão. Fiz três cursos nesse período: tipógrafo e linotipista, mecânico ajustador torneiro e eletricitista. Isso foi até 1972, quando eu fui fazer o curso técnico de segundo grau, nesse caso, onde hoje é o “Aristóteles Ferreira”. Nessa época, a escola chamava Escola de Segundo Grau “Dona Escolástica Rosa”.

Era muito boa a vida na escola, era muito participativa e nós vivíamos dentro da escola. Até sábados e domingos nós estávamos na escola. Todos usufruindo da quadra ao anfiteatro, usávamos muito a escola. Com isso, você acabava passando mais tempo dentro da escola do que com a própria família. Nós ficávamos de segunda a sexta até as 18h, quando acabava a semana das aulas, no sábado de manhã até tarde, praticávamos vários esportes na quadra; no domingo de manhã

íamos à praia, e, depois, de tarde, voltávamos para a quadra. Você vivia a escola! Isso aconteceu após a criação da extensão do “Escolástica Rosa”, o chamado de Colégio Técnico Industrial “Dona Escolástica Rosa”. A parte de frente para a praia era escola de primeiro grau “Dona Escolástica Rosa” e, depois, veio a Escola Estadual de Segundo Grau “Dona Escolástica Rosa”.

Então, em 1973, eu iniciei o segundo grau, onde hoje é o atual “Aristóteles Ferreira”. Para ingressar na escola, os alunos também prestavam o vestibulinho e faziam o primeiro ano, que era comum para todos. Depois, no segundo ano, escolhia a sua área e o aluno fazia uma lista com três cursos em uma ordem de preferência. Minha primeira era Eletrônica, mas acabei iniciando pela minha segunda opção, que foi Eletrotécnica. Porém, tive sorte, um aluno abandonou o curso e eu consegui a transferência para Eletrônica. A vida na escola era: de manhã, aulas das disciplinas do núcleo comum do ensino médio; as aulas técnicas eram à tarde, junto com a prática. Era prática real, os alunos cuidavam da escola, trabalhavam na oficina, limpavam os equipamentos etc.

A escola estava com um nome tão bem-visto pelas empresas do polo de Cubatão e na Baixada Santista, no geral, que os alunos dos dois primeiros cursos que tivemos, Mecânica e Edificações, eram contratados pelas empresas, começavam a receber salário como estagiário, mas continuavam só estudando. Eram muitos alunos humildes, família de operários, trabalhadores, que viam os seus filhos crescendo profissional e financeiramente, sendo contratados pela Petrobras, Cosipa e Ultrafertil. Isso fortaleceu muito a escola e a comunidade abraçou a escola ainda mais. A escola era nossa e nós zelávamos por ela. Para ter ideia, no pátio, naquele corredor que vai até a porta de entrada lá na [Avenida] Epitácio Pessoa, tinham quatro caixas de som e, na hora do intervalo, os professores saiam o mais rápido possível, fechavam a porta de madeira que divide o pátio do prédio administrativo e, aí, o intervalo era nosso. Tocávamos *Pink Floyd*, *Deep Purple* e os Novos Baianos. A nossa vida na escola era muito boa e como a maior parte dos professores, quase todos, abraçou aquela ideia, nos faziam trabalhar bastante durante as aulas.

Além disso, os professores eram bastante exigentes. Não entendeu, iria reprovar, reprovar e reprovar, quantas vezes fossem necessárias até aprender. Falavam até que os alunos que só quisessem o diploma, sem aprender, deveriam ir para uma escola particular, pois ali só seriam aprovados os alunos que aprenderam

da maneira como deveria ser. Havia um professor, prefiro não falar o seu nome, que até brincava dizendo aos alunos que só pensavam em passar de ano, deveriam ir para o “Afonso Pena”⁸⁵. Sempre me recordo com felicidade quando lembro disso... No “Aristóteles”, era complicado. Os professores repetiam muito essa frase, que agradeço muito: “aqui não passa. Se não entendeu, não será aprovado. Estamos formando profissionais”.

Mesmo com toda essa exigência, os alunos tinham uma relação excelente com a escola. Vivíamos a escola. O pátio era nosso e isso fazia com que tivéssemos responsabilidade com a confiança que nos era depositada. Havia também o Centro Técnico “Albert Einstein”, que possuía vários equipamentos de ponta daquela época, claro, e era tudo comprado indiretamente pelos alunos. Pagávamos a APM e o Centro Técnico. Lembro que tínhamos até uma carteirinha.

Os alunos davam manutenção na parte elétrica, na parte eletrônica. A gente usava muito a escola e a escola usava os alunos. O que eu acho que não havia problema nenhum, mesmo os alunos sendo menores de idade. Afinal, estavam aprendendo a profissão.

Em 1973, alguns alunos e os professores do Centro Técnico – lembro do professor Cantoni⁸⁶ e uns outros alunos “meio malucos”, na verdade já em 1972 – começaram a pensar nos jogos colegiais da Baixada Santista, feitos por alunos, só alunos, de tanto que a gente vivia a escola. Aí, a escola passou a fazer mais parte da comunidade, porque vinham alunos de todas as escolas ver o que acontecia nessa escola. Para ter uma noção do que era este evento, reunimos quase 2 mil alunos logo na primeira edição e chegamos a quase 5 mil pessoas dentro do Rebouças⁸⁷ nas outras edições. Isso tudo eram jovens de 17, 18, 19 anos. Então, em 1973, aconteceu o primeiro Jacobas, que são os Jogos Colegiais da Baixada Santista.

Para dar ideia da grandiosidade que os alunos da escola construíram com os jogos, foi promulgada a Lei Municipal n.º 3.979, de 17 de setembro de 1975. A lei dizia que o secretário de esporte teria que entrar em contato com a comissão no “Escolástica Rosa” para começar a organizar os jogos. Assim: “ficam oficializados os Jogos Colegiais da Baixada Santista - Jacobas, realizados anualmente no município

⁸⁵ Colégio técnico particular da cidade de Santos que oferecia curso técnicos.

⁸⁶ Não foram localizadas informações sobre o professor.

⁸⁷ Complexo Esportivo e Recreativo Rebouças - Ginásio poliesportivo em Santos.

de Santos, nos meses de agosto e setembro. A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes entrará em contato com a comissão organizadora dos jogos para elaboração do cronograma anual a ser desenvolvido”. Com isso, podemos perceber o poder que a escola tinha. Eu entrei em 1973. Aí, não pude participar dos jogos porque era calouro e, pelas regras, calouro não poderia participar. Já em 1974, pude jogar, mas, em 1975, a ditadura militar proibiu os jogos porque reunia muitos jovens e isso era um perigo, poderia virar manifestação. Não estávamos “nem aí”. Estávamos querendo jogar, aproveitar, mas proibiram nesse ano, depois liberaram novamente, em 1976. Mesmo depois que eu me formei, eu estava dentro da escola, porque eu fazia parte da comissão do Jacobas e organizava os jogos, mas já sentia que a comunidade começava a se afastar da escola...

Em 1975, quando eu me formei, já estavam começando as transformações que eu, pessoalmente, não gostei, de separar as escolas. [Ao] viver a escola como eu e meus amigos vivíamos, naquela época, você aprende a amar. Hoje, para mim, é muito difícil falar assim: “Aristóteles”. “Aristóteles” ou “Escolástica”? Para mim, ainda é tudo “Escolástica Rosa”. Vivi de 1968 a 1976 dentro dessa escola. Era a parte que eu estava me conhecendo como gente, a fase de minha vida que estava me conhecendo como pessoa, ser humano, homem cheio de projetos. Então, a escola era muito interessante nesses pontos e os nossos professores eram excelentes, diferenciados mesmo. Nos três primeiros anos, pouquíssimos professores eram da Baixada Santista. Eu tinha uma professora que vinha da USP⁸⁸, outra de Mauá, da Faculdade de Engenharia de Mauá e tinha um outro da Mackenzie⁸⁹. O nome da escola passou a atrair vários professores. Com essa boa mão de obra, a Média Administração das Empresas era formada por profissionais do “Escolástica Rosa”. E, aí, houve um movimento, porque, como nós não tínhamos muitos administradores formados, naquela época, para assumir a parte da administração – acho que o nosso primeiro administrador, se não me engano, foi formado em 1964 – os técnicos assumiram esses cargos e os engenheiros, cargos superiores. Éramos formados para a liderança e para manutenção. Lembro que a minha parte teórica não foi tão forte, mas a parte prática foi muito boa.

⁸⁸ Universidade de São Paulo é uma das quatro universidades públicas mantidas pelo governo do estado de São Paulo.

⁸⁹ Universidade Presbiteriana Mackenzie é uma instituição de ensino superior em São Paulo.

Aí, entra uma parte política. O que aconteceu? Logo após a minha formação, os técnicos começaram a dominar muitos postos de trabalho importantes e o Conselho Regional não gostou disso e começou a “bater” nos técnicos e tirar nossos poderes. O Crea⁹⁰ hoje não reconhece os técnicos, mas a indústria reconhece. Por lei, ganhamos o direito de assinar uma planta ou um projeto, só que, para ter esse direito, tivemos que ir para a Justiça. Afinal, somos formados, ganhamos esse direito. Com isso, engenheiros assinam de um certo tamanho de obra para cima e nós assinamos as obras menores, os chamados “projetinhos”. Sempre seremos a média administração, mas estamos sempre administrando...

O curso começou, na minha opinião, a perder um pouco interesse, porque a parte mais importante em fazer um curso técnico era ter a garantia do estágio, as empresas eram obrigadas a ter estagiários e, no caso do “Escolástica Rosa” e do “João Octávio”, as empresas chamavam os alunos para fazer estágio. A empresa via as notas do aluno, a ficha individual de avaliação feita pelos professores e alguns professores até indicavam direto. Lembro que tínhamos na escola um setor só para cuidar de estágio, e o melhor: nosso estágio já era remunerado, as empresas eram obrigadas a dar estágio remunerado e era uma remuneração muito boa. Lembro que o meu pai ficou abismado quando viu o meu primeiro salário de estagiário. Sempre fico muito feliz em recordar ele falando:

— Viu como foi bom estudar?

Na minha visão como professor, o nosso aluno passava muito rápido pela escola. Eles fazem um curso de um ano e meio e, nesse pouco tempo, não conseguem criar laços. Alguns casos até criam boas amizades, mas não um laço com a escola. Em minha época de aluno, no “Escolástica Rosa” e no “Aristóteles Ferreira”, nos cursos técnicos do primeiro e segundo graus, o aluno não podia chegar atrasado. Você entrava às 7h30 e saía às 18h e acabou! Tinha apenas uma hora para almoçar, a maior parte levava marmita, mas, eu, como sempre morei do lado da escola, conseguia almoçar em casa. Vivíamos na escola oito horas ou mais. As disciplinas se misturavam, em alguns momentos alternavam as partes teóricas e práticas, sendo a parte prática mais concentrada à tarde. O aluno voltava às 13h e ficava até às 18h.

⁹⁰ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Gostaria de fazer um agradecimento profundo ao professor Luciano⁹¹ que faleceu esses dias. Até me emociono quando lembro dele. Foi meu professor no técnico e na faculdade e, depois, seguimos a amizade. Isso foi em 1972 e até outro dia tomamos um café ali perto da escola. Ele que me fez gostar de Física e de Matemática, foi um grande físico e pensador, organizou a Escola “Universitas”. Então, gostaria de fazer essa homenagem e exemplificar, com isso, a dimensão que tem essa escola em minha vida e amizade que, hoje, eu acho que falta aprofundar esses laços. Falta aos nossos alunos participar da escola.

O que acontecia que não acontece mais hoje é o pessoal de Edificações é que cuidava do prédio, o pessoal da Elétrica era responsável por mexer em toda a parte elétrica. A Eletrônica preparava os equipamentos de som, luz, o anfiteatro sempre estava com tudo funcionando, toda a iluminação perfeita, as pessoas usavam o anfiteatro, tinha campeonatos de teatro, havia até um piano e todos cuidavam dele. Tinha vários conjuntos e bandas musicais de alunos, havia até um festival de *rock*. Nesses eventos, o pessoal da Eletrônica cuidava do som e toda a aparelhagem e, com isso, aprendia a regular o som, o espaço, dimensionar tudo. Então, se vivia a escola. Pessoalmente, sinto falta disso. Como professor, acho que seria um grande incentivo para todos retomar essas atividades e práticas.

Eu me formei em 1975 e só fui pegar meu diploma um ano depois porque tinha que cumprir 900 horas de estágio obrigatório. A relação dos alunos com os professores continuava muito boa, nos abraçavam e nós tínhamos essa liberdade de continuar a viver a escola. Depois, graças a isso, eu sustentei minha família com meu diploma de técnico. Sou formado em Eletrônica e Instrumentação e, depois de muito trabalho, me formei Bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em Análise de Sistema. Isto tudo eu devo à escola, sustentei minha família sempre com meu diploma do técnico da Escola Técnica Industrial de Santos “Dona Escolástica Rosa”, que depois mudou. Na época em que mudou, a comunidade não aceitou muito bem. Tentaram colocar um muro dividindo as escolas, muro que as pessoas derrubaram várias vezes. Colocavam o muro de dia e, à noite, o “povo” ia lá e derrubava o muro, até porque ele não tinha secado, era fácil... Eles queriam separar mesmo, fisicamente o “Escolástica Rosa” do “Aristóteles Ferreira”, que, na época, já era o “João Octávio”. Depois passou para “Bairro da Aparecida”. Foi nessa época que

⁹¹ Não foram localizadas informações sobre o professor.

começou a se descaracterizar a escola do projeto que eu acho que havia. São os novos tempos. A visão do técnico que, hoje, eu preciso é de uma outra forma, diferente, não é da forma que eu fiz.

Sinto isso na indústria também. A indústria, em pleno momento de desenvolvendo, naquela época, na Cosipa⁹², havia mais de 150 mil funcionários só nas empreiteiras. Não dá para ter noção do que é isso. Precisavam dos técnicos para a média administração, para administrar esses trabalhadores todos. Éramos nós que fazíamos isso. Eu entrei na Cosipa em 1977 como estagiário e, em 1978, passei a ser funcionário, após um ano de estágio. Fui aprovado e a Cosipa me contratou. Eu e o Carvalhinho, na época, fomos os dois últimos técnicos a ser registrados na Cosipa, porque, depois, os técnicos passaram a ser contratados como assistente técnico e só se houvesse uma vaga. Ou se alguém se aposentasse ou morresse é que se promovia um técnico. Não estavam mais contratando técnicos. O técnico, para ser contratado, tinha que ter mais de cinco anos de experiência, ou seja, não poderia mais ser recém-formado. Nós tínhamos feito estágio, o Carvalhinho vinha do “Piratininga”, uma escola técnica que tinha no final da [Avenida] Ana Costa, e eu do “Escolástica Rosa”.

Nessa época em que eu era funcionário da Cosipa, em 1982, o professor, grande, ilustre mestre, ser humano iluminado que deve estar nos protegendo de algum lugar, Jonh Paull Sandall Júnior, me fez o convite para ser professor e, pela primeira vez, iniciei a minha carreira docente no “Aristóteles Ferreira”. Nessa época, era subordinado à Secretaria da Educação. Eu havia sido aluno dele. Aliás, acho que todos os professores da Eletrônica que estão na escola hoje foram alunos dele. Fiquei até 1984, cumpri o estágio de dois anos que era obrigatório ficar fora da escola e voltei novamente, até que, em 2000, prestei o concurso. Aí, foi um concurso público. Antes eram só os chamados processos seletivos. Quando passei, fiquei até me aposentar por invalidez, em 2016. Nesse período inicial das aulas no “Aristóteles”, ajudei uns amigos da Cosipa, o Carvalhinho⁹³, o Cajá⁹⁴ e o Walter⁹⁵ a montar a Fortec⁹⁶ de São Vicente. Trabalhávamos juntos no laboratório de

⁹² Companhia Siderúrgica Paulista, também conhecida como Usina “José Bonifácio de Andrade e Silva”, localiza-se no município de Cubatão.

⁹³ Mais informações não foram localizadas.

⁹⁴ Mais informações não foram localizadas.

⁹⁵ Mais informações não foram localizadas.

⁹⁶ Escola e atualmente Faculdade particular localizada no município de São Vicente.

Eletrônica. O Cajá e o Walter foram também meus professores no Senac⁹⁷. Foi um período bastante corrido. Ficava na Cosipa durante o dia, saía e chegava em São Vicente às 18h, tinha até às 18h30 para montar tudo, para, às 19h, começar as aulas... Quando a escola já havia “deslanchado”, pude parar de ministrar as aulas, pois já estava andando por conta própria. Eu estava cansado e fiquei só com as aulas do “Aristóteles Ferreira”.

Iniciei como professor. Ainda não era Centro Paula Souza, como técnico, porque a LDB permitia, acho que ainda permite, é uma questão de interpretação, a experiência como profissional faz um bacharel, perante a lei, para que se possa ministrar aulas. Então, eu volto como técnico, ministrando aulas de Eletricidade na Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica. Isso foi de 1982 a 1984. Até que o professor Clodoaldo⁹⁸ nos deu uma orientação: ele era grande conhecedor da LDB, era não, ainda é, pois ainda está vivo, pelo amor de Deus! Na época, quando começamos a ter muitos problemas, o Centro Paula Souza criou o Esquema 2. Com o Esquema 2 completado, o técnico cursava, na minha época, em um ano e meio de curso. Depois, foram reduzindo e, hoje, acho que é feito em quatro meses, estava habilitado como docente e poderia ministrar aulas como um graduado.

Fiz o Esquema 1, voltado aos graduados que poderiam ministrar aulas na área técnica. Como não tínhamos a parte pedagógica, precisava fazer o Esquema 2. Eu fiz em quatro meses, na Praia Grande, com o professor Clodoaldo coordenando e ministrando aulas. Com esse curso, os graduados recebiam o diploma de licenciatura. No meu caso, é licenciatura em Contabilidade, que habilitava para aulas em Gestão de Qualidade, Ética e Cidadania, Economia e Contabilidade Geral.

Por conta de uma greve de 12 dias no início de dezembro de 1987, junto com alguns “ativistas” escolhidos após uma “cuidadosa” seleção, fui afastado da Cosipa para abertura de inquérito administrativo e, em plena véspera do Natal de 1987, fui demitido por telegrama. Com a Constituição Federal de 1988, fui anistiado através de um processo na Justiça do Trabalho e fui readmitido em 1989. Por conta desse episódio, em 2002, por intermédio de novo processo, o Ministério da Justiça reconheceu que fomos perseguidos pelo governo federal, quando nos proibiu de exercer qualquer atividade registrada em carteira de trabalho, e ganhei a condição

⁹⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é uma instituição brasileira de educação profissional aberta a toda a sociedade.

⁹⁸ Clodoaldo Mendes Filho foi diretor da Etec “Aristóteles Ferreira” entre os anos 2000 e 2002.

de anistiado político. Voltei a ministrar aulas no “Aristóteles” em 1990. Nesse período, entre a saída temporária da Cosipa e a volta ao “Aristóteles”, novamente por convite do professor Sandall, comecei a assessorar tecnicamente algumas empresas e condomínios na região. Saí em definitivo da Cosipa em 1995. Dessa vez, pedi demissão, mesmo renunciando à minha estabilidade desfrutada por conta de exercer o cargo de diretor no Sindicato dos Metalúrgicos, em Santos. A Cosipa iniciava o processo de privatização e esse processo estava muito desgastante. Com isso, fiquei na escola e abri uma empreiteira de mão de obra.

A escola tem que abrir. Os alunos precisam viver e fazer a escola, ir para a escola aos sábados e domingos, aproveitar os momentos em que a escola fica ociosa. Portão trancado não pode mais. A escola precisa ser para a comunidade e para os possíveis futuros alunos e mostrar o que é cada uma das áreas que tem para oferecer. No meu caso específico, passei meu ginásio fazendo vários cursos. Foi assim que me identifiquei com a Elétrica e resolvi fazer o curso técnico. A escola tem que fazer esse acompanhamento prévio e pós o período em que os alunos estão lá, para, assim, o técnico voltar a ser valorizado como média administração. Eu acho que tem que voltar a ser como era no meu tempo. Na parte da manhã, teoria com as aulas do Núcleo Comum e algumas aulas técnicas teóricas, mas, à tarde, só aulas práticas. [É preciso] fazer os alunos viverem a escola. É o que eu acho de melhor para hoje, ainda mais quando a parte de tecnologia, no geral, avançou tão rápido que a escola não estava preparada. E, no momento de a escola agregar, ela isolou um pouco as pessoas.

Não que isso seja ruim, pelo amor de Deus! Eu estou te falando que a mudança foi muito rápida. Um bom exemplo: quando eu saí da escola, tinha uma professora chamada Marta⁹⁹, ela era doutora em válvulas. Acho muito engraçado isso, parece até piada. Lembro de chegar na Cosipa e um colega perguntar se eu conhecia um amplificador operacional. Era uma peça de um tamanho minúsculo, parecido com um chip e eu falei que na escola ainda estávamos na era da válvula. Isso porque nossa escola era bem avançada, mas a tecnologia avança tão rápido que a escola não consegue acompanhar, por mais que as pessoas nela queiram, ela não consegue acompanhar no mesmo ritmo. Não tem recursos e sem falar que tem muitos gestores públicos que vivem falando que a educação dá prejuízo.

⁹⁹ Não foram localizadas informações sobre a professora.

O investimento em educação não é como investimento com intenções de fazer o dinheiro render. A educação é um meio para fazer o cidadão chegar em um fim melhor, ela não é o fim. Os professores têm que ter a consciência de que a escola é um processo contínuo, que devem também preparar os alunos para o mercado de trabalho, mas também prepará-lo para a vida. Acredito que o estágio é importante, porque o aluno termina um curso técnico e vai vivenciar e aprender com a prática e, por muitas vezes, acabam por ser efetivados. Um bom exemplo disso é o Abelino, meu filho mais velho, que hoje é mestre. Ele fez o curso técnico em Eletrotécnica na escola, depois de formado fez estágio obrigatório e foi trabalhar com Eletrotécnica. Não gostou e foi cursar faculdade de Economia, mas o curso técnico que ele fez serviu para lhe sustentar até concluir a faculdade. Sinto muito a falta de a escola abrir as portas e pegar os alunos que acabaram de se formar e tentar colocá-los no mercado. Nossa escola poderia fazer muitas coisas, muitos eventos poderiam acontecer dentro da escola, muitos cursos dados pelos nossos próprios alunos aos sábados.

Quando a escola abraça a comunidade, protegendo todo aquele patrimônio que é público, os próprios alunos e as famílias irão cuidar e não destruir. Fazer com que aquele anfiteatro viva novamente, trazer o festival de *rock*, o festival de cenas. Afinal, sabemos que o professor Daniel Maia¹⁰⁰ foi quem começou o “Festival de Cenas” em Santos. Praticamente, foi quem incentivou o início do teatro regional em Santos. Ele começou dentro da escola, com os alunos indo aos sábados e domingos. Também começou na escola Festival de Cinema que passa os curtas. A maior parte disso não tem registro, a escola não tem praticamente nada disso registrado. Do Jacobas eu tenho registro porque são meus. Juntei tudo e tenho guardado até hoje. Lembro de irmos, eu já como professor, com alguns alunos, para a Secretaria Municipal de Educação, pedir para deixarem que os jogos fossem novamente realizados. Lembro que só pedimos o cumprimento da lei. Informei que já havíamos [conseguido] até patrocinadores, a Coca-Cola patrocinaria todos os gastos e, em troca, colocaria uma placa em frente ao Rebouças. Nos jogos anteriores, a Ultragaz chegou a construir uma pira na frente do Rebouças de quase três metros de altura. No total, foram oito edições. Chegou a ter os jogos na época

¹⁰⁰ Não foram localizadas informações sobre o professor.

do “Aristóteles Ferreira”, mas mantivemos o símbolo da águia. A diretor da escola não aprovava isso, mas utilizávamos a águia estampada até em nossos uniformes.

Algo bastante interessante em relação à parte em que cuidávamos da escola é que nós fazíamos todas as impressões dos documentos da escola. Meu diploma mesmo fui eu que imprimi, não a parte com as minhas informações, mas os impressos eram feitos na tipografia do “Escolástica Rosa”. Todos os tipos de impressos eram feitos, papel timbrado, envelopes, convites, carta, isso, aquilo que hoje não se usa mais, né? Mas, nós fazíamos envelope e até convites. Fazíamos para outras escolas e até alguns serviços externos, por exemplo, para Santa Casa. Com isso, levantávamos dinheiro para a escola, entrava como doação para a Associação de Pais e Mestres do “Escolástica Rosa”. Todos esses impressos que eu tenho daquela época, como meu histórico escolar e o diploma, foram todos feitos no próprio “Escolástica Rosa”.

Voltando para a separação física das escolas e as trocas de nomes do atual “Aristóteles”, as mudanças não foram bem-feitas ou, como foi que elas aconteceram realmente, para ser sincero, nunca me preocupei. Para nós que vivíamos ali, sempre foi e será o “Escolástica Rosa”. No coração da comunidade dos alunos, na época, nunca houve essa divisão, foi sempre “Escolástica Rosa”. Virou “Escola do Bairro Aparecida”, depois de ser “João Octávio dos Santos” e só depois virou o “Aristóteles Ferreira”. Nessa época, eu ainda nem era professor, vivia a escola. Nós vivíamos a escola e não nos envolvíamos na política, mas, após tudo isso, para ser justo, eu acho que teria que voltar a ser “João Octávio dos Santos”. É quem deu origem a tudo que tem lá hoje, doou o terreno, que era muito maior que o terreno atual das escolas, mas esse assunto não temos mais como resolver. Mudou o nome, mudou novamente e não estava nem um pouco preocupado com isso, tanto que soube há pouco tempo que eu tenho dois diplomas: um do “João Octávio dos Santos” e outro do “Escolástica Rosa”. Eu nem havia percebido isso, pois pegávamos o nosso diploma e continuávamos a trabalhar.

Em 1973, começaram as tentativas de separar as escolas fisicamente. Por diversas vezes, derrubamos aquele muro que hoje divide as escolas, os alunos naquele tempo eram um pouco irresponsáveis.

Acho que é muito interessante esse resgate. Acredito que a comunidade tenha até esquecido isso. Mas, por conta dele, tem um mundo de pessoas que essa escola formou, tem um mundo de profissionais que essa escola formou e a escola

estava muito ligada ao setor produtivo. Sei que muitas pessoas não conheciam a escola. Lembro de alguns casos que as pessoas passavam em frente e questionavam para que aquele prédio servia, se era um museu. Isso porque a escola era toda aberta, não havia grade, o muro era baixinho, tinha um portão que ficava aberto e dava acesso à entrada lateral na [Avenida] Epiácio Pessoa para a quadra. As pessoas cruzavam a escola pela lateral e saiam na praia, iam por dentro do terreno mesmo.

Acredito que, neste momento, voltarmos a chamar nossa escola de “João Octávio dos Santos” seria muito interessante. Acho até que mereceria uma festa formal reconhecendo que o “Escolástica Rosa”, nome de sua mãe, está de frente para a praia, e seu filho, aos fundos e de frente para a Avenida Epiácio Pessoa, como um *campus* de educação. Afinal, atualmente, ambas são Centro Paula Souza. Se dependesse de mim, derrubaria até aquele muro que tem nos fundos das escolas e uniria tudo novamente. Inclusive, sabe que, naquele terreno para uma rua, aliás era chamada até de avenida, Avenida São Paulo, também já vi que até nos aplicativos de localização aparece como Rua Luiz Bom, mas, na minha época de aluno, lembro da placa identificando-a com Avenida São Paulo. Não passavam carros, mas as pessoas, mesmo não sendo da escola, utilizam como passagem da [Avenida] Epiácio Pessoa para a praia. Inclusive, há muito tempo, saiam barcos dali. Como ela era bem larga, confeccionavam barcos naquele corredor e os puxavam até a praia.

Enfartei em 2004. Estava no “Escolástica Rosa”. Nesse ano, havia passado para o Centro Paula Souza. Eu que fui receber o “Escolástica Rosa” da Secretaria de Educação como representante do Centro e me tornei coordenador de implantação, quando ainda era uma Escola Descentralizada¹⁰¹ até mandarem uma professora para ser diretora. Tornei-me coordenador de cursos. Na época, tínhamos três cursos: Administração, Nutrição e Metalurgia. Fiquei ministrando aulas no “Escolástica Rosa” e no “Aristóteles Ferreira” até me aposentar por invalidez, em 2017. Minha situação de saúde complicou e meu médico me orientou a parar.

Nessa mesma linha das trocas dos nomes, na transferência para o Centro Paula Souza, queriam que o nome ficasse só como “Escolástica Rosa”. Brigamos, para voltar ao nome original da escola, que era Escola Técnica “Dona Escolástica

¹⁰¹ Escolas em prédios escolares com um ou mais cursos gratuitos, em parceria com prefeituras ou empresas, sob a supervisão de uma Escola Técnica (Etec) fisicamente próxima a ela.

Rosa”, como era na época da Secretaria da Educação, depois de um período em que abreviavam oficialmente o Dona com apenas um “D”. No meu diploma, tem até o carimbo com essa alteração do nome. No final, recebemos a escola como Etec “D. Escolástica Rosa”.

Pensando pelo lado da política, questão é a visão que é dada pelos políticos à educação. Quando escuto alguns usando a expressão “investimento em educação”, ou ainda, “investir em educação”, não me conformo com isso. Na educação, deveria se inserir dinheiro e muito dinheiro para que tivéssemos o que Brasil carece, que são profissionais, muitos profissionais. Há muitas empresas ministrando os cursos para formar o profissional de que ela precisa. O Centro Paula Souza parece que não vai ao mercado perguntar o perfil do profissional de que estão precisando. Na última avaliação econômica que o Centro fez a que tive acesso, exigia-se mais retorno que o Antonio Ermírio de Moraes nos rendimentos. Não se pode administrar uma escola como se fosse uma indústria que precisa dar lucros. Acredito que não falta política, falta mesmo é cultura, cultura de acreditar que a educação se faz necessária, a educação é fundamental, é uma questão cultural dos políticos.

Considerações finais: balanço do primeiro contato com Gilson Roberto Rozo Guimarães

Iniciada a entrevista com a autorização da gravação, o que facilitou a transcrição, lembrei que as perguntas enviadas previamente serviriam apenas para nortear nossa conversa e que o colaborador poderia falar o quanto quisesse sobre cada um dos temas propostos e outros que julgasse importante ou que marcassem sua trajetória na Etec “Aristóteles Ferreira”, como aluno e como professor.

A primeira conversa com o colaborador, aliás, a primeira entrevista feita no projeto, durou exatamente uma hora. O colaborador iniciou um tanto quanto nervoso, acredito que por estar em ambiente virtual do que pela conversa em si, afinal, somos amigos há bastante tempo e, mesmo com a pandemia, não perdemos contato. Mas, evidentemente, não nos encontramos pessoalmente desde o início desse período de exceção, fato muito impactante para todos, uma vez que, semanalmente, almoçávamos juntos, sempre às quintas-feiras, com outros professores da Etec.

Finalizamos as sessões de entrevista com o segundo encontro, mas com possibilidades de outro agendamento para possíveis esclarecimentos e para entrega da cópia documentos pessoais que colaboraram com a pesquisa sobre os 50 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”.

Primeira entrevista com Carlos Kenji Ito

Considerações iniciais: o colaborador e o contexto da entrevista

Carlos Kenji Ito, 67 anos, técnico e licenciado em Mecânica, ex-aluno e professor há mais de 40 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”, foi sugerido pelos dois primeiros colaboradores por ser, atualmente, o professor em exercício com mais tempo de docência na Etec e por se enquadrar perfeitamente à rede e à colônia definidas para este projeto de pesquisa em História Oral. Após as textualizações das primeiras entrevistas, em sessão de orientação, eu e o professor Dr. Luiz Carlos Barreira, orientador do projeto de pesquisa sobre os 50 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”, definimos que o convite deveria ser feito.

O primeiro contato com o colaborador, antes do convite oficial, foi feito por meio de mensagem eletrônica do aplicativo WhatsApp. O número do telefone celular foi passado pelo professor Marcos Augusto, diretor de serviços da Etec “Aristóteles Ferreira”, outro colaborador desta pesquisa. Embora sejamos colegas e eu tenha um bom relacionamento com o colaborador Ito, não possuía seu contato telefônico.

Com a comunicação registrada no dia 15 de junho de 2021, inicialmente, questionei se estava bem e com saúde. Ele reclamou que fazia tempo que não nos víamos e não nos falávamos. Expliquei que estava cursando o Mestrado em Educação na UniSantos e que meu projeto era sobre os 50 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”. Prontamente, ele me parabenizou e reconheceu que se tratava de um trabalho merecido e de grande valia para a instituição. Fiz, então, o convite para a entrevista, que foi imediatamente aceito. Por estar passando por exames de rotina, combinamos o agendamento da entrevista para a próxima semana. No dia 22, voltamos a conversar por intermédio de mensagens de texto e acertamos a data da nossa conversa para o próximo final de semana.

Na noite da sexta-feira, dia 25 de junho, combinamos às 15h do dia 26 o encontro por intermédio da plataforma *Teams*, a fim de facilitar o registro

audiovisual. Questionei se gostaria que lhe enviasse as perguntas antecipadamente ou se desejaria falar livremente sobre o que viesse as suas memórias quanto à sua vida escolar como aluno e professor na Etec “Aristóteles Ferreira”. Ele respondeu que achava bom receber as questões antecipadamente para saber quais eram as minhas intenções quanto às suas histórias e adiantou que falaríamos “bobagens”, demonstrando estar muito disposto e contente pelo encontro que estava por acontecer.

Carlos Kenji Ito: “Vocês não têm direito de opinar!”

Inicialmente, gostaria de registrar que estou muito interessado nessa história que você está fazendo. Acho muito importante para a história do “Aristóteles Ferreira” e, quem sabe, do João Octávio dos Santos. Tenho certeza de que a maioria, até mesmo dos que estudam ou trabalham nela, desconhecem.

Gostei também do termo “antigo” ao qual você tem se referido a minha pessoa. Parabéns! Afinal, ainda bem que você falou certo: não sou mais velho da casa, sou mais antigo da casa!

Estudei entre os anos de 1976 e 1979. Na época, o primeiro ano era comum no prédio onde era “Escolástica Rosa” e, depois, no segundo ano, fiz a parte específica da Mecânica e cursei onde atualmente é o “Aristóteles Ferreira”. No início, não havia aquele muro da divisão. Era tudo “Escolástica Rosa” e os professores transitavam do “Escolástica” para o “Aristóteles” e do “Aristóteles” para o “Escolástica” diuturnamente. Eu entrei no “Escolástica Rosa” como [quem] cai de paraquedas na escola. Saí de uma escola pequenininha, porque eu fui transferido de São Paulo, para essa escolinha aqui em Santos, que ninguém queria ir, só queriam ir para o “Canadá”. O Colégio “Canadá” era considerado o melhor da época. A escolinha do fundamental chamava-se “Terceiro Ginásio Estadual de Santos”, que havia o primeiro, segundo e esse era o terceiro. Não havia nem nome de escola como hoje em dia. Ficava na chamada “boca do lixo”, na esquina da Rua General Câmara com a Avenida da Constituição, onde é o Sindicato dos Portuários. Ela ficava nas dependências dele. Depois, no início da década de 1970, mudou para o “Acácio de Leite Sampaio”, na Rua Sete de Setembro. Eu fiz um ano e me formei naquele prédio, onde atualmente é o “Acácio”, mas ainda como “Terceiro Ginásio Estadual de Santos”. Na verdade, já era Acácio também. Era uma parte da escola

que dava infraestrutura para o pessoal mais velho cursar o antigo Mobral¹⁰². Havia pouca gente trabalhando e o prédio era gigantesco. Parece o Maracanã¹⁰³, as salas parecem um tobogã. Então, imagina, eu, um garoto que vem de São Paulo, que não tinha nada a ver com a “boca do lixo” de Santos, via a mulherada brigando por homem lá na frente da escola, todos os dias de manhã cedo. Não era brincadeira. Mas, teve o lado bom: todos os alunos de lá diziam que pretendiam continuar os estudos no “Escolástica”, pois era uma bela escola e tinha cursos técnicos. Não sabia do que se tratava, mas fui também!

Fiz a inscrição, aliás, fizeram a inscrição para mim e escolheram a Mecânica. Podia ter colocado Edificações. Enfim, era para ser Mecânica. Fiz a prova, fui aprovado, cortaram meu cabelo. Fiquei todo careca, não era obrigado, mas os alunos mais velhos pegavam todos os ingressantes e era melhor [participar] logo. Quem conseguia fugir nos primeiros dias ficava careca também e parecia até pior, os mais antigos judiavam mesmo. Pergunta isso para o Gilson. Todos os alunos ficavam careca, e ele tinha até *Black Power*. Para você ver, não deve esquecer até hoje.

Formei-me em 1979. Meu diploma foi emitido pela “Escola do Bairro Aparecida”, um certificado só, com mais de 5 mil horas. Naquela época, só existiam cursos integrados. Os modulares só foram implantados pelo Centro Paula Souza. Fui aluno na transição do curso integrado para um outro curso também integrado, só que com duração de quatro anos. Como foi que aconteceu essa transição? Hoje, se o aluno quiser iniciar um determinado curso, ele continua até acabar ou, claro, desistir, mas, antigamente, não era assim. Mudaram a regra e o aluno que estava com o curso em andamento durante a mudança de regra era obrigado a mudar também. Assim, eu, que deveria formar em 1978, atrasei um ano. Isso aconteceu também com os professores Jorge Vieira, Mogica... Aliás, o Mogica não! Porque ele entrou e saiu por causa do Exército. Também o Gerson dos Santos, que hoje é professor na Escola “Primeiro de Maio”. Tenho contato com ele até hoje. Todos éramos para nos formar em 1978. Muitos tiveram grandes prejuízos financeiros, menos eu, diretamente, pois ainda não estava no ramo. Eu ainda estava querendo ingressar no mercado de trabalho. Com meus 18 anos, dos alunos da área de

¹⁰² Movimento Brasileiro de Alfabetização.

¹⁰³ Estádio Jornalista Mário Filho é um estádio de futebol localizado na cidade brasileira do Rio de Janeiro.

Mecânica, fui o único de Santos, daquela época, que trabalhei na Volkswagen do Brasil. Por uma simples situação: eu morava oficialmente, não na prática, em São Bernardo. Eu não morava em São Bernardo, já morava em Santos, mas a minha identidade e a minha residência específica na inscrição da Volkswagen eram de São Bernardo, de onde eu vim e onde ainda tenho família até hoje. Do pessoal que foi de Santos para o processo de seleção – éramos 14 rapazes –, só eu fui efetivado na Volkswagen. Eu subia e descia [a Serra do Mar] todos os dias.

Nessa época, eu e um colega, que já estava trabalhando na assearia da Cosipa, lembramos que, no “Aristóteles”, havia uma bancada de hidráulica e que ninguém mexia nela. Não sabemos se por desconhecimento ou porque não tiveram curso, não sei, mas ninguém queria mexer naquilo lá. Nós dois, que já víamos aquelas bancadas do tempo de aluno – e ninguém nunca nos levou para trabalhar com elas, enfim, nós fizemos um curso – eu fiz um curso lá na FEI de Hidráulica Pneumática, em 1978, e esse colega também já tinha conhecimento, mas ele aprendeu na indústria – e ele falou assim – eles me chamavam de Carlos e não Ito, como você me conhece:

— Carlos, vamos lá! Vamos lá na escola que tem a bancada de hidráulica para ver se a diretora nos autoriza a entrar e montar a bancada?

Esta bancada estava onde hoje é a coordenação pedagógica. Era uma sala que não havia serventia, só estava a bancada lá, talvez para mostrar que tinha, mas estava lá sem uso. A diretora, na época, nos autorizou a mexer. Eu e esse colega íamos duas vezes por semana na escola, graciosamente, para manter a bancada pronta para que algum professor, quando quisesse, pudesse utilizar. Nós deixamos tudo pronto, com o circuito feito e o professor só acionava o equipamento, para ir e voltar, ir e voltar, coisa simples, mas era o que se tinha naquela época.

Faltavam muitos professores, principalmente do pessoal técnico porque os professores antigos vieram do antigo curso chamado de “mestria”, lá da década de 1960, sem a obrigatoriedade de serem técnicos e muito menos sem terem cursado alguma universidade. Sem ter nada oficialmente, só com conhecimento e experiência, já era suficiente para ser professor e ensinar o aluno que ia ser técnico. A legislação era outra, completamente diferente da atual. Os professores foram se aposentando, sobraram apenas três ou quatro da minha época e os outros professores eram recrutados dos alunos de engenharia do Santa Cecília.

Com isso, a situação do curso de Mecânica começou a ficar delicada. Alunos de Engenharia não sabem nada do ramo, não são da área, raro era ter algum aluno que fosse da área de Mecânica. A maioria era os chamados “filhos de papai”, que tinham condições de cursar Engenharia no “Santa Cecília”. Naquela época, já estava na iminência de entrar na universidade, tanto é que eu saí da Volkswagen justamente para cursar, na Fatec São Paulo, um curso superior na área de Mecânica. Eu não queria ser técnico para o resto da vida, eu era um homem que almejava sempre mais, queria ser engenheiro ou tecnólogo, e tive que sair da Volkswagen, pois ou trabalhava ou estudava. A distância entre a Volkswagen do Brasil em São Bernardo e a Fatec São Paulo, na [Avenida] Tiradentes, tornou incompatível trabalhar e estudar. Falei com meu pai que não daria para trabalhar e que iria me desligar de uma bela empresa e que iria cuidar da minha vida.

Muito bem! Passaram uns três ou quatro meses, já era 1980, continuamos a fazer atividades na escola e fomos convidados pela diretora, Dona Orlênia Rodrigues Alves Barbera, eu e esse colega, inicialmente, por conta da falta de professores e porque ela falava que os engenheiros daquela época, que ainda eram estagiários de Engenharia, não supriam o que os alunos estavam querendo e precisando aprender. Ela viu um bom trabalho nosso de fazer funcionar os equipamentos. Ela gostou muito da gente. Aí, nos convidou, eu e o meu colega, só que ele disse que não tinha interesse na carreira da docência, principalmente porque estava bem na Cosipa. Mas, para mim, naquele momento estava só na universidade, eu receberia um salário e os horários eram compatíveis. E eu parti para docência em 1980 com quatro horas aulas na semana.

Em meados da década de 1990, o Centro Paula Souza já gerenciava algumas escolas. Eram chamadas de as sete “cinco estrelas”: São Bernardo, São Caetano do Sul, Santo André, São Paulo, Sorocaba e mais duas que não me recordo agora, mas eram sete, desde 1982. Inclusive, a nossa escola poderia ter participado dessa transferência, pois teve uma votação entre os professores, mas a maioria era do chamado núcleo comum da Secretaria da Educação e eles tiveram medo da transformação. Como todo ser humano, vai ter um certo medo, principalmente quem tinha bastante tempo de casa. Eu só tinha dois anos de docência em 1982, mas havia professores com mais de dez anos de casa. Então, eles tiveram medo de perder aquela unidade como sede, pois é um belo local, cá entre nós. A nossa escola está muito mais bem localizada do que qualquer escola e a maioria teve

medo. Quando a votação passou, a escola não aceitou. Não recordo como ficou registrada essa votação, se passou cédula ou foi boca a boca, mas acredito que foi politicamente arrumado para as sete escolas passarem no início da década de 1980 para o Centro Paula Souza. Viraram, para alguns, as irmãs ricas. Eu chamo de sete “cinco estrelas”.

Lembro que, em cinco anos, fiquei sem contato. Mas, quando vimos, por exemplo, a escola “Lauro Gomes”, em São Bernardo, subiu muito [a qualidade] em todos os sentidos. Meus primos estudaram nela. Passou a ser já naquela época, uma excelente escola. Um dos motivos é que ela era mantida também pela Volkswagen e outras indústrias, tipo a Bosch, enquanto nós éramos “dinossauros” aqui em Santos.

Finalmente, em 1994, fomos transferidos para o Centro Paula Souza. Nós fizemos uma prova, uma espécie de vestibular, reuniu todos do estado inteiro para fazer prova na sede da “Paula Souza”. Um mega vestibular para ingressar como professores no ensino técnico. Nós, do “Aristóteles Ferreira”, na área de mecânica, fomos em 12 professores daqui de Santos. Desses, só dois passaram: eu e o professor Antônio José, que hoje está no Rio de Janeiro. O restante ficou na lembrança, mas trabalharam com a gente até de outras maneiras, mas alguns nunca conseguiram a indeterminação.

Nessa época, nosso diretor era o professor Jorge Monteiro, que atualmente é diretor da Fatec. Ele é muito político, bastante envolvido no PSDB¹⁰⁴ e a esposa dele, a Dona Eni, era, é, ainda, uma das proprietárias do Colégio Notredame¹⁰⁵, em São Vicente. Ele trouxe todo o seu *staff*, em 1993, para dentro do “Aristóteles Ferreira”, fez uma boa gestão, mas não foi efetivado no cargo.

Até esta época, todos os curso da escola eram integrados ao Ensino Médio. A Secretaria da Educação sempre trabalhou com integrado, nunca trabalhou com modular. Modular é uma coisa moderna do Centro Paula Souza e foi implantado de 1994 para cá. Nossa escola sempre serviu como uma escola teste, mas tem uma palavra mais chula para essa situação: sempre foi cobaia, da Educação e do Centro Paula Souza. Tudo o que se fez em relação a modalidades de ensino modular saiu e foi antes testado no “Aristóteles Ferreira”. Tudo saiu do “Aristóteles”: módulo de quatro semestres, modulo de três, módulo de todas as maneiras eram testados

¹⁰⁴ Partido da Social-Democracia Brasileira.

¹⁰⁵ “NotreDame” é uma escola particular na cidade de São Vicente.

antes dentro do “Aristóteles” e, dando certo, eram, então, passados para o estado inteiro. Eu sempre fui contra isso. Por que a nossa escola? Depois pararam de fazer essas experiências aqui em Santos. Com sorte, deixamos de ser sempre a cobaia da situação.

Em relação ao ensino, atualmente meu curso só é oferecido na modalidade modular, ou seja, para formados ou quem já está cursando pelo menos o segundo ano do Ensino Médio e não tem o integrado. Acredito na possibilidade das duas vertentes: a primeira, para o pessoal de meia idade ou para o jovem que já passou pelo Ensino Médio e decidiu fazer um curso técnico noturno. Tem que ser noturno, mas, como provavelmente teremos que implantar um integrado, ou seja, oferecer o ensino médio e técnico à tarde ou até mesmo de manhã e, concomitantemente, resolveríamos um problema gravíssimo na escola, que é a ociosidade imensa nas oficinas da Mecânica. Com essa integralidade, pelo menos no período da tarde, passaria a funcionar em pleno vapor, com ainda 50%. Mas, já é melhor do que zero, como é hoje, e daria chances para os jovens. Hoje tenho dificuldade em inserir os jovens na indústria, e a indústria gosta deles, porque eles são, de certa maneira, crus, e eles podem moldar ao próprio esquema, o que é mais difícil com os mais velhos. Do meu ponto de vista, cabem os dois cursos: integrado e modular. Acredito que um jovem de 14 anos, mesmo sem a consciência do que que seria um curso técnico em Mecânica, ou mesmo sem a orientação dos pais, pois posso ver por mim, não tive orientação nenhuma, nem para ir para direita, nem para esquerda, nem para olhar para frente ou para trás. “O que você vai ser quando crescer, salsicha?” Lembro de umas propagandas assim. Eu tenho certeza de que o garoto de 14 anos não sabe nem onde [está], para onde [quer ir] e o que quer ser, como qualquer um, como você, como qualquer outro, acredito eu. Foi desse jeito comigo e eu gostei de Mecânica.

Para falar das mudanças, sobre todas as alterações do nome da escola, vamos partir do zero. Primeiro, a comunidade de Santos não conhece a escola técnica, não é como no Interior do Estado. Vai em Sorocaba para ver. Tem a Etec de Sorocaba [que] todos conhecem. Entra aqui em Santos, pergunta no Bairro da Aparecida se alguém conhece a escola técnica. Muitos, acredito até que a maioria, não conhece. E o pior da história: passaram-se mais de 50 anos e continua do mesmo jeito. Agora é essa linha de cronologia, vai ser longa e perder um pouco no tempo. Quando eu entrei lá, existia um internato. Todas as vezes que eu olho lá para

trás, onde hoje é só da Santa Casa, lembro do internato e da professora que dava alimento para eles, a Dona Orneide. Eu a conheço bem. Seu filho é meu amigo particular. Eu morava de um lado do Canal 1 e ele, do outro lado. Ela que alimentava os internos, era professora do Escolástica Rosa e tomava conta do internato, onde estava a antiga Fatec. Outro dia mesmo, a minha família estava perguntando como é que eu me inteirava com o pessoal do internato. Eu disse que não me inteirava, porque, primeiro, eu os achava um tanto quanto arredios e, quando nós passávamos por eles, ficavam chamando de nomes não interessantes. Faziam para chamar a nossa atenção. Pior era com as professoras. Tiravam sarro das professoras que passavam por ali. Era um negócio muito estranho. Mas eu conheci bem o internato, entrei lá algumas vezes porque a Dona Orneide me convidou para conhecer as instalações. Eu conhecia muito bem tudo aquilo lá.

Nessa época, ainda era tudo “Escolástica Rosa”, não havia muro. A mudança do nome para “Escola do Bairro Aparecida” foi no meu último ano, em 1979. O “Escolástica Rosa” fechou o muro, que eu chamo de muro da vergonha. Hoje, não, porque agora dividiu tudo aquilo novamente e a Santa Casa assumiu as instalações, pelo menos temporariamente. Onde era “Escolástica Rosa” era o muro da vergonha porque não deixavam as pessoas passar com toda a tranquilidade de antes. Depois que criaram aquela rua lateral da nossa escola, aí, sim, integrou de novo. Mas, até então, aquilo era o muro da vergonha, para o aluno que vinha de condução e descia do ônibus na praia, como eu, para vir para o “Aristóteles Ferreira”, tinha que dar a volta por trás e, quando chovia e ventava, era um inferno. À noite, então, não era fácil a vida do coitadinho do aluno. Depois a integração facilitou, mas agora voltou tudo de novo como era antigamente.

Estas trocas foram motivações políticas da prefeitura de Santos e dos governantes. Pura política. A comunidade não foi consultada em nada e não podiam reclamar. Foi assim mesmo. Amanhã o nome da escola passará a ser “Aristóteles Ferreira” e acabou. Engolimos sem ter direito de voto e nem tivemos o direito de opinar. Talvez por causa da circunstância política da época, era meio complicado. Santos viveu muito tempo sob intervenção federal. A população sabia que os interventores federais moravam no Rio de Janeiro e comandavam a cidade de longe. Muito difícil a situação dessa época.

Eu, sinceridade, sou do arco da velha. Eu vou ser mais sincero ainda. Não adianta só mudar de nome. Tem que valorizar e divulgar essa mudança, por

questões de identidade da escola. Uma questão histórica da escola, onde a escola está hoje, deveria se chamar “João Octávio dos Santos”, por conta do patrimônio do “Escolástica Rosa” deixado por ele. Eu sou um paulistano que gosta muito da escola e da história de Santos, sou um cidadão que não nasceu em Santos, mas já vivi e fiz a minha família trabalhando em Santos. Atualmente eu moro em Guarujá.

Um fato interessante foi que, em 1983, nós perdemos o curso de Metalurgia para o “Escolástica Rosa” e, em 2019, ele voltou para a casa de onde ele era: o “Aristóteles Ferreira”. Isso é um fator importante para a própria escola, porque foi um curso que nasceu no “Aristóteles” e foi para o “Escolástica” pelo simples fato de que os alunos faziam a parte teórica nas dependências do “Aristóteles Ferreira” e a prática ficava do outro lado do muro, que era onde havia um forno *kombi-ló*, a parte de fundição e as demais instalações da Metalurgia. Por conta disso, o governo do estado transferiu o curso para o “Escolástica Rosa”, pois era um absurdo fazer a teoria no “Aristóteles” e, depois, fazer prática no “Escolástica”. Hoje, a Metalurgia mudou muito. Não precisa mais de forno, até porque o forno gerava uma poluição muito grande. Eu só vi funcionar duas vezes aquele forno nessa época toda. Quando funcionou, não dá para imaginar a fuligem que ele produzia.

O grande Cidão... Acho que nunca conseguiu se efetivar no “Aristóteles” na era Centro Paula Souza, nem nas prévias internas. Não sei o que houve na Eletrotécnica para não o efetivarem. O Gerson também nunca conseguiu efetivar, mas se efetivaram no “Primeiro de Maio”, em Guarujá, e, financeiramente, foi muito bom para ambos. O Cid pediu exoneração do Estado, aderiu a um PDV e continuou só no Guarujá.

Eu fiquei no estado até me aposentar. Eu era efetivo no estado pelo “Escolástica Rosa”, mas um efetivo com estabilidade, mas, vou te falar, mentirosa, por que eu me aposentei pelo estado e ganho pelo número de aulas que eles me deram, e não com pela quantidade que eu poderia ministrar de 44 horas semanais, como o estado faz com os outros professores. Aposentei-me com dez horas aulas. Agora, você imagina professor do estado ganhando dez horas aulas por semana e aposentado.

Nós éramos todos os professores temporários e enquanto existisse o curso, nós estaríamos estáveis. Era a chamada Lei n.º 500. Nós sempre fomos Lei n.º 500 no estado. Essa lei determina isso: enquanto o professor tiver aula na localidade, ele é considerado professor de lá. Então, todo ano, nossa licença era renovada. Em

1983, quando eu me formei, esta obrigação terminou para mim. Mas, até então, desde 1980, sempre precisei de licença. Eu, Almeida e todos eles trabalharam assim. A Constituição de 1988 nos dá a estabilidade e, por conta disso, permaneci com a carga horária mínima. Eu tive a opção de levar o tempo de trabalho no estado para o Centro Paula Souza. Elevaria o ganho, porém, no meu caso, eu pensei na minha família. Primeiro, porque bem ou mal, seriam duas aposentadorias e, se eu morresse, graças a Deus não morri, minha esposa e a família estariam amparadas por duas fontes de renda. Parece até que hoje já não pode mais. Teoricamente, se não puder mais, a lei não me ajudou. Eu iria aposentar este ano pelo INSS, mas não adianta me aposentar, pois não volto para o Centro Paula Souza. Na hora que essa lei cair, como já aconteceu quanto obrigaram os professores que completaram 70 anos a aposentar compulsoriamente, eu volto. Aí, aposenta e a gente volta para o Centro Paula Souza. Afinal, a vida da gente não é fácil. Vou te contar uma historinha: eu queria parar de ministrar aulas. Parar de vez e só viver a minha vidinha aqui onde estou agora, no meio da natureza, praticamente é viver como se fosse em um sítio. Mas, acontece que não deu certo. Hoje, eu tenho uma filha e uma neta vivendo comigo. Como é que eu vou manter? Eu e esposa, tudo bem, a gente tenta manter uma aposentadoria. Não vou ser vaidoso, eu até já tive firma, você sabe disso. Eu tive uma oficina. Não quero mais voltar a essa área de oficina depois de velho. Uma hora nós vamos parar, você vai parar, eu vou parar, de alguma forma nós vamos precisar parar.

Lembrei do Cid. Podemos dizer que, literalmente, estive na sala de aula até morrer com mais de 90 anos. Eu tenho uma história infinita com o Cid de amor, briga e raiva e coisas do gênero. Nós tínhamos algumas diferenças na escola. Um dia, a diferença saiu. Aí, eu era um cara novo, nervoso, cheio de sangue na veia. A briga foi feia, mas olha como era: nós brigamos um dia, no dia seguinte, eu, ele, Sandall, Almeida e vários outros fomos comer pizza. Fomos lá para a [Avenida] Afonso Pena comer pizza. Para você ver como é que eram as nossas brigas. Não teve raiva, não tenho até hoje, mas, na hora, quem viu a briga, pensou que o Cid ia ter um treco. Ia para cima de mim, ia me bater, coisa do gênero, mas não. Só estou falando das coisas boas. Muitas vezes as amizades saem daí. E o Cid, para mim, foi um camarada que deu um exemplo de profissional de carreira, que gostava de estar na sala de aula, mesmo não ganhando dinheiro, porque quando ele estava no “Aristóteles Ferreira”, só andava com fusquinha. Acho que você já é da época do

Gol. O Gol ele comprou zero. A vida dele melhorou muito. Por isso que eu disse sobre o divisor de águas que foi a prefeitura do Guarujá para ele. Fico muito confortável em contar um pouco dessa história porque eu sabia da vida dele, não a vida de cada um, mas ele é minha família. Não é que eu seja fofoqueiro, não é questão de fofoca, sei da história, acho que a história não pode ficar comigo, a história tem que ser sempre lembrada para os que vão vir depois da gente. Não pode ser esquecida só porque a pessoa morreu. E o tanto de sangue que ela doou para aquela instituição ser como é hoje?

Pensei até mais ou menos essa época, praticamente finalizei no século passado, pois a história depois de 2000 não deve interessar porque você já participou de tudo, de todas as mudanças depois de 2000, como a implantação do técnico em Informática na nossa escola. Sei que você fez parte dessa história, entre 1975 e 2000, o que aconteceu de relevante foram esses fatos. Depois disso, acho que vale registrar a implantação da Fatec, com a construção de um prédio onde era a nossa quadra. Eu acho que foi um, hoje se tornou um bom negócio, mas, na época, foi um mau negócio, porque se fez um prédio, perdemos a quadra, perdemos o controle de quadra. Perdeu quase tudo ali e demos de mão beijada para a Fatec instalar. Com a Graça de Deus, a Fatec foi mandado embora, não é? E sobrou o prédio. Você acredita numa maldição do João Octávio dos Santos? Uma delas é essa. Construíram o prédio lá, o lugar era uma quadra que era da escola, até levaram a quadra lá para cima, mas e o acesso, qualquer um tem? Eu nunca fui lá, olha minto, fui uma vez! O elevador nunca funcionou, agora parece que está funcionando, diz o Mogica.

Lembrei da história com o Mogica. Tivemos alguns problemas: o Mogica foi meu aluno, mas antes havia sido meu colega de turma. Eu, Gerson, Mogica e Jorge Vieira nos tornamos professores em algum momento no “Aristóteles Ferreira”. Só que o Mogica não se formou junto. Na época, ele tinha 18 anos e foi agraciado para servir no Exército. Para ele foi muito bom. Ele ficou até sargento no Exército, junto com o Princesa¹⁰⁶, que também foi professor e que era tenente. Parece que ele não era dos mais bonzinhos com os recrutas. Tem um, que ele mesmo conta a história, que era um amigo, e de “amigo” virou inimigo, não consegue nem ver o Mogica, nem passa na mesma calçada, e mora lá no bairro, lá na Rua Liberdade,

¹⁰⁶ Não foram localizadas informações sobre o professor.

perto da escola. Então, eu me formei e logo virei professor. Quando o Mogica¹⁰⁷ saiu do Exército, ele pôde ficar sete anos, parece que como “R2”. Ele voltou para terminar o curso de Mecânica. Aí, começou um embate que não foi fácil. Quando ele voltou, ele me viu como professor, mas falava que era meu amigo, colega de turma, e não conseguia me enxergar com outra figura, a de um profissional. Não foi fácil até ele se formar. Depois que se formou, foi trabalhar na Cosipa, mas o sangue dele, aquele sangue espanhol ruim, fez ele brigar na Cosipa. Chegou a bater o crachá, falar umas palavras um tanto quanto feias e, nervoso, falou que nunca mais trabalharia lá, e claro, foi mandado embora. Ficou até perto de uma penúria. Mas a vida dá voltas e o professor, não lembro o nome dele, aquele que está morando na Inglaterra, era professor da Eletrônica, era amicíssimo dele na Cosipa e ele sabia que o Mogica estava passando uma fase difícil. Aí, ele veio me comunicar essa situação e não teria uma vaga para ele. Foi quando ele se tornou professor da Mecânica e lá ficou. Aí, a vida dele começou a melhorar. A firma de elevadores, mesmo depois que levou um golpe do sócio, ficou estabilizada e hoje, graças a Deus, está tranquilo. A religião o tornou uma pessoa bastante fervorosa, que eu chamo de crente, eles não gostam muito. Eu sou cristão, apesar de ser espírita kardecista. Cristão. Não adianta, já foi budista e outras coisa, mas hoje eu sou cristão. É assim, é o rumo que cada um escolhe, que as pessoas seguem.

Considerações finais: balanço do primeiro contato com Carlos Kenji Ito

A entrevista durou pouco menos de uma hora e o colaborador estava com pequeno roteiro elaborado para facilitar nosso diálogo. Demonstrou bastante satisfação e felicidade em participar desse momento que, para ele, é de suma importância.

Professor Ito, como é conhecido, levantou temas importantes, não apontados por outros colaboradores e que em muito colaboram com a pesquisa. Só confirmou os anos que foi aluno e como foi seu ingresso na então Escola “Dona Escolástica Rosa” e preferiu relatar os anos que precederam ao meu ingresso na Instituição, por julgar que não seria necessário relatar os anos que eu teoricamente já conhecia, fato

¹⁰⁷João Carlos Mogica, engenheiro mecânico e professor no curso técnico em Mecânica.

que, apesar de não ser totalmente verdadeiro, preferi respeitar como decisão do colaborador.

Percebi que, entre todos os colaboradores, Ito é o que mais defende a volta do nome “João Octávio dos Santos” em vez de “Aristóteles Ferreira”, mudança que, do seu ponto de vista, foi totalmente política e, por ter acontecido durante a ditadura militar, não adiantou a insatisfação geral da comunidade escolar, mesmo que tímida e interna à Instituição.

Primeira entrevista Jorge Monteiro Junior

Considerações iniciais: o colaborador e o contexto da entrevista

Jorge Monteiro Junior, 76 anos, mestre em Matemática pela Universidade Católica de Santos (UniSantos) e doutor em Economia pela Universidade Paulista - UNIP, atualmente é diretor da Fatec “Rubens Lara”.

O nome do professor Jorge Monteiro Junior foi sugerido pelo colaborador Antonio Joaquim Almeida Ferreira em conversa informal com outro colaborador, Marcos Augusto Cunha Couto Estácio, pelo motivo de ter sido diretor da Etec “Aristóteles Ferreira” na época denominada ETE (Escola Técnica Estadual), durante a transição entre as Secretarias da Educação e de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Fatos discutidos em sessões de orientação me levaram a convidá-lo para participar das entrevistas, uma vez que Monteiro Junior se enquadra na colônia definida para este projeto de pesquisa em História Oral.

A intermediação para o convite à entrevista foi feita por Abelino, filho do colaborador, Gilson Roberto Rozo Guimarães. Dia 23 de junho, o questionamento foi feito e seu contato foi-me passado. No início da noite, encaminhei mensagens identificando a mim e ao meu orientador, o qual ele já conhecia, explicando do que se tratava o projeto e a metodologia de pesquisa por intermédio da utilização da História Oral e que, possivelmente, faríamos uso da plataforma *Teams* para a futura entrevista.

Já no início da madrugada, ele respondeu em mensagem de texto “ok, vamos organizar”. Respondi na manhã seguinte que tinha ciência de suas ocupações e responsabilidade como diretor da Fatec. Passei minha total disponibilidade quanto a dia e horário para fazermos nosso encontro e disse que aguardaria seu retorno. Nesse mesmo dia, coincidentemente, nos encontramos virtualmente em uma defesa

de dissertação de Mestrado, na qual ele era o membro externo convidado e eu estava prestigiando o colega, o professor José Ângelo Justo Alvarez, do programa da UniSantos e da Etec.

Após cerca de um mês do aceite, com o fim do recesso escolar do Centro Paula Souza, quando as unidades de ensino passam por uma fase administrativa com várias atribuições, voltei a contactar o colaborador, que agendou nosso encontro virtual para o sábado, dia 31 de julho de 2021, às 10h.

Ficou acertada a utilização da plataforma *Teams* para a realização da entrevista e eu combinei de, no dia anterior à entrevista, agendar a reunião virtual. Ocorre que, apesar de tralharmos na mesma instituição, as contas de Etec, meu caso, e Fatec, caso do professor Jorge Monteiro Junior, não podem dividir as mesmas equipes. Consegui junto à diretoria de serviços de minha unidade um usuário temporário, mas não foi necessário. Abri uma reunião virtual, gerei um *link* (<https://teams.microsoft.com/join/19:0c52fd05>) da reunião e enviei ao colaborador, que conseguiu acessá-la minutos após às 10h.

Jorge Monteiro Junior: “O Aristóteles Ferreira entrou pela porta da frente”

A história do “Escolástica Rosa” e do “Aristóteles Ferreira” interligados é algo que precisava ser estudado mesmo. Há muita incorreção a respeito. Vou começar comentando algumas incorreções mais comuns. A primeira: o “Aristóteles” não foi direto da Secretaria da Educação para o Centro Paula Souza. Ele foi para a Secretaria da Ciência e Tecnologia e foi lá que eu apareci como personagem. A segunda: aquele inicialmente denominado “Colégio Técnico Industrial de Santos” se chamou “Escolástica Rosa” em vários momentos.

Eu acho que antes disso há uma preliminar: tenho grande vivência no departamento do ensino técnico do estado de São Paulo. Eu era originário do ensino secundário normal. A educação estava separada. Havia, na educação básica, as delegacias de ensino básico, o ensino secundário normal, onde havia o ginásio e o colegial comum, e havia os cursos profissionalizantes em outro departamento com 17 escolas, entre elas, o “Escolástica Rosa”, bastante antiga, e as grandes escolas centenárias da capital, “do Brás”, a masculina, e a “Carlos de Campos”, que era a feminina. Eram 17 escolas em todo o estado.

Este número é importante para o departamento do ensino técnico. Não havia a estrutura que tinha o ensino secundário normal. O ensino secundário normal naquela época já contava com 6,5 milhões de alunos. Para ter uma ideia, hoje tem apenas 3,8 milhões. Era muito grande, havia estrutura bastante desenvolvida e, [para] o departamento de ensino técnico, não. Por uma questão muito simples e que não salta aos olhos dos pesquisadores: os pesquisadores ficam olhando a tendências do país e achando que nós, aqui no estado de São Paulo, fomos reflexos de algumas coisas que aconteceram por aí, mas não foram. São Paulo tem uma história autônoma.

Olhe só que motivo prosaico: o departamento do ensino técnico tinha 17 escolas e precisava ter 33. Para ter aquela mesma estrutura do ensino secundário normal, resolveram de uma maneira muito simples: em vez de implantar novas escolas, que seria caro e iria demorar muito tempo, dividiram as escolas em duas. Todas as escolas do departamento foram divididas em duas. Em Santos, já havia o “Colégio Técnico Industrial de Santos”, originário do “Escolástica Rosa”, ficou até fácil. Em outras [escolas], ficou difícil, porque estavam embrenhados o ginásio técnico com o segundo grau técnico. Algumas até foram recebendo denominações. A classe política não quer saber, ela quer homenagear, ela quer agradar a família, ela quer garantir os votos. Então, o “Guaracy Silveira”, lá em Pinheiros, por exemplo, parte dele virou a “Oscar Mange” e tem lá todo um imbróglio imenso que alguém ainda vai ter que estudar.

Pois bem, eles dividiram tudo em dois. Dezessete vezes dois, 34. Superava 33 e eles passaram a ter a estrutura que desejavam. O que eles não contavam é que viesse a Lei n.º 5.692, a qual determinava todo o segundo grau como técnico e, portanto, tudo isso foi absorvido pelo ensino secundário normal e o departamento de ensino técnico desapareceu. Essa divisão das escolas e a supressão do departamento do ensino técnico [tiveram] grandes protestos etc. Os profissionais acabaram sendo absorvidos, evidentemente. Trabalhei com vários deles e devo confessar que aprendi com muitos deles. Havia um pessoal de uma experiência extraordinária. Eu tive bastante sorte no serviço público, tive muita gente boa, aprendi muita coisa. E, depois, quando fui coordenador do estado, acabei levando esse pessoal comigo, era gente da melhor qualidade. Mas, houve lá uma esperteza de alguém para tratar, passar de 17 para 34. Depois, logo veio o despenhadeiro e desapareceu o departamento do ensino técnico. Departamento que foi importante na

criação das Fatecs. A primeira criada foi a de Sorocaba pelo departamento de ensino técnico e médio e não no ensino superior, não pela Coordenadoria de Ensino Superior que existia à época.

É importante que se saiba qual foi o motor, mas, ainda na Secretária da Educação, chegou uma hora que cancelaram essas divisões e voltou tudo a ser a mesma coisa, uma única escola. Depois, viram que várias delas podiam mesmo ser separadas, deviam ser separadas, como o nosso caso de Santos. A parte de trás do terreno, que fica de frente para a Avenida Eptácio Pessoa, foi criada dentro do “Escolástica Rosa”. Houve um projeto, na época. Havia dinheiro para construção dessas escolas e foi construído o nosso hoje “Aristóteles Ferreira”. Depois, resolveu separar e denominar lá como “Colégio Industrial” o “Colégio Técnico Industrial de Santos”. Ao “Colégio Técnico Industrial de Santos” depois deram o nome de “João Octávio”. Muito justamente. Eu sempre dizia: ali havia “Escolástica Rosa”, a Fatec “Rubens Lara” e o “Aristóteles Ferreira”. E, no *campus* que o João Octávio doou, não estava sendo homenageado em lugar nenhum.

Muito acertadamente, colocaram o nome de João Octávio. Desafortunadamente, seu nome foi colocado naquele interregno, quando cancelaram essa divisão das escolas. Quando cancelaram, tudo passou a se chamar “Escolástica Rosa”. Há uma lei no estado de São Paulo que determina: quando uma escola é extinta ou ela é agregada a outra, os patronímicos são guardados e, à medida que forem criando escolas, esses patronímicos devem ser utilizados e não colocados outros nomes, para que não desaparecessem as homenagens que historicamente foram prestadas. E nós fizemos muito isso ao tempo da redistribuição da rede física, que foi algo feito anos antes, quando o Secretário era o José Bonifácio Coutinho Nogueira. Foi uma grande experiência para mim. Porque nós tínhamos uma incoerência no estado de São Paulo. Era a época que surgiram muitos conjuntos habitacionais, época que os centros das cidades se esvaziavam. Nós tínhamos escolas para atender essa grande quantidade de alunos, mas precisávamos construir escolas porque os alunos estavam distantes de onde moravam. Foi feita uma redistribuição para o aluno ficar próximo à escola. Essa redistribuição foi muito importante. Com ela, várias escolas foram extintas, pois não havia demanda. Os alunos andavam muito para chegar até elas. Eram crianças pequenas de primeiro ano do primário, sete anos, chamado primário, naquela época.

O “Escolástica Rosa” ficou nessa condição com o “João Octávio”, na parte de trás do mesmo terreno. “João Octávio” foi para o limbo, como se dizia. Ficou à disposição até a primeira escola que fizesse e ele iria para ela. A primeira escola que foi feita foi no morro São Bento e eles tinham pessoas que queriam homenagear, mas não puderam porque havia o “João Octávio”. E lá foi o “João Octávio” para o Morro São Bento e está lá até hoje. Posteriormente, se viu que aquele “Colégio Técnico Industrial”, que agora chamava “Escolástica Rosa”, e que já havia sido “João Octávio”, realmente se justificava ter uma unidade ali. Seria mais eficiente. Todos deram parecer favorável na Delegacia de Ensino de Santos. Então, cria-se novamente a escola, simplesmente “Bairro Aparecida”, conforme manda a lei. Se passarmos pelos decretos, perderemos as resoluções do secretário que fizeram todas essas alterações, ficamos com uma visão interrompida do processo.

Nesse momento, não foi mais possível colocar o nome de “João Octávio”, como toda a comunidade queria, pois o “João Octávio” já estava no Morro do São Bento. Nisso, morre o “Aristóteles Ferreira”, que era uma figura muito interessante, sergipano de Lagarto. Se hoje alguém for na Zona Noroeste em Santos, vai ver que o pai, o avô daquela população toda, veio de Lagarto. Ele trouxe esse pessoal de lá. A cidade de Lagarto foi muito importante, trouxe essas pessoas que acabaram vindo para Santos, aqui se estabeleceram, trabalharam muito para que a Zona Noroeste hoje fosse o que é em relação ao seu desenvolvimento. Ele, assim, tinha os votos daquele pessoal. Ele era “o cara”, como diriam. E sempre se elegeu com os votos da Zona Noroeste. Com sua morte, quem se beneficiou foi o Rossi, que sempre o acompanhava e ele foi o caudatário de seus votos. Para agradar e conseguir manter esses votos, fez um movimento para prestar uma homenagem a Aristóteles Ferreira e a escola que estava disponível era a então “Bairro Aparecida”. Chamou realmente “Bairro Aparecida”, porque tinha que dar alguma denominação provisória e o costume era pelo bairro em que estava e não podia dar nenhuma denominação até que o governador, por decreto, a estabelecesse. Foi assim que se perdeu o nome “João Octávio dos Santos” e porque não teve mais como recuperá-lo para seu local originário. O mais justo é que “Aristóteles Ferreira” também estaria muito bem homenageado em um outro lugar da cidade, sem precisar ser onde está.

É possível fazer essa troca. É só revogar essa lei e o governador entender que deve fazer isso. Mexer com o nome de escola é algo bastante complicado, mas é possível, sim, vou dar até um exemplo. Há uma escola na Praia Grande que fica lá

em [Cidade] Ocian, a Escola “Jardim Bopeva”. Bopeva é uma cobra, o nome da escola é em homenagem a uma cobra. Numa época de comemorações da Semana da Aeronáutica, deu-se o nome de “Gago Coutinho” para a escola que não havia um nome, só tinha o nome do Jardim, o nome do bairro. Assim como o Aristóteles entrou na Escola do “Bairro Aparecida”, lá estava no Jardim Bopeva, e se homenageou “Gago Coutinho”. Ele foi o primeiro a atravessar o oceano, uma grande homenagem, um grande herói nacional. Pois a população ficou incomodada com o nome de Gago Coutinho e queria de volta o “Jardim Bopeva” e conseguiram. Eu fiquei boquiaberto quando eu vi aquilo acontecer. É só ir à Cidade Ocian que está lá a Escola “Jardim Bopeva”, E o “Gago Coutinho”, essa parte também ou não acompanhei, não posso afirmar, mas deve ter ido para o limbo: primeira escola que fizeram colocaram o Gago Coutinho em algum lugar.

Então, é possível! É questão de se pegar aí um deputado, algum deputado de Santos, explicar bem para ele, deixá-lo se comprometer com a comunidade da escola e fazer essa troca que, com certeza, seria uma troca justa. Aristóteles Ferreira, com certeza, deve ser homenageado, fez um trabalho notável de assistência para esse pessoal que ele trouxe lá de Sergipe, era bastante operante, não era à toa que ele tinha votação. Ele trouxe muitas conquistas para a Zona Noroeste. Eu acho que seria correto e o João Octávio dos Santos aqui, imagina, mais do que justo, ele doou tudo aquilo, toda essa história aí que nós conhecemos. Acho que esse seria um movimento justo, questão de pegar um deputado, que converse com o governador, apresente um projeto de lei e, fazendo uma história disso, teoricamente, ninguém seria prejudicado, é um acerto de nomes.

Sobre como é que foi essa a gênese dessa ideia de passagem para o Centro Paula Souza, é preciso primeiro perceber que houve um momento para que o Centro Paula Souza passasse a receber o segundo grau, uma vez que começou só com ensino superior. Houve uma reação muito forte quando chegou o ensino de segundo grau e desnecessariamente forte porque não conheciam as ideais de seu criador, aquele que imaginou todo o Centro. Foi uma figura veneranda o nosso governador de 1967 a 1971 que criou o Centro Paula Souza. Abreu se tornou governador escolhido pela Assembleia Legislativa, sem que esqueçamos que estávamos no período autoritário. Ele foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Abreu Sodré era um visionário. Ele sempre pensou na tecnologia. Era um homem muito rico. Cafeicultor e advogado, ficou mais rico quando se casou com a Maria do Carmo, cujo pai era banqueiro. Ele aumentou muito a fortuna da família, era um indivíduo muito hábil e que viajava o mundo. Por conta dele, é bom que se diga, fui assessor dele e vi nascer o Centro Paula Souza. Pouca gente poderia fazer a afirmação que o Abreu Sodré se encantava com as escolas francesas de tecnologia, e nós seguimos um modelo francês quando foi criado o Centro Paula Souza. Ele também se encantava com as escolas na Califórnia, ele achava que nesse tipo de escolas que estava o futuro. Tomava algumas decisões, que nós assessores achávamos que eram suicidas, na medida em que desagradavam as pessoas.

Aquela época, eu me recorro, em um período curto criaram 400 faculdades no estado de São Paulo. O próprio Athié Jorge Cury, que foi goleiro e depois presidente do Santos Futebol Clube, foi deputado federal muito tempo. Poucos lembram aqui em Santos que ele foi também deputado estadual. Nessa condição, criou uma faculdade de engenharia em São Vicente. Como e por que ele criou? Porque podia. Naquela época, não havia a exclusividade como hoje. Hoje, tudo o que significa gasto, tem que ser proposto pelo poder executivo, os outros só podem fazer algumas recomendações. Chamávamos isso de vício de iniciativa. A Constituição diz assim, mas a daquela época não era assim. Ele criou uma faculdade de engenharia em São Vicente. Eu, menino, fiquei todo satisfeito. E ela nunca foi instalada, porque dependia de verba. Quando pediam a criação dessas faculdades, o Sodré sempre votava contrariamente, e lembrava:

— Nós precisamos é de cursos de tecnologia. O estado de São Paulo precisa se preparar para o futuro.

A população das cidades ficava chateada com ele porque ele sempre votava contrariamente. Lembro que eu falava:

— Olha, vai comprometer a sua votação.

Mas, ele se manteve nessa posição, de uma inteireza muito grande, queria criar os cursos de tecnologia. Interessante dizer que o Abreu Sodré não tinha nenhum conhecimento de educação, a não ser de um homem culto de leituras etc. Criou o Centro Paula Souza e não pôde se chamar “Paula Souza” como ele desejava. O Ministério Público achou que não poderia, do “zero”, colocar uma instituição com nome. Chamou-se de “Centro Estadual de Educação Tecnológica de

São Paulo”. Quando veio o governador seguinte, Laudo Natel, colocou nome de “Paula Souza”. Fiquei boquiaberto com a estrutura mantida pelo Conselho Estadual de Educação. Não tiraram uma vírgula do que dizia o Abreu Sodré. Olha a visão este homem tinha! Então, o Centro Paula Souza foi criado para que tivesse curso de ensino superior e técnico também. Inicialmente, só as faculdades de tecnologia foram incorporadas ao Centro Paula Souza: as de Sorocaba e São Paulo. Depois foram criando mais faculdades, quase que simultaneamente, as de Santos e Americana.

O ensino técnico estava sendo deixado de lado até que surge uma situação também anômala. Eu reitero esse meu ponto de vista: na história da educação de São Paulo, não há uma continuidade: como consequência disso, vem isso, depois isso. As primeiras escolas que foram para o Centro Paula Souza eram escolas já existentes. Eram o “Conselheiro Antônio Prado” (Coticapi), em Campinas, o Colégio Técnico Industrial, de Jundiaí; o “Batista Figueiredo”, de Mococa; a “Lauro Gomes”, aqui de São Bernardo; a “Jorge Street”, de São Caetano, e o Colégio “Polivalente”, de Americana. Escolas extremamente problemáticas, mas de excelente nível. Não podiam ser escola comum da rede pública. Os professores não eram servidores como eram nas outras escolas. Seriam celetistas desde o início. Então, ela já era uma anomalia aquela época.

As prefeituras deram os terrenos magníficos. É só olhar o terreno da “Jorge Street” e da “Lauro Gomes” aqui próximas a nós para ver a generosidade das prefeituras. O governo federal fez um belíssimo prédio, muitos deles com verba do governo alemão. O governo alemão foi muito importante na criação das nossas escolas de elite, como a gente dizia na época. Hoje, o sentido da palavra elite está alterado. Elite ficou uma coisa odiosa, como nunca foi. Não conhecemos a norma culta da nossa língua e, hoje, quando você fala, tem que explicar, como todo mundo deveria entender que elite não significa o que pessoas falam. Elite é o melhor, não é o mais rico, não é o prepotente, não é nada disso.

Então, foram criadas essas escolas. E como é que elas seriam administradas? Dificílimo. O terreno foi doado pela prefeitura, a construção, governo federal, e o governo do estado é que ia manter as escolas e pagar os professores, os especialistas etc. Surge, então, um imbróglio, porque o diretor tinha que ser um dos diretores das escolas da cidade. Vinha lá uma professorinha, muito bonitinha, muito bem formada para alfabetização, e que queria cuidar do funcionamento de

máquinas, computadores etc. sem nenhum preparo para ajudar os professores naquele processo. Tivemos um trabalho muito grande em selecionar os diretores para essas escolas. Depois, não havia dinheiro nenhum para pagar isso. Havia um conselho técnico administrativo e era eu que, por muitos anos, administrava essas escolas, que nomeava as pessoas do Conselho Técnico Administrativo. Eram três pessoas que iam dirigir a escola na parte financeira.

Mas, nesse Conselho Técnico Administrativo não havia dinheiro nenhum. Eu que ia todo mês ao governador para pedir. Todo mês me sentava lá na porta do gabinete e – é bom que se diga: todos eles têm um mau humor incrível quando você vai pedir dinheiro – levava a folha de pagamento e as solicitações de manutenção e o governador perguntava tudo. Estava, ali, vivendo da mendicância mesmo, até que, mal-humorado, autorizava ou pedia para que voltasse dali a três dias. [Era] um sofrimento.

As escolas, curiosamente, também não contam essa parte. Escolas de muito bom nível pelo trabalho dos professores, diretores de excelência mesmo, bons laboratórios, doados, especialmente, pelo governo alemão, mas que também nos criou um monte de problema. O governo alemão, só para ter ideia, construiu esses prédios e colocou torneira dentro das salas de aula, para que a funcionária pudesse molhar o pano e limpar a lousa. Achavam que o pó era prejudicial. Havia uma lei na Alemanha que o professor não podia respirar o pó de giz. Eu devo ter o meu pulmão coberto de giz após muitos anos de sala de aula. Imagina uma torneira dentro de uma sala de aula. Nós tivemos que tirar todas essas torneiras depois que o governo alemão virou as costas. Mas, eles nos ajudaram muito, tínhamos muito bons equipamentos, bons professores etc. E nenhum dinheiro. Todos os meses, o mês ia acabando, meu Deus! Eu vou ter que, de novo, pegar essas coisas das escolas, levar ao governador. Até que um governador resolveu que nós não podíamos mais fazer isso. Este governador sabia, era conhecedor, aliás, conhecia muito a administração pública, e disse:

— Olha, eu vou colocar essas escolas no Centro Paula Souza. Está previsto e elas irão.

Houve muito protesto por isso. Fiquei marcado nessa época porque eu era o coordenador de ensino do interior e levei essas escolas para o Centro Paula Souza. Mas, foi o governador que assim queria. Essas escolas foram em 4 de dezembro de 1980, por um decreto do governador Paulo Maluf – foi o governador Paulo Maluf que

parou esse sofrimento – e, a partir do ano de 1981, essas escolas estavam no Centro Paula Souza, que tinha o dinheiro para pagar o segundo grau.

Há uma questão importante aí. Já ouvi várias vezes, na apuração desses escândalos, várias autoridades dizendo para seguir o dinheiro. Na história da educação de São Paulo, que nunca teve dinheiro para o segundo grau, vale a mesma frase: siga o dinheiro. O salário educação que existia antes do Fundeb, estou falando de coisas antigas, hoje o Fundeb pode ser usado, mas, naquela época, não. Salário educação naquela época era 2,5% das folhas de pagamento, de todas as folhas de pagamento, era muito dinheiro. Eu, por 12 anos, administrei esse dinheiro. E, portanto, é falsa essa história de dizer que nunca houve dinheiro para educação, totalmente falsa, havia muito. Nós éramos obrigados a aplicar esse dinheiro no Banespa, que era o Banco do Estado de São Paulo, e rendia juros e correção monetária. Na administração, resolvemos chamar os juros e a correção monetária de recursos próprios, um nome impróprio, mas esse dinheiro é que mantinha o segundo grau, porque não havia dinheiro para o segundo grau.

Então, só para terminar essa história do dinheiro, que é importante, esse é um grande caminho. Seguindo o dinheiro, a história da educação de São Paulo, olha aí que assunto. Eu me recordo uma vez, eu era coordenador do ensino do estado de São Paulo, e fui chamado no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O presidente do tribunal, muito pacientemente comigo, falou:

— Professor, o senhor é bacharel em Direito?

Falei:

— Não, eu sou professor de Matemática, sou licenciado em Matemática fiz economia. Então, o presidente falou:

— Pois é, eu vou lhe ensinar. Esse dinheiro, o salário educação, ele é para o primeiro grau. Portanto, tudo o que decorrer dele, juro, correção monetária, vai ser para o primeiro grau também. O senhor está usando para o segundo!

Eu me lembro que era jovem, era meio atirado para dar as respostas, falei:

— Olha, pois se o senhor der esse despacho, vai ficar conhecido no estado inteiro, porque o senhor vai extinguir o segundo grau. Não há um centavo para o segundo grau.

O Centro Paula Souza tinha o dinheiro, porque os dinheiros na educação são carimbados. O dinheiro que é carimbado para tal fim não pode usar para outro. O dinheiro que a gente queria que o governo desse, em 40 anos, eu não vi aparecer,

era o chamado Tesouro do Estado. O Tesouro do Estado poderia pagar o segundo grau, mas nós só tínhamos o salário educação. Já o Centro Paula Souza trabalhava com o Tesouro do Estado, sempre trabalhou, desde o nascimento. Então, se tornou o escoadouro natural dessas escolas de segundo grau.

O Centro Paula Souza deu a sua feição, fez uma avaliação e as escolas nos orgulham em números, em excelência de ensino. É um orgulho que a gente tem mesmo no estado de São Paulo. Quem teve grande destaque nesse trabalho, também nos ajudou muito, foi o secretário da Educação naquela época, Luís Ferreira Martins. Ele foi o primeiro reitor da Unesp, falecido recentemente, nesse monte de falecimentos que tivemos por conta da Covid. O Luís Ferreira Martins precisa ser justamente homenageado, e essas coisas vão acontecendo pelas pessoas mesmo, pelo entusiasmo das pessoas, e não em decorrência de alguma política pública. Isso pode acontecer muito tempo mais tarde.

Acho importante, na sequência, falar da passagem para a Secretaria da Ciência e Tecnologia. Foi uma passagem de um ano, muita gente pula, como se não fosse importante a Secretaria da Ciência e Tecnologia. Eu fui diretor do “Aristóteles”, primeiro e único dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia, uma outra fase e muita gente estranhou. Eu era coordenador do estado, cuidava de 523 municípios. Como é que volta a ser diretor? Fui diretor em Santos do “Andradas”, “Canadá”, do “Ginásio da Vila Mathias”, que funcionava no prédio do “Cesário Bastos”. Fui fazendo uma carreira e, em São Paulo, trabalhei na alta administração. Fui assessor de gabinete, secretário nas faltas e impedimentos. Fui tudo isso e depois virei diretor. Todos estranharam. Nós vivemos, hoje, no país, uma situação difícil. Hoje, o indivíduo faz um mestrado no Facebook, o doutorado em outras redes sociais e fala tudo, ofende, briga etc.

O que aconteceu, simples, sem paixão, sem partido político, sem nada disso, sem nenhuma outra intenção que não seja a verdade, porque tudo isso que eu falo é rigorosamente passível de verificação. É só consultar os diários oficiais da época, vai ver exatamente o que eu estou dizendo. Estávamos aquela época no governo do Luiz Antônio Fleury Filho, logo depois do Quéricia, que também teve uma importância crucial para a educação de São Paulo. Lamentavelmente, quando alguém fala do Luiz Antônio Fleury Filho só lembra do Carandiru ou da quebra do Banespa, mas foi um governador que fez muita coisa, tinha uma visão muito clara a respeito dos assuntos. O Fleury foi um caso incrível. Tinha 2% das intenções de

votos, acabou crescendo muito na campanha e foi o sucessor do Orestes Quércia. Ele também tinha uma visão sobre essas escolas de segundo grau. Seu pensamento era o seguinte: as escolas chamadas “de convênio”, esse era esse o rótulo, aquelas que eu nomeiei daquele convênio tripartite: governo federal construindo, governo municipal doando o terreno, e governo estadual bancando o funcionamento da escola, essas já estavam no Centro Paula Souza. Ele, então, resolveu tirar as escolas de segundo grau, porque havia uma reclamação muito grande do pessoal do antigo ensino técnico que sempre votava em cada governador para recriar o ensino técnico, que havia desaparecido na Lei n.º 5.692. Ele, então, resolve passar essas escolas para a Secretaria da Ciência e Tecnologia.

A Secretaria da Ciência e Tecnologia criou uma estrutura na Avenida Paulista, centralizou ali a administração dessas escolas que vinham da Secretaria da Educação e o “Aristóteles Ferreira” veio nessa leva. Eu tinha proximidade com Quércia e, da proximidade com Quércia, conheci o Fleury e fui conhecer uma figura notável, que foi o Secretário da Ciência e Tecnologia, que ainda é vivo, Luiz Carlos Delben Leite, que recebeu todas essas escolas da Secretaria de Educação e as entregou para o Centro Paula Souza. Essa história precisa ser bem contada: o Delben era presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), era economista, um homem com grande conhecimento da indústria, grande conhecimento do ensino, ele próprio um intelectual, tem três patentes importantíssimas de equipamento na indústria brasileira. Foi presidente do SindMac, que era o Sindicato Patronal das indústrias de Máquinas, desenvolveu muito a parte gráfica, foi presidente da Associação Brasileira da indústria de Máquinas Gráficas (Abimg). Então, ele tinha uma vivência muito grande do mundo do trabalho, conversamos e ele falou:

— Olha, eu quero que você pegue uma escola para fazer como padrão. Vamos arrumar essa escola, deixar em ordem, para que elas que possam ir para o Centro Paula Souza.

E, assim, lá fui eu para o “Aristóteles”. O início não foi fácil. Primeiro, quando a escola passou da Secretaria da Educação e para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, todos aqueles professores efetivos deixaram de ser efetivos ali. A Secretaria da Educação deu um cargo para eles em algum lugar, portanto, se espalharam. Nenhum professor quis ficar, exceto uma professora de Geografia, foi a única que ficou. Quem ficasse não seria efetivo. Ela era efetiva em algum lugar, teve

que escolher depois, e escolheu o “Andradas”, que era próximo, e ela resolveu ficar afastada lá e sem nenhum direito, porque todos que estavam comigo na Secretaria da Ciência e Tecnologia estavam numa outra condição. Na escola, não havia nenhum efetivo. Todos em igual nível e ela resolveu, aí, topar essa história. Os outros todos foram embora, queriam ter as vantagens como efetivo, escolher o seu horário primeiro e ter os outros benefícios que seguiam uma escala. Havia uma hierarquia na Secretaria da Educação, muito justa por sinal.

Então, começamos preparando a escola e sempre dizemos o seguinte: nós fizemos um trabalho e enviamos para avaliação do Conselho do Centro Paula Souza. Estivemos com o professor Elias Orani. Foi uma figura fundamental, era o superintendente do Centro Paula Souza nessa época e conhecia bem Santos. Ele era físico, meu amigo, professor na Universidade “Santa Cecília”, ele conhecia bem a cidade. Tinha muitos parentes aqui, acabou se casando com outros parentes, todos os árabes. Ele também gostava do Aristóteles Ferreira. O Aristóteles deu apoio à USP que estava em Cubatão. Nós fizemos um trabalho e tanto, mas elogio em boca própria é vitupério. O “Aristóteles Ferreira” teve grande notabilidade naquela época. Fizemos uma reforma na oficina como nunca houve, até o piso, que ninguém sabia qual era a cor, foi pintado de azul. Demos uma arrumada em tudo na escola, ficou muito bonita, tudo ficou funcionando muito bem para que ela fosse acolhida pelo Centro Paula Souza.

Os alunos continuaram, nós implantamos uma disciplina muito rígida. Os alunos não estavam acostumados. [Foi] a primeira coisa que eles sentiram. Todos que continuaram e os que entraram vieram pelo vestibular, e eles tiveram que se adaptar a essa disciplina rígida. Eu me recordo de, várias vezes naquele auditório, falar:

— Olha, até hoje ninguém me convenceu que em ambiente de balbúrdia pode-se aprender alguma coisa ou chegar algum resultado razoável.

Então, a disciplina era bastante rígida mesmo para deixar a escola em ordem, em condições, sem problemas para que ela realmente pudesse ingressar no Centro Paula Souza. Houve reunião do Conselho Deliberativo e foi acolhida. No momento em que o “Aristóteles Ferreira” iria passar para o Centro Paula Souza, houve uma intervenção política irresistível para que todas passassem de uma vez só, não iria uma na frente. E, assim que passaram todas de uma vez, fui para o Centro Paula Souza ajudar a receber essas escolas. Fiquei na parte de planejamento com a

professora Maria Aparecida Damásio Garcia, a Marinha, e fizemos uma avaliação das escolas.

E, por isso que hoje nós dizemos orgulhosamente que o “Aristóteles Ferreira” entrou pela porta da frente. Todas as outras escolas entraram pela porta dos fundos! E isso é bem verdade. Nós fomos pela porta da frente, fomos avaliados após o trabalho que se fez, todos aprovados pelo Conselho Deliberativo. Temos essa aprovação. Deve estar nos anais da escola, nos dá muito orgulho. O “Aristóteles” foi para o Centro Paula Souza e, aí, eu já não fiquei mais. Eu fui para o Centro Paula Souza, fiquei quatro anos ajudando a receber essas escolas e outras coisas mais. Inclusive, o Centro Paula Souza fazia 25 anos. Acompanho a publicação notável que fizemos dos 25 anos do Centro Paula Souza, hoje uma referência para todos os estudos sobre a nossa realidade.

Considerações finais: balanço do primeiro contato com Jorge Monteiro Junior

A entrevista se iniciou pontualmente no horário agendado. O colaborador me parabenizou pelo trabalho e pela importância para a história das instituições públicas de ensino no estado de São Paulo.

Com grande vivência no setor público, demonstrou conhecimento das diversas fases pelas quais o “Escolástica Rosa” e o “Aristóteles Ferreira” passaram e porque passaram. Por diversas vezes, estive nos cargos que tomaram as respectivas decisões.

Ficou evidente o comprometimento do colaborador com a pesquisa, pois se preparou com roteiro cronologicamente estabelecido, nomes, dados e datas que foram importantes para esse projeto.

Acredito que, apesar de não fazer parte da rede estabelecida para este projeto, somente da colônia, Monteiro Junior desempenhou papel importantíssimo e fundamental na história do “Aristóteles Ferreira”, trazendo informações perdidas nos decretos de criação e denominações da escola e transferência para o Centro Paula Souza.

Suas memórias casam-se com relatos dos colaboradores anteriores, com uma visão de quem estava em uma posição diretiva e com outros objetivos e atribuições.

Primeira entrevista com Marcos Augusto Cunha Couto Estácio

Considerações iniciais: o colaborador e o contexto da entrevista

Marcos Augusto Cunha Couto Estácio, 50 anos, técnico em Eletrônica e Eletrotécnica, ex-aluno e professor, atualmente diretor de Serviços Administrativos na Etec “Aristóteles Ferreira”, inicialmente colaborou em minha pesquisa sobre os 50 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”, fornecendo, por conta de seu cargo, as informações sobre nomes completos, anos de atuação docente e áreas de atuação dos professores, funcionários e diretores citados em outras entrevistas. Com uma memória excelente, explicou diversas passagens na história da escola que me levaram a convidá-lo para participar das entrevistas, uma vez que se enquadrava na rede e colônia definidas para este projeto de pesquisa em História Oral.

O primeiro contato foi pessoalmente, mesmo sem aulas presenciais na escola. Como o colaborador exerce cargo de confiança, já cumpre certa parte de sua carga horária semanal presencialmente na Instituição, o que propiciou a pesquisa das informações necessárias para melhor entendimento dos leitores deste trabalho, mesmo que mínimo, em relação às pessoas citadas nas demais entrevistas.

O aceite para a participação foi praticamente uma mescla entre o próprio oferecimento da parte do colaborador em registrar oficialmente as informações já transmitidas e, evidentemente, por parte de pesquisador, que não poderia deixar de registrar diversas passagens ainda não relatadas e que têm importância para o projeto dos 50 anos da Etec “Aristóteles Ferreira”. Combinamos, por intermédio de mensagens, o melhor dia e horário para o encontro por intermédio da plataforma *Teams*, a fim de facilitar um melhor registro audiovisual.

Finalizado o recesso das atividades escolares do mês de julho, no dia 21 voltamos a conversar sobre o agendamento da entrevista e ficou acertado para a última semana de julho em função do grande número de atividades escolares desempenhadas tanto pelo colaborador como pelo pesquisador, por conta do início do segundo semestre letivo e o retorno as atividades presenciais na Etec “Aristóteles Ferreira”.

Combinamos a entrevista para a última quinta-feira de julho, às 20h. Minutos antes de ela iniciar, surgiu um imprevisto e o colaborador solicitou o cancelamento, já deixando combinada para quinta-feira seguinte, no mesmo horário.

Marcos Augusto Cunha Couto Estácio: “Muitas empresas de São Paulo vinham buscar alunos aqui”

Entrei no “Aristóteles Ferreira” como aluno em 1985. Na época, não tinha processo seletivo, era só a matrícula. Existiam outras escolas da rede estadual que ofereciam cursos técnicos. O “Andradas” tinha alguma coisa, não lembro das outras Etecs. Eu me lembro que, quando eu estudava em Cubatão, porque eu sou de Cubatão, [Escola Estadual Afonso] Schmidt tinha também algumas instalações, desativadas, na época, com a reforma da LDB, quando o Ensino Médio tinha que ter, obrigatoriamente, as disciplinas do técnico. Então, me lembro de algumas oficinas e alguns laboratórios que estavam sem uso, uma vez que o Schmidt já tinha desativado, assim como a maioria das escolas da rede estadual.

O “Aristóteles” era o que tinha, nessa época, quatro cursos: Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica. Eu me interessei, desde o início, pelo curso de Eletrônica. Como eu falei, não tinha processo seletivo, era só efetuar a matrícula. Às vezes tinha uma demanda maior, precisava entrar em uma fila, mas eles abriam muitas turmas. Eu me lembro que, no ano em que eu entrei, foram 14 primeiros anos, todos no período da tarde. Diferentemente de como funciona a escola atualmente, o aluno se matricula em determinado período e fica nele até se formar ou solicitar, por algum motivo, a própria transferência. Na minha época, o aluno ficava pulando entre os períodos, tinha uma lógica dos cursos. Entravam no primeiro ano, era todo mundo misturado. Então, havia alunos que iam fazer Edificações, Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica. Era no segundo [ano] que o aluno fazia a opção técnica. No primeiro ano, eram só matérias do segundo grau, hoje Ensino Médio. No segundo, já entravam as matérias técnicas, eram duas ou três disciplinas, dependendo do curso, e, no terceiro ano, aumentava a quantidade de matérias do técnico e as matérias do núcleo ficavam apenas Português, Matemática e Osfb. O quarto ano era puramente técnico. Só havia disciplinas técnicas e as turmas eram transferidas para o período da noite.

Os alunos, então, cursavam o primeiro ano obrigatoriamente à tarde, no segundo ano podiam optar entre manhã ou noite. Tinham algumas turmas de segundo e terceiro ano à noite, mas eram poucas, e, no quarto ano, todos eram obrigados a cursar no período noturno. Nessa época, havia muita demanda para Eletrônica. Era o curso da moda em 1985. Foi assim até o final da década de [19]80. A informática ainda estava engatinhando. Geralmente, quem gostava muito dessa parte de Eletrônica acabou fazendo Informática. Inclusive, muitos colegas da minha turma foram trabalhar na área de Informática. Na época, a demanda era tão grande que muitas empresas de São Paulo vinham buscar alunos aqui no “Aristóteles”.

Então, fazíamos o primeiro ano comum. Na época, os alunos brincavam, dizendo que o vestibulinho era o Kalil. Tinha um professor de Matemática, na verdade dois, Kalil e Potiguar, que eram muito exigentes. No primeiro e segundo bimestres, era uma enxurrada de notas vermelhas, muita gente com nota vermelha, e conseqüentemente, muita desistência. No ano que ingressei, foram 14 turmas do primeiro ano com 40 alunos e terminavam apenas 20, era um vestibulinho. Então, quem resistisse nos dois primeiros bimestres com o professor Kalil e com o professor Potiguara, aí terceiro e quarto bimestres já eram mais tranquilos. A gente tinha uma perda muito grande, como a gente tem hoje, mas, na época, não tinha essa preocupação com a evasão. Lembro que a minha turma foi quase à metade, no meio do ano já tinham desistido. Inclusive, no dia que tinha prova de Matemática e Física – porque eles davam foco nisso, os cursos eram todos na área de Exatas: Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica, davam foco muito grande nessa parte de Matemática e Física –, dava uma filtrada. Quem não se adequava ou que não gostava muito já saía da escola e ia fazer Ensino Médio, segundo grau, em outro lugar.

Interessante que a turma anterior a minha, quando o aluno passasse para o segundo ano, optava por Eletrônica ou Eletrotécnica. Como estava tendo muita perda e a demanda para Eletrotécnica estava baixa, foi feita uma mudança, e os segundos anos de Eletrônica e Eletrotécnica passaram a ser juntos. Basicamente, eram as mesmas disciplinas. Tínhamos Eletrônica Básica e Desenho Técnico. Essa última era um professor de Edificações que ministrava, professor Mourão. Então, não tinha muito sentido. Os cursos eram muito parecidos. No segundo ano, foi feita essa fusão e o aluno só optava por Eletrônica ou Eletrotécnica no terceiro ano.

Eu fiz o primeiro ano de tarde, o segundo e terceiro de manhã. Graças a Deus, eu não tinha necessidade de trabalhar nessa época e, no quarto ano, eu fui para a noite. O estágio era obrigatório e essa migração para o período noturno era para facilitar a vida dos alunos na procura pelo estágio, pois era o aluno que corria atrás. Eu tive grande dificuldade à época de conseguir estágio, porque eu não tinha o serviço militar liberado e a maioria das empresas que contratavam estagiários tinha intuito de contratar [como profissional]. Os alunos entravam pelos programas de estágio, normalmente de seis meses ou um ano e, ao término, eram contratados. Muitos colegas tiveram essa dificuldade [que eu tive]. Eu consegui uma liberação pela Marinha só em agosto. Antes disso, tive que fazer estágio de graça. Fiz estágio na Sabesp, que não pagava bolsa aos estagiários, só pagavam os auxílios condução e alimentação. Depois, eu fui fazer estágio numa empresa de telefonia, ganhando um salário-mínimo. Quando eu consegui a liberação o serviço militar, consegui um emprego em São Paulo e fiquei os quatro últimos meses do ano: setembro, outubro, novembro e dezembro. Não eram 200 dias letivos, eram 180. Então, geralmente, em final de novembro, quem estava fechado em notas já desaparecia da escola, e foi o meu caso. Graças a Deus, eu consegui fechar tudo no final de novembro e me liberaram, praticamente terminei o curso. Eu tinha muitos colegas em São Paulo. A minha classe era de uns 30 alunos, mais ou menos. Acho que uns dez trabalhavam em São Paulo. Dava para ir e voltar tranquilo. Na época, era menos trânsito e mais tranquila essa parte de deslocamento.

Terminando o curso de Eletrônica, como eu não tinha condições de fazer faculdade, surgiu a oportunidade de fazer o curso Eletrotécnica. Como não tinha vestibulinho, na época, foi só efetuar a matrícula. Como eu já havia feito o segundo grau completo e o segundo ano era igual, fui direto para o terceiro ano. Peguei algumas dispensas de disciplinas, todas do Ensino Médio, que eram só Português, Matemática e Ospb e algumas [disciplinas] da área de que eram comuns com Eletrônica. Então, só cursei aulas que eram da parte de Eletrotécnica mesmo. Cursei o terceiro e o quarto ano de Eletrotécnica. Então, eu me formei em 1989. Entrei em 1985 como aluno, me formei em 1988 em Eletrônica e, em 1989, comecei Eletrotécnica no terceiro ano, à noite. Nessa época, eu já trabalhava e, em 1990, me formei no segundo curso técnico.

Tivemos uma troca de direção quando eu estava finalizando esse segundo curso. Veio a diretora, a senhora Maria Helena. Interessante que, nessa época,

tivemos muitos diretores substitutos. O diretor titular nunca estava e o diretor substituto ou vice-diretor era quem assumia. Geralmente, havia um designado como vice-diretor. Não sei por que essa prática dos diretores, não sei se, por ser uma escola técnica, tinha professores com perfis diferentes e eles preferiam não ficar. Como é uma escola bem localizada, geralmente tínhamos diretores em fim de carreira, com uma pontuação boa, mas que pegavam o cargo e tirava licença prêmio, por exemplo. Na minha época, a diretora era Milagros, que hoje trabalha no “Escolástica Rosa”, ela também não era titular. Depois, entrou uma outra diretora, que eu não lembro o nome. Ela ficou com a maior parte do meu tempo de aluno. Também não era titular, era vice-diretora, até que liberou a vaga de diretor e a Maria Helena veio do interior, de Jaguariúna. Eu peguei o início do mandato dela no final do meu curso.

Até a Constituição de 1988, os professores da parte técnica não eram concursados. Não existia concurso para os professores da parte técnica, só tinha concurso para Português, Matemática, Geografia, as disciplinas do núcleo comum. Os professores da parte técnica eram “Admitido em Caráter Temporário” (ACTs). Havia professor com 15, 20 anos [de casa] e não tinha um cargo efetivo. Com a Constituição de 1988, eles efetivaram quem tinha mais de cinco anos de serviço público e [esse pessoal] ganhou a estabilidade. A Maria Helena veio em 1990 e fez uma avaliação de final de ano com os professores. Tinha um problema muito sério de reclamação de professor e os que tivessem uma pontuação abaixo de um determinado patamar, ela mandava escolher aula na Delegacia de Ensino. O diretor tinha essa prerrogativa. Para exemplificar, vamos supor a pontuação de zero a cem, quem tinha menos de 50 pontos, ela tirava da atribuição da escola e mandava escolher direto na Delegacia [de Ensino]. Assim, muitos professores da parte técnica foram dispensados, porque foram para a Delegacia de Ensino e lá não tinha aula disponível. Nesse momento, surgiram algumas vagas nas áreas de Eletrônica, Elétrica e Mecânica e eu fui convidado, assim como outras pessoas que estavam se formando, mais algumas outras pessoas que vieram de fora. Inscrevemo-nos e eu iniciei como professor em 1991.

Terminei o curso de Eletrotécnica em 1990 e, em 1991, estava dando aulas. Ainda como Secretaria de Educação, a professora Maria Helena ficou mais dois anos 1991 e 1992. Um detalhe interessante que ocorreu em 1990: quando eu estava terminando o curso de Eletrotécnica, veio uma ordem da Secretaria da Educação,

determinando obrigatórias as disciplinas de Português e Matemática no quarto ano. Aí, foi aquela briga: eu já tinha o Ensino Médio, por que haveria de cursar essas disciplinas? Afinal, o diploma referente ao Ensino Médio já era emitido após concluir o terceiro ano. Muitos alunos só faziam até o terceiro, não tirava o diploma de técnico, apenas de auxiliar técnico com o diploma do Ensino Médio. Lembro que ficou aquela celeuma e acabou vigorando um ou dois anos. Eu, como já tinha diploma de Ensino Médio, acabei dispensando Português e Matemática, sem problemas.

Final de 1992, para iniciar em 1993, todas as escolas técnicas foram transferidas para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Todas as escolas técnicas vinculadas à Secretaria de Educação foram transferidas para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, vinculada ao Disaete, que era um departamento dessa secretaria. Nessa época, teve uma grande debandada dos professores do núcleo comum e, inclusive, de servidores, porque até o prédio foi transferido para a Ciência e Tecnologia e deixou de pertencer à Secretaria de Educação, e a escola foi junto. Os professores que tinham o cargo efetivo dentro do “Aristóteles” transferiram a sede. Quase todos, a grande maioria dos professores escolheu outra sede. O “Aristóteles” não pertencia mais à Secretaria de Educação. A mesma coisa com os funcionários administrativos, o pessoal de limpeza, todos também debandaram para outra sede, outra escola estadual da Secretaria de Educação. Ficaram alguns servidores emprestados, até os professores, como no meu caso, que era “ACT”, não tinha feito concurso, era temporário. O que hoje chamam de “OFA”, aquele professor que é não eventual, mas é um professor que não tem um cargo, só aulas em substituição.

Eu permaneci porque não tinha para onde ir, continuei a receber pela Secretaria de Educação, mas prestava serviços para a Ciência e Tecnologia. A gente estava emprestado para Ciência e Tecnologia. Então, alguns funcionários administrativos permaneceram nessa situação, uns 2 ou 3, e os professores do núcleo comum, praticamente todos foram embora, só ficou uma professora de Geografia, inclusive foi minha professora, professora Conceição, ela preferiu ficar, ela estava praticamente perto de aposentar, eu não sei como é que ficou a situação funcional dela, eu não tinha muita familiaridade com esse assunto na época, mas ela ficou. E os novos professores vieram também pela Secretaria de Educação, mas todos OFAs, aliás, todos ACTs, na época era essa a designação, ou seja, todos os

professores sem cargo efetivo no Estado. No pessoal administrativo, recebemos alguns contratados pelo Baneser para trabalhar na Secretaria. A Mara, que hoje trabalha na Etec “Ruth Cardoso”, foi contratada pelo Baneser. Depois, ela fez o concurso e entrou pelo Centro Paula Souza.

Nessa transição, veio o professor Jorge e assumiu a direção da escola. Ficamos nessa situação: a escola vinculada à [Secretaria de] Ciência e Tecnologia. A escola era da Ciência e Tecnologia. Os professores e funcionários, na sua grande maioria, da Educação ou do Baneser até o final de 1993, quando foi feita a transferência das Etecs das Agrícolas e das Industriais para o Centro Paula Souza. Em 1994, iniciamos como Centro Paula Souza. Tivemos mais uma debandada de professores. Alguns foram aproveitados, contratados como temporários. Não foi feito nem o processo seletivo, como se faz hoje. Fomos contratados direto como professores temporários. Em meados de 1994, foi aberto concurso público do qual participaram praticamente todos os professores que ministravam aulas na época. Só que eram pouquíssimas aulas que havia. Eles abriram poucas vagas, tinham três ou quatro vagas para cada habilitação e, para as matérias do núcleo comum, uma ou duas vagas. Os professores de Edificações que entraram para ministrar aulas eram todos novos. Foram contratados para as aulas que havia [durante o] dia para as disciplinas autorizadas pelo concurso.

Feito esse concurso, em 1995, iniciei como professor efetivo. Eu passei no concurso, classifiquei, em primeiro lugar, na disciplina de Eletricidade. Dei sorte, pois foi matéria que eu ministrava naquele ano. Depois, com a entrega de títulos, eu fiquei em terceiro. Eu tinha menos tempo de casa. Todos passaram, acabaram entrando, foram respeitosos com o espaço dos colegas, afinal, o primeiro poderia assumir todas as aulas do concurso. Eram só dez aulas. Se ele pegasse essas dez aulas, só ele entrava. Cada um pegou duas, depois ampliou, porque sabíamos que teriam mais aulas em ampliação. Assim, todos que passaram no concurso acabaram efetivando. Alguns colegas não passaram. Aí, ficaram por dois anos e tiveram que sair.

Assim, começou essa jornada a partir de 1994 dentro do Centro Paula Souza. Na época da Educação, havia pouquíssimo investimento. Os equipamentos [eram] bem defasados. Na minha época de aluno, recebemos alguma coisa na escola pelo projeto do MEC-Bird, mas foi pouquíssima coisa. Passamos por uma reforma grande quando eu entrei, em 1985, mas o investimento era muito limitado. Até recursos para

a compra de material de consumo e para as aulas práticas era bem limitado, era um problema muito sério. Com a entrada do Centro Paula Souza, a partir de 1994, tivemos um período de grande investimento, abertura de cursos e chegada de equipamentos.

Sáímos dos quatro cursos tradicionais que a escola sempre teve: Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica e começamos a abrir os cursos novos. Primeiro, o de Turismo, que hoje virou Agenciamento de Viagens. Engraçado que a primeira turma de Turismo só havia professores do núcleo comum, professores de História, Geografia, Língua Portuguesa. Depois, foram entrando os professores da área de Turismo e Hospitalidade. Abrimos Informática e foi uma demanda muito grande. Passou a ter, referente à Informática – muito ligada à Eletrônica – a minha turma, que se formou em 1988, que foi a primeira que teve aulas de Informática. Era uma disciplina no último ano, eu não lembro o nome correto, acho que era programação ou computação, era um nome bem arcaico, posso até verificar no histórico. Inclusive, era o professor Maurício, que trabalha na Federal e na UniSanta, que ministrava essa aula. Não tinha computador na escola. Recebemos no final daquele ano dois TKs 3000 ou TK 4000, não lembro ao certo, nem computador que era. Não tinham nem *drive*, não podíamos salvar os programas. Ligávamos, fazíamos a programação e não tinha como salvar. Parecia um negócio bem inútil que não fazia muito sentido. Lembro que ele ensinava a programação na lousa.

Foram entrando outros cursos, assim como as disciplinas de Informática inseridas em todos os cursos. Por consequência, abriu demanda para o curso de Informática, que foi o segundo a ser aberto na era Ceetps. Depois, abrimos Telecomunicações, que logo fechou, Desenho de Construção Civil e vários outros na sequência. A escola foi evoluindo nesse tempo desde então. Obviamente que o Centro Paula Souza investiu bastante na escola, o que possibilitou essa evolução. A entrada do professor Jorge resolveu um problema muito sério da época da Educação quanto à disciplina e ao comprometimento por parte dos alunos. Ele entrou no final de 1992 para 1993 e fez uma revolução dentro da escola, que facilitou pelo fato de ele ter chamado todos os professores, todos que estavam ministrando aula, em sua maioria professores do núcleo comum, ele contratou pela Educação.

Lembro que, em 1994, eu ministrava aulas para uma turma que só tinha retidos, era um terceiro ano de Eletrônica, à noite. Eram 30 alunos, todos repetentes,

ficou retida uma sala inteira. Não tinha essa cobrança que a gente tem hoje de perda de aluno e essas coisas, mas a melhora foi aparente. Tanto é que você encontrava com ex-alunos e escutava frases como “a escola melhorou” ou “está bem melhor agora!”. Mas, estava do mesmo jeito: a escola, equipamentos, só estava bem mais rigoroso o controle que tinha implantado o professor Jorge e a sua equipe. A professora Ieda, que é a minha esposa, foi diretora do “Aristóteles” por muitos anos, depois diretora do “Escolástica Rosa” e, hoje, é coordenadora pedagógica no “Escolástica”. Ela veio junto com ele, tinha um cargo na Educação, veio como professora de Biologia e começou a coordenar o Ensino Médio. Ele tinha uma coordenadora em cada período e, assim, a escola deu uma boa levantada. Depois, com a entrada para o Centro Paula Souza, conseguimos também ter bastante investimento, o que era bem difícil na época da Educação. Até material, que hoje temos disponibilidade para comprar, material para aulas práticas, não tinha esses recursos feito hoje pelo adiantamento. Então, era muito difícil a compra de material.

Antes da integração ao Centro Paula Souza, todos os cursos eram integrados, mas ainda não se usava essa denominação e eram em período único, o aluno não estudava pela manhã e tarde como os atuais integrados. Quando o professor Jorge assumiu a direção, iniciou a implantação de duas modalidades novas de curso que chamamos hoje de técnico modular. Na época, chamava “Curso de Qualificação Profissional”, o QP4, todos no período noturno. Todos os cursos eram de quatro semestres. Inclusive, a escola foi piloto nesse tipo de curso dentro da Ciência e Tecnologia, depois do Centro Paula Souza.

Nessa época que começamos a fazer o processo seletivo, os candidatos se inscreviam e a seleção era feita por prova e entrevista e os professores faziam as entrevistas. Era um pré-requisito ter o Ensino Médio completo, diferente de hoje que o aluno pode entrar no técnico estando matriculado no segundo ano do Ensino Médio. Naquela época tinha que estar com o Ensino Médio concluído. Tivemos muita demanda do pessoal de Indústria. Tivemos uma turma, por exemplo, de Eletrônica, que 80% dos alunos eram funcionários da Telesp. Muitos funcionários de anos de Telesp que não tinham como fazer o técnico viram essa oportunidade. Um deles viu e falou para os colegas e veio uma turma inteira. Nos anos seguintes, ainda tivemos muita demanda de funcionários da Telesp. O Crea fez uma auditoria na Telesp e verificou que havia muito funcionário com cargo de técnico sem o curso

técnico. Eles deram um prazo para regularizarem essa situação e foi justamente nessa mudança da escola.

No período matutino, foi aberto o primeiro integrado em período integral, manhã e tarde, inclusive, quando foi feito o concurso, em 1994, era justamente para aulas desses cursos. Eu não tinha aulas de dia, só à noite, tinha outros compromissos profissionais e, entrando esses cursos, eu tive que passar a ministrar aulas de manhã. Lembro que atribuí seis aulas e vinha um dia da semana para a escola de manhã, mas a maioria das minhas aulas continuou no período da noite. Depois, foram feitas diversas mudanças e ficaram só os técnicos noturno e os integrados durante muito tempo. O Centro Paula Souza, por algum motivo, extinguiu os integrados e abriu os técnicos modulares tanto de noite quanto de dia e passou a oferecer o Ensino Médio regular, ficando muitos anos com essa característica. No começo foram três, depois quatro turmas de Ensino Médio e os técnicos. Tinha o técnico Eletrônica e Eletrotécnica de manhã. Tivemos uma época em que Mecânica e Edificações foram oferecidos de dia. A Informática e o Agenciamento de Viagem também de dia, mas, como tiveram muita evasão, muita perda de alunos, o Centro voltou a liberar as turmas de integrado. Retomou dentro do “Aristóteles Ferreira”, se não me engano em 2014, a primeira turma de Informática, depois em 2015, Eventos e Eletrônica. Depois, trocou Eventos por Eletrotécnica até abrir os M-Tecs, a nova modalidade dos cursos integrados.

Ficamos com o “QP” durante muitos anos após a migração para o Centro Paula Souza, que regulamentou os cursos técnicos. No início, com dois anos, eram exatamente esses cursos técnicos do “QP” que, depois, foram sendo convertidos para cursos com um ano e meio. Porém, alguns cursos mantiveram-se com dois anos ou voltaram a ser oferecidos assim. Atualmente, oferecemos essas modalidades todas de curso dentro da escola: integrado, M-Tec de seis horas por dia em período único e ainda temos técnicos nos períodos, poucas turmas no período vespertino e matutino, e os técnicos, à noite, que é o nosso padrão, com muitos cursos.

Baneser era da época do Fleury, tinha o Banespa, Banco do Estado de São Paulo e o Baneser, Banespa Serviços. Era uma empreiteira que fornecia mão de obra para vários órgãos do estado. Assim como hoje, o estado segurava os concursos públicos. Tinha muitos órgãos públicos com déficit de funcionários. Então, quando houve essa migração da Educação para a Ciência e Tecnologia,

consequentemente, houve a migração dos funcionários, que já eram poucos, à época. A maioria deles preferia não ficar emprestado pelo risco que corriam e quando puderam escolher uma sede perto de casa, ou uma escola mais fácil ou, ainda, uma escola que fosse mais tranquila para trabalhar. Pediram a transferência e não ficaram emprestado no “Aristóteles”.

A tendência geral foi essa. Ninguém sabia o que iria ocorrer, se alguma transferência compulsória para um lugar desconhecido... Alguns funcionários estatutários foram transferidos para Ciência e Tecnologia. Tanto é que, no interior, ainda tem esses funcionários que migraram da Educação para a Ciência e Tecnologia. Hoje, eles são vinculados à Ciência e Tecnologia, mas prestam serviço para o Centro Paula Souza. Olha a loucura! Mas, a maioria desses funcionários já está aposentando. Existia essa possibilidade para o funcionário administrativo ser transferido da Educação para Ciência e Tecnologia, ficavam na Ciência Tecnologia. Qual era o risco? A Ciência e Tecnologia passa a escola, como passou, para o Centro Paula Souza, e a pessoa não poder ficar, tem que ir para uma outra autarquia ou outro órgão dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Ocorreram alguns casos fora daqui da Baixada [Santista]. O funcionário ficou na escola transferido da Educação para a Ciência e Tecnologia. A escola foi transferida da Ciência e Tecnologia para o Centro Paula Souza e esse funcionário não quis ficar, não quis ir para o Centro Paula Souza emprestado. Ele preferiu ficar dentro da Ciência Tecnologia e colocaram ele em outro órgão vinculado à Secretaria de Ciência Tecnologia.

O pessoal do Baneser não era funcionário público, não era contratado por concurso público, era uma empreiteira, era contratado por prazo determinado. É como atualmente a Mazzini, uma empreiteira atual no mercado. Todos foram funcionários que eram solicitados pelas unidades e o Baneser contratava e alocava essa mão de obra. Inclusive, dava muita confusão, porque o valor do vale refeição e o salário do Baneser eram maiores. Lembro que, na época, criou um grande desconforto na escola.

Financeiramente, o salário da Educação sempre foi menor do que o Centro Paula Souza. No início, o “Paula Souza” era mais restrito, tinham poucas escolas e a diferença era bem grande, muito grande mesmo. Não lembro o quanto eram proporcionais, o pessoal falava que era quatro, cinco vezes. Tem gente que falava que era dez vezes, mas o salário era bem menor. Quando foi feita a transição, os

professores continuaram recebendo pela Educação. Só quando mudou para o Centro Paula Souza que realmente houve um ganho. Eu não lembro em termos de valores, mas foi uma grande melhoria. O fato melhor para os professores da área técnica foi a segurança de ter uma carreira que até então não tinha, como tem hoje. Por exemplo: os falecidos Edmilson, Frias e Sandall. Eles estavam na mesma referência desde que entraram na escola. O único benefício que eles ganhavam a mais era o Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Inclusive, esses professores eram os mais antigos e, como tinham a estabilidade da Constituição de 1988, eles ficaram, durante o ano de 1993, emprestados pela Educação para a Ciência e Tecnologia. Em 1994, quando foi feita a transição para o Centro Paula Souza, eles tiveram que escolher uma sede e foram transferidos para outras escolas estaduais. Só que como não tinha aulas para eles, não tinha nenhuma disciplina na parte técnica, eles ficavam à disposição da direção. Tinha professor com um pouquinho mais de disponibilidade em fazer serviços de elétrica, teve um professor que um dia chegou na escola, o diretor descobriu que ele tinha diploma de Educação Física e o colocou nas aulas de Educação Física. Mas, a grande maioria ficou à disposição, recebendo dez aulas na Secretaria da Educação.

A diferença, na época, era muito grande. Tinha uma diferença salarial boa, não era muito absurdo, dez vezes, como falavam. Mas, foi uma grande melhoria. Já esse pessoal do Baneser, eram quatro funcionários administrativos e um pessoal de limpeza também. Tinha a comparação com os salários do pessoal da Educação, o salário era maior, o *ticket* alimentação era maior e criou um pouquinho de celeuma. Inclusive, no Baneser, teve um escândalo e foi descoberto um setor de cabide de emprego ou favorecimento, por exemplo. Precisava de um assessor, a pessoa era indicada, contratada como assessor pelo Baneser com um grande salário e não ia trabalhar. As meninas, chegamos a ter cinco funcionárias, elas trabalhavam direitinho. Quando passou para o Centro Paula Souza, elas foram contratadas como temporárias. Algumas delas, no caso da Mara, como temporário administrativo, que, na época, o Centro Paula Souza tinha o temporário administrativo. A Margareth entrou nessa situação temporária, assim como o Adalberto, que entrou como oficial de manutenção temporário. Depois, foram feitos os concursos públicos para os cargos efetivos do Centro Paula Souza. A Mara efetivou como agente técnico administrativo, Adalberto, como vigia, e por aí foi.

O QP4 foi criado para as quatro habilitações, que eram os cursos como integrados de quatro anos. Eles entraram em processo de extinção. Inclusive, o professor Jorge usava um termo engraçado para denominar essas turmas. Eram as “turmas do Ibama”, as turmas que estavam sendo extintas. Durante o dia, havia os cursos em período integral e, à noite, o “QP”. Tinha o QPA4 que era de Eletrônica, QPB4 de Eletrotécnica, o QPC4 de Edificações e o QPD4 de Mecânica, eram só esses quatro cursos, todos de dois anos e eram cursos de qualificação profissional. Depois, davam o diploma de técnico ao aluno que já tinha Ensino Médio, havia uma regra. Essa parte de legislação de diploma eu não entendo muito bem, mas saíam com diploma de técnico.

Até hoje aparecem esses casos. Outro dia, a Orita me chamou para analisar o caso de um aluno. Ele trouxe a equivalência para comprovar o estágio, que era obrigatório, na época, para esses cursos. Ele acabou o curso, foi trabalhar na área e nunca precisou de diploma. Acontecia muito isso. E, agora, precisou por algum motivo, ele foi na escola e tivemos que resgatar toda essa história do curso de qualificação profissional. Já os cursos novos: Agenciamento de Viagens, de Informática, Telecomunicações, desde que foram implementados, já foram no formato de cursos técnicos modulares, como são até hoje.

Foi o professor Jorge que conseguiu o pessoal do Banaser. Ficamos sem funcionários, todos os funcionários administrativos de secretaria foram para outra sede, assim como os professores, porque existia o temor de, depois, não conseguir se realocar. Quando abriu a disponibilidade para eles irem para outra escola, por exemplo, o “Andradas”, “Olga”, “Ablas” ou até o “Luiza Macuco”, o medo deles era de não aproveitar a oportunidade de transferência e, quando fossem pedir, não terem essas opções e terem que ir para Bertiooga, Zona Noroeste ou morro e, conseqüentemente, longe de onde estava trabalhando.

Não lembro se alguém foi para o “Escolástica Rosa”. Os professores do “Escolástica Rosa” que, na época, tinha o Ensino Técnico, se não me engano Nutrição, Metalurgia e mais algum outro curso que eu não lembro, tinha professores muito antigos. Os professores do “Aristóteles” não tinham pontuação para ir para lá. Sei que muitos foram para o “Andradas” e para o “Ablas”, que eram perto do “Aristóteles”, mas o pessoal se espalhou pelas escolas. Lembro de um professor que já estava para aposentar, [tirou a] licença-prêmio e aposentou, mas o pessoal do

técnico não tinha opção. Não tinham para onde ir. Todos ficaram, até porque não tinham opção.

Com o concurso, a grande maioria dos professores da Eletrônica permaneceu, assim como na Eletrotécnica e Mecânica. Mas, dentro da área de Edificações, deu uma trocada. Lembro que, da época de aluno e de quando comecei como professor, não ficou ninguém e não tem ninguém atualmente, mesmo no início do Centro Paula Souza. Não ficou ninguém do curso de Edificações. [Eram] novos todos os professores que entraram pelo concurso público de 1994.

Quanto aos cursos de Esquema, a Fatec São Paulo tinha o Esquema regular, chamado de Esquema 1, apenas para os graduados. Esses cursos, inicialmente, eram oferecidos pelo Centro Paula Souza, com aulas de segunda a sexta, durante um ano. Então, era bem puxado e o pessoal tinha muita dificuldade para cursar. Depois, devido ao acréscimo das Etecs, eles começaram a oferecer esses cursos na modalidade que hoje a gente chamaria de híbrida, uma vez por semana presencial e com atividades a distância para complementar a carga horária. Foi nessa modalidade que a maioria dos professores do “Aristóteles Ferreira” conseguiu cursar, inclusive de maneira centralizada. Hoje esse curso é oferecido na modalidade EaD e o alunos apenas fazem as avaliações presenciais. Na minha turma, foram oferecidas 40 vagas. Foi feito o vestibular, tinha que fazer o vestibular, que só havia 35 inscritos. O curso era muito puxado para o pessoal, foi o único curso que teve. Meu diploma é da Unesp, saiu registrado pela Unesp. Nessa época, a Fatec era vinculada à Unesp.

Eu tive a oportunidade, como não tenho graduação, apenas o técnico, dei muita sorte, pois, logo que iniciei como professor em 1991, imediatamente depois a Secretaria de Educação ela fez um convênio com o Centro Paula Souza para oferecer o curso de licenciatura para os técnicos em Eletrônica. Antes dessa, tiveram turmas para Eletrotécnica e Mecânica, onde o Ito e alguns outros professores que não estão mais na escola cursaram. Nessa turma de Eletrotécnica, eles aceitaram também professores de Eletrônica. Então, Sandall, Almeida e o Frias fizeram. Inclusive, a licenciatura deles desse primeiro Esquema é para Esquema 2 de Eletrotécnica, mesmo eles tendo formação em Eletrônica. Isso que motivou a diretora, professora Maria Helena, que entrou em 1990, a forçá-los a ministrar aulas na Eletrotécnica. No final do ano, ela falou que, como eles não tinham formação para dar aulas na Eletrônica, teriam que ir ministrar aulas na Eletrotécnica. Foi assim

que o Sandall, Almeida e o Frias foram para a Eletrotécnica. Antes disso, eles só davam aula na Eletrônica. Tendo que ir obrigados para a Eletrotécnica, eles ficaram bastante chateados em ver, dando aula no lugar deles, eu e mais uns outros ex-alunos que iniciamos como professor. Depois, a gente conseguiu se restabelecer. Perceberam que não foi culpa nossa e, sim, uma regra da legislação.

Sinceramente, eu não entendo qual foi o real motivo. Acredito que não tinha professor de Eletrotécnica, não tinha a oferta de curso de Engenharia que tem hoje, era muito restrito. Lembro, no “Santa Cecília”, naquela época, a quantidade de ônibus que vinha de São Paulo para o pessoal cursar Engenharia. Então, havia muita dificuldade de conseguir professor. Tanto é que tinha uma liberação na LDB que autorizava o professor, sem a necessidade da licenciatura. Hoje, é uma dificuldade para contratar professor. Não pode nem fazer processo seletivo para professor que só tem técnico, não pode nem participar.

Com a abertura dessa turma, em 1991, eu e os professores Carlos Barreira, Marcelo Luiz, o irmão do professor Carlos Barreira, professor Ângelo e os três Sandall, Almeida e Frias, nos matriculamos e concluímos juntos. Os três dispensaram as matérias pedagógicas nesse Esquema 2. Tinha a parte pedagógica com Metodologia do Ensino, Psicologia, Metodologia de Trabalho Científico, nem lembro mais o nome das matérias – faz tanto tempo – e só cursaram as disciplinas da complementação específica da área. Esse curso era diferente do Esquema 1, que era para quem tinha graduação. No Esquema 2, tinham disciplinas de Engenharia voltadas para áreas específicas. Eram quatro matérias em que os alunos estudavam assuntos complementares a sua formação de técnico. É essa a diferença do Esquema 1 para o Esquema 2.

Os professores que faziam o Esquema 2 de Eletrotécnica possuíam formação pedagógica e a formação complementar da parte técnica da sua formação específica, no caso da área de Elétrica. A mesma coisa em Mecânica, curso que também foi híbrido. Esse Esquema era bem estranho. Tínhamos aulas no sábado inteiro, eram os três períodos de aulas, em São Paulo. Além disso, tivemos aulas nas férias de janeiro e julho, de segunda a sexta, também na Fatec São Paulo, e ainda tinham as atividades complementares, que fazíamos para completar a carga horária, era um curso híbrido. Não chamavam assim na época, mas era híbrido. Esse curso durou dois anos e meio, bem diferente do Esquema 1, que era de apenas um ano com aulas de segunda a sexta.

Então, como esse curso começou em fevereiro ou março de 1991, logo que comecei como professor, foi uma grande sorte quando abriu concurso. Tinha professores que estavam há dez anos em sala de aula – caso do Barreira, que estava há muito tempo esperando esse curso. Enfim, terminamos em meados de 1993 e, quando abriu o concurso para o Centro Paula Souza, em 1994, eu estava com diploma e consegui participar.

Eu consigo continuar a ter aulas porque eu fiz a licenciatura. Se não tivesse feito, não poderia mais. Eu não lembro exatamente qual foi o argumento, porque eu era aluno na época, quando eu entrei, em 1991, já tinha sido feita essa transferência compulsória deles para a Eletrotécnica. Acho que o argumento da Maria Helena foi o de não termos professores de Eletrotécnica, mas tinha na unidade professores licenciados em Eletrotécnica. Então, vão ter que ir dar aulas lá. Além deles, tinha a Alzira, que é engenheira e podia dar aula lá em Eletrônica. Marina, Cléber e mais alguns professores que já eram de Eletrônica e que podiam dar aula na Eletrotécnica. Dessa época da Educação, os únicos que permaneceram foram o Cid e o Meirelles, além do Edmilson, mas eles já eram da Eletrotécnica e só ministravam aulas. Na verdade, eu não sei o argumento que ela usou, só sei que ela conseguiu e eles foram para a Eletrotécnica na marra.

Alguns professores fizeram o técnico na escola e cursaram o Esquema 1, caso do Gilson. Ele não tinha aulas na parte técnica porque ele não tinha a licenciatura para a parte técnica. Ele entrava algumas vezes em aulas na parte técnica, já na época do Centro Paula Souza, só em substituição. Quando era Educação, ele tinha aulas. Era igual ao meu caso: era técnico e tinha a autorização para ser professor. Ele deu aula [por] muitos anos na parte técnica. Quando virou Centro Paula Souza, ele praticamente só dava aulas da área do curso de Ciências Contábeis.

Considerações finais: balanço do primeiro contato com Marcos Augusto Cunha Couto Estácio

A entrevista, finalmente iniciada após uma hora do horário combinado, foi bastante esclarecedora quanto a números, datas e sequências cronológicas, principalmente no período final da subordinação à Secretaria da Educação, preparação para a entrada ao Centro Paula Souza, quando já pertencia à Secretaria

de Ciência e Tecnologia, período de muitas e significativas mudanças na instituição e, finalmente, no início das atividades da unidade como escola técnica do Centro Paula Souza.

A entrevista, gravada em duas partes, durou quase duas horas. A primeira parte, encerrada após a aparente definição dos registros das memórias do colaborador, precisou ter a gravação novamente inicializada para registro do episódio sobre seu ingresso como professor na instituição e o curso Esquema, que muito influenciou em sua carreira docente.

ANEXOS

ANEXO A: INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A VIDA ACADÊMICA DOS PROFESSORES CITADOS NAS ENTREVISTAS COMPILADAS PELO COLABORADOR MARCOS AUGUSTO COUTO CUNHA ESTÁCIO

Seguem informações que conseguimos localizar nos prontuários e arquivos na Etec “Aristóteles Ferreira”.

A maioria dos professores que são citados na pesquisa não trabalhou no CEETPS e, portanto, seus prontuários foram enviados para a Diretoria Regional de Ensino em caso de desligamento definitivo ou para a outra unidade da Secretaria da Educação aos que optaram pela transferência de Sede após a transferência do Aristóteles Ferreira da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

1. José Cid Filho => professor do curso técnico em Eletrotécnica, foi coordenador desse curso durante muitos anos na época da secretaria da Educação. Durante um tempo foi coordenador do curso de Mecânica também. Não tenho o tempo dele da Educação, como era estável deve ter levado o tempo para outra EE. Pelo Centro Paula Souza trabalhou na Etec Aristóteles Ferreira nos períodos:
 - de 01/02/1994 a 31/01/1996 => 2 anos => temporário
 - de 02/09/1996 a 12/12/1997 => 1 ano e 3 meses => temporário
 - de 11/05/1999 a 24/01/2001 => 1 ano e 8 meses => prazo indeterminado, rescisão por problema de acúmulo.

Na sequência sua primeira autorização para lecionar em 1972 (publicação mais antiga com seu nome no DOE)

2. José Pedro Rodrigues Frias => professor dos cursos técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica, durante muitos anos lecionou somente durante o período noturno pois trabalhava durante o período diurno na Cosipa. Não tenho o tempo dele da Educação, como era estável deve ter levado o tempo para outra EE. Pelo Centro Paula Souza trabalhou na Etec Aristóteles Ferreira nos períodos:
 - de 01/02/1994 a 31/01/1996 => 2 anos => temporário
 - de 11/05/1999 a 19/10/2015 => prazo indeterminado
3. Marcos Augusto Couto Cunha Estácio => professor dos cursos técnicos em Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações. Coordenador do curso técnico em Eletrônica no período de fevereiro/2010 a julho/2012

- de 18/03/1991 a 31/01/1994 => professor ACT pela Secretaria da Educação
- de 01/02/1994 a 31/01/1995 => professor temporário (CPS)
- a partir de 01/02/1995 => professor contratado por prazo indeterminado (CPS)

4. John Paul Sandall Junior => professor dos cursos técnico em Eletrônica e Eletrotécnica, foi coordenador do curso técnico em Eletrônica durante muitos anos na época da secretaria da Educação. Durante um tempo foi coordenador do curso de Edificações também

- de 01/03/1973 a 31/01/1994 => professor ACT pela Secretaria da Educação
- de 01/02/1994 a 31/01/1995 => professor temporário (CPS)
- de 01/02/1995 a 30/09/2019 => professor contratado por prazo indeterminado (CPS)

OBS. Afastou-se em fevereiro de 2011 por problemas de saúde, posteriormente foi aposentado por invalidez. Faleceu em 2019.

5. Gilson Roberto Rozo Guimarães => na época da Secretaria da Educação lecionou através de sua formação como técnico nos cursos de Eletrônica e Eletrotécnica e em caráter excepcional durante um período no CPS. Em 13/03/2000 foi contratado por prazo indeterminado pela formação de Ciências Contábeis, passou a lecionar nos cursos de Agenciamento de Viagem e Eventos (foi coordenador desse curso durante um ano e coordenador do curso técnico em Eletrotécnica dentro do programa VENCE na EE Olga Cury durante 18 meses). Consta um período de coordenação de 01/02/2004 a 31/01/2007 na Etec Dona Escolástica Rosa (coordenador da área de gestão), Em fevereiro de 2017 afastou-se junto ao INSS e posteriormente aposentou-se por invalidez.

Foi professor pela secretaria da Educação no período de 17/03/1981 a 01/03/1982

Foi contratado por prazo determinado nos seguintes períodos:

- de 21/03/1996 a 04/04/1997 => professor temporário (na área de Eletrônica e Mecânica)
- de 08/05/1998 a 22/12/1998 => professor temporário (na área de Eletrônica)
- a partir de 13/03/2000 => professor contratado por prazo indeterminado

6. Carlos Kenji Ito é professor do curso técnico em Mecânica, foi coordenador do curso técnico em Mecânica durante muitos anos na época da secretaria da Educação e durante 5 anos pelo CPS . Não tenho o tempo dele da Educação, como era estável levou o tempo para outra EE. Pelo Centro Paula Souza trabalhou na Etec Aristóteles Ferreira nos períodos :

- de 01/02/1994 a 31/01/1995 => professor temporário (CPS)
- desde 01/02/1995 a 30/09/2019 => professor contratado por prazo indeterminado (CPS) .

OBS.: consta a informação (para elaboração da plaquinha) que ele tinha 13 anos da educação, em 2021 completou 41 anos de unidade.

7. Edmilson José Scarrassulo Filho => professor do curso técnico em Eletrotécnica.

- de 28/09/1978 a 31/01/1994 => professor ACT pela Secretaria da Educação
- de 01/02/1994 a 31/01/1995 => professor temporário (CPS)
- de 01/02/1995 a 22/12/2016 => professor contratado por prazo indeterminado (CPS) .

8. Jorge Monteiro Junior foi localizada apenas a sua designação de empréstimo para serviços entre as Secretarias da Educação e Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico ocorrido o afastamento em maio de 1992 para prestar serviço junto a Ciência e Tecnologia (em anexo a seguir)

Professor. Marcos Augusto Couto Cunha Estácio
Diretor de Serviços da Etec "Aristóteles Ferreira
ETEC 035 - Santos/SP

ANEXO B - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO COM AUTORIZAÇÃO AO PROFESSOR JOSÉ CID FILHO PARA LECIONAR, EM 1972

1972, 26 DE OUTUBRO DE 1972

DIÁRIO OFICIAL Estado de São Paulo

00 qq; Theresza Procopio da Silva - 4.0 qq; Lucia Tavares Pass de Souza - 1.0 qq; Eudá Tavares Pass de Souza - 2.0 qq; Lucia Tavares Pass de Souza - 3.0 qq; Lucia Joanna Negro Ferreira - 4.0 qq; Dulce dos Santos - 5.0 qq; Rubens Marcelo do Nascimento - 6.0 qq; Luiz José da Cunha - 7.0 qq; Wilson Moreira da Silva - 8.0 qq; Relação no 101-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-3 Santos.

Relação no 102-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-9 Campinas Antonio Capobianco - 5.0 qq; Atílio Destro - 1.0 qq; Carmelinda Tomazani - 2.0 qq; Maria José Raupp Prado - 1.0 qq; Maria José Rimpazzato Prado - 2.0 qq; Maria Lucia de Stefani Zunini - 1.0 qq; Maria José Lopes Pinheiro - 1.0 qq; Neyde Rodrigues da Cunha - 4.0 qq; Angelo Zaccante Filho - 1.0 qq; Elvira Christofolini de Salvo - 4.0 qq; Francisco Amendola - 6.0 qq; Olavo Ferreira da Silva - 6.0 qq.

Relação no 103-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-7 Ribeirão Preto Josephina Maria de Oliveira - 2.0 qq; Miguel Afonso Lapolla - 1.0 qq; Eunice Salermo Zappalá - 1.0 qq; Sândi Fréddelli - 2.0 qq; Mauro Maciel - 3.0 qq; Thelma Loureiro - 3.0 qq; Lourenço Arone - 3.0 qq; Célia Aparecida Magalhães Cervi - 1.0 qq; Célia Aparecida Magalhães Cervi - 2.0 qq; Devanir Zanelli - 1.0 qq; Afili Elias - 1.0 qq; Afili Elias - 2.0 qq; Cleide Monteiro de Almeida - 2.0 qq.

Relação no 104-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-9 Baurão Odílio José de Lima - 6.0 qq; Pedro Estro Anny - 1.0 qq; Ruth de Van Nascimento - 5.0 qq; Oly de Macedo - 5.0 qq.

Relação no 105-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-9 São José do Rio Preto Maria de Lourdes Passarim Garcia - 1.0 qq; Maria de Lourdes Passarim Garcia - 2.0 qq; Ernestina Francisca Maria Moura Carrasoz - 1.0 qq; Ernestina Francisca Maria Moura Carrasoz - 2.0 qq; Evaldo Batista - 1.0 qq; Evaldo Batista - 2.0 qq; Sergio Miola - 1.0 qq; Waldemar da Silva - 3.0 qq.

Relação no 106-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-10 Aracatuba Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 1.0 qq; Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 2.0 qq; Zulmira Gellis - 1.0 qq; Zulmira Gellis - 2.0 qq.

Relação no 107-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-11 Presidente Prudente Ytneu Bastião de Souza - 1.0 qq; Emília Theresza de Andrade Romancini - 1.0 qq.

SETOR DE ESTUDIOS DE PESSOAL

Sobrestamento autorizado Oswaldo Berthel - R. G. n. 3.464.661 - Marceireto - 1.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 1.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 2.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 3.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 4.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 5.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 6.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 7.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 8.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 9.0 qq; "Prof. Alencar de Almeida" - R. G. n. 1.128.886 - 10.0 qq.

Relação no 108-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-10 Aracatuba Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 1.0 qq; Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 2.0 qq; Zulmira Gellis - 1.0 qq; Zulmira Gellis - 2.0 qq.

Relação no 109-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-11 Presidente Prudente Ytneu Bastião de Souza - 1.0 qq; Emília Theresza de Andrade Romancini - 1.0 qq.

Relação no 110-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-10 Aracatuba Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 1.0 qq; Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 2.0 qq; Zulmira Gellis - 1.0 qq; Zulmira Gellis - 2.0 qq.

Relação no 111-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-11 Presidente Prudente Ytneu Bastião de Souza - 1.0 qq; Emília Theresza de Andrade Romancini - 1.0 qq.

Abner Magrini - R. G. n. 4.147.328 - do GIE, "Oca, Lacaia Leme", em Bragança Paulista - 30 dias a partir de 21-10-72 referentes ao período de 1-3-72 a igual data de 1968. - Proc. DET. n. 4864-72; 4.800.731 - do GIE, "Professor Armando Bayeux da Silva", em Rio Claro - 60 dias a partir de 12-10-72 referentes ao período de 1-3-62 a igual data de 1968. - Proc. DET. n. 6961-72; 4.980.581 - do GIE, "Oca, Lacaia Leme", em Bragança Paulista - 90 dias a partir de 20-10-72 referentes ao período de 1-3-62 a igual data de 1968. - Proc. DET. n. 9865-72; 1.545.549 - do GIE, "Julio Mesquita", em Santo Amaro - 60 dias a partir de 4-10-72, referentes ao período de 1-3-61 a igual data de 1968. - Proc. DET. n. 4365-71; Professor - QG-PP-II - ref. "169"; José Leão - R. G. n. 235.478 - grau "D", do GIE, "José Rocha Mendes", na Capital - 30 dias a partir de 5-10-72 referentes ao período de 12-11-69 a igual data de 1967. - Proc. DET. n. 4832-71; Servante - QG-PP-III - ref. "4"; Leão Mantovan - R. G. n. 4.731.276 - grau "C" do GIE, "Dr. Francisco Nogueira de Lima", em Casa Branca - 30 dias a partir de 12-10-72, referentes ao período de 14-2-60 a igual data de 1968. - Proc. DET. n. 5567-72;

Relações-premio concedidas nos termos dos artigos 892 a 894 da Lei n. 18.081-68. Escriturário extranumerário mensalista - padrão "11-A"; José Leão - R. G. n. 235.478 - grau "D", do GIE, "José Rocha Mendes", na Capital - 30 dias a partir de 5-10-72 referentes ao período de 12-11-69 a igual data de 1967. - Proc. DET. n. 4832-71; Servante - QG-PP-III - ref. "4"; Leão Mantovan - R. G. n. 4.731.276 - grau "C" do GIE, "Dr. Francisco Nogueira de Lima", em Casa Branca - 30 dias a partir de 12-10-72, referentes ao período de 14-2-60 a igual data de 1968. - Proc. DET. n. 5567-72;

Relações-premio em pecúnia, deferidas nos termos dos artigos 215 e 216 da Lei n. 18.081-68. Myrian Gomes Ferreira, R. G. n. 1.211.188, Professora QG-PP-II - padrão "16-B" do GEDMAE, "Carlos de Campos", na Capital, 45 dias referentes ao período de 3-6-67 a igual data de 1972, ficando 43 dias restantes para gozo oportuno. Proc. DET. n. 6353-72; Adolpho Teixeira - R. G. n. 2.337.029, Escriturário QG-PP-II, padrão "11-C", do GIE, de Itapirapava, 45 dias referentes ao período de 1-7-65 a igual data de 1970, ficando 43 dias restantes para gozo oportuno. Proc. DET. n. 4911-72;

Alceu Papa, RG. n. 2.420.399, Escriturário QG-PP-II, padrão "11-C", do GIE, "Prof. Alencar de Almeida", em Americana, 45 dias referentes ao período de 1-8-67 a igual data de 1972, ficando 43 dias restantes para gozo oportuno. Proc. DET. n. 5078-72; João Baptista de Souza, RG. n. 4.183.364, Servente QG-PP-III, padrão "4-C", do GIE, "João Belarmino", em Amparo, 45 dias referentes ao período de 1-8-67 a igual data de 1972, ficando 43 dias restantes para gozo oportuno. Proc. DET. n. 5710-72;

Relação no 112-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-10 Aracatuba Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 1.0 qq; Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 2.0 qq; Zulmira Gellis - 1.0 qq; Zulmira Gellis - 2.0 qq.

Relação no 113-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-11 Presidente Prudente Ytneu Bastião de Souza - 1.0 qq; Emília Theresza de Andrade Romancini - 1.0 qq.

Relação no 114-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-10 Aracatuba Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 1.0 qq; Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 2.0 qq; Zulmira Gellis - 1.0 qq; Zulmira Gellis - 2.0 qq.

Relação no 115-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-11 Presidente Prudente Ytneu Bastião de Souza - 1.0 qq; Emília Theresza de Andrade Romancini - 1.0 qq.

Relação no 116-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-10 Aracatuba Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 1.0 qq; Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 2.0 qq; Zulmira Gellis - 1.0 qq; Zulmira Gellis - 2.0 qq.

Relação no 117-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-11 Presidente Prudente Ytneu Bastião de Souza - 1.0 qq; Emília Theresza de Andrade Romancini - 1.0 qq.

Relação no 118-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-10 Aracatuba Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 1.0 qq; Maria Auxiliadora Barbosa Rodrigues - 2.0 qq; Zulmira Gellis - 1.0 qq; Zulmira Gellis - 2.0 qq.

Relação no 119-72, encaminhada à Secretaria da Fazenda, DSD-11 Presidente Prudente Ytneu Bastião de Souza - 1.0 qq; Emília Theresza de Andrade Romancini - 1.0 qq.

No 3148-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre, Anexo ao Instituto "Nossa Senhora Anchieta", Curso: Dattilografia. Rua Passos, n. 30 - Beleninho - Capital. Diretora e Prof.ª Lúcia Catini, reg. prof.ª, n. D-778.

No 3149-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Rui Barbosa" - Filial - Curso: Dattilografia - Av. Dr. Morato, n. 34 - Vila Roxenda - Piracicaba - Diretora e Prof.ª Cláustere Elias Rosário, reg. prof.ª, n. D-4078.

No 3150-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Humildade" - Filial - Curso: Dattilografia - Rua Visconde do Rio Branco, n. 0 579 - Mococa - Diretor: José Francisco Dutra - Professor: Vanderlei Antonio Bassanel, reg. prof. n. D-3200.

No 3151-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Santa Rita de Cássia" - Curso: Dattilografia - Rua Fausto, n. 605 - Vila Vitória - Mauá - Diretor: Geraldo Cavalcanti Pereira - Prof.ª Maria da Costa Oliveira, reg. prof.ª, n. D-3616.

No 3152-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Santa Rita de Cássia" - Curso: Corte e Costura - Rua Parintins, n. 175 - Vila Floresta - Santo André - Diretor e Prof.ª Elza de Almeida Bizzo, reg. prof.ª, n. D-3884.

No 3153-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Águla Dourada", Curso: Dattilografia - Rua R. n. 13 - V. Santa Lucia - Foz de São Carlos - Capital. Diretor e Prof.ª Zuleide Escobar, reg. prof.ª, n. D-4100.

No 3154-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Hércules", Curso: Dattilografia - Rua R. n. 82 - Santa Fé do Sul - Diretor e Prof.ª Antonio José Garcia, reg. prof. n. D-4187.

No 3155-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Vila Brasil", Curso: Dattilografia - Av. Campos Sales, s/n - Jundiaí - Diretor e Prof.ª José Procopio da Silva, reg. prof. n. D-4189.

No 3156-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Novos Mundos", Curso: Corte e Costura e Modelagem, Rua Teodoro Sampaio, n. 1 - Jundiaí - Diretor e Prof.ª Lúcia Natália, reg. prof.ª, n. D-677. Prof.ª: Eulália Dorin Lilla, reg. prof.ª, n. D-25.

No 3157-D - Núcleo de Ensino Profissional Livre - Escola "Joãoquim Floriano", Curso: Dattilografia - Rua Joaquim Floriano, n. 74 - Itaipava - Diretor e Prof.ª Cyrolo Nando Baptista, Prof.ª: Maria Helena Costa Valente Assenciano, reg. prof. n. D-4199.

SERVICÓ DE FINANÇAS

Comunicado Aos Inspectores Regionais do Ensino Profissional da rede do Ensino Técnico.

As Inspectorias Regionais do Ensino Profissional da rede do Ensino Técnico, em virtude de serem necessárias as Inspectorias arbores relacionadas que se acham à disposição do Setor de Expediente do Departamento de Ensino Técnico à Rua Franklin D. Roosevelt, n. 85, 1.º andar, sala 102, as seguintes primeiras lista de Processos de Prestação de Contas de adiantamento concedido aos estabelecimentos subordinados a cada IREP (ver tabela anexa) e a lista de Processos de Registro e Tomada de Contas.

1. IREP - Capital: 3763-72 - Vila Prudente. 2. IREP - Capital: 3478-72 - Guaratinguetá; 4145-72 - Mogi das Cruzes. 3. IREP - Piracicaba: 3597-72 - Piracicaba; 3765-72 - Piracicaba. 4. IREP - Itaipava: 3498-72 - Assis. 5. IREP - S. Joaquim da Barra: 1389-72 - S. Joaquim da Barra; 4063-72 - S. Joaquim da Barra; 4306-72 - Bstatais; 4555-72 - Bstatais. 6. IREP - Rio Claro: 4158-72 - Araraquara. Os expedientes deverão ser retirados com a máxima urgência e devolvidos no prazo de 15 dias, devidamente informados.

1. INSPECTORIA REGIONAL DO ENSINO PROFISSIONAL

Despacho da Inspectoria Regional

A vista da documentação apresentada, concedo autorização, a título precário, aos interessados abaixo relacionados, nos termos da Resolução SE, n.º 16, de 13, publicada a 14-4-72. Colégio Industrial Estadual "Benedito Godoy". 267-72 - Alina Gonçalves Ribeiro - Bstatais - 1.º grau. 451-72 - Zuleide Silva Palanca - Araraquara - 1.º grau. 472-72 - Nilda da Glória Ferraz - Teófilo Otonari - 1.º grau. 483-72 - Professora Dona Doralci da Silva - Bstatais - 1.º grau. 487-72 - Walderez Marize - Técnico - Condição - 1.º grau. 498-72 - Maria R. Test Gomes - Condição - 1.º grau. 509-72 - Condição Técnica Industrial de Casa Verdadeira - Condição - 1.º grau. 513-72 - Condição - 1.º grau.

444-72 - Maria C. R. Migueire - Matemática - 1.º e 2.º graus. 445-72 - Conceição G. P. Rebelo - Física - 2.º grau. 515-72 - Robert King - Eletrotécnica e Mec. Elétricas - 2.º grau. 519-72 - Mário G. F. P. - Educação Física - 1.º e 2.º graus. 520-72 - Gândio Industrial Estadual "Albert Einstein". 160-72 - Edna Cozme Etc. - História - 1.º grau. 144-72 - Luiz Lucas - Ciências - 1.º grau. 486-72 - Alceio Moreira Pinto - História - 1.º grau. 449-72 - João Melquias Pedon - Inglês - 1.º grau. 457-72 - Carmem S. F. Rutigliano - Ciências F. e Biológicas - 1.º grau. 459-72 - Raquel M. M. Salgueiro - Geografia - 1.º grau. 323-72 - Wagner Rodney Vicentini - Matemática - 1.º grau. 531-72 - Maria L. M. Henriques - Educação Física - 1.º grau. Colégio Industrial Estadual "Escotástica Rosa". 508-72 - Alba de Souza Leal - Geografia - 1.º grau. 518-72 - Valdezer M. de Carvalho - Educação Física - 1.º grau. Colégio Técnico Industrial de Santos. 319-72 - Maurílio Garcia Leal - Desenho. 320-72 - Resistência e Equipamentos Aparéles e Resistência dos Materiais - 2.º grau. 300-72 - Maurílio Garcia Leal - Prática Prof. de Eletrotécnicas - 2.º grau. 321-72 - João Carlos Oza - Química - 2.º grau. 324-72 - Waldemar Aguiar A Costa - Eletrotécnica e Prática Prof. de Eletrotécnicas - 2.º grau. 325-72 - José Cid Filho - Prática Prof. de Mecânica - 2.º grau. 325-72 - Yube Kubota - Resistência e Tecnologia dos Materiais e Mecânica Aplicada - 2.º grau. 340-72 - Osvaldo M. Garrido - Química - 2.º grau. 501-72 - Jussara Ap. Moraes - Eletrotécnica e Prática Prof. de Eletrotécnicas - 2.º grau. 502-72 - Maria das G. A. de Sena - Veterinário Textéis, Higiênica e Administração do Lar - 2.º grau. 503-72 - Maria M. C. Centois - Eletrotécnica - 2.º grau. 504-72 - Joaquim Martins - Topografia - 2.º grau. 505-72 - José dos R. A. Batista - Tecnologia de Construção e Ensaios Tecnológicos - 2.º grau. 506-72 - Edson R. T. Ponce - Física - 2.º grau. 507-72 - Carlos H. Leite - Matemática - 2.º grau. 508-72 - Reinaldo Pires Alvers - Matemática e Física - 2.º grau. 510-72 - Paulo Roberto Gallupi - Química - 2.º grau. 511-72 - Maria Lucia M. Henriques - Educação Física - 2.º grau. 512-72 - Maria H. G. Naves - Física - 2.º grau. 513-72 - Ricardo Chiquito Ortega - Educação Física - 2.º grau.

2. INSPECTORIA REGIONAL DO ENSINO PROFISSIONAL

Despacho do Inspetor Regional

A vista da documentação apresentada, concedo autorização, a título precário, aos interessados abaixo relacionados, nos termos da Resolução SE, n.º 16, de 13, publicada a 14-4-72. Processos n.ºs: 231-72 - Auto. 113-72 - Maria José Pinho Barbosa - Geografia - 2.º grau. 231-72 - Auto. 114-72 - Severino Antonio Moreira Barbosa - Português - 2.º grau. 233-72 - Auto. 115-72 - João Baptista Thimoteo - Biologia - 2.º grau. 234-72 - Auto. 116-72 - Teresinha Maria da Silva - Inglês - 2.º grau. 242-72 - Auto. 117-72 - Eduardo Borrelli - Laboratório de Eletrodinâmica - 2.º grau. 77-72 - Auto. 118-72 - Carlos Roberto Sant'Ana de Andrade - Resistência dos Materiais - 2.º grau. 78-72 - Auto. 119-72 - Eduardo da Silva Junior - Projeto de Elementos de Máquinas - 2.º grau. 80-72 - Auto. 120-72 - José Newton Xavier Ribeiro - Laboratório - Tecnologia dos Materiais - 2.º grau. 81-72 - Auto. 121-72 - Eduardo Moraes Barros de Moura Ribeiro - Químicas - 2.º grau. 86-72 - Auto. 122-72 - Vivaldo Guimarães Neto - Tecnologia dos Materiais - 2.º grau. 88-72 - Auto. 124-72 - Rubens Nascimento Melo - Informática e Computação - 2.º grau. 216-72 - Auto. 125-72 - Assiselo Floriano - Física - 2.º grau. 205-72 - Auto. 126-72 - Fernando Roberto Ribeiro - Máquinas Elétricas - 2.º grau. 201-72 - Auto. 127-72 - Daniel Katsura - Física - 2.º grau. 202-72 - Auto. 128-72 - Roberto Arthur Corneio Silva - Telemecânica - 2.º grau. 210-72 - Auto. 129-72 - Nelson Galvão Leite - Prática Profissional - 2.º grau. 196-72 - Auto. 130-72 - Ivan Vilma de Castro - Português - 1.º grau. 219-72 - Auto. 131-72 - Sérgio Rose Cavatini - Português - 1.º e 2.º graus. 218-72 - Auto. 132-72 - Hugo Carlos Zurro Molina - Matemática - 1.º e 2.º graus. 223-72 - Auto. 133-72 - R. A. Pereira de Melo - História - 1.º grau - Geografia - 2.º grau.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (1972).

ANEXO C – DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO COM A DESIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DO COLABORADOR JORGE MONTEIRO JUNIOR PARA SERVIÇOS ENTRE AS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EM 1992

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Diário Oficial
ESTADO DE SÃO PAULO

v. 102 n. 89 São Paulo quarta-feira, 13 de maio de 1992

PODER EXECUTIVO
SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria do Governo

Secretário
Cláudio Ferraz de Alvarenga

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DECRETO DE 12-2-92
AUTORIZANDO.

o afastamento do Prof. PAULO HILTON BARROSA LANDIM, Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para, no período de 11 a 14-05-92, responder viagens no exterior, a fim de participar do "Curso Científico de Rectores de Europa e América Latina" a realizar-se no México, bem como de reunião junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, em Washington - Estados Unidos da América.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

DECRETO DE 8-3-92
RETIFFICAÇÃO DO D.O. DE 9-3-92
AUTORIZANDO

ONDE SE LÊ: o afastamento de ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO... em Madrid-Espanha.

LEIA-SE o afastamento de ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO... na Espanha.

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO DE 12-3-92
AUTORIZANDO.

nos termos dos arts 65 e 66, da Lei 10.261-68, o afastamento de JORGE MONTEIRO JUNIOR, RG 3.422.261, Agente do Serviço Civil, da Secretaria da Educação, para, em juízo dos vencimentos e das demais vantagens de seu cargo prestar serviços junto à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, até 31-12-92.

em caráter excepcional, nos termos dos arts. 65 e 66 da Lei 10.261-68, o afastamento de ANTONIO CARLOS DA SILVA, RG 12.564.362, investidor de Polícia, da Secretaria da Segurança Pública, para, em juízo dos vencimentos e das demais vantagens de seu cargo, prestar serviços junto à Secretaria do Governo até 30-6-92.

em caráter excepcional, nos termos dos arts. 65 e 66 da Lei 10.261-68, o afastamento de ROSINA GENTILE VIDALIN, R.G. 2.618.183, Professora III, da Secretaria de Educação, para em juízo dos vencimentos e das demais vantagens de seu cargo, prestar serviços junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, até 31-12-92.

CESANDO.

a partir de 2-4-92, o afastamento de SÉRGIO BEHARZ, RG 3.110.000, Assistente Agropecuário I, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, junto à Secretaria do Governo.

a partir de 2-4-92, o afastamento de HERIVELTO MARAZIA, R.G. 4.298.002, Professor I, da Secretaria da Educação, junto à Prefeitura Municipal de Tejuoca.

ADOTIVAÇÃO DO SECRETÁRIO, DE 12-3-92

Na resolução publicada em 1-5-92, referente a HONILDA DA SILVA ACHCAR, RG 241.531, da SUDC, para declarar que o afastamento da interessada junto à Secretaria do Menor é a partir de 9-3 até 31-12-92.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE CADASTRO, FREQUÊNCIA E EXPEDIENTE DE PESSOAL

Relação de Cargos e Funções de Direção, Chefia e Encargos organizadas de acordo com o artigo 80 do R.O.S., com a alteração do artigo 80 da Lei Complementar 180-78, com a indicação devidamente aprovada de seus substitutos.

Nº DE ORDEM - UNIDADE ADMINISTRATIVA - CARGO OU FUNÇÃO - ATIVIDADE - NOME DO TITULAR DO CARGO OU FUNÇÃO - ATIVIDADE - FAIXA - ESCALA DE VENCIMENTOS - NÍVEL - QUADRO - SUBSTITUIÇÃO - NOME - CARGO OU FUNÇÃO - ATIVIDADE - FAIXA - ESCALA DE VENCIMENTOS - NÍVEL - QUADRO - FUNDAMENTO LEGAL DA CRIAÇÃO DO ORÇÃO DA CRIAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO.

DIVISÃO DE TRANSPORTES
1 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTA - Chefe de Seção II, Faixa 15, Nível III, do EVNM, do SGP-1-050 - LUIZ FLORES DA SILVA - 1º) ANTONIO WALTER SCARFONE, Motorista, Faixa 3, Nível II, do EVNM, do SGP-11-050 - Decreto nº 21.984/84.

ALTERAÇÃO VÁLIDA A PARTIR DE 08-04-92
2 - SETOR DE SUPRIMENTOS - Encarregado do Setor II, Faixa 11 - VAGO - 1º) SYLVIO DIRES, Motorista, Faixa 3, Nível V, do EVNM, do SGP-11-050 - 2º) GILBERTO BAGOLIN, Motorista, Faixa 3, Nível I, do EVNM, do SGP-11-050 - Decreto nº 21.984/84.

ALTERAÇÃO VÁLIDA A PARTIR DE 05-05-92.

RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS/SERVIDORES FALECIDOS

1 - MARIA URSULINA DE MANGALHÃES SASSO, RG-nº 4.683.469, Assessor Técnico de Gabinete, em comissão, Faixa 24, da E.V.C.C., do SGC-I, do Quadro da Secretaria do Governo, lotada na Chefia de Gabinete, do Gabinete do Secretário, faleceu em 25 de setembro de 1991.

2 - UIRAJARA BORGES, RG-nº 1.540.578, Assessor Técnico de Gabinete, em comissão, Faixa 24, da E.V.C.C., do SGC-I do Quadro da Secretaria do Governo, lotada na Assessoria Técnica do Governo, faleceu em 11 de maio de 1992.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho da Presidente
RESCINDINDO Contrato de Trabalho, por falecimento, entre o Fundo Social de Solidariedade e OSVALDO RIBEIRO DE MATOS, R.G. 14.827.180, Motorista, Faixa 3, nível I, EVNM, a partir de 10/04/92.

CESANDO a partir de 10/04/92, na ordem da autorização publicada no DOE de 03/05/90, na parte em que arbitrou gratificação mensal a título de representação, a OSVALDO RIBEIRO DE MATOS, R.G. 14.827.180.

Portarias da Diretoria de Recursos Humanos

DE 28-4-92
RESOLUÇÃO ADICIONAL por tempo de serviço aos seguintes funcionários:

ESTELA MARIA TESSER GARCIA, RG. 5.473.774, Chefe de Seção II, a partir de 27/04/92 (20 adicional).

JOSE CASRIEL CARDOSO DIRES, RG. 9.011.549, Motorista, a partir de 19/04/92 (1º adicional).

MARCELLO DE MORAES, RG. 19.483.056, Motorista, a partir de 19/04/92 (1º adicional).

RODOLFI HARPEL, RG. 3.939.280, Assistente Social, a partir de 01/04/92 (2º adicional).

SANIA DE FATIMA DUARTE DAVID, RG. 7.123.605, Assistente Social, a partir de 20/04/92 (10 adicional).

SANTINO APARECIDO PALMANTIN, RG. 5.518.678, Motorista, a partir de 19/04/92 (10 adicional).

VALMIR VERNICHO DE ARNEDO, RG. 17.399.030, Escriturário, a partir de 19/04/92 (10 adicional).

JOSÉ CARLOS LAVONATTO, RG. 7.858.254, Motorista, a p/ de 27/03/92 (20 adicional).

DE 30-4-92
RESOLUÇÃO ADICIONAL por tempo de serviço aos seguintes funcionários:

CISELDA STELLA SILVA ANDRADE, RG. 3.540.911, Assistente Social-Chefe, a partir de 29/04/92 (20 adicional).

SILVIA CLECFY DE GASCHERIS FRISON, RG. 6.158.623, Assistente Social, a partir de 29/04/92 (3º adicional).

SUBSECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
Serviço de Pessoal
Portaria da Diretoria, de 12-05-92

Concedendo, nos termos do artigo 1º, inciso I, § 1º, da LC 387/88, a URSULINA HAZZINI, RG 3.565.460, Chefe de Seção II, Faixa 15, Nível IV, da EVNM, do SGP-11-050, por ter completado 30 anos de efetivo exercício, mais um quin quênio de adicional por tempo de serviço, que honrado até lá concedidos totalizam 6 ATIS, a partir de 04-03-1992.

Justiça e Defesa da Cidadania

Secretário
Manuel Alceu Afonso Ferreira

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÕES, de 12-5-92
ABSTINENDO

com fundamento no art.135, inciso III, da Lei nº 10.261/68, o.c. e art.79, Anexo VII, do Decreto 34.666/92 alterado pelo Decreto 34.757/92, a partir de 10-01-92:

à ROSY CAMARESSE PARECHEI - R.G. 2.590.169, Assistente Técnico de Direção III, do SDC-1/050DC, designada para o exercício da função de serviço público de Diretor Técnico de Divisão, da Diretoria do Centro de Recursos Humanos, da Administração Superior da Secretaria e da Sg

ue, gratificação mensal a título de representação de gabinete na quantia de 304 calculada sobre a importância correspondente a 2 vezes o valor da Faixa 32, Tabela I, da Escala de Vencimentos Cargos em Comissão, prevista na L.C. 556/88, devendo a despesa correr à conta de verbas próprias do orçamento programa vigente, ficando a partir daquela data, cessados os efeitos da Resolução de 19, publicada no D.O. de 29.8.91, que arbitrou à interessada a gratificação mensal correspondente a 34, da Faixa 30, Tabela I da EVCC, prevista no art.6º, inciso II, da L.C. 556/88.

à MIRENO KUNAGAI - R.G. 2.250.398, Diretor de Serviço, do SGC-1/050DC, do Serviço de Cadastro, Frequência e Expedientes de Pessoal, do Centro de Recursos Humanos da Administração Superior da Secretaria e da Sede, gratificação mensal a título de representação de gabinete na quantia de 234 calculada sobre a importância correspondente a 2 vezes o valor da Faixa 32, Tabela I, da Escala de Vencimentos Cargos em Comissão, prevista na L.C.556/88, devendo a despesa correr à conta de verbas próprias do orçamento programa vigente, ficando a partir daquela data, cessados os efeitos da Resolução de 2, publicada no D.O. de 03.8.89, que arbitrou à interessada a gratificação mensal correspondente a 33ª prevista no art.6º, inciso II, da L.C. 556/88.

à ELENISE MARTINS MOREIRA, R.G. 4.152.928 - Assistente Técnico de Direção I, do SGC-1/050DC, designada para o exercício da função de serviço público de Diretor Técnico de Serviço, da Diretoria do Grupo Técnico, do Centro de Recursos Humanos, da Administração Superior da Secretaria e da Sede, gratificação mensal a título de representação de gabinete na quantia de 234 calculada sobre a importância correspondente a 2 vezes o valor da Faixa 32, Tabela I, da Escala de Vencimentos Cargos em Comissão, prevista na L.C. 556/88, devendo a despesa correr à conta de verbas próprias do orçamento programa vigente.

RESOLUÇÃO, por autoridade, a partir de 10 de março de 1992, nos termos do artigo 10, das Disposições Transitorias da Lei Complementar nº 285, de 22 de dezembro de 1992, os funcionários/servidores da seção 251, abaixo relacionados, na seguinte conformação:

Table with 2 columns: Nome and R.G. listing various employees and their identification numbers.

Seção II

Esta edição, de 56 páginas, contém os atos referentes ao pessoal.

Table listing Secretaries and their respective page numbers for various departments like Justice and Defense of Citizenship, etc.